Diário Comercial

Fundado em 3 de novembro de 1955

ANO LXIX - Edição nº 17.335 | Edição Nacional

www.diariocomercial.com.br | QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2024

TERREMOTO

Taiwan-Naticional-Fire-Agency

UM FORTE TERREMOTO DE MAGNITUDE ACIMA DE 7 foi sentido em Taiwan na terça-feira, 2, (quarta-feira, 3, pela manhã no horário local), sacudindo toda a ilha e provocando o desabamento de edifícios. Pelo menos nove pessoas morreram e 882 ficaram feridas em decorrência do terremoto, segundo o Corpo de Bombeiros de Taiwan. Outras 131 pessoas ficaram presas em meio aos danos, muitas delas em trilhas de caminhada e túneis. O corpo de bombeiros disse que espera que o número de mortes aumente à medida que relatórios de feridos de todo o país forem recebidos. Segundo a corporação, vários prédios em Hualien desabaram parcialmente e deslizamentos de terra ao longo da costa leste tornaram inutilizável uma rodovia principal. No condado de Changhua, um prédio caiu completamente. **PÁGINA 5**

Presidente do BC diz que o cenário de inflação global ficou mais difícil

Campos Neto: BC tem que fazer intervenções

O presidente do BC admitiu que a instituição tem que fazer intervenções no mercado de câmbio quando houver alguma disfuncionalidade na moeda

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu na quarta-feira, 3, que o Banco Central tem que fazer intervenções no mercado de câmbio quando houver alguma disfuncionalidade na moeda. "Se em algum momento tiver, nós vamos fazer", disse o presidente do BC. Sobre a intervenção realizada na terça-feira, Campos Neto salientou que a intervenção não teve a ver com um movimento de câmbio e frisou que o câmbio é flutuante. "Estávamos vendo que poderia ter uma disfunção e foi feita uma intervenção, colocamos no texto da intervenção isso." O presidente do Banco Central afirmou que a inflação e os núcleos estão caindo em boa parte dos países emergentes, mas ponderou que em alguns já há elevação da inflação de serviços. "Alguns bancos centrais estão tentando entender se há relação entre mão de obra apertada e os preços de serviços", acrescentou. Campos Neto pontuou que um estudo realizado nos Estados Unidos indica não haver relação entre as variáveis no momento atual, mas disse que a realidade no mercado emergente pode ser diferente. **PÁGINA 2**

SUCESSÃO

Costa: Galípolo é quadro técnico extraordinário

Em meio ao debate sobre a sucessão no Banco Central, o ministro da Casa Civil do Brasil, Rui Costa, concordou com a tese de que o nome de Gabriel Galípolo é o provável substituto de Roberto Campos Neto na presidência do Banco Central. "É um quadro técnico extraordinário, competente. Mas a decisão será do presidente Lula", concluiu. **PÁGINA 2**

SALÁRIOS

Eletrobras quer fechar o primeiro acordo coletivo

A Eletrobras contratou um negociador especializado em Direito Trabalhista para fechar o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho depois da privatização. O novo acordo tem por objetivo acabar com distorções da época estatal e adequar a relação trabalhista ao novo perfil de companhia privada. A Eletrobras propôs reduzir salários dos que ganham até R$ 15.572,04 em cerca de 12,5%. **PÁGINA 3**

GAZA

Médico relata horror vivido em hospital

O médico francês Pascoal André, de 60 anos, trabalhou como voluntário por uma temporada no Hospital Europeu, em Khan Yunis, no sul de Gaza, e relatou os horrores de se trabalhar em um hospital da região. "Você tem que escolher um paciente. Se ele não estiver muito bom, ele morrerá. Ou não é muito urgente, ele tem que esperar". O infectologista afirmou que é preciso escolher qual paciente atender diante da demanda e é difícil dormir por causa do barulho dos drones. **PÁGINA 6**

TECNOLOGIA

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

O MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, JUSCELINO FILHO, ANUNCIOU A EVOLUÇÃO DA TV DIGITAL para um novo padrão tecnológico chamado TV 3.0. "O grande diferencial vai ser a questão da integração da transmissão da televisão com uma melhor qualidade de imagem, qualidade de som, com a conectividade" afirmou. **PÁGINA 8**

JULGAMENTO

Sade vota pela cassação e inelegibilidade de Moro

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná retomou na tarde de quarta-feira, 3, o julgamento que pode culminar na cassação do senador Sérgio Moro (União-PR), investigado por suposto abuso de poder econômico nas eleições de 2022. O desembargador José Rodrigo Sade entendeu que houve 'patente abuso' no caso. **PÁGINA 7**

IBOVESPA 127.318,39 ↓ -0,18%

Maiores Altas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
GRUPO NATURAON NM	17.85	+3.54%	+0.61
PETRORECSA ON NM	22.040	+4.60%	+0.970
3R PETROLEUMON NM	34.600	+3.78%	+1.260
CASAS BAHIA ON NM	7.090	+1.87%	+0.130
BRADESCO ON EJ N1	12.92	+2.30%	+0.29

Maiores Baixas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
GRUPO SOMA ON NM	6.930	−6.85%	−0.510
AREZZO CO ON NM	58.75	−6.18%	−3.87
COGNA ON ON NM	2.22	−5.53%	−0.13
EZTEC ON ED NM	15.40	−5.11%	−0.83
YDUQS PART ON NM	16.84	−4.05%	−0.71

Mais Negociadas

	PREÇO - R$	%	OSCIL.
VALE ON NM	61.05	−1.44%	−0.89
PETROBRAS PN N2	38.42	−0.52%	−0.20
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	33.23	−0.75%	−0.25
BRADESCO PN EJ N1	14.47	+1.97%	+0.28
B3 ON EJ NM	11.70	−0.26%	−0.03

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	39.127,14	-0,11%
S&P 500	5.211,49	+0,11%
NASDAQ	16.277,46	+0,23%
DAX 30	18.367,72	+0,46%
FTSE 100	7.937,44	+0,030%
IBEX 35	11.032,30	+0,52%

DÓLAR COMERCIAL			PESO			EURO			LIBRA			OURO	
COMPRA	VENDA	↓ -0,35%	COMPRA	VENDA	↓ -0,35%	COMPRA	VENDA	↑ 0,25%	COMPRA	VENDA	↑ 0,13%	BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
5,040	5,040		0,006	0,006		5,460	5,461		6,374	6,378		343,00	2.300,2

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

DISFUNCIONALIDADE

Campos Neto: BC tem que fazer intervenção no mercado cambial

O presidente do Banco Central afirmou que o País tem uma situação bastante boa de reservas comparado a outros países da América Latina e ao mundo emergente e o câmbio não deveria ser um problema

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu na quarta-feira, 3, que o Banco Central tem que fazer intervenções no mercado de câmbio quando houver alguma disfuncionalidade na moeda. "Se em algum momento tiver, nós vamos fazer", disse o presidente do BC.

Sobre a intervenção realizada na terça-feira, Campos Neto salientou que a intervenção não teve a ver com um movimento de câmbio e frisou que o câmbio é flutuante. "Estávamos vendo que poderia ter uma disfunção e foi feita uma intervenção, colocamos no texto da intervenção isso."

Ele emendou que o País tem uma situação bastante boa de reservas comparado a outros países da América Latina e ao mundo emergente em geral. "Com um fluxo forte e um volume de reservas bastante razoável, o câmbio não deveria ser um problema no Brasil."

O presidente do BC acrescentou que o diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos ainda não deveria ser um problema. "Nós temos um diferencial de juros ainda bastante favorável", disse.

Campos Neto frisou que essa é sempre uma equação com dois lados, o diferencial de juros e o de risco. "Se o seu risco percebido está no mesmo que o diferencial de juros, sua moeda tem que desvalorizar para compensar", disse. "A questão é se do lado do risco nós temos alguma mudança substancial."

O presidente do Banco Central afirmou que a inflação e os núcleos estão caindo em boa parte dos países emergentes, mas ponderou que em alguns já há elevação da inflação de serviços. "Alguns bancos centrais estão tentando entender se há relação entre mão de obra apertada e os preços de serviços", acrescentou.

Campos Neto pontuou que um estudo realizado nos Estados Unidos indica não haver relação entre as variáveis no momento atual, mas disse que a realidade no mercado emergente pode ser diferente.

O presidente do BC ponderou que ao analisar a inflação global, há uma figura mais complicada dos núcleos de inflação na ponta. Os núcleos em alguns países ainda caem, mas em uma velocidade menor. Em outros, porém, estacionaram, e em alguns voltaram a subir um pouco.

Ele reiterou que o processo de desinflação foi puxado pelos preços de alimentos e energia. Destacou o fato de este processo ter se dado em um cenário de pleno emprego.

No entanto, de acordo com o banqueiro central, "o cenário de inflação global ficou mais difícil no último mês e meio".

Campos Neto participou na quarta-feira do 10º Brazil Investment Forum, organizado pelo Bradesco BBI, em São Paulo.

O presidente do Banco Central voltou a ressaltar que, embora a desaceleração da inflação esteja em linha com as expectativas da instituição, a alta nos preços subjacentes de serviços no Brasil se mostra resiliente nos segmentos ligados ao mercado de trabalho. "A desinflação no Brasil está em linha com a expectativa do BC", disse Campos Neto, ressaltando, porém, que a autarquia espera uma pequena piora do processo desinflação na ponta.

Na edição mais recente do Relatório Trimestral de Inflação, o Banco Central afirmou que espera inflação de 0,24% em março e 0,35% em abril, com uma desaceleração nos meses seguintes, para 0,27% em maio e 0,15% em junho.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu 0,36% em março, após ter avançado 0,78% em fevereiro, informou no dia 26 de março o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março está previsto para ser divulgado na semana que vem.

O presidente do Banco Central ponderou que a normalização das cadeias de suprimento globais, que depois da pandemia vinha contribuindo para a desinflação global, parou de ajudar neste processo.

Ao se referir ao cenário fiscal, ele voltou a afirmar que o Brasil tem chance de fazer um bom resultado neste ano. Na avaliação dele, no campo fiscal, o desafio maior será em 2025.

O presidente do BC voltou a fazer menção às condições financeiras no mundo, que na avaliação dele seguem relativamente frouxas. Ele disse que é preciso fazer investimentos em políticas que propiciem elevação da oferta e atração de capital.

"À medida que dívidas nos EUA são renovadas, há efeito na liquidez global", disse Campos Neto.

O presidente do Banco Central afirmou que é difícil imaginar um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) abaixo de 2,0% este ano após as revisões para cima nas estimativas para a atividade econômica no primeiro trimestre. "As pessoas estão migrando para 2,0% e alguns já acima", pontuou.

Campos Neto frisou que o mercado tem sido surpreendido por revisões para cima do PIB já há algum tempo e que é importante entender o motivo disso. "Há todo um tema sobre qual é o produto potencial."

O presidente do Banco Central voltou a afirmar que o crescimento do PIB tem surpreendido também em grande parte do mundo e não só nos Estados Unidos. Na Europa, ele avalia que o desempenho do PIB tem sido mais fraco.

Rovena Rosa - Agência Brasil

Campos Neto: "se o seu risco percebido está no mesmo que o diferencial de juros, sua moeda tem que desvalorizar para compensar. A questão é se do lado do risco nós temos alguma mudança substancial"

TROCA

Costa diz que Galípolo é quadro técnico extraordinário e competente no BC

Em meio ao debate sobre a sucessão no Banco Central, o ministro da Casa Civil do Brasil, Rui Costa, concordou na quarta-feira, 3, com a tese de que o nome de Gabriel Galípolo - sem citá-lo nominalmente - é o provável substituto de Roberto Campos Neto na presidência do Banco Central (BC).

"Sobre o BC, a escolha é do presidente Lula. É uma boa teoria de que o primeiro nome é sempre o nome mais forte", disse em referência a Galípolo, diretor de Política Monetária da instituição. "Então é um quadro técnico extraordinário, competente. Mas a decisão ficará para o momento adequado, ao presidente Lula que ao final do ano, momento em que ele deve indicar, ele fará a indicação", concluiu

No entanto, as conversas sobre a sucessão no Banco Central já correm a passos largos e envolvem o presidente Roberto Campos Neto, que vem sugerindo nos bastidores mais tempo para se concretizar a troca de comando na instituição - ou seja, que o anúncio do novo nome seja feito mais cedo.

O mandato dele se encerra em 31 de dezembro, na primeira substituição sob o sistema de mandatos fixos no BC, iniciado em 2021.

O presidente do Banco Central prometeu contribuir para que a sua sucessão aconteça da forma "mais suave possível". Ele também defendeu que a sabatina no Senado com o indicado a ocupar o cargo a partir de janeiro aconteça, por razões práticas, ainda neste ano.

"Vou fazer a transição mais suave possível. Eu entendo que seja bom fazer a sabatina neste ano. Senão, passa para o outro ano e aí tem um problema porque o meu mandato termina no dia 31. Se um diretor for presidente interino, ele tem que passar por sabatina também, mas aí o Congresso vai estar fechado em recesso", declarou.

Ele considerou que, como as decisões no Comitê de Política Monetária (Copom) têm sido unânimes - indicando, portanto, um alinhamento entre os diretores -, o prêmio de risco no mercado pela mudança no comando do BC diminuiu bastante.

Ao falar sobre os desafios do cargo, Campos Neto frisou que "o mais importante" para quem senta na cadeira do BC é ter a firmeza de dizer não quando for necessário. "Vai ser necessário, sempre é em algum momento, dizer não", disse o presidente do BC.

"Os ciclos são diferentes, os desejos vão ser diferentes, os entendimentos sobre o que é bom vão ser diferentes. Então, é importante ter a firmeza de dizer não, e explicar, para dentro e para fora, que o maior problema é a inflação. O melhor plano econômico é ter inflação baixa e estável", reforçou.

O ministro da Casa Civil afirmou ainda que o governo e os ministérios manterão um diálogo intenso a respeito do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) até o dia 15 de abril, data-limite para o texto ser enviado ao Congresso. Também afirmou que será usado o "tempo máximo" disponível para este diálogo.

"Não apresentamos as condições e a proposta de LDO ao presidente Isso acontecerá nos próximos dias", afirmou Costa. "Assim que chegar, vamos chamar a junta orçamentária para fazer uma prévia da análise da LDO. Feita essa prévia, apresentaremos para decisão final do presidente", completou.

As observações do ministro surgem após a ministra do Planejamento, Simone Tebet, confirmar na terça-feira, 2, que irá incluir no PLDO um anexo com diretrizes para a revisão de gastos.

Tebet tem reforçado nos últimos dias que é preciso avançar na discussão orçamentária sob a ótica da despesa e disse que as alternativas para aumentar receitas já estão se "exaurindo".

Segundo ela, a discussão sobre a agenda de revisão de gastos vai ser levada à reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO) na semana que vem, e a ideia é que este anexo contenha uma análise clara do impacto de despesas com, por exemplo, pisos da saúde e da educação, Previdência e servidores públicos.

Diário Comercial
Propriedade de *Editora Diário Comercial Ltda*
Filiado à: ANJ Associação Nacional de Jornais

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br – SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

Acesse nossa edição digital:

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

PRIVATIZAÇÃO

Eletrobras contrata negociador para fechar o primeiro acordo coletivo

A empresa propôs reduzir salários dos que ganham até R$ 15.572,04 em cerca de 12,5%, só que os cortes seriam discutidos caso a caso, o que, para o CNE, indica a possibilidade de assédio moral

A Eletrobras contratou um negociador especializado em Direito Trabalhista para fechar o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) depois da privatização, informou o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE). O novo acordo tem por objetivo acabar com distorções da época estatal e adequar a relação trabalhista ao novo perfil de companhia privada.

O negociador é o advogado Antonio Carlos Aguiar, que já trabalhou em outras negociações de grandes empresas do País, segundo confirmou documento interno da Eletrobras. Caberá a ele tentar buscar o consenso entre as demandas da empresa e sindicatos, sendo a decisão final sempre da Eletrobras. Na terça-feira, 2, foi realizada a primeira reunião sobre o ACT.

"Entendemos a ajuda externa como um sinal de respeito à nossa representação sindical e, também, aos nossos profissionais, uma vez que o objetivo é buscar um acordo que fortaleça a nossa companhia", explicou, durante a abertura da primeira rodada de negociação, o vice-presidente de Gente, Gestão e Cultura da Eletrobras, José Renato Domingues.

A terceirização da negociação do ACT desagradou o CNE, que criticou a proposta da empresa após a primeira rodada de negociações realizada na terça-feira com Aguiar.

Divulgação

A Eletrobras propôs o cancelamento do 13º tíquete refeição, que os funcionários recebiam, e a redução salarial para evitar demissões, e se comprometeu a pagar indenizações para suportar a transição

A Eletrobras propôs, entre outras mudanças, reduzir salários dos que ganham até R$ 15.572,04 em cerca de 12,5%.

Os salários maiores serão discutidos caso a caso, o que, para o CNE, indica a possibilidade de assédio moral, já que as negociações serão individuais, sem a presença do sindicato.

"Precarização no plano de saúde - com suposto ganho aos beneficiários -, gratificação de férias conforme a CLT, retirada do tíquete natalino e até proposta de práticas antissindicais permearam a primeira rodada de negociação", disse o CNE em nota, informando que os empregados estão dispostos a parar em protesto contra as mudanças.

Segundo documento distribuído aos empregados pela Eletrobras, a proposta é de cancelamento do 13º tíquete refeição, que os funcionários recebiam, e de redução salarial para evitar demissões, entre outras mudanças. A empresa se propõe a pagar indenizações para suportar a transição do valor do salário.

Na reunião, foram discutidos ainda a manutenção de benefícios como auxílio-creche e auxílio educacional, auxílio-funeral, entre outros recebidos pelos empregados na época de estatal.

A Eletrobras foi privatizada em junho de 2022 e possui nove ACTs diferentes para serem negociados. A intenção de contratar um negociador, segundo fontes, decorre da complexidade de elaborar o primeiro ACT após a privatização.

O objetivo é padronizar o máximo possível a relação trabalhista entre todas as empresas do grupo, o que não poderá ser feito integralmente, e alinhar as práticas trabalhistas ao setor privado.

Desde 2016, quando foram iniciados os movimentos para a venda da companhia, a Eletrobras perdeu cerca de 10 mil empregados por meio de programas de demissão voluntária ou de aposentadorias. Atualmente, a empresa conta com cerca de 14 mil empregados.

"A negociação da Eletrobras envolve a representação de nossos profissionais por mais de 50 sindicatos, numa mesa que totaliza cerca de 40 pessoas. Na medida em que as negociações avancem, a companhia detalhará todas as propostas", afirmou a companhia no documento.

A próxima reunião está prevista para o dia 9 de abril, em Brasília.

DEPRECIAÇÃO

Alckmin espera aprovação do PL para modernizar o parque fabril

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, disse esperar que o projeto de lei (PL) que prevê incentivos à modernização do parque fabril brasileiro seja aprovado nas próximas semanas. "Acho que, em poucas semanas, a gente já pode ter a lei", afirmou Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Ele falou com jornalistas na quarta-feira, ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"O governo não está abrindo mão, não é renúncia fiscal, ele só perde no fluxo, ele vai receber a mesma coisa no tempo, só que em vez de depreciar em 15 anos, deprecia em dois anos", acrescentou Alckmin.

O PL autoriza o governo a utilizar o instrumento da "depreciação acelerada" para estimular setores econômicos a investirem em máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos.

O vice-presidente da República demonstrou apoio ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O chefe da equipe econômica sofreu um revés nesta semana com a derrubada da reoneração da previdência dos municípios pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. "Cumprimentamos Haddad com todo nosso apoio à meta fiscal", disse Alckmin.

Ele falou a jornalistas no Palácio do Planalto ao lado de Haddad depois de uma reunião sobre a depreciação acelerada e sobre um possível novo programa para incentivar pequenos exportadores.

Alckmin disse que é possível ter o projeto da depreciação acelerada em "poucas semanas". O projeto encurta de 15 anos para dois anos o prazo de depreciação de maquinário para facilitar a troca dos equipamentos pelos empresários. Seriam R$ 1,7 bilhão em 2024 e mais R$ 1,7 bilhão no ano que vem.

Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

Geraldo Alckmin garantiu que é possível ter o projeto da depreciação acelerada em "poucas semanas"

De acordo com o vice-presidente, o governo não está abrindo mão de recursos porque essas renúncias aconteceriam de qualquer forma ao longo dos anos, ainda que mais devagar.

Haddad confirmou que o governo estuda ir ao Supremo Tribunal Federal contra a derrubada da reoneração da previdência dos municípios pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. "AGU está estudando a matéria sobre o possível", disse Haddad. "Sou amigo de Pacheco, conversamos ontem (terça) sobre a desoneração dos municípios", declarou o ministro.

Ele afirmou que dinheiro público precisa ser alocado, e que o caso não se trata de uma divergência de mérito. Segundo ele, não há uma tentativa do governo de "afrontar" ninguém, em referência à relação com o Congresso.

"Deveria ser cobrado de todos os Poderes uma colaboração com o equilíbrio fiscal", disse Haddad. "Penso que temos que negociar com o Congresso o resultado fiscal", afirmou. "Precisamos que os Três Poderes compactuem com uma reorganização das contas públicas", declarou Haddad.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

AJUSTE SAZONAL

Produção industrial registrou queda de 0,3% em fevereiro

Na categoria de bens de consumo duráveis, a produção registrou alta de 3,60% em fevereiro ante janeiro. Em relação a fevereiro de 2023, houve aumento de 9,30%

A produção industrial caiu 0,3% em fevereiro ante janeiro, na série com ajuste sazonal, informou na quarta-feira, 3, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado contrariou a mediana das previsões de analistas ouvidos pela reportagem, de alta de 0,3%. As estimativas iam desde uma queda de 0,7% até alta de 1,5%. Em relação a fevereiro de 2023, a produção subiu 5,0%. Nessa comparação, sem ajuste, as estimativas variavam de um avanço de 1,9% a 7,0%, com mediana positiva de 5,7%. No acumulado do ano, a indústria teve alta de 4,3%. No acumulado em 12 meses, houve alta de 1,0%, ante avanço de 0,4% até janeiro.

A Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) registrou avanço em 13 dos 25 ramos industriais analisados em fevereiro ante janeiro. Em comparação a fevereiro de 2023, houve avanço de 21 dos 25 ramos.

No geral, a produção industrial caiu 0,3% em fevereiro ante janeiro, na série com ajuste sazonal, de acordo com o IBGE. Em relação a fevereiro de 2023, a produção subiu 5,0%.

A produção da indústria de bens de capital subiu 1,80% em fevereiro ante janeiro, informou o IBGE. Na comparação com fevereiro de 2023, o indicador avançou 5,30%.

Em relação aos bens de consumo, a produção registrou alta de 1,30% na passagem de janeiro para fevereiro. Na comparação com fevereiro de 2023, houve aumento de 5,40%.

Na categoria de bens de consumo duráveis, a produção subiu 3,60% em fevereiro ante janeiro. Em relação a fevereiro de 2023, houve alta de 9,30%.

Divulgação

A produção da indústria de bens de capital subiu 1,80% em fevereiro ante janeiro. Na comparação com fevereiro de 2023, o indicador avançou 5,30%

Entre os semiduráveis e os não duráveis, houve alta de 0,40% na produção em fevereiro ante janeiro. Na comparação com fevereiro de 2023, a produção subiu 4,80%.

Para os bens intermediários, o IBGE informou que a produção caiu 1,20% em fevereiro ante janeiro. Em relação a fevereiro de 2023, houve alta de 5,10%.

A queda de 0,3% na produção industrial em fevereiro ante janeiro fez o setor acumular uma perda de 1,8% em dois meses seguidos de recuos. No mês anterior, a produção tinha diminuído 1,5%.

Considerando apenas meses de fevereiro, a retração foi o pior desempenho desde 2021, quando houve queda de 1,5%.

"Esses dois resultados negativos em sequência eliminam parte do saldo positivo de 2,7% que vinha sendo acumulado entre agosto e dezembro de 2023", apontou André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

O IBGE revisou o resultado da produção industrial em janeiro de 2024 ante dezembro de 2023, de uma redução de 1,6% para queda de 1,5%. A taxa de dezembro ante novembro foi revista de aumento de 1,6% para alta de 1,5%.

O resultado de bens de capital em janeiro ante dezembro passou de alta de 5,2% para aumento de 9,3%. Em bens intermediários, a taxa de janeiro ante dezembro saiu de queda de 2,4% para recuo de 2,7%.

Nos bens de consumo duráveis, o resultado de janeiro ante dezembro passou de alta de 1,4% para aumento de 1,5%.

Nos bens de consumo semi e não duráveis, a taxa de janeiro ante dezembro foi revista de queda de 1,0% para recuo de 0,4%.

FILANTROPIA

Brasileiros multimilionários conhecem, mas não priorizam a ESG ao investir

Uma parcela muito pequena dos brasileiros multimilionários coloca dinheiro nos chamados investimento de impacto, aquele em que há um objetivo claro de melhoria social ou ambiental, além do retorno financeiro. Isso não chega a ser novidade, nem uma boa notícia do ponto de vista da repercussão positiva que esse tipo de alocação proporciona. Um levantamento inédito mostrou que apenas 19% dos gestores de grandes fortunas entrevistados usam critérios ESG (sigla em inglês para boas práticas ambientais, sociais e de governança) ao fazer a alocação de parte dos recursos.

Mas uma boa novidade é que mais da metade (61%) dos entrevistados da pesquisa já conhece as diferentes variações de investimento de impacto e ESG e usam esse conhecimento em suas tomadas de decisão.

O diagnóstico integra um levantamento que será divulgado na quarta-feira, 3, em um evento em São Paulo, pela Sitawi Finanças do Bem, uma organização sem fins lucrativos fundada em 2008 que desenvolve infraestrutura financeira para a economia de impacto. A pesquisa sobre investimentos e filantropia contou com entrevistas a 28 gestores de patrimônio, single e multi family offices, conselheiros e outros assessores não financeiros. Todos trabalham com carteiras ou patrimônio de mais de R$ 50 milhões. Nessa amostra, 58% dos entrevistados apoiam a gestão de patrimônios de mais de R$ 1 bilhão.

"Vemos que ainda há uma clara priorização do desempenho financeiro das estratégias de investimento", afirmou Leonardo Letelier, presidente executivo e fundador da Sitawi. A maioria dos entrevistados (71%) espera obter resultados iguais ou até acima dos obtidos na abordagem tradicional, apesar das suas motivações de Responsabilidade Social/Ambiental (86%).

"Isso é muito comum. Se perguntar para alguém se ele quer fazer o bem ao mundo, a resposta vai ser sim. Mas se perguntar se a pessoa aceita abrir mão de retorno para fazer o bem, a maioria vai responder que não. Poucas são as oportunidades que é possível ter tudo. Como tudo na vida, também há 'trade-off' em investimento de impacto", diz Letelier, com a experiência da Sitawi de ter mobilizado mais de R$ 450 milhões para mais de 3 mil iniciativas, que beneficiaram 14 milhões de pessoas e apoiaram a conservação de 5 milhões de hectares no Brasil. "Advogamos que as pessoas entendam esse 'trade-off' e escolham o investimento de impacto mesmo assim."

"Notamos que já existem sinais de um crescimento gradual de abordagem de 'investimento impacto-consciente'", afirma Letelier. Mais da metade (52%) dos respondentes disse incluir abordagens de impacto socioambiental ("Finance First" ou de "Impact First") em seus portfólios. Como explica a tabela, o primeiro prioriza retorno financeiro à frente do impacto. Já o segundo visa maior impacto, aceitando taxas menores de remuneração e maior risco.

PLANEJAMENTO FAMILIAR

DIREITO REAL DE HABITAÇÃO - O QUE É E O QUE AFETA A VIDA DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE E DOS HERDEIROS?

por
Fernanda Valadares

Especialista em inventário extrajudicial, pós-graduada em Direito Privado e pós-graduada em Planejamento Patrimonial e Sucessório pela FGV/SP. Advogada de empresa pública e sócia do escritório Valadares e Fueta Advogados

NO ÂMBITO DO DIREITO sucessório, a legislação aplicável é aquela vigente à data do falecimento do indivíduo. Tal premissa é atualmente a regra, e o que antigamente era aplicado no âmbito sucessório, pode ser que hoje, com a alteração do código civil em 2002 não mais se aplique. E isso foi o que aconteceu com o direito real de habitação. Que no código civil de 1916 condicionava o direito real de habitação à manutenção do estado de viuvez e ao casamento no regime de comunhão parcial de bens ou separação absoluta.

DESTA FORMA, ANTIGAMENTE a viúva ou viúvo não poderia contrair novo casamento caso desejasse se manter residindo no imóvel que não tinha direito por herança ou meação. O que podia garantir a moradia da viúva era o direito real de habitação, como garantia constitucional do direito à moradia ao cônjuge sobrevivente.

ATUALMENTE, NO ENTANTO, o direito real de habitação está disposto no artigo 1.831 do Código Civil de 2022, garantindo ao cônjuge sobrevivente, independentemente do regime de bens o qual foi casado, o direito de permanecer no imóvel residencial do casal, desde que este seja o único a inventariar. Aqui não mais se exige a manutenção do estado de viuvez, mantendo o direito real de habitação do sobrevivente até o seu falecimento.

ENTRETANTO, ESSE DIREITO real de habitação é suprimido quando existem coproprietários anteriores à sucessão, conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ou seja, havendo mais de um proprietário do bem no momento do falecimento de um dos herdeiros, prevalece o direito à propriedade do coproprietário em detrimento do direito real de habitação. E não poderia ser diferente.

O PROPÓSITO PRIMORDIAL do direito real de habitação é assegurar moradia ao cônjuge/companheiro sobrevivente, preservando o imóvel que servia de residência à família, e temporariamente restringindo os direitos de propriedade dos herdeiros em favor da solidariedade familiar.

A EXISTÊNCIA DE COPROPRIEDADE anterior à abertura da sucessão, no entanto, impede o reconhecimento do direito real de habitação uma vez que o imóvel é de titularidade comum a terceiros não relacionados à sucessão.

E SE NÃO FOSSE ASSIM, a pretensão de instituir o direito real de habitação confrontaria o direito dos condôminos. E, por isso, em situações de condomínio com terceiros, como filhos, irmãos, pais ou estranhos, não se admite a instituição do direito real de habitação.

Sendo assim, a título de exemplo, caso um filho tenha um imóvel com seu pai e anos depois esse pai vem a contrair um casamento e futuramente falece, a viúva, no caso, não teria o direito real de habitação pelo simples fato de o filho ser coproprietário do bem e o direito à propriedade não poderia ser suprimido.

CASO CONTRÁRIO, NO ENTANTO, imagina-se a seguinte situação. Um senhor, com 3 filhos, e dono sozinho de um imóvel, contrai casamento pelo regime da separação obrigatória de bens. Após anos residindo com a esposa no imóvel o senhor vem a óbito. Nesse caso, apesar de a companheira sobrevivente não ser herdeira do imóvel, terá direito de continuar residindo no imóvel que lhe servia de moradia com o de cujos até o seu falecimento. E isso quer dizer que, os filhos do de cujos, apesar de serem os herdeiros do imóvel, não poderão cobrar aluguel da viúva, que terá direito de moradia no bem até o seu falecimento.

O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO atual, portanto, visa garantir moradia ao cônjuge/companheiro sobrevivente, preservando o imóvel destinado à residência familiar, independentemente do regime de bens adotado.

COM ISSO, O DIREITO REAL de habitação limita os direitos de propriedade aos herdeiros do falecido, mas não aos proprietários anteriores ao óbito, mesmo que tenham permitido a utilização do imóvel pelo casal por meio de comodato. Esse foi um caso julgado recentemente no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que, os filhos do de cujos, mesmo sendo proprietários do bem imóvel deixaram através do comodato (forma de empréstimo) o pai, também proprietário, a residir no imóvel com sua atual companheira. Mesmo existindo o direito real de habitação, no caso em questão o Tribunal manteve a jurisprudência no sentido de privilegiar o direito a propriedade de terceiros em detrimento do direito real de habitação e cassou a decisão que deixava a companheira continuar residindo no imóvel.

PERCEBE-SE, PORTANTO, a importância do conhecimento do instituto do direito real de habitação como instrumento de proteção aos direitos do cônjuge/companheiro sobrevivente, garantindo-lhe a moradia digna e preservando a estabilidade do núcleo familiar após o falecimento de um dos cônjuges e também para fins de ciência do direito dos herdeiros em caso da possibilidade de haver o direito real de habitação.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

DESABAMENTOS

Terremoto em Taiwan deixa nove mortos e 882 feridos

O corpo de bombeiros reconheceu que espera que o número de mortes aumente à medida que os relatórios de feridos de todo o país forem recebidos

Reuters

Um prédio de cinco andares em Hualien, pouco povoado, aparecia em imagens fortemente danificado, com o primeiro andar desabado enquanto o restante estava inclinado em um ângulo de 45 graus

Um forte terremoto de magnitude acima de 7 foi sentido em Taiwan na terça-feira, 2, (quarta-feira, 3, pela manhã no horário local), sacudindo toda a ilha e provocando o desabamento de edifícios. Pelo menos nove pessoas morreram e 882 ficaram feridas em decorrência do terremoto, segundo o Corpo de Bombeiros de Taiwan. Outras 131 pessoas ficaram presas em meio aos danos, muitas delas em trilhas de caminhada e túneis. As operações de busca e resgate estão em andamento.

Segundo o Serviço Geológico dos EUA o tremor foi de magnitude 7,4 e ocorreu em Hualien, na costa leste de Taiwan. A Administração Central de Meteorologia de Taiwan também registrou um tremor secundário de magnitude 6,4. De acordo com a Administração Central de Meteorologia de Taiwan, este foi o terremoto mais forte a atingir a ilha em 25 anos.

O epicentro foi cerca de 16 quilômetros abaixo da superfície da Terra, segundo Taiwan. Os tremores puderam ser sentidos por mais de um minuto na capital, Taipé, onde os noticiários mostraram imagens de edifícios tremendo.

O corpo de bombeiros disse que espera que o número de mortes aumente à medida que relatórios de feridos de todo o país forem recebidos. Segundo a corporação, vários prédios em Hualien desabaram parcialmente e deslizamentos de terra ao longo da costa leste tornaram inutilizável uma rodovia principal.

A Agência Meteorológica do Japão previu um tsunami de até 3 metros após o terremoto às 7h58 do horário local, fazendo com que fossem emitidos alertas de tsunami para Taiwan, as ilhas Okinawa do Japão e partes das Filipinas.

Logo após as 9h do Japão (21h de Brasília), as primeiras ondas com mais de 30 centímetros começaram a chegar à ilha de Yonaguni, segundo a emissora NHK. Os residentes das ilhas de Okinawa, Miyako e Yaeyama, no sul do Japão, foram orientados a ficar o mais longe possível das áreas costeiras. Algumas horas depois, porém, o Centro de Alerta de Tsunamis do Pacífico dos EUA informou que a ameaça de tsunami havia passado e o Japão suspendeu seus alertas.

As autoridades das Filipinas também cancelaram todos os alertas afirmando que suas estações de monitoramento não detectaram nenhum distúrbio significativo no nível do mar.

A ilha de Taiwan está localizada no chamando Círculo de Fogo do Pacífico, que causa enorme atividade sísmica e vulcânica no Oceano Pacífico, atingindo desde a Indonésia ao Chile.

Taiwan é regularmente abalada por terremotos. Em 2018, um tremor de magnitude 6,2 matou 17 pessoas e feriu mais de 300 em Hualien. Em 1999, o maior terremoto da história recente matou 2.400 pessoas.

O Condado de Hualien abriga cerca de 300 mil pessoas e fica perto do desfiladeiro de Taroko, um destino turístico popular.

Um prédio de cinco andares em Hualien, pouco povoado, aparecia em imagens fortemente danificado, com o primeiro andar desabado enquanto o restante estava inclinado em um ângulo de 45 graus. Na capital, Taipé, azulejos caíram de edifícios mais antigos e de alguns complexos de escritórios mais recentes.

No condado de Changhua, na costa oeste, um prédio caiu completamente e outros 15 desabaram parcialmente, informou o Corpo de Bombeiros de Taiwan. Mais 67 edifícios foram danificados. Uma das estruturas parcialmente desmoronadas era um armazém na cidade de Nova Taipei, onde quatro pessoas foram resgatadas, de acordo com a Central News Agency de Taiwan. Outras 12 pessoas foram resgatadas em outro prédio na cidade de Nova Taipei, onde a fundação afundou no chão.

As equipes estão trabalhando para alcançar as pessoas presas nas estradas bloqueadas. A partir das 13 horas, horário local, as estradas estavam intransitáveis devido a danos e queda de rochas em 19 locais, segundo o Ministério dos Transportes. Uma ponte antes do túnel Daqingshui desmoronou completamente.

O serviço de trem foi suspenso em toda a ilha de 23 milhões de habitantes, assim como o serviço de metrô em Taipé. Mas as coisas rapidamente voltaram ao normal na capital, com as crianças indo para a escola e o deslocamento matinal parecendo normal.

Em partes de Hualien, tanto o transporte ferroviário quanto as rodovias estão bloqueados, disse o ministro dos Transportes, Wang Guo-cai. O trabalho está em andamento para restaurar o transporte ferroviário e espera-se que o tráfego nos dois sentidos seja restaurado ao meio-dia de quinta-feira, disse ele.

Cortes de energia e interrupções na internet foram relatados em partes de Taiwan após o terremoto, de acordo com a NetBlocks, uma organização de vigilância que monitora a segurança cibernética e a governança da internet.

Taiwan é um importante centro de fabricação de muitos dos avançados chips de computador do mundo. Um porta-voz da Taiwan Semiconductor Manufacturing, ou TSMC, disse que algumas operações foram suspensas. Uma declaração da empresa disse que algumas fábricas foram evacuadas conforme o procedimento da empresa e que eles continuam confirmando os detalhes do impacto.

O chefe do departamento de monitoramento de terremotos de Taiwan, Wu Chien-fu, disse que os efeitos foram detectados em lugares distantes como Kinmen, uma ilha controlada por Taiwan na costa da China.

Taiwan registrou 76 tremores secundários em menos de cinco horas após o terremoto em Hualien, de acordo com a Administração Central de Meteorologia. Wu Chien-fu, vice-diretor do Centro de Sismologia da administração, disse que tremores secundários de magnitude 6,5 a 7,0 são possíveis nos próximos três a quatro dias.

INTERRUPÇÃO

Fábricas param em Taiwan e produção de semicondutores pode ser afetada

O terremoto em Taiwan na quarta-feira, 3, que deixou ao menos nove mortos e mais de 900 feridos, prejudicou a produção de semicondutores no país, por causa da interrupção da fabricação do componente em algumas fábricas.

A paralisação parcial pode impactar a confecção de chips em algumas das principais fabricantes do globo e prejudicar a economia global. Analistas ouvidos pela agência apontam que alguns chips precisam de operações ininterruptas 24 horas por dia e em todos os dias da semana. Por isso, a interrupção de algumas operações em Taiwan pode significar que alguns produtos tenham sido danificados.

A produção do material em Taiwan é muito importante para a economia global porque o país representa mais da metade do mercado de laptop e dispositivos de rede.

A principal companhia do setor no país, a TSMC (Taiwan Semiconductor Manufacturing Co.), que é a maior fabricante de chips do mundo, afirmou que retirou os funcionários de alguns centros de distribuição por conta de medidas de segurança relacionadas ao terremoto. Apesar disso, a empresa também comunicou que estes funcionários já retornaram ao trabalho. A TSMC fornece chips para empresas como a Apple e a Nvidia.

Em um comunicado enviado ao jornal South China Morning Post, de Hong Kong, a empresa estimou que teria uma diminuição de lucro de US$ 60 milhões por conta do terremoto, segundo previsões financeiras para o segundo trimestre. Apesar disso, a TSMC destacou que o impacto seria limitado. De acordo com a Reuters, três instalações da TSMC pelo país sofreram interrupções e poderão atrasar algumas remessas de entregas.

Outras empresas menores do setor como a United Microelectronics Corporation (UMC) também retiraram os funcionários de alguns centros de produção.

O tremor de magnitude acima de 7 foi sentido em Taiwan na quarta-feira, 3, sacudindo toda a ilha e provocando o desabamento de edifícios. Este foi o maior terremoto sofrido pelo país desde 1999. O abalo sísmico deixou nove mortos e 934 feridos, segundo a Agência Nacional de Bombeiros de Taiwan. A emissora local United Daily News apontou que três pessoas que estavam escalando montanhas no Parque Nacional de Taroko morreram em deslizamentos de rochas em Hualien, e que um motorista de van morreu na mesma área quando pedras atingiram o veículo.

As autoridades disseram ter perdido contato com 50 pessoas que estavam em um micro-ônibus no parque nacional depois que o terremoto derrubou as redes telefônicas. Outras seis pessoas ficaram presas em uma mina de carvão e um resgate estava em andamento. O terremoto e os tremores secundários também causaram 24 deslizamentos de terra e danos a 35 estradas, pontes e túneis.

INFLAÇÃO

Bolsas da Europa sobem com ímpeto do setor bancário

As bolsas europeias fecharam, majoritariamente, em alta na quarta-feira, 3, com Frankfurt de volta ao caminho de ganhos mais firmes, após dados de inflação da zona do euro abaixo do esperado fortalecerem as chances de o Banco Central Europeu (BCE) ter confiança para reduzir os juros nos próximos meses. As ações do setor bancário se destacaram entre as principais altas nos mercados da região. Em Madri, o índice referencial IBEX-35 reconquistou o patamar dos 11 mil pontos.

Em Frankfurt, o DAX subiu 0,50%, aos 18.373,89 pontos, com o mercado alemão resgatando o bom momento que levou o índice referencial alemão à marca inédita de 18.504,51 pontos no fechamento da quinta-feira, dia 28 de março, último dia de negócios antes do feriado de Páscoa.

Em Paris, o CAC-40 ganhou 0,29%, 8.153,23 pontos. O FTSE 100, referencial da Bolsa de Londres, terminou com variação positiva de 0,03%, na máxima intradiária de 7.937,44 pontos.

A taxa anual de inflação ao consumidor (CPI, pela sigla em inglês) da zona do euro desacelerou para 2,4% em março, ante 2,6% em fevereiro. O indicador ficou abaixo da expectativa de analistas consultados pela FactSet, que previam manutenção da taxa em 2,6%. Ainda na zona do euro, a taxa de desemprego ficou inalterada em fevereiro ante o mês anterior, em 6,5%, bem próxima da mínima histórica de 6,4%.

Na Alemanha, o Commerzbank subiu 4,49% e o Deutsche Bank ganhou 2,03%. O Barclays registrou alta de 2,40% e o Natwest, de 2,21% em Londres. Em Madri, os bancos se destacaram entre os ativos que impulsionaram o Ibex-35, que fechou com valorização de 0,44%, aos 11.024,30 pontos. As ações do Sabadell dispararam 4,09% e as do Santander, 1,36%.

Ainda na Alemanha, a BMW avançou 4,64%, a Porsche Automobil, 3,41% e a Volkswagen, 2,32%. Em Milão,o FTSE Mib encerrou o pregão em alta de 0,45%, aos 34 480,87 pontos, também com o impulso de ativos do setor bancário. O Finecobank subiu 5,97% e o BPER Banca, 2,38%.

A Bolsa de Lisboa destoou do desempenho positivo das demais praças da região e o PSI 20 caiu 0,05%, aos 6.304,03 pontos.

As bolsas da Ásia e do Pacífico fecharam em baixa na quarta-feira, 3, seguindo o comportamento de Wall Street, que teve ontem seu pior desempenho diário em semanas em meio a preocupações com a trajetória dos juros básicos nos EUA.

O índice japonês Nikkei caiu 0,97% em Tóquio, a 39.451,85 pontos, enquanto o Hang Seng recuou 1,22% em Hong Kong, a 16 725,10 pontos, o sul-coreano Kospi cedeu 1,68% em Seul, a 2 706,97 pontos, e o Taiex perdeu 0,63% em Taiwan, a 20.337,60 pontos, após um grave terremoto atingir a ilha.

Na China continental, o Xangai Composto teve modesta baixa de 0,18%, a 3.069,30 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto recuou 0,66%, a 1.767,96 pontos.

O mau humor na região asiática veio após as bolsas de Nova York sofrerem perdas de até 1% na terça-feira, em seu pior pregão em várias semanas, diante de temores de que o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) seja cauteloso e deixe para começar a reduzir juros apenas mais adiante, talvez no segundo semestre.

Com a falta de apetite por risco, pesquisa da S&P Global/Caixin que mostrou o PMI de serviços chinês avançando a 52,7 em março, como previsto, ficou em segundo plano.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

ENTREVISTA | PASCOAL ANDRÉ, MÉDICO

Pascoal relata horror em hospital: "desastre humano"

A situação dos hospitais na Faixa de Gaza piora a cada dia. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), apenas 10 dos 36 hospitais da região seguem funcionando e, ainda assim, de forma parcial, com escassez de medicamentos, combustível e pessoal.

O ataque de Israel, nos últimos dias, ao hospital Al Shifa, no Norte do enclave, reduziu ainda mais a capacidade de atendimento às centenas de milhares de feridos. A OMS exige o fim dos ataques aos hospitais em Gaza e apela pela proteção do pessoal da saúde.

O médico francês Pascoal André, de 60 anos, trabalhou como voluntário por uma temporada no Hospital Europeu, em Khan Yunis, no sul de Gaza, e relatou os horrores de se trabalhar em um hospital da região.

"É sempre a mesma coisa: às 5h, bum, ban, bum (barulho de bombardeios) e, meia hora depois, os primeiros carros chegando, carros particulares, com pacientes moribundos, com pacientes muito graves e com casos não muito importantes, mas muitos pacientes chegando nas emergências sem qualquer triagem", contou Pascoal, que foi para Gaza como voluntário do PalMed France, ONG de médicos palestinos em países europeus.

O infectologista relatou que é preciso escolher qual paciente atender diante da demanda, que é difícil dormir por causa do barulho dos drones, que a fome tem tirado a vida de muitas crianças, especialmente as recém-nascidas, que não há material nem mesmo para higiene, e que as equipes médicas estão exaustas.

"Você tem que escolher um paciente. Se ele não estiver muito bom, ele morrerá. Ou não é muito urgente, ele tem que esperar", relatou o profissional, que gravou dezenas de depoimentos, trouxe imagens perturbadoras dos atendimentos e da desnutrição para denunciar na Europa.

"Voltamos com muitos depoimentos dos médicos deste hospital e não fomos ouvidos de verdade nos países europeus. Passamos no Parlamento Europeu, mas apenas três deputados nos receberam. É uma vergonha", lamentou.

Por que você decidiu trabalhar em Gaza?

Pascoal André: Para mim, ser médico é estar a serviço do paciente e estar com os outros médicos solidários. Há alguns anos eu queria conhecer médicos palestinos. Fui em abril de 2023 para a Cisjordânia. Vi o que significa o apartheid, trabalhei com o Crescente Vermelho (organização humanitária que atua na Palestina) e com o governo Palestino para tentar melhorar o atendimento pré-hospitalar.

Quando chegou o 7 de outubro, decidi reservar um tempo para ir a Gaza. Foi muito difícil encontrar pessoas e ONGs com permissão para cruzar a fronteira. Temos um acordo com a ONG Fundação Rahma e, desde 25 de janeiro, temos um rodízio de 20 médicos indo pra lá. Talvez uma centena de médicos já estiveram no Hospital Europeu de Gaza, localizado em Khan Younes. Alguns deles trabalham no Hospital Emirates, em Rafah.

O que você viu no hospital? Pode descrever um pouco como era a situação?

Pascoal André: No hospital, tem muitos profissionais de saúde locais e de equipes de todos os outros hospitais de Gaza. Eles me explicaram que Gaza era como Paris, com 2,5 milhões de pessoa e 36 hospitais de muito bom nível. Semelhante às práticas brasileiras para a medicina, semelhante às europeias.

Agora, no Sul de Gaza, você tem um hospital, o maior deles, em Khan Yunis, com apenas cinco salas de cirurgia e está superlotado. E as equipes médicas e as paramédicas estão muito exaustas, muito cansadas.

Eles não são bem remunerados, talvez US$ 100 a US$ 500 em cinco meses, mas o custo de vida é muito alto. Se precisar de farinha, é muito caro. Se você precisar de um pouco de açúcar, um quilo de açúcar custa US$ 10. Alguns deles estão realmente exaustos e muito mal, mentalmente.

Por exemplo, em um dos hospitais você, em tempos normais, tinha 40 leitos para pacientes cirúrgicos e agora está com 120 leitos. Pessoas morando dentro de salas cirúrgicas. É muito difícil trabalhar assim.

Eu, como infectologista, sem antisséptico na sala de cirurgia, sem sabão, sem água para limpar o paciente antes da operação. Portanto, temos visto muitas infecções com muitas complicações, com morte e amputações. É uma pena porque você tem todos os medicamentos, todos os aparelhos, a seis ou oito quilômetros, não muito longe do hospital, mas bloqueados na fronteira do Egito.

Israel acusa o Hamas de usar os hospitais para atividades militares. Você viu algo desse tipo?

Pascoal André: Não, nenhum de nós viu isso. Cem médicos estiveram lá desde 25 de janeiro. Foi no Hospital Europeu, não foi no Norte porque não temos muita informação do que acontece no Norte. Em Rafah, nenhum de nós viu isso. Não vimos nenhum combatente do Hamas. Não vimos nenhum túnel sob o hospital.

Você ouve, o que talvez sejam lutadores, lá fora. Às vezes ouvíamos alguns pa pa pa (sons de tiros). Talvez dois minutos depois, os drones estavam lá, os tanques estavam lá, e se não bastasse, os F-16 (aviões de guerra) estavam lá.

Mas, considerando os cem médicos que passaram por lá, não vimos nenhum soldado israelense e nenhum soldado ou combatente do Hamas.

Como é viver toda essa situação, emocionalmente falando?

Pascoal André: No meu trabalho como médico de emergência, vivencio situações muito difíceis. Embora tenha experiência, posso conviver com isso porque estou bem de vida, com meus filhos e minha esposa. Está tudo bem para mim.

Durante os dias, não dormimos bem porque na nossa cabeça estavam sempre os sons dos drones, mesmo tapando os ouvidos com um bloqueador. Vimos muita destruição, muitos civis com crianças, com mulheres, sem nenhuma atuação política, só civis que foram mortos, que foram feridos e é realmente uma pena.

Mas o que é muito, muito difícil para mim e para os meus amigos é voltar aos Estados Unidos ou à Europa e falar sobre a situação e ver o silêncio da mídia, da política, e da maioria dos cidadãos à sua frente. Essa experiência para mim, e para a maioria de nós que esteve lá, é um sofrimento real maior do que a experiência pessoal que vivi lá

Voltamos com muitos depoimentos dos médicos deste hospital e não fomos ouvidos de verdade nos países europeus. Passamos no Parlamento Europeu, mas apenas três deputados nos receberam. É uma vergonha. A maior parte dos cidadãos, dos políticos e dos meios de comunicação não falam sobre o tema com liberdade porque temem a acusação de anti-semitismo e de apologia do terrorismo e, por isso, calam-se.

Existe um sofrimento enorme. É desesperador. Mas há uma enorme humanidade no povo palestino na forma como acreditam na justiça. Eles têm certeza de que vencerão porque a justiça está com eles.

Como está a situação da fome em Khan Yunis?

Pascoal André: A maioria dos médicos palestinos que conheci perderam entre 10 e 15 quilos. Todos eles nos explicam que é muito difícil encontrar comida. Mas o mais difícil está realmente no Norte. Mas mesmo no Sul, por exemplo, você pode ver algumas fotos que são muito impressionantes de pessoas passando fome.

Você tem uma taxa enorme de infecção porque quando você não come o suficiente, seu corpo não consegue reagir contra a infecção. Muitos bebês têm que sair do hospital com a mãe seis horas após o parto ou 16 horas após a cesariana.

Mas eles não vão para uma casa tranquila. Eles vão para uma barraca e está muito frio. E alguns deles estão morrendo por causa da desnutrição e da hipotermia. É realmente desumano e não é aceitável que os países europeus e os países norte-americanos apoiem isto.

Você pretende voltar para Gaza?

Pascoal André: Sim, eu espero voltar em junho, mas tenho que tomar cuidado porque é muito difícil ser um repórter. Eu quero ser médico, mas quando o paciente sofre bombardeios e tiros, sinto que tenho que registrar o que ocorre.

Eu tenho alguns registros de vozes palestinas, porque o mais importante é que as vozes palestinas sejam ouvidas no mundo. Por isso, tenho que tomar cuidado porque você sabe o que aconteceu com os repórteres em Gaza.

DEPORTAÇÃO

Trump chama imigrantes ilegais de 'animais' durante discurso de campanha em Michigan

Donald Trump, que acusou os imigrantes de "envenenar o sangue do país" e prometeu lançar a maior operação de deportação doméstica da história do país caso eleito, chamou os imigrantes que estão ilegalmente nos EUA de "animais", usando uma linguagem desumanizadora que, segundo estudiosos do extremismo, aumenta o risco de violência.

"Os democratas dizem: 'Por favor, não os chame de animais. Eles são humanos'. Eu digo: 'Não, eles não são humanos, eles não são humanos, eles são animais'", disse ele.

A declaração ocorreu enquanto o ex-presidente citava novamente o assassinato de Laken Riley, uma estudante de enfermagem na Geórgia. Um homem venezuelano que, segundo as autoridades, entrou ilegalmente nos EUA, foi acusado do assassinato. A família de Riley compareceu ao comício de Trump na Geórgia no mês passado e se reuniu com ele nos bastidores. Trump se referiu ao suspeito da morte de Riley como um "animal estrangeiro ilegal".

"Sob o comando do corrupto Joe Biden, todo Estado agora é um Estado fronteiriço. Toda cidade agora é uma cidade fronteiriça porque Joe Biden trouxe a carnificina, o caos e a matança de todo o mundo e os despejou diretamente em nossos quintais", disse Trump em Grand Rapids, onde estava ladeado por policiais uniformizados.

Embora os crimes violentos tenham diminuído, Trump e outros republicanos atacaram Biden aproveitando uma onda de crimes supostamente cometidos por imigrantes que estão ilegalmente nos EUA. A imigração ilegal se tornou o tema central da campanha americana, já que as travessias de fronteira atingiram níveis recordes. As pesquisas sugerem que Trump tem uma vantagem sobre Biden nessa questão, porque muitos eleitores em potencial dizem estar preocupados com o impacto da entrada de imigrantes.

Trump continuou a martelar o tema em um comício em Green Bay, Wisconsin, na noite de terça-feira, 2, quando o Estado estava realizando suas primárias presidenciais. Trump acusou nações desonestas de "bombear migrantes através de nossa fronteira aberta" e "enviar prisioneiros, assassinos, traficantes de drogas, doentes mentais, terroristas" - embora não haja nenhuma evidência de que algum país esteja envolvido nesse tipo de esforço coordenado.

Ele também alegou que os imigrantes custariam ao país trilhões de dólares em benefícios públicos e fariam com que a Previdência Social e o Medicare "cedessem e entrassem em colapso".

"Se você quiser ajudar Joe Biden a jogar a vovó do penhasco para financiar os benefícios do governo para os ilegais, então vote em Joe Biden", disse ele. "Mas quando eu for presidente, em vez de jogar a vovó ao mar, mandarei os estrangeiros ilegais de Joe Biden de volta para casa.

Trump também invocou o assassinato de Ruby Garcia, uma mulher de Michigan que foi encontrada morta ao lado de uma rodovia de Grand Rapids em 22 de março. A polícia diz que ela estava em um relacionamento amoroso com o suspeito, Brandon Ortiz-Vite. Ele disse à polícia que atirou nela várias vezes durante uma discussão antes de deixar o corpo dela na beira da estrada e sair dirigindo seu Mazda vermelho.

Trump se referiu incorretamente a Garcia, de 25 anos, como sendo um jovem de 17 anos. As autoridades dizem que Ortiz-Vite é cidadão do México e já havia sido deportado após uma prisão por dirigir embriagado. Ele não tem um advogado listado nos registros do tribunal.

Em seus comentários, Trump disse que havia conversado com alguns membros da família dela. A irmã de Garcia, Mavi, no entanto, contestou seu relato, dizendo à Fox17 que não. "Não, ele não falou conosco", disse o veículo de comunicação em uma mensagem de texto, recusando-se a fazer mais comentários.

Na semana passada, ela também pediu no Facebook que os repórteres parassem de politizar a história de sua irmã e, na terça-feira, pediu privacidade, dizendo que só queria que "a justiça fosse feita" e que "fosse deixada em paz".

As estatísticas do FBI mostram que os crimes violentos, em geral, caíram novamente nos EUA no ano passado, dando continuidade a uma tendência de queda após um pico na era da pandemia. Em Michigan, os crimes violentos atingiram uma baixa de três anos em 2022, segundo os dados mais recentes disponíveis O crime na maior cidade de Michigan, Detroit, também diminuiu, com o menor número de homicídios no ano passado desde 1966.

Michigan e Wisconsin são vistos como Estados críticos no campo de batalha da eleição deste ano. Trump venceu ambos em 2016, derrubando o chamado "muro azul" dos democratas, mas os perdeu para Biden em 2020. Sua campanha espera reconquistá-los com um foco especial nos trabalhadores braçais e membros de sindicatos

Em Green Bay, alguns apoiadores enfrentaram a nevasca por três horas para entrar no local do evento. Em Grand Rapids, mais de 100 apoiadores enfrentaram a chuva fria para se alinharem na rua por onde a comitiva de Trump deveria passar.

Em um parque próximo, um pequeno grupo que defendia a reforma imigratória se reuniu para fazer um momento de silêncio por Garcia, segurando cartazes que diziam "Nenhum ser humano é ilegal" e "Michigan acolhe imigrantes".

A campanha de Biden tentou rebater os ataques de Trump atacando o ex-presidente por seu papel na eliminação de um acordo bipartidário sobre a fronteira que teria acrescentado mais de 1.500 novos funcionários da Alfândega e Proteção de Fronteiras, além de outras restrições.

"Havia uma solução na mesa. Na verdade, foi o ex-presidente que incentivou os republicanos a desistir de fazer o acordo", disse a governadora de Michigan, a democrata Gretchen Whitmer, na segunda-feira, dia 1º. "Não tenho muita tolerância com pontos políticos quando isso continua a colocar em risco nossa economia e, até certo ponto, nosso povo, como vimos acontecer em Grand Rapids recentemente."

Trump tem se inclinado a uma retórica inflamada sobre o aumento do número de migrantes na fronteira sul desde que se tornou o candidato presumido de seu partido. Ele retratou os migrantes como "envenenando o sangue do país", questionou.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

FALTA DE PROVAS

Câmara dos Deputados

Inquérito foi arquivado em 2019

Juiz manda arquivar outra vez inquérito sobre acidente

O juiz Roberto Lemos dos Santos Filho, da 5ª Vara Federal de Santos, no litoral de São Paulo, determinou que o inquérito sobre o acidente de avião que matou o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos retorne ao arquivo. O magistrado havia remetido o caso para a Procuradoria-Geral da República em razão de um pedido do advogado Antônio Campos, irmão de Eduardo, mas o órgão entendeu que não havia elementos para reabrir a investigação.

Eduardo Campos morreu em agosto de 2014 vítima de um acidente de avião em Santos durante a campanha à Presidência.

O despacho de Roberto Lemos foi assinado na segunda-feira, 1º, após a decisão da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - instância revisora do órgão - decidir pela homologação de arquivamento do inquérito.

O colegiado entendeu que inexistem elementos necessários a embasar o desarquivamento do caso, conforme pedido por Antônio Campos.

O juiz Roberto Lemos havia encaminhado o caso para a PGR em novembro, para 'assegurar a revisão da investigação e assentar o acerto da conclusão alcançada' - no caso, a negativa do Ministério Público Federal em reabrir o caso após 'fatos novos' apresentados por Antônio Campos à Justiça.

O inquérito sobre a morte de Eduardo Campos foi arquivado em 2019, com resultado inconclusivo. Os investigadores não conseguiram determinar a causa exata da queda da aeronave e definir os responsáveis por eventuais crimes ou falhas, levantando quatro hipóteses para o ocorrido.

O acidente ocorreu à época em que Eduardo Campos era candidato à Presidência da República. Ele cumpria agenda de campanha viajando do Rio de Janeiro para o Guarujá quando o avião, um modelo 560XL da fabricante Cessna Aircraft, caiu em uma região de prédios e casas térreas em Santos.

Em julho passado, quase dez anos após a morte do político, o irmão dele Antônio Campos anunciou que pediria a reabertura do caso. O requerimento tomou como base um parecer técnico de 246 laudas. De acordo com o advogado, a petição levada à Justiça ainda 'traz um roteiro como chegar aos possíveis responsáveis' pelo que chama de 'acidente provocado', com 'indícios de assassinato'.

O Ministério Público Federal em Santos opinou por não reabrir o inquérito. Antônio Campos contestou o parecer, reiterando os 'fatos novos' perante a 5ª Vara Federal de Santos. Foi tal solicitação que o juiz Roberto Lemos enviou à PGR.

A avaliação da 2ª Câmara do MPF seguiu o parecer do primeiro grau do Ministério Público Federal no sentido de que o pedido do irmão de Eduardo Campos 'reproduz exatamente os mesmos fundamentos e requerimentos' de outras petições por ele apresentadas à Justiça.

DESEQUILÍBRIO

Sade vota pela cassação e inelegibilidade de Moro

O desembargador afirmou que Moro assumiu risco em começar a gastar como pré-candidato à Presidência expondo-se a impugnação

Waldemir Barreto - Agência Senado

A defesa de Moro sustentou a 'esquizofrenia absoluta' das ações movidas contra o senador e o Tribunal acordou ritos para que o julgamento não seja travado

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná retomou na tarde de quarta-feira, 3, o julgamento que pode culminar na cassação do senador Sérgio Moro (União-PR), investigado por suposto abuso de poder econômico nas eleições de 2022.

O placar está em de 1x1: o relator, desembargador Luciano Carrasco Falavinha, votou contra a perda do mandato do ex-juiz da Operação Lava Jato, sob o entendimento de que 'não foi provado abuso, caixa 2 e nem corrupção'; já o desembargador José Rodrigo Sade entendeu que houve 'patente abuso' no caso, com a 'quebra da isonomia do pleito, comprometendo sua lisura'.

Após Sade abrir divergência, a desembargadora Cláudia Cristina Cristofani pediu vista do casos, suspendendo o julgamento. A análise será retomada na segunda, 8, com a expectativa de conclusão da averiguação do caso no mesmo dia.

O caso ainda pode aportar no Tribunal Superior Eleitoral, em grau de recurso. O TRE estima que, em tal hipótese, os autos sejam remetidos à Corte superior em maio.

Recém-chegado à Corte eleitoral por indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Sade fez um paralelo entre futebol e o julgamento de Moro. Apontou que o TRE discute se o senador e seus suplentes teriam 'desrespeitado o fair play financeiro', o teto de gastos. Nessa analogia, a Corte estaria fazendo um 'VAR' do pleito: "o candidato venceu, sua torcida comemorou e estamos avaliando se o gol foi válido".

A avaliação do magistrado é a de que é irrelevante saber se Moro pretendia ou não recorrer ao Senado pelo Paraná, desde o início. Segundo o desembargador, se o candidato escolhe fazer pré-campanha para um cargo maior, deve ter planejamento para que, em casos de mudança para um cargo menor, haja controle de gastos para evitar incorrer em abuso de poder econômico.

Sade entendeu que Moro assumiu risco em começar a gastar como pré-candidato à Presidência expondo-se a impugnação de sua candidatura. Para o desembargador, no caso concreto, Moro investiu mais recursos que os demais candidatos, porque, até determinado ponto, sua base para o teto era maior, gerando 'completo desequilíbrio' para o pleito.

O magistrado ressaltou que não é possível apagar os caminhos que o pré-candidato percorreu.

"Tentando participar de três eleições diferentes, desequilibrou Moro, a seu favor, a última, ao Senado pelo Paraná. E o desequilíbrio decorre da constatação incontroversa de que os demais candidatos não tiveram as mesmas oportunidades de exposição, o que fez toda a diferença".

Para Sade, as provas são contundentes ao mostrar a realidade da pré-campanha de Moro quando de sua filiação ao Podemos e também ao União Brasil. Em seu voto, o desembargador chegou a citar o precedente da senadora Selma Arruda de Mato Grosso.

"A existência do abuso é patente e verificável de per si, independentemente de considerações sobre o efetivo impacto e resultado do pleito. Basta a comprovação dos fatos abusivos, no caso, o uso excessivo de recursos financeiros, para que reste configurado o ilícito eleitoral. Houve a quebra da isonomia do pleito, comprometendo sua lisura e legitimidade, de modo que deve ser reconhecida a prática de abuso de poder econômico, uma vez que foram comprovadamente realizadas condutas aptas a caracterizá-lo", frisou.

Na próxima sessão de julgamento, votarão, na seguinte ordem: Desembargadora Cláudia Cristina Cristofani; Desembargador Julio Jacob Junior; Desembargador Anderson Ricardo Fogaça; Desembargador Guilherme Frederico Hernandes Denz e Desembargador Sigurd Roberto Bengtsson.

Bengtsson é presidente da Corte Regional Eleitoral e, usualmente, só vota em julgamentos quando há empate e dá o voto de Minerva. No caso de Moro, no entanto, ele irá se manifestar em razão de o processo envolver pedido de cassação do mandato de um senador.

O Tribunal ainda acordou ritos para que o julgamento não seja travado, com uma devolução rápida de pedidos de vista. Falavinha só distribuiu seu voto sobre o caso após a leitura no Plenário do TRE-PR.

A primeira sessão do julgamento foi marcada pelos posicionamentos dos representantes dos autores da ação, o PL de Jair Bolsonaro e o PT do presidente Lula.

A primeira legenda argumentou que o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná deve usar o caso de Moro para estabelecer um 'precedente necessário' sobre gastos de pré-campanha em casos de 'downgrade' de candidatura. Na mesma linha, a defesa do PT disse esperar que a Corte 'fale que pré-campanha não é terra sem lei'

A defesa de Moro sustentou a 'esquizofrenia absoluta' das ações movidas contra o senador.

ELEIÇÕES

Gustavo Moreno - SCO - STF

Moraes falou da importância do grupo

TSE assina acordo para combater 'deepfakes'

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) firmou acordos com a Polícia Federal (PF) e a Advocacia-Geral da União (AGU) para que a partir de quarta-feira, 3, os órgãos colaborem com o Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia. A parceria é para fortalecer o combate às "deepfakes" e garantir o cumprimento das regras aprovadas pela Corte em fevereiro para as eleições municipais de 2024.

Inaugurado em março, o centro integrado busca promover a cooperação entre a Justiça Eleitoral, os órgãos públicos e as big techs responsáveis pelas plataformas de redes sociais para evitar a disseminação de fake news sobre o sistema eleitoral e de discursos de ódio, sejam eles de caráter nazista, fascista, antidemocrático, racista ou homofóbico.

Na sessão de terça-feira, 2, Dia Internacional da Checagem de Fatos, o presidente do TSE e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, reforçou a importância do grupo e afirmou que o Tribunal trabalha para que os eleitores tenham acesso a dados verdadeiros e "a absoluta certeza de que a Justiça Eleitoral vai responsabilizar todos aqueles que desinformarem, que divulgarem notícias fraudulentas, com ou sem uso da inteligência artificial (IA), nesse período eleitoral".

A cooperação técnica tem como objetivo principal "fazer valer as resoluções" do TSE, disse Moraes. De acordo com o ministro, em caso de descumprimento das regras, "além da aplicação das sanções, inclusive pecuniárias, a AGU será imediatamente notificada para ingressar com as ações judiciais necessárias".

As principais normas contra a desinformação tratam da proibição das "deepfakes", da regulamentação do uso de IA em propagandas eleitorais e da responsabilidade de remoção de conteúdos falsos ou ofensivos por parte das plataformas de comunicação.

As "deepfakes" usam inteligência artificial para copiar vozes e rostos. Por meio da tecnologia é possível produzir vídeos e áudios realistas em que pessoas aparecem fazendo e falando coisas que nunca fizeram ou disseram.

Moraes ressaltou ainda os convênios já existentes entre o TSE e organizações da sociedade civil para a verificação de informações. Para ele, o trabalho é fundamental para combater os ataques que a Justiça Eleitoral sofre e "para que os responsáveis sejam imediatamente penalizados civil e administrativamente e, se necessário penalmente".

O presidente do TSE afirmou também que "é importante que as pessoas saibam, a partir da checagem de fatos, o que é falso e o que é verdadeiro".

A Corte, em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), divulgou nesta semana dicas para que os cidadãos saibam identificar e evitar o compartilhamento de informações fraudulentas.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Justiça proíbe filho caçula de Lula de se aproximar da ex-namorada

O empresário Luís Cláudio Lula da Silva, filho mais novo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está proibido de se aproximar da ex-namorada que o acusa de violência doméstica, por determinação do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Entre as medidas protetivas, também está a determinação de que Luís Cláudio deixe o apartamento do casal. A defesa do filho de Lula afirma que as declarações são "fantasiosas" e que pedirá reparação por danos morais.

A médica Natália Schincariol, com quem Luís Cláudio manteve um relacionamento nos últimos dois anos, registrou boletim de ocorrência online na terça-feira, 2, relatando episódios de supostas agressões físicas e verbais ocorridas desde janeiro. Eles estavam separados, segundo ela, após a descoberta de supostas traições de Luís Cláudio, de 39 anos.

"Analisados os autos, em cognição superficial, nota-se que o relato da vítima é coerente e verossímil. Assim, diante de possível situação de vulnerabilidade da mulher, verifico a presença dos requisitos legais para a concessão das medidas protetivas", determinou a juíza do caso.

As medidas protetivas expedidas pela Justiça estabelecem que o empresário não se aproxime a menos de 200 metros da ex-namorada nem frequente os mesmos locais que ela, como trabalho, templos religiosos e ambientes de estudos. Ele não poderá manter contato com a vítima por nenhum meio e, caso queira entrar no apartamento do casal para retirar itens pessoais e documentos, terá que estar acompanhado de oficial de Justiça ou enviar um terceiro, indicado por ele, e com a supervisão de Natália.

O boletim de ocorrência relatando as agressões, registrado na 6ª Delegacia de Polícia Civil, cita cinco acusações: violência doméstica, ameaça, vias de fato, violência psicológica contra a mulher e injúria. "Me deu uma cotovelada na barriga em uma das brigas no final de janeiro", apontou a médica no registro.

A vítima também narrou agressões verbais, psicológicas e morais que "têm se intensificado ao longo do tempo", "colocando em risco" sua integridade física e mental. O boletim de ocorrência não foi registrado antes, segundo a vítima, porque Luís Cláudio teria dito que não aconteceria nada com ele por ser filho do presidente da República.

Na noite de terça-feira, Natália publicou uma nota em seu perfil no Instagram, em que, por meio de sua defesa, afirma que "sua decisão de não sofrer em silêncio é um testemunho de sua firmeza e determinação em buscar justiça". A defesa também afirma que a médica não pretende obter qualquer vantagem financeira com a exposição, "que foi realizada de forma alheia à sua vontade".

Por meio de nota, a defesa de Luís Cláudio Lula da Silva afirmou ter tomado conhecimento dos fatos narrados no boletim de ocorrência e classificou as declarações da médica como "fantasiosas". A advogada Carmen Silvia Costa Ramos Tannuri diz ainda que as acusações se enquadram nos crimes de "calúnia, injúria e difamação" contra Luís Cláudio. Eles não descartam entrar com ação por danos morais. Procurada para se pronunciar sobre as medidas protetivas, a defesa não respondeu.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

INTERATIVIDADE

Nova tecnologia de TV 3.0 conectará canais abertos com a web no Brasil

O ministro afirmou que o Brasil ainda é um dos maiores mercados consumidores da televisão aberta no mundo e a forma de acesso a esse canal de comunicação será revolucionada com a mudança

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, antecipou o anúncio da evolução da TV Digital para um novo padrão tecnológico chamado TV 3.0, a ser lançado em Brasília, na quarta-feira (3). A novidade promete mais qualidade de imagem e acesso facilitado pela conectividade.

"O grande diferencial vai ser justamente a questão da integração da transmissão da televisão com uma melhor qualidade de imagem, qualidade de som, com a conectividade, com a internet, com a banda larga" afirmou.

Segundo o ministro, o Brasil ainda é um dos maiores mercados consumidores da televisão aberta no mundo e a forma de acesso a esse canal de comunicação será revolucionada com a mudança. A tradicional escolha de canais será substituída por aplicativos que disponibilizarão conteúdo, tanto ao vivo como por demanda, tornando a navegação mais interativa.

Juscelino Filho disse ainda que essa interatividade vai proporcionar também novas oportunidades de negócios, por meio da oferta e consumo de propagandas, marketplace (ambiente de compra e venda) e ambiente de compras.

De acordo com o ministro, até o final de 2024 deverá ser definida a tecnologia a ser adotada. Com isso, a indústria deverá atuar na produção de equipamentos e conversores para que seja efetivada a integração dos sinais abertos com a internet. A migração será gradativa e terá início nas grandes capitais, onde o sinal será disponibilizado inicialmente.

O ministro das Comunicações também destacou a parceria entre os Correios e Caixa para viabilizar a oferta de serviços como solicitação de seguro-desemprego, questões relacionadas ao Bolsa Família, Programa de Integração Social (PIS), FGTS e pagamento do INSS.

Ele disse que essa parceria vai facilitar o acesso das populações que precisam percorrer grandes distâncias em busca de atendimento. "Estamos, através da parceria, usando toda a capilaridade que os Correios possuem para poder ser um vetor para que esses programas, essas ações sociais do governo, estejam mais perto da população", observou.

A iniciativa teve início com uma experiência piloto, implantada em dezembro de 2023, na cidade de Peixe-Boi, no estado do Pará. Atualmente, o Ministério das Comunicações trabalha na adaptação dos sistemas para que a parceria chegue em todas as cidades do Brasil. Segundo o ministro, uma nova etapa deverá ser anunciada oficialmente quando os serviços estiverem em pleno funcionamento e disponibilidade em todo o país.

_Nova tecnologia - Fabio Rodrigues-Pozzebom - Agência Brasil

Juscelino Filho afirmou que essa interatividade vai proporcionar também novas oportunidades de negócios

O presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Jean Lima, destacou a importância da união do setor para que a TV Digital possa evoluir e chegar a toda a população brasileira. Durante o evento, o Fórum Brasileiro de TV Digital apresentou inovações que a nova tecnologia vai disponibilizar aos telespectadores.

"É importante garantir a permanência de todos os canais abertos na TV3.0 e a permanência dos canais públicos ou estatais. Porque 70% da população brasileira se informa por esse meio de comunicação. E aí, é preciso investimento do Estado brasileiro, do Executivo, do Judiciário e Legislativo", destacou Jean Lima.

O dado citado é da pesquisa Kantar Ibope Media, que também apontou que os brasileiros assistem, em média, 5 horas e 17 minutos de televisão por dia, e cerca de 80% do tempo é voltado a TV linear, ou seja, segue a programação disponibilizada pelas emissoras.

De acordo com Jean Lima, a EBC tem participado de todo o processo de debate sobre a aquisição de novas tecnologias para a TV 3.0, com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) e o Ministério das Comunicações, que coordena a iniciativa. A intenção é garantir a isonomia na distribuição dos canais e deixar a liberdade de escolha aos telespectadores. "Para o campo público, a TV 3.0 representa a possibilidade de incluir novos atores e democratizar a comunicação", afirmou.

Durante o evento, o ministro Juscelino Filho assinou duas portarias de consignação à EBC, para a execução dos serviços de rádiodifusão em frequência modulada (FM) e de som e imagens de TV Digital, em cidades e estados brasileiros, com fins educativos.

"Já são mais de 100 novos canais que poderão levar educação, ciência e informação precisa às comunidades", afirmou o presidente da EBC.

Segundo Jean Lima, desde outubro de 2023, 60 universidades públicas e institutos federais assinaram acordo de cooperação com a EBC, com a expectativa de operar mais de 150 novas emissoras de TV e de rádio FM. "Essa expansão também gera empregos, melhora as condições de formação dos nossos profissionais e garante o envolvimento da indústria e do mercado local, além de reforçar o papel da radiodifusão como um dos serviços centrais da comunicação", ressaltou.

Conexão

POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

Miguel Pereira inaugura 1º trem turístico do Rio

Divulgação

A cidade de Miguel Pereira, no Sul Fluminense, celebrou, no último sábado (30), um marco histórico. É a inauguração da Maria Fumaça, o único trem turístico do interior do estado do Rio. A cerimônia contou com a presença do assessor da Presidência da Fecomércio RJ, Delmo Pinho, que representou o presidente Antonio Florencio de Queiroz Junior, do prefeito André Português, do vice-prefeito Pedro Paulo Quinzinho, do secretário de Turismo do estado, Gustavo Tutuca, e do concessionário Marcelo Valente, além de vereadores do município, representantes de sindicatos locais e autoridades. A locomotiva vai operar nos fins de semana e feriados, e oferecerá aos moradores e turistas uma viagem nostálgica pelos trilhos que contam a história da região. O projeto pretende atrair cerca de 900 mil usuários por ano, impulsionando a economia local através do turismo.

Teatro Firjan sedia lançamento do livro Porto do Saber

O lançamento do livro Porto do Saber - edição 2022-2023, no Teatro Firjan SESI Centro, na capital fluminense, reuniu dezenas de alunos, ex-alunos, colaboradores e idealizadores do projeto, no último dia 27. O Porto do Saber é um projeto realizado pela empresa Subsea7 e a Firjan SENAI SESI, que teve início em 2015 com o objetivo de oferecer cursos de iniciação profissional a jovens a partir de 14 anos de idade, prioritariamente moradores da região portuária do Rio de Janeiro. O evento contou ainda com uma roda de conversa sobre Soft Power e Juventude.

Presidente da ACRJ debate tarifa zero nos ônibus

O presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Josier Vilar, recebeu nesta quarta-feira (3), o Vereador Edson Santos, autor do projeto de Lei instituindo a tarifa zero nos ônibus. Neste encontro, o Vereador apresentou a ideia de um piloto, onde defende que o Centro do Rio seja o início da tarifa zero, caso aprovada, durante os finais de semana.

Prefeitura de Cascavel (PR) inaugura Espaço de Inovação do Projeto InovaJuntos

Divulgação

A cidade de Cascavel (PR) celebrou a inauguração do Espaço de Inovação na Estação de Inovação Hub One. A solenidade faz parte de uma das entregas do Projeto InovaJuntos, iniciativa colaborativa implementada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) junto ao Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em Portugal. A equipe da CNM foi recepcionada pelo ponto focal de Cascavel no Projeto, Susana Souza, bem como por representantes do processo de construção do espaço. Foram compartilhadas perspectivas sobre a jornada de Cascavel no Projeto InovaJuntos e expectativas de utilização do espaço.

FNP lança trilha de conhecimento para apoiar elaboração de planos de governo

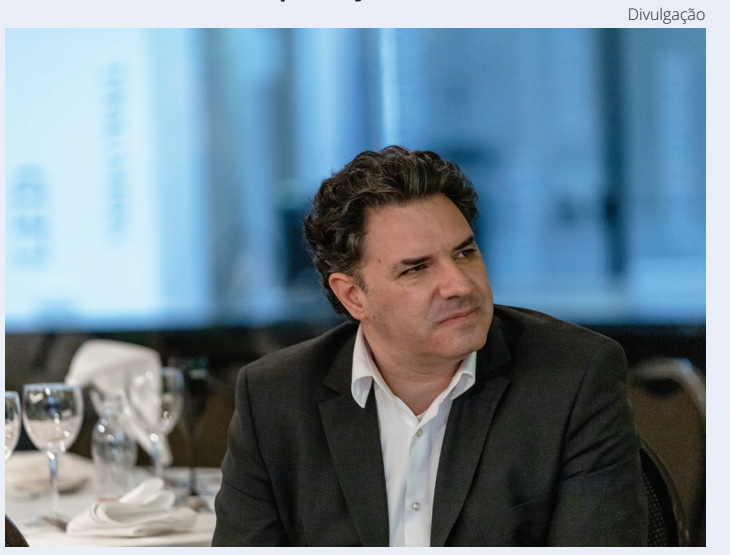
De maio a agosto deste ano, a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) vai promover uma série de webinars para conectar as expectativas da população às propostas de governos municipais. Denominada "Tendências para as Cidades", a trilha de conteúdo foi lançada no dia 26, durante evento em São Paulo/SP, e é uma iniciativa que vai influenciar a elaboração de planos de governo, além de o debate eleitoral e as políticas públicas das futuras gestões municipais.

Fibra lança projeto de apoio à internacionalização de indústrias do Distrito Federal

A Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra), por meio do Centro Internacional de Negócios do DF (CIN-DF), lançou nesta terça-feira (2) no Sesi Lab, o Exporta DF. O projeto tem como principal objetivo facilitar a entrada de micro e pequenas empresas no mercado internacional. O Exporta DF é uma parceria da Federação com a ApexBrasil, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no DF (Sebrae-DF), o Banco de Brasília (BRB), a Universidade Católica de Brasília (UCB), a Secretaria de Relações Internacionais do Distrito Federal, os Correios e a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

GreenYellow prevê investimentos de R$ 400 milhões na operação brasileira

Divulgação



No ano em que completa dez anos no Brasil, a GreenYellow traçou um investimento de R$400 milhões para 2024 com foco nos negócios locais, em todas as linhas de negócio. Já no primeiro semestre, a empresa anuncia a obtenção de R$ 126 milhões em debêntures junto ao Bradesco, com o objetivo de compensar o valor investido na construção de 19 usinas solares. Ao longo de 2023, a GreenYellow conectou no Brasil mais 34,8 MWp às concessionárias de energia, totalizando 144,8 MWp entregues desde o início da operação. Segundo Marcelo Xavier, presidente da GreenYellow no Brasil, foram assinados, em 2023, 88 MWp em novos projetos fotovoltaicos (GD), o que significa o maior número negociado pela subsidiária no período de um ano.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

CIDADE MARAVILHOSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS S.A.

CNPJ: 09.611.669/0001-94

Balanços Patrimoniais (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	296.774	54.740	397.678	150.066
Contas a receber	5	160.939	153.834	870.265	790.063
Estoques	6	347.792	278.978	814.446	898.800
Tributos a recuperar	7	129.077	121.607	288.325	283.656
Adiantamentos a fornecedores	13	57.620	85.719	58.568	88.823
Outros ativos	19	6.380	7.171	19.718	18.497
Total do ativo circulante		**998.582**	**702.049**	**2.449.000**	**2.229.905**
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	–	–	4.085	4.296
Contas a receber	5	–	–	6.459	545
Partes relacionadas	8	707.310	378.682	704.822	372.179
Depósitos judiciais	16	718	1.277	48.253	40.447
Impostos diferidos	15	1.114.208	105.385	1.319.308	236.646
Tributos a recuperar	7	–	–	508.684	495.280
Investimentos	9	3.492.978	6.124.882	–	–
Imobilizado	10	53.611	41.758	694.614	707.277
Intangível	11	39.363	37.817	1.655.581	4.627.020
Direito de uso de imóveis	12	19.995	17.914	117.404	114.407
Outros ativos		–	–	2.410	2.410
Total ativo não circulante		**5.428.183**	**6.707.715**	**5.061.620**	**6.600.507**
Total do ativo		**6.426.765**	**7.409.764**	**7.510.620**	**8.830.412**

Passivo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores e aluguéis a pagar	13	236.262	213.571	449.129	491.020
Obrigações decorrentes de compra de mercadorias	13	50.809	43.406	123.967	177.651
Arrendamento a pagar	12	4.757	3.505	34.319	28.735
Debêntures e empréstimos	12	799.908	216.438	799.908	319.612
Salários e encargos a pagar		44.121	39.555	94.060	95.029
Tributos a recolher	14	11.349	58.839	52.818	98.124
Derivativos	21	–	–	841	406
Outros		25.259	26.415	123.922	112.351
Total do passivo circulante		**1.172.465**	**601.729**	**1.678.964**	**1.322.928**
Não circulante					
Arrendamento a pagar	12	19.475	18.270	92.812	93.078
Debêntures e empréstimos	12	250.760	499.928	250.760	499.928
Partes relacionadas	8	166.108	113.836	165.317	112.718
Tributos a recolher	14	3.849	4.812	3.849	4.812
Impostos diferidos	15	–	–	329.050	278.362
Provisão para contingências	16	70.688	1.398	241.698	345.739
Outros		–	–	4.750	3.056
Total do Passivo Não Circulante		**510.880**	**638.244**	**1.088.236**	**1.337.693**
Patrimônio Líquido	17				
Capital Social		4.748.066	4.710.552	4.748.066	4.710.552
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(251)	(251)	(251)	(251)
Reserva de capital		–	664.673	–	664.673
Reserva de incentivos fiscais		–	769.044	–	769.044
Reserva de Lucros		–	25.773	–	25.773
Prejuízos Acumulados		(4.395)	–	(4.395)	–
Total do Patrimônio Líquido		**4.743.420**	**6.169.791**	**4.743.420**	**6.169.791**
Total do Passivo		**6.426.765**	**7.409.764**	**7.510.620**	**8.830.412**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva de Incentivos Fiscais	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reservas de Retenção de Lucros	Reserva de Capital	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**4.704.203**	**454.694**	**18.769**	**(3.752)**	**671.242**	**–**	**–**	**5.845.156**
Variação cambial de controlada no exterior	–	–	–	–	–	–	(251)	**(251)**
Incorporações e cisões	6.349	–	–	–	(12.358)	–	**–**	**(6.009)**
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	330.895	**–**	**330.895**
Destinação do lucro do exercício	–	314.350	16.545	–	–	(330.895)	–	**–**
Em 31 de dezembro de 2022	**4.710.552**	**769.044**	**35.314**	**(3.752)**	**658.884**	**–**	**(251)**	**6.169.791**
Aumento de capital	37.514	–	–	–	3.017	–	–	**40.531**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(1.466.902)	–	**(1.466.902)**
Absorção de prejuízo do exercício	–	(769.044)	(35.314)	3.752	(661.901)	1.462.507	–	**–**
Em 31 de dezembro de 2023	**4.748.066**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(4.395)**	**(251)**	**4.743.420**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita líquida de vendas	18	**2.721.955**	**1.921.701**	**4.494.868**	**3.880.901**
Custo das mercadorias vendidas		(1.177.695)	(824.474)	(2.173.693)	(1.968.583)
Lucro bruto		**1.544.260**	**1.097.227**	**2.321.175**	**1.912.318**
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	19	(481.069)	(418.038)	(936.045)	(941.073)
Despesas administrativas	19	(177.930)	(154.617)	(346.207)	(348.068)
Perda por impairment		(2.952.092)	–	(2.952.092)	–
Outras despesas operacionais líquidas	19	(1.442)	(36.579)	(42.075)	(44.786)
Resultado de equivalência patrimonial	9	140.188	114.656	–	–
		(3.472.345)	**(494.578)**	**(4.276.419)**	**(1.333.927)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(1.928.085)**	**602.649**	**(1.955.244)**	**578.391**
Receita Financeira	20	18.060	15.287	92.644	62.762
Despesa Financeira	20	(562.741)	(315.537)	(633.075)	(373.381)
Resultado antes dos impostos sobre renda		**(2.472.766)**	**302.399**	**(2.495.675)**	**267.772**
Imposto de renda e contribuição social	15	1.005.864	28.496	1.028.773	63.123
Lucro (prejuízo) do exercício		**(1.466.902)**	**330.895**	**(1.466.902)**	**330.895**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.466.902)	330.895	(1.466.902)	330.895
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial	–	(251)	–	(251)
Total do resultado abrangente atribuível aos controladores	**(1.466.902)**	**330.644**	**(1.466.902)**	**330.644**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas	**3.100.210**	**2.167.348**	**5.130.855**	**4.439.784**
Vendas de mercadorias e produtos	3.107.984	2.173.581	5.131.901	4.448.942
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.774)	(6.233)	(1.046)	(9.158)
Insumos adquiridos de terceiros	**(4.447.004)**	**(1.112.386)**	**(5.729.518)**	**(2.445.194)**
Custos das mercadorias e produtos vendidos	(1.177.695)	(824.474)	(2.173.383)	(1.937.710)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(308.728)	(283.526)	(787.127)	(503.098)
Perda / Recuperação de valores ativos	(2.960.581)	(4.386)	(2.769.008)	(4.386)
Valor adicionado bruto	**(1.346.794)**	**1.054.962**	**(598.663)**	**1.994.590**
Retenções	**(43.176)**	**(31.707)**	**(194.732)**	**(178.544)**
Depreciação e amortização	(43.176)	(31.707)	(194.732)	(178.544)
Valor adicionado líquido	**(1.389.970)**	**1.023.255**	**(793.395)**	**1.816.046**
Valor adicionado recebido em transferência	**158.248**	**129.943**	**92.644**	**62.762**
Resultado de equivalência patrimonial	140.188	114.656	-	-
Receitas Financeiras	18.060	15.287	92.644	62.762
Valor adicionado total	**(1.231.722)**	**1.153.198**	**(700.751)**	**1.878.808**
Distribuição do valor adicionado	**(1.231.722)**	**1.153.198**	**(700.751)**	**1.878.808**
Pessoal e encargos	**239.097**	**236.006**	**449.582**	**530.527**
Remuneração direta	197.501	195.234	385.328	429.663
Benefícios	25.444	27.922	38.314	70.219
F.G.T.S.	16.152	12.850	25.940	30.645
Impostos, taxas e contribuições	**(572.885)**	**267.605**	**(361.854)**	**604.825**
Federais	(667.564)	189.239	(629.071)	408.649
Estaduais	94.269	78.002	266.502	192.169
Municipais	410	364	715	4.007
Remuneração de capitais de terceiros	**568.968**	**318.692**	**678.423**	**412.561**
Despesas financeiras	562.741	315.537	633.075	373.381
Despesas com ocupação	6.227	3.155	45.348	39.180
Remuneração de capitais próprios	**(1.466.902)**	**330.895**	**(1.466.902)**	**330.895**
Lucros (prejuízos) retidos	(1.466.902)	330.895	(1.466.902)	330.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (prejuízo) do exercício	**(1.466.902)**	**330.895**	**(1.466.902)**	**330.895**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa das atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	(140.188)	(114.656)	–	–
Depreciação e amortização - Imobilizado e Intangível	38.268	27.679	158.466	145.852
Depreciação e amortização - Direito de uso de imóveis	4.908	4.028	36.267	32.692
Resultado na alienação de imobilizados e intangíveis	–	17.077	3.092	17.624
Perda por impairment	2.952.092	–	2.952.092	–
Encargos financeiros	132.993	96.469	144.982	107.281
Provisão para contingência	2.410	208	(170.921)	141
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.453	10.829	1.057	18.711
Provisão para perdas na realização dos estoques	14.800	(2.280)	15.080	7.678
Variação do valor justo de derivativos	–	(183)	435	1.566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.008.823)	(28.489)	(1.031.974)	(65.865)
Lucro (prejuízo) ajustado	**537.011**	**341.577**	**641.674**	**596.575**
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos				
Contas a receber	(14.558)	(52.925)	(87.173)	(98.048)
Estoques	(43.083)	(83.185)	109.805	(198.042)
Tributos a recuperar	(7.470)	(56.442)	(18.073)	(89.495)
Outros ativos	791	(1.348)	(1.221)	3.566
Depósitos judiciais	559	(88)	(7.806)	8.180
Fornecedores	50.790	44.397	(11.636)	61.528
Obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	7.403	43.406	(53.684)	57.698
Impostos, taxas e contribuições	18.427	55.203	20.611	68.398
Obrigações trabalhistas e sociais	4.565	7.956	(969)	11.848
Outros passivos	(1.852)	19.694	9.629	37.215
Partes relacionadas	(276.356)	(279.934)	(280.044)	(274.595)
Caixa gerado nas operações	**276.227**	**38.311**	**321.113**	**184.828**
Juros pagos	(123.314)	(72.132)	(130.911)	(85.113)
Juros pagos sobre arrendamentos	(2.966)	(2.935)	(10.532)	(8.748)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**149.947**	**(36.756)**	**179.670**	**90.967**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de capital em investida	(180.000)	–	–	–
Títulos e Valores Mobiliários	–	–	211	1.081
Caixa advindo da incorporação e combinação de negócios	–	4.284	–	220
Aquisições de imobilizado	(21.853)	(28.773)	(54.896)	(61.281)
Aquisições de intangível	(29.814)	(30.025)	(74.652)	(72.494)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(231.667)**	**(54.514)**	**(129.337)**	**(132.474)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de debêntures e empréstimos	547.590	270.000	547.590	270.000
Amortização de empréstimos	(220.000)	(152.666)	(320.000)	(152.666)
Arrendamentos pagos	(3.836)	(4.038)	(30.311)	(30.861)
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	–	–	–	(837)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**323.754**	**113.296**	**197.279**	**85.636**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**242.034**	**22.026**	**247.612**	**44.129**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	54.740	32.714	150.066	105.937
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	296.774	54.740	397.678	150.066
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**242.034**	**22.026**	**247.612**	**44.129**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Cidade Maravilhosa Comércio de Roupas S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e, em conjunto com as suas controladas como "Companhia" ou "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital fechado, cuja constituição em sociedade anônima foi feita em 14 de junho de 2021, e tem como objeto social a confecção/fabricação de peças de vestuário e acessórios. A Companhia é controlada pelo Grupo de Moda Soma (sociedade anônima de capital aberto). Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos a tendências sazonais que afetam a indústria da moda. Embora uma parte da receita seja gerada pela venda de atacado, a Companhia conta com uma loja de cada marca do Grupo Soma nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, além das lojas e franquias da Hering, conforme demonstrado abaixo.

	2023	2022
ANIMALE	1	1
FARM	1	1
Fábula	1	1
foxton	1	1
CRIS BARROS	1	1
MARIA FILÓ	1	21
cia Hering (*)	1	1
	742	789
Total	**749**	**796**

(*) Hering compõe 71 lojas próprias e 671 franquias, em 2023.

Encerramento Paraúna: Em 19 de maio de 2023, a investida Hering encerrou as atividades na fábrica de cortes de tecidos localizada em Paraúna, Goiás. Os efeitos contábeis do encerramento estão na rubrica de Despesas Administrativas no valor de R$8.092. **Associação Arezzo e Grupo de Moda Soma:** Em 05 de fevereiro de 2024, a controladora da Companhia, Grupo de Moda Soma, e a Arezzo Indústria e Comércio S.A. ("Arezzo&Co") informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram na data de 04 de fevereiro de 2024, após a devida aprovação de seu Conselho de Administração, o Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo de Associação") tendo por objeto a junção de seus negócios e a unificação das respectivas bases acionárias. A governança da nova companhia será comandada de maneira conjunta pelos atuais acionistas de referência da Arezzo&Co e do Grupo de Moda Soma. A associação entre as companhias será realizada por meio da incorporação do Grupo de Moda Soma pela Arezzo&Co, com a consequente extinção da incorporada e a transferência para a incorporadora, a título universal e sem solução de continuidade, de todos os elementos, ativos e passivos, integrantes do patrimônio da incorporada, nos termos do art. 227 da Lei das S.A. A companhia resultante adotará uma nova denominação social a ser definida de comum acordo. Os acionistas do Grupo de Moda Soma receberão, para cada 1 (uma) ação ordinária de emissão, 0,120446593048 novas ações ordinárias de emissão da Arezzo&Co resultando na unificação das bases acionárias das companhias, de modo que, sujeito aos ajustes previstos neste Acordo de Associação, os acionistas da Arezzo&Co serão titulares de 54,00% da companhia combinada, e os acionistas do Grupo de Moda Soma serão titulares de 46,00% da companhia combinada. A consumação da operação está condicionada à verificação de condições usuais para operações desta natureza, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que ocorreu sem restrições no dia 26 de março de 2024, através do Parecer n.º 128/2024/CGAA5/SGA1/SG, mas que irá transitar em julgado em até 15 dias desta data. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo emitidas com base no requerimento CVM 476 que dispõe sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados, pela emissão das debêntures simples de primeira série, sem garantias adicionais. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade de suas operações. **2.3. Declaração de relevância:** Todas as informações relevantes às demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07. **2.4. Declaração de continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.5. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos contábeis dessas transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. **2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** ***2.6.1 Julgamentos:*** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. ***2.6.2 Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão:*** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. ***2.6.3 Estimativas e premissas:*** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de divulgação, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir: ***Provisão para créditos de liquidação duvidosa:*** A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos, de acordo com as diretrizes constantes do CPC 48 (IFRS 9). ***Provisão para perdas na realização dos estoques:*** A provisão para perdas na realização dos estoques está apresentada como redução do saldo de estoques e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização deste saldo, incluindo obsolescência. ***Redução dos valores de recuperação dos ativos imobilizado e intangível:*** Os itens dos ativos imobilizado e intangível com prazo de vida útil definida que apresentem indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros, econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados por meio de realização do teste de impairment conforme requerido pelo CPC 01/IAS36. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a teste de impairment anualmente ou quando da identificação de eventos que possam indicar possíveis necessidades de provisão para impairment. ***Vida útil dos ativos imobilizado e intangível:*** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizados e intangíveis considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. A Companhia adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar possíveis perdas e efetua também, pelo menos anualmente revisões da vida útil dos bem registrados no ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, as alterações são realizadas de forma prospectiva. ***Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes e fornecedores:*** Conforme CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Companhia deve avaliar as características que definem a constituição de ajuste a valor presente em seus ativos e passivos. No contas a receber de clientes, a Companhia avaliou que não existem componentes de financiamento atrelados as vendas, motivo pelo qual não realizou ajustes contábeis das receitas de vendas de mercadorias e produtos e dos correspondentes recebíveis, respectivamente. Nos fornecedores, como há componentes financeiros nas transações, a Companhia realiza o reconhecimento do ajuste a valor presente, que tem como contrapartida a conta de Estoques. Os valores transitam pelo resultado financeiro de acordo com o prazo médio de pagamento aos fornecedores e no custo de mercadoria vendida de acordo com o giro médio do estoque. ***Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:*** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 11. ***Provisão para contingências e passivos contingentes em combinação de negócios:*** A Companhia registra provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos cíveis, trabalhistas e tributários que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis, trabalhistas e tributárias cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Os fundamentos e natureza da provisão

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

continuação

CIDADE MARAVILHOSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS S.A.

CNPJ: 09.611.669/0001-94

para contingências estão descritos na Nota 16. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. ***Realização de imposto diferido:*** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia realiza periodicamente estudos que analisam a recuperabilidade dos impostos diferidos. ***Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:*** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito). **2.7. Políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.7.1 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações:** Durante o exercício de 2023 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2023:

Pronunciamento	Alteração
CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis
CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro	Alterações relativas ao imposto diferido sobre arrendamentos e obrigações de descomissionamento
CPC 50/IFRS 17 – Contratos de Seguro	Contratos de Seguros

As alterações não trouxeram efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, o International Accounting Standards Board (IASB) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência nos próximos exercícios com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC:

Pronunciamento	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26(R1)/IAS1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes, Classificação de Dívidas com Covenants e Divulgação de Políticas Contábeis Materiais	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/IFRS 7	Alterações sobre informações requeridas de acordos de financiamento com fornecedores	01/01/2024
Alterações ao CPC 06/IFRS 16	Esclarecimento como um vendedor-arrendatário avalia subsequentemente as transações de venda e relocação	01/01/2024

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais pronunciamentos possam ter em suas demonstrações contábeis, que já foram regulamentados. **2.8. Bases de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle obtido quando a companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da companhia. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a companhia obtiver controle até a data em que a companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da controladora. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da companhia, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis da Companhia incluem:

Controladas	País Sede	% de participação 31/12/2023 Direta	31/12/2023 Indireta	31/12/2022 Direta	31/12/2022 Indireta
Cia Hering (a)	Brasil	100%	–	100%	–
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação dos serviços financeiros Ltda. (a)	Brasil	–	100%	–	100%
Hering Internacional SAFI (a)	Uruguai	–	100%	–	100%
SITEDUR (a)	Uruguai	–	100%	–	100%

(a) Empresa adquirida em 17 de setembro de 2021. Seu objeto social é confecção de artigos de vestuário e acessórios em geral, bem como a comercialização varejista e atacadista. A mesma possui participação de 100% em três companhias, sendo elas, a HRG Comércio do Vestuário e Intermediação dos serviços financeiros Ltda., a Hering Internacional SAFI e a SITEDUR. **2.9. Informações por segmento:** O Grupo opera apenas no segmento de varejo. Além da análise do segmento como um todo, os tomadores de decisões da Companhia analisam as vendas por meio dos diferentes canais de venda, quais sejam, lojas, e-commerce, atacado e varejo. **2.10. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Preparada com base em informações dos registros contábeis e em acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Evidencia a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas como parte de suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.11. Determinação de Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de resultado. **3. Combinação de Negócios: 3.1 Políticas contábeis:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos). Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, o ganho é contabilizado no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de perdas do valor recuperável, se houver. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pela combinação. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar o ganho ou perda na alienação. **3.2 Aquisição da Hering:** Em 17 de setembro de 2021 a Companhia adquiriu 100% de participação na Hering (que inclui, além da controladora Hering, as subsidiárias HGR Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda. e Hering Internacional SAFI), no montante de R$5.919.538, sendo R$1.509.718 em dinheiro e o restante em troca de ações. **4. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários: 4.1 Políticas contábeis:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os títulos e valores mobiliários são aplicações com vencimentos superiores a 90 dias da data de contratação. As aplicações financeiras são mensuradas a valor justo por meio do resultado, sendo as variações reconhecidas como ganho ou perda no resultado.

4.2 Composição

	Taxa média ponderada a.a.	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e Bancos		2.343	28.801	10.637	40.372
Aplicações Financeiras		294.431	25.939	387.041	109.694
Compromissadas	89%	103.584	13.423	103.584	13.423
CDB	100,55%	190.847	12.516	283.457	96.271
Caixa e Equivalentes de caixa		**296.774**	**54.740**	**397.678**	**150.066**
CDB	101%	–	–	4.085	4.296
Títulos e Valores Mobiliários		**–**	**–**	**4.085**	**4.296**

5. Contas a receber de clientes: 5.1 Políticas contábeis: Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional devido de um cliente. Está registrado e mantido no balanço pelo valor de realização líquido das comissões pagas às administradoras de cartões de crédito. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a perdas esperadas na realização dos créditos. Os títulos antecipados somente são baixados quando todos os riscos e benefícios relativos à operação são liquidados. **5.2 Composição:**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Duplicatas a Receber	172.427	155.926	801.427	734.449
Recebíveis de Cartões de Crédito	6.793	8.721	136.790	118.658
Cheques a Receber	49	65	49	65
Ajuste a valor presente	–	–	–	(2.078)
	179.269	**164.712**	**938.266**	**851.094**
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.330)	(10.878)	(61.542)	(60.486)
Total	**160.939**	**153.834**	**876.724**	**790.608**
Circulante	**160.939**	**153.834**	**870.265**	**790.063**
Não circulante	**–**	**–**	**6.459**	**545**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
A Vencer	133.199	134.250	842.938	772.050
Vencidos até				
até 30 dias	15.603	11.606	23.624	20.550
entre 31 a 90 dias	9.174	4.792	10.568	6.976
entre 91 a 180 dias	9.607	4.936	16.170	8.923
a mais de 180 dias	11.686	9.128	44.966	44.673
Total bruto sem ajuste a valor presente	**179.269**	**164.712**	**938.266**	**853.172**

5.3 Movimentação da provisão para créditos com liquidação duvidosa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo Inicial	**(10.878)**	**(3.586)**	**(60.486)**	**(51.248)**
Incorporações	–	(1.059)	–	(78)
Baixas	8.495	4.597	8.812	9.551
Adições e reversões, líquidas	(15.946)	(10.829)	(9.867)	(18.711)
Saldo Final	**(18.330)**	**(10.878)**	**(61.542)**	**(60.486)**

6. Estoques: 6.1 Políticas contábeis. Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e • Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. O ajuste a valor presente é calculado a partir das compras de estoques, utilizando a taxa média de desconto de 1,20% a.m. em 31 de dezembro de 2023 (1,50% a.m. em 31 de dezembro de 2022). As perdas estimadas são calculadas com base nos níveis históricos de perdas da Companhia, que é concretizada somente quando da realização dos inventários, os quais refletem o modelo de operação da Companhia e servem como base para as atualizações da estimativa. As provisões para perdas decorrentes da baixa rotatividade nos estoques são constituídas com base no ciclo de suas coleções, em análise mercadológica e nas expectativas de perdas da Administração. Os montantes provisionados, no entendimento da Administração da Companhia, são suficientes para cobrir perdas futuras com itens que não possuem movimentação há mais de 180 dias e por eventuais vendas futuras abaixo do preço de custo.

6.2 Composição

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Matéria Prima	164.118	109.684	281.158	224.445
Produtos em Processo	85.358	93.669	198.792	262.891
Produtos Acabados	120.716	92.622	368.742	429.414
Outros	–	–	12.633	27.910
Total dos valores brutos	**370.192**	**295.975**	**861.325**	**944.660**
(–) Ajuste a valor presente	7.021	(3.672)	(656)	(12.964)
(–) Provisão para perdas na realização dos estoques	(29.421)	(13.325)	(46.223)	(32.896)
Total	**347.792**	**278.978**	**814.446**	**898.800**

6.3 Movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo Inicial	**(13.325)**	**(13.532)**	**(32.896)**	**(24.099)**
Adições via aumento de capital	(1.296)	(2.073)	(1.296)	(1.119)
Adições líquidas de reversões	(14.800)	2.280	(12.031)	(7.678)
Saldo Final	**(29.421)**	**(13.325)**	**(46.223)**	**(32.896)**

7. Tributos a recuperar: 7.1 Políticas contábeis. Os tributos a recuperar compreendem antecipações, pagamentos a maior em exercícios anteriores ou créditos a compensar decorrentes do regime não-cumulativo dos impostos indiretos e estão registrados pelo valor estimado de recuperação. **7.2 Composição:**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ICMS (a)	121.274	108.489	310.153	265.954
IR e CSLL (b)	2.998	12.696	300.154	326.320
PIS e COFINS (c)	–	290	166.765	165.157
Outros	4.805	132	19.937	21.505
	129.077	**121.607**	**797.009**	**778.936**
Circulante	**129.077**	**121.607**	**288.325**	**283.656**
Não circulante	**–**	**–**	**508.684**	**495.280**

(a) Créditos decorrentes, principalmente, do fluxo normal de operações da Companhia e da controlada Hering em Santa Catarina. A Administração da Companhia, objetivando a realização do saldo credor de ICMS, realiza estudos técnicos baseando-se no curso normal de suas operações para os próximos exercícios sociais. O referido estudo é realizado com base nas operações atuais e expectativas futuras, sempre lastreado no plano estratégico de negócio de longo prazo da Companhia. Por fim, o ambiente incerto por conta de julgamentos de matéria tributária, também podem contribuir significativamente para a realização do saldo credor de ICMS. (b) A Companhia e suas controladas pleiteiam a restituição do IRPJ e CSLL incidentes sobre os juros moratórios auferidos, inclusive aqueles decorrentes da repetição ou ressarcimento de tributos. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu, em favor do contribuinte, com efeito de repercussão geral, pela inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Considerando essa decisão, a Companhia e suas controladas concluíram que o ganho das ações é praticamente certo e, portanto, reconheceram os créditos tributários no valor de R$ 100.480 (consolidado), correspondentes ao IRPJ e CSLL pagos sobre a correção pela Selic de processos ganhos e reconhecidos em anos anteriores. (c) Saldo referente a créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS reconhecidos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Estes saldos estão sendo compensados com outros tributos federais. **8. Partes relacionadas: 8.1 Políticas contábeis.** As operações entre as controladas da Companhia, incluindo saldos, ganhos e perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, são eliminados. As práticas contábeis das controladas são ajustadas para assegurar consistência com aquelas adotadas pela Controladora. **8.2 Transações e saldos.** As transações comerciais seguem a política de transações com partes relacionadas do Grupo, que define, esclarece e exemplifica temas relacionados a conflito de interesses, transações no curso normal dos negócios, condições de mercado nas operações, dentre outros. Além disso, a política do Grupo define os critérios de aprovação a serem seguidos nas transações. A principal transação com partes relacionadas refere-se a venda de produtos acabados ao Grupo de Moda Soma, que controla a Companhia. Os principais saldos de ativos e passivos e os valores registrados no resultado do exercício das transações relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais, resumidas a seguir:

	Controladora Saldos a receber 2023	Controladora Saldos a receber 2022	Controladora Saldos a pagar 2023	Controladora Saldos a pagar 2022	Consolidado Saldos a receber 2023	Consolidado Saldos a receber 2022	Consolidado Saldo a pagar 2023	Consolidado Saldo a pagar 2022
Operações comerciais								
Grupo de Moda Soma (a)	704.681	368.811	30.896	50.744	704.680	368.811	31.633	50.790
Hering (b)	2.487	6.503	1.528	1.164	–	–	–	–
ByNV (a)	–	3.360	–	4.629	–	3.360	–	4.629
	707.168	**378.674**	**32.424**	**56.537**	**704.680**	**372.171**	**31.633**	**55.419**
Outras operações com controladas								
Grupo de Moda Soma (c)	–	–	118	57.299	–	–	118	57.299
Soma Brands(d)	142	–	133.566	–	142	–	133.566	–
ByNV	–	8	–	–	–	8	–	–
	142	**8**	**133.684**	**57.299**	**142**	**8**	**133.684**	**57.299**
Total	**707.310**	**378.682**	**166.108**	**113.836**	**704.822**	**372.179**	**165.317**	**112.718**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Venda de mercadoria	2.310.177	1.495.299	2.310.177	1.495.299
Venda de mercadoria para franqueados (b)	–	–	49.691	50.527
Total	**2.310.177**	**1.495.299**	**2.359.868**	**1.545.826**

(a) Venda de mercadorias para comercialização. (b) A Controlada Hering realizou operações de vendas para franqueados relacionados a alguns Administradores da Hering. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado, praticados com os demais clientes franqueados da Companhia. (c) Em 08 de setembro de 2019, a Companhia realizou emissão privada de nota promissória em sete séries sob forma nominativa, no valor de R$150.000, com vencimentos semestrais a partir de agosto de 2020 até agosto de 2023, a uma taxa de juros de CDI + 2,5% a.a., para a controladora Grupo de Moda Soma. Esta nota promissória foi liquidada em 31 de agosto de 2023. O saldo existente em 31 de dezembro de 2023 é referente a reembolso de despesas pagas pela Companhia. (d) Saldo referente a contrato de compartilhamento de despesas administrativas entre a Companhia e as empresas Plantage, SBI, SBG, SBF e SBUK, também investidas da sua controladora Grupo de Moda Soma. Em abril de 2023, a Companhia captou um empréstimo com a Soma Brands Group, no montante de US$ 35.000 (R$ 176.750 na data de captação), com taxa Secured Overnight Funding Rate + 3,5% a.a., tendo exposição a variação cambial. **9. Investimentos: 9.1 Políticas contábeis.** A Companhia possui investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. O lucro não realizado decorrente das operações de compra e venda de produtos entre as partes relacionadas é eliminado no cálculo de equivalência patrimonial e no momento de consolidação. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. **9.2 Composição**

	Controladora 2023	Controladora 2022
Participação em controladas:		
Hering	2.752.787	2.432.600
Ágios gerados em aquisições:		
Hering	3.692.282	3.692.282
Impairment sobre ágio Hering (*)	(2.952.091)	-
Total dos investimentos	**3.492.978**	**6.124.882**

*O saldo é referente a perda por impairment R$ 2.952.092 (conforme divulgado na nota explicativa 11.e.). **9.3 Movimentação dos investimentos**

Descrição	Maria Filó (a)	Hering	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**47.908**	**6.010.226**	**6.058.134**
Resultado de equivalência patrimonial	–	114.656	114.656
Incorporação de controladas	(47.908)	–	(47.908)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**6.124.882**	**6.124.882**
Resultado de equivalência patrimonial	–	140.188	140.188
Aumento de capital	–	180.000	180.000
Perda por impairment Ágio	–	(2.952.092)	(2.952.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**3.492.978**	**3.492.978**

(a) Empresa cindida parcialmente em 01 de janeiro de 2021. Após a cisão, as ações foram aportadas pelo Grupo de Moda Soma na Companhia. Foi incorporada integralmente em 1 de janeiro de 2022. **9.4 Informação do investimento em controladas:**

31 de dezembro de 2023

Controladas diretas	% Participação	Capital social	Patrimônio líquido (*)	Lucro líquido atribuível a Controladora (**)
Hering	100%	1.737.594	2.131.566	54.260

31 de dezembro de 2022

Controladas diretas	% Participação	Capital social	Patrimônio líquido (*)	Lucro líquido atribuível a Controladora (**)
Hering	100%	1.557.594	1.893.510	114.656

(*) A diferença entre o patrimônio líquido e o investimento na controladora referem-se ao lucro não realizado nas operações de vendas entre partes relacionadas, além de mais valia reconhecida na aquisição. (**) A diferença entre o resultado líquido e a equivalência patrimonial na controladora referem-se ao lucro não realizado nas operações de vendas entre partes relacionadas no exercício, as operações entre partes relacionadas e também a baixas de alguns processos judiciais identificados através do PPA na data de aquisição, mencionados na nota 16. **10. Imobilizado: 10.1 Políticas contábeis.** O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por desvalorização, quando aplicável. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear para distribuir o valor do custo do bem ao longo da vida útil estimada. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação ou vida útil das benfeitorias, dos dois o menor. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores sejam mensurados de forma confiável. Os gastos com manutenção e reparos que não aumentem significativamente a vida útil do bem são considerados como despesas e alocados diretamente no resultado do exercício. **10.2 Composição**

Controladora

	Máquinas e aparelhos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis	Equipamentos de informática	Total
Vida útil média em anos	10 anos	10 anos	5 anos	5 anos	
Saldo em 31/12/2021	**1.758**	**2.508**	**17.771**	**11.922**	**33.959**
Adições	1.900	3.506	19.191	4.175	**28.772**
Incorporações	214	529	1.505	430	**2.678**
Baixas	–	(163)	(16.884)	–	**(17.047)**
Depreciação	(235)	(384)	(2.357)	(3.628)	**(6.604)**
Custo Histórico	5.113	7.264	26.113	23.321	**61.811**
Depreciação Acumulada	(1.476)	(1.268)	(6.887)	(10.422)	**(20.053)**
Saldo em 31/12/2022	**3.637**	**5.996**	**19.226**	**12.899**	**41.758**
Adições	12.700	3.182	2.540	3.431	**21.853**
Depreciação	(751)	(703)	(3.992)	(4.554)	**(10.000)**
Custo Histórico	17.813	10.446	28.653	26.752	**83.664**
Depreciação Acumulada	(2.227)	(1.971)	(10.879)	(14.976)	**(30.053)**
Saldo em 31/12/2023	**15.586**	**8.475**	**17.774**	**11.776**	**53.611**

Consolidado

	Máquinas e aparelhos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis	Equipamentos de informática	Veículos	Terrenos	Imob. em andamento	Total
Vida útil média em anos	10 anos	10 anos	5 anos	5 anos	5 anos	–	–	
Saldo em 31/12/2021	**1.956**	**17.573**	**514.406**	**22.120**	**214**	**156.362**	**33.459**	**746.090**
Adições	1.900	8.042	43.650	7.657	32	–	–	**61.281**
Incorporações	42	1	676	97	–	–	–	**816**
Atualização PPA	–	–	(6.349)	–	–	(10.649)	–	**(16.998)**
Transferências	–	21	33.189	249	–	–	(33.459)	**–**
Baixas	–	(243)	(17.347)	(6)	1	–	–	**(17.595)**
Depreciação	(235)	(6.068)	(51.209)	(8.747)	(58)	–	–	**(66.317)**
Custo Histórico	5.167	27.659	585.942	38.326	287	145.713	–	**803.094**
Depreciação Acumulada	(1.504)	(8.333)	(68.926)	(16.956)	(98)	–	–	**(95.817)**
Saldo em 31/12/2022	**3.663**	**19.326**	**517.016**	**21.370**	**189**	**145.713**	**–**	**707.277**
Adições	12.700	11.838	25.016	5.342	–	–	–	**54.896**
Transferências	–	1	(1)	–	–	–	–	**–**
Baixas	–	(107)	(2.784)	(9)	–	–	–	**(2.900)**
Depreciação	(751)	(6.622)	(47.500)	(9.756)	(30)	–	–	**(64.659)**
Custo Histórico	17.867	39.498	610.958	43.668	287	145.713	–	**857.991**
Depreciação acumulada	(2.255)	(15.062)	(119.211)	(26.721)	(128)	–	–	**(163.377)**
Saldo em 31/12/2023	**15.612**	**24.436**	**491.747**	**16.947**	**159**	**145.713**	**–**	**694.614**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 inexistem ônus de qualquer natureza sobre os bens do imobilizado. Não foram identificados indicativos que pudessem demandar constituição de provisão para redução do imobilizado ao seu valor de recuperação naquelas datas. **11. Intangível: 11.1 Políticas contábeis.** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada (calculada pelo método linear) e perdas no valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, com exceção dos previstos pela norma, não são capitalizados, sendo os respectivos gastos registrados no resultado, quando incorridos. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda econômica do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do exercício. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

11.2 Composição e movimentação

Controladora

	Licenças de Softwares	Ponto Comercial	Total
Vida útil média em anos	10 anos	5 anos	
Saldo em 31/12/2021	**28.346**	**–**	**28.346**
Adições	30.025	–	**30.025**
Incorporações	62	488	**550**
Baixas	(30)	–	**(30)**
Amortização	(21.074)	–	**(21.074)**
Custo Histórico	78.610	3.952	**82.562**
Amortização Acumulada	(41.281)	(3.464)	**(44.745)**
Saldo em 31/12/2022	**37.329**	**488**	**37.817**
Adições	29.814	–	**29.814**
Amortização	(28.268)	–	**(28.268)**
Custo Histórico	108.424	3.952	**112.376**
Amortização Acumulada	(69.549)	(3.464)	**(73.013)**
Saldo em 31/12/2023	**38.875**	**488**	**39.363**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

continuação

CIDADE MARAVILHOSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS S.A.

CNPJ: 09.611.669/0001-94

	Consolidado					
	Licenças de Softwares	Ponto Comercial	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Ágio	Total
Vida útil média em anos	10 anos	5 anos	n/a	5% e 16%	n/a	
Saldo em 31/12/2021	**141.622**	**135.351**	**536.775**	**219.211**	**3.596.658**	**4.629.617**
Adições	70.145	1.800	–	–	–	**71.945**
Incorporações	62	488	–	–	–	**550**
Atualização PPA	–	(46.551)		(44.599)	95.622	**4.472**
Baixas	(30)	–	–	–	–	**(30)**
Amortização	(50.848)	(18.540)	–	(10.146)	–	**(79.534)**
Custo Histórico	240.901	91.187	536.775	174.611	3.692.280	**4.735.754**
Amortização Acumulada	(79.950)	(18.639)	–	(10.145)	–	**(108.734)**
Saldo em 31/12/2022	**160.951**	**72.548**	**536.775**	**164.466**	**3.692.280**	**4.627.020**
Adições	74.651	–	–	–	–	**74.652**
Baixas	–	(192)	–	–	–	**(192)**
Perda por impairment	–	–	–	–	(2.952.092)	**(2.952.092)**
Amortização	(65.493)	(18.138)	(31)	(10.144)	–	**(93.807)**
Custo Histórico	315.552	91.187	536.775	174.611	740.188	**1.858.313**
Amortização Acumulada	(145.443)	(36.969)	(31)	(20.289)	–	**(202.732)**
Saldo em 31/12/2023	**170.109**	**54.218**	**536.744**	**154.322**	**740.188**	**1.655.581**

a) Licenças e softwares. Representam gastos com aquisição de softwares e licenças, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos. As principais adições do exercício referem-se ao desenvolvimento de sites e softwares e aos investimentos em projetos realizados no SomaLabs (projetos voltados ao desenvolvimento de recursos de otimização de vendas no ambiente e-commerce). b) Direito de uso de ponto comercial. Os direitos de uso são valores pagos a shopping centers para instalação das lojas, e são amortizados de acordo com o período do contrato de locação das respectivas lojas. c) Marcas e patentes. As marcas e patentes são substancialmente relacionadas ao valor justo estimado da marca Hering registrada quando da respectiva combinação de negócio. As marcas e patentes possuem prazo de vida útil indefinida e têm sua recuperabilidade avaliada anualmente (teste de impairment). d) Carteira de clientes. A carteira de clientes deriva do relacionamento da companhia com os seus clientes, que para um negócio tem valor, pois representa uma fonte de renda estável e recorrente. O saldo que a Companhia apresenta de carteira de clientes é proveniente da combinação de negócios com Hering. e) Ágio. O saldo do ágio correspondente ao excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos da Hering no valor de R$ 740.188. O ágio possuí prazo de vida útil indefinida e têm sua recuperabilidade avaliada anualmente (teste de impairment). Redução ao valor recuperável (Impairment). Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), de acordo com as visões de análise utilizadas pela Administração. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma eventual necessidade de reversão ou complemento do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor recuperável dos ágios e marcas foram estimados com base em fluxos de caixa descontados a partir do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023. As premissas utilizadas estão em conformidade com o plano estratégico da Companhia e foram aprovadas pelo Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças em 29 de fevereiro de 2024. A metodologia utilizada foi a do Valor em uso. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. As principais premissas utilizadas nos cálculos do Valor em Uso em 31 de dezembro de 2023 foram as seguintes:

	Hering
Taxa de desconto	11,8%
Taxa de crescimento da perpetuidade	5,6%
Taxa de crescimento estimado para o EBITDA (média para os próximos dez anos)	10,0%a.a.

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC (Weighted Average Cost of Capital) em que o custo de capital é determinado pela média ponderada do valor de mercado dos componentes da estrutura de capital (próprio e de terceiros). Foram utilizados valores e premissas alinhadas com as práticas de mercado para esses cálculos e considerando as particularidades da UGC. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para um período e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi calculada através do modelo de crescimento constante, o qual assume que o lucro líquido crescerá perpetuamente de maneira contínua. No último ano previsto, calcula-se a perpetuidade pelo modelo de progressão geométrica, transportando-se o valor, sem seguida, para o primeiro ano estimado. As projeções nos fluxos de caixa consideraram um período de 11 anos, e foram projetados considerando o efeito da inflação. O EBITDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelo crescimento da receita projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas, o aumento dos preços estimados e ao plano de expansão das megalojas da Hering. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. Conclusão da análise: Foi identificada perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R$ 2.952.092. Os principais pontos que resultaram na perda foram a edição da Lei nº 14.789/23 em 29 de dezembro de 2023, que instituiu a tributação dos incentivos fiscais estaduais de ICMS pelo Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o PIS e a Cofins a partir de 1º janeiro de 2024, e a aprovação da Reforma Tributária através da Emenda Constitucional nº 132/2023, que extingue os incentivos fiscais gozados pela Companhia a partir de 2033. **12. Debêntures, Empréstimos e Arrendamentos: 12.1 Políticas contábeis. 12.1.1 Debêntures e empréstimos.** Os empréstimos e debêntures estão inicialmente mensurados pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos. São subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. **12.1.2 Arrendamento.** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso. A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo seu valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis que dependem de um índice ou taxa, e por valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a sua taxa de juros implícita não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido por conta dos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações, mudanças no prazo nos pagamentos do arrendamento ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório, considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Taxa incremental sobre empréstimos. A Companhia acessa anualmente a taxa incremental sobre empréstimos para registrar os passivos de arrendamento ao valor presente.

12.2 Composição de debêntures e empréstimos

		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Empréstimos de capital de giro em:					
.Moeda estrangeira	(a)	–	–	–	102.053
Debênntures	(b)	497.816	729.781	497.816	729.781
Notas Comerciais	(c)	562.920	–	562.920	–
Custos/encargos sobre empréstimos		(10.068)	(13.415)	(10.068)	(12.294)
		1.050.668	**716.366**	**1.050.668**	**819.540**
Circulante		**799.908**	**216.438**	**799.908**	**319.612**
Não circulante		**250.760**	**499.928**	**250.760**	**499.928**

(a) Em abril de 2021, a controlada Hering, efetuou captação de empréstimo no valor de R$ 100.000, com taxa média de CDI + 1,98% a.a., prazo de 2 anos, pagamento de juros semestrais e principal ao fim do contrato, para reforço da liquidez da empresa e de projetos estratégicos. Este empréstimo foi liquidado em abril de 2023. (b) A Companhia, em 15 de agosto de 2019, emitiu a primeira série de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, no montante de R$ 170.000, com remuneração de CDI + 2,20% a.a. e prazo de 4 anos, tendo sido liquidada em 28 de agosto de 2023. Em 15 de setembro de 2021, a Companhia emitiu sua segunda série de debêntures simples, sem garantias adicionais, em série única, no montante de R$ 500.000, com remuneração de CDI + 2,73% a.a. e prazo de 4 anos. Em 18 de março de 2022, a Companhia emitiu sua terceira série de debêntures simples, do tipo quirografária, sem garantias adicionais, em série única, no montante de R$ 270.000, com remuneração de CDI + 2,10 % a.a. e prazo de 4 anos. (c) Em 09 de março de 2023, a Companhia contratou um financiamento de R$ 300.000 via notas comerciais escriturais, com prazo de 18 meses e remuneração de CDI + 1,69%. Em 20 de dezembro de 2023, a Companhia contratou um financiamento de R$ 250.000 via notas comerciais escriturais, com prazo de 24 meses e remuneração de CDI + 1,50%.

12.3 Movimentação de debêntures e empréstimos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**576.208**	**680.038**
Incorporações de controladas	1.777	–
Captações	270.000	270.000
Apropriação de Juros	101.935	116.037
Amortização de Juros	(84.262)	(97.243)
Amortização de Principal	(152.666)	(152.666)
Amortização de Variação Cambial	8.401	8.401
Apropriação de Variação Cambial	(8.756)	(8.756)
Custos/encargos de transação	3.729	3.729
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**716.366**	**819.540**
Captações	547.590	547.590
Apropriação de Juros	124.269	128.692
Amortização de Juros	(123.314)	(130.911)
Amortização de Principal	(220.000)	(320.000)
Custos/encargos de transação	5.757	5.757
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.050.668**	**1.050.668**

A composição do não circulante por ano de vencimento é como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	213.312	213.312
2026	37.448	37.448
	250.760	**250.760**

12.4 Condições restritivas financeiras (covenants). A Companhia possui debentures e notas comerciais que contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações contábeis consolidadas, conforme descritos abaixo:

Operação	1ª emissão Cidade Maravilhosa	2ª emissão Cidade Maravilhosa	1ª Nota Comercial Cidade Maravilhosa	2ª Nota Comercial Cidade Maravilhosa
Cláusulas restritivas	**Semestral** **Indicadores:** Dívida Líquida/ EBITDA - até 3,0x em 2022 - até 2,5x em 2023 - até 2,0x em 2024 até a data de vencimento **Indicadores:** EBITDA/Resultado Financeiro - maior que 2,5x em 2022 - maior que 3,5x em 2023 até a data de vencimento	**Anual** **Indicadores:** Dívida Líquida/ EBITDA - menor ou igual a 2,0x até a data de vencimento	**Semestral** **Indicadores:** Dívida Líquida/ EBITDA - menor que 2,0x até a data de vencimento	**Semestral** **Indicadores:** Dívida Líquida/ EBITDA (excluindo a perda por impairment de ativos) - menor que 2,0x até a data de vencimento

Em 31 de dezembro de 2023, não havia sido exigido o vencimento antecipado por nenhuma instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2023, em decorrência da contabilização da perda por impairment, divulgada na nota 11, a Companhia não cumpriu os indicadores mencionados na tabela acima. Desta forma, estes credores teriam o direito de exigir o vencimento antecipado das dívidas (vencimento não automático). Segue abaixo a composição por contrato e a conclusão sobre as cláusulas restritivas dos empréstimos e debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2023, sem os custos/encargos sobre os empréstimos:

Instituição Financeira	Cláusulas restritivas	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures 1	Descumpriu.	148.819	148.658	297.477
Debêntures 2	Descumpriu.	80.136	120.204	200.340
1º Nota Comercial Bradesco	Descumpriu.	312.159	–	312.159
2º Nota Comercial Banco do Brasil	Não descumpriu.	–	250.760	250.760
		541.114	**519.622**	**1.060.736**

Em 21 de março de 2024, a Companhia concluiu as negociações com todos os credores e obteve os respectivos waivers para as dívidas citadas, exceto pela 1ª série de debêntures que foi liquidada em 28 de fevereiro de 2024, conforme divulgado na nota 23, Eventos Subsequentes. Além disso, os respectivos contratos foram aditados, ajustando a redação do covenant para que o cálculo de EBITDA seja feito excluindo lançamentos de perdas por impairment de ativos. No entanto, como na data de 31 de dezembro de 2023 a Companhia ainda não havia concluído a negociação, foi efetuada a reclassificação do não circulante dos contratos que foram descumpridos para o passivo circulante, conforme determina o pronunciamento técnico IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis que determina que o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, em não exigir vencimento antecipado como consequência do descumprimento dos indicadores. A classificação entre circulante e não circulante divulgada nesta demonstração financeira, sem os custos/encargos, ficou da seguinte forma:

Instituição Financeira	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures 1	297.477	–	297.477
Debêntures 2	200.340	–	200.340
1º Nota Comercial Bradesco	312.159	–	312.159
2º Nota Comercial Banco do Brasil	–	250.760	250.760
	809.976	**250.760**	**1.060.736**

Após a conclusão da negociação dos waivers, os vencimentos dos empréstimos e debêntures retornaram as datas originais. A Companhia possui covenants não financeiros nos quais possui obrigação de divulgar suas Demonstrações Contábeis até 31 de março de cada ano. **12.5 Composição de arrendamento mercantil.** A Companhia efetua o arrendamento de alguns bens, principalmente imóveis (escritórios e centros de distribuição), que normalmente vigoram por um período de cinco a dez anos. A Companhia determina sua taxa incremental composta por: (i) taxa livre de riscos em termos nominais de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de utilização do ativo. As taxas anuais utilizadas de acordo com o prazo em anos dos contratos são os seguintes; 1 ano 14,71% a.a.; 2 anos 11,53% a.a.; 3 anos 12,83% a.a.; 4 anos 11,95% a.a.; 5 anos 12,23% a.a.; 6 anos 12,43% a.a.; 7 anos 12,62% a.a.; 8 anos 12,70% a.a.; 9 anos 12,83% a.a.; 10 anos 12,91% a.a. A taxa incremental deve representar o que um arrendatário teria de pagar na data de início do contrato de arrendamento para um empréstimo com prazo e garantias semelhantes para obter um ativo de valor similar ao ativo de direito de uso em um ambiente econômico idêntico. A movimentacão dos saldos do ativo e do passivo está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**20.780**	**23.908**	**115.033**	**121.676**
Amortização	(4.028)	–	(32.692)	–
Pagamento passivo de arrendamento	–	(6.973)	–	(39.609)
Apropriação de juros	–	2.935	–	8.748
Adições, baixas e outras movimentações	1.162	1.905	32.066	30.998
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**17.914**	**21.775**	**114.407**	**121.813**
Amortização	(4.908)	–	(36.267)	–
Pagamento passivo de arrendamento	–	(6.802)	–	(40.843)
Apropriação de juros	–	2.966	–	10.532
Adições, baixas e outras movimentações	6.989	6.293	39.264	35.629
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**19.995**	**24.232**	**117.404**	**127.131**
Circulante	**–**	**4.757**	**–**	**34.319**
Não circulante	**19.995**	**19.475**	**117.404**	**92.812**

A composição por ano de vencimento e maturidade dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 está disposta a seguir:

	Controladora	Consolidado
2025	5.282	30.668
2026	5.268	24.257
2027 em diante	8.925	37.887
	19.475	**92.812**

Fluxo de pagamentos futuros	2024	2025	2026	2027 em diante
Controladora				
Fluxo de desembolso contratual	7.175	7.149	6.545	10.193
Fluxo de desembolso (a valor presente)	4.757	5.282	5.268	8.925
Consolidado				
Fluxo de desembolso contratual	44.318	37.972	29.299	46.933
Fluxo de desembolso (a valor presente)	34.319	30.668	24.257	37.887

13. Fornecedores e adiantamento a fornecedores: 13.1 Políticas contábeis: Contas a pagar a fornecedores a prazo são registrados a valor presente, utilizando a taxa de desconto de 1,20% a.m. em 31 de dezembro de 2023 (1,26% a.m. em 31 de dezembro de 2022). O saldo de fornecedores é mensurado pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. A Companhia realiza antecipações a fornecedores com objetivo de viabilizar a compra de estoques e posterior lançamento de coleções. Os adiantamentos são reconhecidos no momento da transferência dos recursos e são baixados quando do recebimento dos estoques. **13.2 Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores nacionais	206.557	183.881	394.909	427.291
Fornecedores estrangeiros	30.368	29.719	69.959	74.494
Outras contas a pagar	887	1.511	887	1.511
Ajuste a valor presente	(1.550)	(1.540)	(16.626)	(12.276)
Total	**236.262**	**213.571**	**449.129**	**491.020**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a fornecedores	61.035	89.134	61.983	92.238
Provisão para perda	(3.415)	(3.415)	(3.415)	(3.415)
	57.620	**85.719**	**58.568**	**88.823**

O montante do saldo de adiantamentos a fornecedores é composto, principalmente pela operação de importação de matéria-prima dos grandes centros da Ásia, onde é desembolsado o valor para a importação da matéria prima. A prestação de contas e acerto do saldo ocorre em média em 120 dias com a finalização e entrada da matéria prima importada. **13.3 Obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços.** A Companhia e sua controlada Hering firmaram contrato com bancos para estruturar com os seus fornecedores que quisessem e aceitassem a operação de risco sacado, assim conhecida no mercado. Abaixo composição por entidade financeira:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Itaú	23.634	134.245	96.792	134.245
Safra	2.358	43.406	2.358	43.406
Bradesco	24.586	–	24.586	–
Daycoval	232	–	232	–
Total	**50.810**	**177.651**	**123.968**	**177.651**

Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de mercadorias feitas a Companhia aos bancos, mantendo os valores e os prazos originais acordados, sem direito de regresso a uma taxa de juros média de 1,28% a.m. em 31 de dezembro de 2023 (1,49% a.m. em 31 de dezembro de 2022). Os bancos, por sua vez, passam a ser credores destes títulos, sendo o prazo médio de pagamento pela Companhia de 70 dias em 31 de dezembro de 2023 (76 dias em 31 de dezembro de 2022). Os títulos a pagar relacionados a essas operações são reclassificados das rubricas de fornecedores e aluguéis a pagar para a rubrica em epígrafe, onde permanecem até sua liquidação. **14. Tributos a recolher: 14.1 Políticas contábeis.** Os tributos a recolher compreendem pagamentos de tributos em função do regime tributário em que a Companhia está enquadrada que deve ser realizado periodicamente, onde os principais incidentes a todas as empresas são ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. **14.2 Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Parcelamentos fiscais	5.287	6.268	7.166	7.553
ICMS	2.566	1.986	20.672	15.881
PIS e COFINS	6.820	54.976	23.191	65.848
Imposto de renda e contribuição social	165	101	2.924	9.200
Outros	360	320	2.714	4.454
Impostos a Recolher	**15.198**	**63.651**	**56.667**	**102.936**
Circulante	**11.349**	**58.839**	**52.818**	**98.124**
Não circulante	**3.849**	**4.812**	**3.849**	**4.812**

15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: 15.1 Políticas contábeis. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes utilizadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais de IRPJ, quando aplicável. A capacidade de recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é analisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou de parte dele, o montante considerado como não recuperável é baixado. A avaliação da Administração está suportada por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de lucros futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação de créditos em um período não superior a 10 anos. Além disso, a estimativa da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos envolve as incertezas das demais estimativas. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados no patrimônio líquido. **15.2 Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízos Fiscais Acumulados	68.022	69.309	201.836	153.489
Diferenças Temporárias	41.032	34.997	112.318	84.784
Diferido sobre IFRS 16	1.443	1.079	1.443	1.079
Perda por impairment	1.003.711	–	1.003.711	–
Diferido sobre Mais-valia e passivos contingentes	–	–	(329.050)	(281.068)
Total ativo (passivo)	**1.114.208**	**105.385**	**990.258**	**(41.716)**
Ativo não circulante	**1.114.208**	**105.385**	**1.319.308**	**236.646**
Passivo não circulante	**–**	**–**	**329.050**	**278.362**

15.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(2.472.766)**	**302.399**	**(2.495.675)**	**267.772**
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	840.740	(102.816)	848.530	(91.042)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	47.664	38.983	–	–
Efeito de subvenção governamental	118.051	89.175	177.804	140.732
Reconhecimento - Processo - Indébito IRPJ/CSLL sob selic	–	–	–	10.958
Multas, brindes e Outras	(591)	3.154	2.439	2.475
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	**1.005.864**	**28.496**	**1.028.773**	**63.123**

Abaixo segue resumo dos incentivos fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lei da Moda	347.208	262.278	347.208	262.278
Crédito outorgado Lei do Vestuário (GO)	–	–	106.238	110.237
Crédito outorgado Atacadista (GO)	–	–	7.580	9.547
ProGoiás	–	–	18.605	8.191
Produzir	–	–	–	11.362
TTD - Tratamento Tributário Diferenciado (SC)	–	–	19.338	11.721

15.4 Movimentação do diferido

	Controladora					
	31/12/2021	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Adições oriundas de combinações de negócios	31/12/2022	Benefícios (despesas) adicionais registrados	31/12/2023
Ativo (passivo)						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**1.219**	2.119	361	**3.699**	2.534	**6.233**
Provisão para perdas na realização dos estoques	**4.601**	(776)	705	**4.530**	5.473	**10.003**
Prejuízo fiscal e base negativa	**55.689**	13.620	–	**69.309**	(1.287)	**68.022**
Provisão para contingências	**303**	18.762	102	**19.167**	4.867	**24.034**
Provisões para despesas administrativas/comerciais	**11.301**	(11.301)	–	**–**	–	**–**
Perda por impairment	**–**	–	–	**–**	1.003.711	**1.003.711**
IFRS 16	**1.063**	(31)	47	**1.079**	364	**1.443**
Provisão de gratificação	**–**	6.876	–	**6.876**	(1.276)	**5.600**
Outros	**828**	(103)	–	**725**	(5.563)	**(4.838)**
Saldo ativo (passivo)	**75.004**	**29.166**	**1.215**	**105.385**	**1.008.823**	**1.114.208**

	Consolidado					
	31/12/2021	Benefícios (despesas) adicionais registrados	Adições oriundas de combinações de negócios	31/12/2022	Benefícios (despesas) adicionais registrados	31/12/2023
Ativo (passivo)						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**17.424**	(4.479)	360	**13.305**	246	**13.551**
Provisão para perdas na realização dos estoques	**8.194**	1.520	705	**10.419**	6.018	**16.437**
Prejuízo fiscal e base negativa	**134.107**	19.382	–	**153.489**	48.347	**201.836**
Provisão para contigências	**7.558**	18.895	102	**26.555**	17.492	**44.047**
Provisão para despesas administrativa / comerciais	**11.368**	9.943	–	**21.311**	1.552	**22.863**
IFRS 16	**1.063**	(31)	47	**1.079**	364	**1.443**
Marcas, mais-valia do imobilizado e intangível	**(346.459)**	16.130	49.261	**(281.068)**	(56.603)	**(337.671)**
Perda por impairment	**–**	–	–	**–**	1.003.711	**1.003.711**
Provisão de gratificação	**3.400**	4.805	–	**8.205**	4.142	**12.347**
Eliminação dos lucros não realizados	**6.817**	(4.111)	–	**2.706**	5.915	**8.621**
IRPJ e CSLL sobre SELIC no indébito tributário	**–**	5.348	–	**5.348**	10.126	**15.474**
Outros	**(1.125)**	(1.940)	–	**(3.065)**	(9.336)	**(12.401)**
Saldo ativo (passivo)	**(157.653)**	**65.462**	**50.475**	**(41.716)**	**1.031.974**	**990.258**

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

continuação

CIDADE MARAVILHOSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS S.A.

CNPJ: 09.611.669/0001-94

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A Companhia estima que, o crédito fiscal diferido oriundo do prejuízo fiscal e base negativa serão consumidos conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	–	17.124
2025	3.672	24.238
2026	5.240	29.166
2027	9.072	46.839
2028	16.872	51.303
2029 em diante	33.166	33.166
	68.022	**201.836**

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais: 16.1 Políticas contábeis. A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por departamento jurídico próprio e por advogados externos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua a análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso. A Companhia registrou provisão, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos cíveis, trabalhistas e tributários que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **16.2 Composição:** Os saldos de depósitos judiciais e provisão para contingências possuem o seguinte detalhamento:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cível	373	931	373	931
Trabalhista	345	346	10.902	9.762
Tributário	–	–	36.978	29.754
Depósitos Judiciais	**718**	**1.277**	**48.253**	**40.447**
Cível	–	–	8.968	9.732
Trabalhista	3.809	1.398	16.315	11.958
Tributário	66.879	–	103.517	689
Passivo contingente Hering	–	–	112.898	323.360
Provisão para Contingências	**70.688**	**1.398**	**241.698**	**345.739**

Movimentação de contingências:

Controladora	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**–**	**890**	**–**	**890**
Provisões (reversões)	42	683	15	**740**
Saldos oriundos de incorporações	23	269	–	**292**
Pagamentos	(65)	(444)	(15)	**(524)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**1.398**	**–**	**1.398**
Provisões (reversões)	–	2.411	–	**2.411**
Tranferências	–	–	66.879	**66.879**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**3.809**	**66.879**	**70.688**

Consolidado	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.670**	**12.666**	**287.299**	**306.635**
Provisões (reversões)	3.127	(264)	(2.188)	**675**
Saldos oriundos de incorporações	(65)	(444)	(15)	**(524)**
Pagamentos	**–**	**–**	**38.953**	**38.953**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.732**	**11.958**	**324.049**	**345.739**
Provisões (reversões)	(764)	4.357	(174.513)	**(170.920)**
Tranferências	–	–	66.879	**66.879**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**8.968**	**16.315**	**216.415**	**241.698**

As principais provisões e reversões de processos avaliados como perda provável no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são: (i) Provisão DIFAL (Tributárias) - A Controlada Hering, lastreada em opinião de seus assessores externos, usufruiu em 2022 dos valores não pagos referentes ao tributo instituído pela Lei Complementar 190/2022, pela observância do princípio da anterioridade. Em decorrência do julgamento pelo STF no dia 29 de novembro de 2023 das ADI's 7066, 7070 e 7078 nas quais, por maioria, decidiu-se apenas pela aplicação da anterioridade nonagesimal, a provisão foi realizada no valor de R$ 20.137. (ii) Execução fiscal – PIS e COFINS (Tributárias) – Em 28 de novembro de 2023 a União Federal ajuizou Execução Fiscal contra a Companhia, que já mantinha a provisão no valor de R$ 66.879 na rubrica de Tributos a Recolher e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, transferiu este valor para a rubrica Provisão para Contingências. Em 31 de dezembro de 2023 há prazo em curso para apresentação de Embargos à Execução. (iii) Banco Santos (Cíveis) – No que tange às contingências cíveis, a controlada Hering promovia contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida, a Massa Falida do Banco Santos possuía quatro processos contra a controlada Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. Até 31 de dezembro de 2022, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos resultava em R$ 279.876. A probabilidade de perda, pela Companhia, era considerada remota para R$ 162.192 e possível para R$ 117.684. Na data da combinação de negócios da controlada Hering, foi reconhecido o valor de R$175.704 referentes aos processos listados acima. No dia 07 de março de 2023, foi proposto um acordo entre a controlada Hering à Massa Falida do Banco Santos S/A, com objetivo de encerrar todos os litígios existentes entre as partes no valor de R$ 43.000, liquidados em duas parcelas, tendo sido a primeira no dia 08 de março de 2023, no montante de R$ 4.300, e a segunda no dia 08 de maio de 2023, no montante de R$ 38.700. No dia 25 de outubro de 2023, encerrou-se qualquer prazo para recurso à decisão que homologou o acordo entre a controlada Hering e a Massa Falida do Banco Santos e no dia 30 de outubro de 2023, foi expedido o documento certificando o trânsito em julgado da decisão, revertendo-se as devidas provisões contábeis realizadas para o tema. O impacto dessa transação, líquida do pagamento do acordo e dos honorários advocatícios foi de R$ 111.985, registrados na rubrica de Despesas Administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações cujo risco de perda foi avaliado como possível, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Cível	14.828	53	22.366	134.633
Trabalhista	4.027	1.680	18.395	18.691
Tributário	119.401	38.487	558.731	418.958
Imobiliário	–	17	–	17
	138.256	**40.237**	**599.492**	**572.299**

A Controlada Hering possui um Processo Administrativo Sancionador da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em função de recompra de ações anteriores a combinação de negócios com a Companhia. O processo foi classificado pelos assessores jurídicos da Companhia como possível de perda a qual está estimada entre R$ 15.826 e R$ 47.477. Os principais processos avaliados como perda possível são: Tributárias: (i) Processo na controlada Hering na esfera administrativa federal relativo a glosas de crédito e/ou não homologações de compensações de tributos IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, cujo montante atualizado corresponde a R$ 83.131 e Autos de Infração de tributos CIDE, IRRF, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias, cujo montante atualizado corresponde a R$ 40.953. Na esfera judicial contra a União Federal litiga em exigências de INSS, no montante atualizado de R$ 40.463, e PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R$ 215.240 ambos os valores assegurados por Seguro Garantia. Na esfera judicial contra o Estado de Goiás, litiga em exigências de ICMS no montante atualizado de R$ 7.707, valores assegurados por depósitos judiciais. (ii) As demais empresas do Grupo possuem processos relacionados à cobrança de ICMS, totalizando R$ 20.289. **17. Patrimônio Líquido: 17.1 Capital Social e Reserva de capital:** Em 1º de abril de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação parcial da ByNV no montante de R$ 4.755 e em 1º de outubro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação integral da AF Fabril no montante de R$ 1.593, ambas empresas do mesmo grupo controlador. As duas incorporações foram realizadas após aprovação de laudos de avaliação das empresas e foram registradas através de aumento de capital, mediante a emissão de ações na Companhia. Com estas incorporações, foi realizado uma diminuição na reserva de capital de R$ 12.358, com um saldo de reserva de capital de R$ 658.884 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 671.242 em 31 de dezembro de 2022). Em 1º de abril de 2023 foi aprovado o aumento do capital social no montante de R$ 37.514 mediante a emissão de 7.799.259 novas ações ordinárias, todas subscritas pela acionista Grupo de Moda Soma S.A. Em decorrência do aumento, o capital social da Companhia passou para R$ 4.748.067 divididos em 1.286.812.209 ações. Este aumento de capital foi integralizado por meio da contribuição dos ativos correspondentes ao estoque do atacado detido pelo Grupo de Moda Soma S.A., que, originalmente, pertencia à investida ByNV, incorporada nos termos do Laudo de Avaliação emitido por Empresa Avaliadora. **17.2 Reserva de lucros e de incentivos fiscais:** A reserva de lucros, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, reserva legal e reserva de incentivos fiscais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo dessas reservas é de R$ 800.606 (R$ 800.606 em 31 de dezembro de 2022). As reservas de incentivos fiscais referem-se aos montantes apurados como subvenção de investimentos (nota explicativa 15). No resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram destinados saldos para reserva de incentivos fiscais (foram destinados R$ 314.350 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrado na DMPL. **17.3 Resultado por ação:** Básico e diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Em 2023 e 2022 não houve fatores dilutivos.

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(1.466.902)	330.895
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	1.284.659	1.278.079
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação, (em Reais)	**(1,14)**	**0,26**

18. Receita líquida de vendas: 18.1 Políticas contábeis: CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzida dos impostos sobre vendas, das devoluções, se houver dos descontos incondicionais e do ajuste ao valor presente, e no consolidado inclui também as eliminações de receitas entre partes relacionadas. Parte relevante das vendas é efetuada por meio de cartão de crédito, sendo as despesas com comissão dos cartões de crédito reconhecidas como despesas operacionais, na rubrica "Outras despesas operacionais." A Companhia opera com e-commerce, atacado e uma cadeia de lojas para a comercialização de suas mercadorias. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, por intermédio de dinheiro e cartões de débito, e a prazo por meio de cartões de crédito e boletos. **18.2 Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Vendas brutas de mercadorias e produtos	3.131.062	2.184.659	5.298.735	4.522.166
(-) Impostos sobre vendas	(386.029)	(251.880)	(637.033)	(568.041)
(-) Devoluções	(23.078)	(11.078)	(166.834)	(73.224)
	2.721.955	**1.921.701**	**4.494.868**	**3.880.901**

19. Despesas Operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal	(287.545)	(244.839)	(496.814)	(432.958)
Ocupação	(4.163)	(3.395)	(43.284)	(40.007)
Serviços de Terceiros	(114.807)	(102.369)	(224.070)	(216.420)
Propaganda e publicidade	(55.476)	(60.073)	(173.413)	(168.025)
Fretes e embalagens	(12.656)	(11.480)	(84.123)	(84.794)
Depreciação e amortização	(38.268)	(27.679)	(129.619)	(114.978)
Depreciação e amortização - IFRS 16	(4.908)	(4.028)	(34.444)	(32.692)
Comissão de cartão de crédito	(1.442)	(1.058)	(13.845)	(9.265)
Gratificações	–	(35.521)	–	(35.521)
Royalties	(83.777)	(83.268)	(83.777)	(83.268)
Outros	(57.399)	(35.524)	(40.938)	(115.999)
Total	**(660.441)**	**(609.234)**	**(1.324.327)**	**(1.333.927)**

A rubrica de Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos no consolidado inclui depreciação e amortização de imobilizado e intangível no valor de R$ 28.847 e amortização de Direito de Uso de imóveis no valor de R$ 1.823 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$ 26.677 de depreciação e amortização de imobilizado e intangível e R$ 4.197 de amortização de Direito de Uso de imóveis no mesmo período de 2022). **20. Resultado Financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Descontos recebidos	1.655	973	1.655	973
Juros recebidos	15.286	12.650	35.781	47.908
Atualização monetária de tributos	–	–	51.460	–
Outras receitas financeiras	1.119	1.664	3.748	13.881
	18.060	**15.287**	**92.644**	**62.762**
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(373.830)	(172.934)	(373.830)	(172.934)
Juros sobre empréstimos	(141.354)	(116.531)	(145.777)	(130.634)
Juros sobre arrendamento	(2.966)	(2.935)	(10.532)	(8.748)
Ajuste a valor presente	(35.977)	(5.620)	(87.539)	(46.286)
Outras despesas financeiras (i)	(8.614)	(17.517)	(15.397)	(14.779)
	(562.741)	**(315.537)**	**(633.075)**	**(373.381)**
	(544.681)	**(300.250)**	**(540.431)**	**(310.619)**

(i) Referem-se, principalmente, a atualizações monetárias de passivos, tarifas bancárias, e outros gastos pulverizados. **21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: 21.1 Políticas contábeis:** O IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Ativos financeiros - Custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio, cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - Mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. Ativos financeiros - Mensuração subsequente: • Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Redução ao valor recuperável: A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. Passivos financeiros - Reconhecimento inicial: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar). Passivos financeiros - Mensuração subsequente: • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **21.2 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:** Valor justo hierárquico: Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Controladora	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil 2023	Saldo contábil 2022
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	296.774	54.740
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	–	160.939	153.834
Depósitos judiciais	Custo amortizado	–	718	1.277
			458.431	**209.851**
Passivos financeiros				
Fornecedores e aluguéis a pagar	Custo amortizado	–	236.262	213.571
Obrigações decorrentes de compras de mercadorias	Custo amortizado	–	50.809	43.406
Empréstimos a pagar	Custo amortizado	–	1.050.668	716.366
Salários e encargos	Custo amortizado	–	44.121	39.555
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	–	24.232	21.775
			1.406.092	**1.034.673**

Consolidado	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil 2023	Saldo contábil 2022
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	397.678	150.066
Títulos de valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.085	4.296
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	–	876.724	790.608
Depósitos judiciais	Custo amortizado	–	48.253	40.447
			1.326.740	**985.417**
Passivos financeiros				
Fornecedores e aluguéis a pagar	Custo amortizado	–	449.129	491.020
Obrigações decorrentes de compras de mercadorias e serviços	Custo amortizado	–	123.967	177.651
Empréstimos a pagar	Custo amortizado	–	1.050.668	819.540
Salários e encargos	Custo amortizado	–	94.060	95.029
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	–	127.131	121.813
Derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	841	406
			1.845.796	**1.705.459**

Os ativos e passivos financeiros contabilizados aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, descontos a valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas. **21.3 Gestão de risco:** Não houve alterações quanto as políticas ou processos durante o ano findo em 31 de dezembro de 2023. Os instrumentos financeiros são contratados conforme definido em política interna e aprovado pela Administração cujo propósito é proteger a Companhia de risco cambial e risco de taxa de juros. A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento de seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 48 / IFRS 9. O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos acionistas. A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia apresenta a seguinte estrutura de capital em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	296.774	54.740	397.678	150.066
	296.774	**54.740**	**397.678**	**150.066**
Obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	(50.809)	(43.406)	(123.967)	(177.651)
Empréstimos	(1.050.668)	(716.366)	(1.050.668)	(819.540)
Derivativos líquidos – swap	–	–	(841)	(406)
Arrendamentos a pagar	(24.232)	(21.775)	(127.131)	(121.813)
	(1.125.709)	**(781.547)**	**(1.302.607)**	**(1.119.410)**
Dívida líquida	**(828.935)**	**(726.807)**	**(904.929)**	**(969.344)**
Total do patrimônio líquido	4.743.420	6.169.791	4.743.420	6.169.791
Índice de alavancagem (%)	**(17,48%)**	**(11,78%)**	**(19,08%)**	**(15,71%)**

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: **a) Riscos de mercado:** Risco cambial: O risco cambial é decorrente de operações comerciais atuais e futuras, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. Atualmente a Companhia detém passivos em moeda estrangeira registrados na rubrica de fornecedores e empréstimos. Todos os empréstimos realizados pela Companhia em moeda estrangeira são protegidos via hedge, os quais mitigam a exposição da Companhia a variação cambial. *Sensibilidade do risco cambial:*

Swap cambial	Risco	Cenário Provável	Cenário I - Desvalorização da moeda 25%	Cenário II - Desvalorização da moeda 50%	Cenário III - Valorização da moeda 25%	Cenário IV - Valorização da moeda 50%
Taxa de câmbio em 31/12/2023		4,8413	4,8413	4,8413	4,8413	4,8413
Taxa de câmbio estimada para o exercício 2024		5,0190	3,7643	2,5095	6,2738	7,5285
Empréstimos em moeda estrangeira	Variação US$	803	33.299	65.796	(31.693)	(64.190)
Swaps (ponta ativa em moeda estrangeira)	Variação US$	–	–	–	–	–
Efeito líquido		**803**	**33.299**	**65.796**	**(31.693)**	**(64.190)**

Cenários	Cenário I atual	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxa do CDI (a.a.)	11,65%	14,56%	17,48%
Despesas com juros projetadas (*)	197.583	229.347	260.680

Risco de juros: A Companhia utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia obtém empréstimos junto a bancos de primeira linha no Brasil, em sua maioria indexados à variação do CDI. O risco da operação deriva da possibilidade de variações relevantes no CDI. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação a contas a receber de clientes) e de empréstimos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização. O risco de crédito da Companhia em depósitos e aplicações financeiras é mitigado pela Política de Investimentos Financeiros, que permite apenas aplicações em bancos de primeira linha. No âmbito do contas a receber de clientes a mitigação vem do fato de que a maior parte do contas a receber é junto às principais adquirentes de cartão de crédito, que reduzem significativamente os níveis de risco e são constantemente monitorados pela Companhia. **b) Risco de liquidez:** A Administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação. A Administração possui políticas e diretrizes para a melhor decisão ao nível de alocação do caixa livre da Companhia. Desta forma, são segregados os ativos permitidos e suas condições adicionais, onde as aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa devem possuir retorno esperado ao piso estabelecido, além de rentabilidade bruta desconsiderando impacto de impostos de 100% do CDI, sem prazo de carência para resgate e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O perfil de investimento permitido se limita aos seguintes tipos de aplicação financeira: Títulos públicos federais, CDB, Letras Financeiras e Operações compromissadas. Qualquer outro tipo de aplicação não listada na política da Companhia deve passar por aprovação prévia do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças do Grupo. A Companhia mantém um caixa mínimo obrigatório, o qual é calculado trimestralmente a partir de premissas da Companhia, sendo obrigatório que 100% do caixa mínimo de liquidez seja investido em ativos com liquidez diária. O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data das demonstrações contábeis e a data contratual do vencimento.

Controladora	Posição 31/12/2023	Fluxo de caixa contratual	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Fornecedores, aluguéis a pagar e obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	287.071	287.071	287.071	–	–	–
Arrendamentos a pagar	24.232	31.062	1.794	5.381	7.149	16.738
Empréstimos	1.050.669	1.336.497	290.439	483.273	521.991	40.794
	1.361.972	**1.654.630**	**579.304**	**488.654**	**529.140**	**57.532**

Controladora	Posição 31/12/2022	Fluxo de caixa contratual	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Fornecedores, aluguéis a pagar e obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	256.977	256.977	256.977	–	–	–
Arrendamentos a pagar	21.775	24.994	2.091	5.572	6.477	7.892
Empréstimos	716.366	902.274	164.444	157.051	287.007	293.772
	995.118	**1.184.245**	**423.512**	**162.623**	**293.484**	**301.664**

Consolidado	Posição 31/12/2023	Fluxo de caixa contratual	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Fornecedores, aluguéis a pagar e obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	573.096	573.096	573.096	–	–	–
Arrendamentos a pagar	127.131	158.522	11.535	32.783	37.972	76.232
Empréstimos	1.050.669	1.336.497	290.439	483.273	521.991	40.794
	1.750.896	**2.068.115**	**875.070**	**516.056**	**559.963**	**117.026**

Consolidado	Posição 31/12/2022	Fluxo de caixa contratual	Menos de 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Fornecedores, aluguéis a pagar e obrigações decorrentes de compra de mercadorias e serviços	668.671	668.671	668.671	–	–	–
Arrendamentos a pagar	121.813	139.822	11.696	31.174	36.231	44.152
Empréstimos	819.540	1.009.680	164.444	157.051	287.007	293.772
	1.610.024	**1.818.173**	**844.811**	**188.225**	**323.238**	**337.924**

21.4 Derivativos: Swap de dívida em moeda estrangeira: A Companhia mantém contratos de swaps para proteger sua exposição em dólares norte-americanos. Os swaps trocam o fluxo de juros e principal em moeda estrangeira por reais mais um percentual do CDI. O valor justo desses derivativos líquidos é uma posição passiva no consolidado em 31 de dezembro de 2023 de R$ 841 e uma posição passiva no consolidado em 31 de dezembro de 2022 de R$ 406. **21.5 Variações no passivo consolidado geradas por atividades de financiamento**

	31/12/2022	Captações	Juros e variação monetária e cambiais, líquidos	Pagamento de aquisições e principal	Pagamento de juros	31/12/2023
Empréstimos	819.540	547.590	128.692	(320.000)	(125.154)	1.050.668
Arrendamentos a pagar	121.813	35.629	10.532	(40.843)	–	127.131
	941.353	**583.219**	**139.224**	**(360.843)**	**(125.154)**	**1.177.799**

	31/12/2021	Captações	Juros e variação monetária e cambiais, líquidos	Pagamento de aquisições e principal	Pagamento de juros	Pagamento de dividendos	31/12/2022
Empréstimos	680.038	270.000	107.281	(152.666)	(85.113)	–	819.540
Arrendamentos a pagar	121.676	30.998	8.748	(39.609)	–	–	121.813
Dividendos e juros sobre o capital próprio	837	–	–	–	–	(837)	–
	802.551	**300.998**	**116.029**	**(192.275)**	**(85.113)**	**(837)**	**941.353**

22. Seguros: A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Nos exercícios apresentados, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques além de apólice de responsabilidade civil e são assim demonstradas:

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

continuação

CIDADE MARAVILHOSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS S.A.

CNPJ: 09.611.669/0001-94

Bens Segurados	Riscos Cobertos
Lojas e Sede Administrativa	Incêndio, Desastres naturais, Despesas fixas, Alagamento, Letreiros, Danos elétricos, Quebra-vidros, Inundação, Roubo, Furto, Tumulto, Greve, Lockout, Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Fumaça, Impacto de Veículo e responsabilidade civil.
Centros de Distribuição	Incêndio, Alagamento, Letreiros, Danos elétricos, Quebra-vidros, Inundação, Roubo, Furto, Tumulto, Greve, Lockout, Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Fumaça, Impacto de Veículo e responsabilidade civil.
Veículos	Incêndio, colisão, roubo, furto, assistência, acidentes pessoais - coberturas passageiros.
Responsabilidade Civil e D&O	Custos de Defesa e honorários dos advogados dos segurados para a defesa em juízo cível, trabalhista, penal e/ou em processo administrativo ou arbitral. Multas e penalidades cíveis e administrativas.
Animale Oro Property	Roubos de as mercadorias do estoque de revenda, as matérias primas consistidas de pedras e metais, preciosos e semipreciosos, joias, pérolas e relógios, óculos pertencentes a terceiros.

23. Eventos subsequentes: • Liquidação antecipada de debêntures: Em 28 de fevereiro de 2024 a Companhia, com objetivo de diminuir seu custo da dívida, exerceu seu direito de liquidar antecipadamente a 1ª série de debêntures simples no valor total de R$ 305.342. • Emissão de debêntures: Em 5 de março de 2024, a Companhia emitiu a 3ª debênture/CRI (Resolução CVM nº 160) no valor total de R$ 625.000, exercendo seu direito de 25% de lote adicional, a serem pagos em duas séries com vencimento bullet de 4 anos e uma série dividida em dois vencimentos iguais de 5 e 6 anos, respectivamente. Com uma demanda de aproximadamente R$1.500.000, foi possível uma compressão significativa nas taxas teto indicativas. Para as 3ª e 2ª séries, foram contratados swaps para transformar a exposição da dívida em CDI pós-fixado, de modo que a operação possui um custo final de CDI + 0,795% na 2ª série e CDI + 0,90% na 3ª série. A operação representa uma melhora relevante do perfil de endividamento da Companhia, reduzindo o custo médio da dívida, saindo de CDI + 1,46% para CDI + 1,23%.

Características	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Prazo	4 anos	4 anos	6 anos
Duration	3,3 anos	3,3 anos	4,6 anos
Amortização	*Bullet*, no vencimento	*Bullet*, no vencimento	Anual, em parcelas iguais nos 5º e 6º anos
Juros	Semestral, sem carência	Semestral, sem carência	Semestral, sem carência
Remuneração Teto Indicativa	CDI + 1,30% a.a.	Pré X DI + 1,20% a.a. ou 12,60% a.a., dos dois o maior	NTN-B28 + 1,40% a.a. ou IPCA + 7,40% a.a., dos dois o maior
Remuneração Pós Bookbuilding	CDI + 0,60% a.a.	Pré 11,00% a.a.	IPCA + 6,40% a.a.
Remuneração com Swap para CDI +	CDI + 0,60% a.a.	CDI + 0,795% a.a.	CDI + 0,90% a.a.
Volume	R$ 76.865	R$ 268.068	R$ 280.067
Data de Vencimento dos CRI	15/02/2028	15/02/2028	15/02/2030

Diretoria Estatutária
Rodrigo Cardozo Martins - Diretor de Controladoria
Anderson Brito Vivas - Contador - CRC-RJ 116.265/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores do Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Bruce, número 551, São Cristóvão. CEP: 20.921-030, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.611.669/0001-94, declaram que: reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. **Roberto Jatahy -** Diretor Presidente; **Gabriel Lobo -** Diretor; **Marcello Bastos -** Diretor; **Gustavo Fonseca -** Diretor; **Alisson Calgaroto -** Diretor; **Rodrigo Martins -** Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores do Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Bruce, número 551, São Cristóvão. CEP: 20.921-030, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.611.669/0001-94, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. **Roberto Jatahy** - Diretor Presidente; **Gabriel Lobo -** Diretor; **Marcello Bastos -** Diretor; **Gustavo Fonseca -** Diretor; **Alisson Calgaroto -** Diretor; **Rodrigo Martins -** Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Aos Administradores e Acionistas da **Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A.** Rio de Janeiro – RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. 1. Reconhecimento de receita. Conforme mencionado na nota explicativa 18, as receitas da Companhia e sua controlada são derivadas da venda de mercadorias, reconhecidas em momento específico do tempo. As vendas são efetuadas por meio de suas lojas físicas, vendas diretas a terceiros ou *e-commerce,* e as modalidades de pagamento aceitas pela Companhia e sua controlada são cheque, cartão de crédito e débito, dinheiro, pix e boleto bancário. O alto volume de vendas e a quantidade de lojas requerem controles e processos que garantam a integridade das operações. Devido à relevância dos montantes envolvidos e às características inerentes ao processo de reconhecimento de receita, incluindo o volume e a segurança de captura de todas as vendas dentro do período de competência, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto.* Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e realização das vendas; (ii) procedimentos de confirmação externa para uma amostra da base que compõe o saldo de contas a receber mediante o envio de cartas de confirmação; (iii) verificação, por amostragem, das documentações suporte das vendas realizadas no exercício; (iv) teste de corte de competência das receitas, com verificação de documentação comprovando a entrega das mercadorias e dentro da competência correta; e (v) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor de varejo. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita, identificamos ajuste de auditoria que não foi registrado pela diretoria tendo em vista a sua materialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receitas, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 2. Estoques. Conforme descrito na nota explicativa 5, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo de estoques consolidados no montante de R$ 814.446 mil. Os estoques da Companhia e sua controlada são compostos de matéria-prima, produtos em processo e produtos acabados de peças de vestuário e acessórios. As matérias-primas são em sua grande maioria importadas dos grandes centros da Ásia e os produtos em processo referem-se aos itens do estoque que foram remetidos a confecções terceirizadas ou em produção nas unidades fabris. A Companhia e sua controlada possuem um número significativo de lojas, além dos centros de distribuição, o que requer processos e controles sobre a existência física dos estoques. Além disso, o grande volume de compras e vendas de mercadorias faz com que a valorização dos estoques se torne complexa e relevante. Devido ao montante envolvido, elevado número de entradas e saídas, envolvimento de terceiros na confecção e estoques divididos entre diversas localidades, consideramos esse tema como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como a nossa auditoria conduziu esse assunto.* Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos processos internos da Companhia relacionados à contagem física e monitoramento dos estoques; (ii) avaliação dos sistemas informatizados utilizados no processo, contando com especialistas em tecnologia; (iii) acompanhamento, em bases amostrais, da contagem física dos estoques de lojas e centros de distribuição; (iv) verificação por amostragem das documentações de compras e vendas e recálculo do custo médio dos itens selecionados; (v) confirmação dos principais saldos com confecções terceirizadas; (vi) avaliação dos critérios utilizados pela diretoria para cálculo da provisão para perdas na realização dos estoques e revisão dos cálculos efetuados; e (vii) avaliação da necessidade de provisão para perdas na realização dos estoques com base nas vendas realizadas. Como resultado dos nossos procedimentos identificamos ajuste de auditoria em nossos testes de inventário físico dos estoques indicando a necessidade de complemento da provisão para perda nos inventários, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. A deficiência significativa na operação dos controles gerais de TI e dos controles de monitoramento dos inventários físicos, para uma determinada unidade de negócio, que resultaram na identificação do ajuste de auditoria mencionado acima, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria referentes aos estoques. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de monitoramento e valorização dos estoques bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui contabilizado ágio por expectativa de rentabilidade futura, o qual deve ser testado anualmente para determinar se houve perda do valor recuperável, independentemente de indícios de deteriorização, conforme nota explicativa 11. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de sua controlada para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela diretoria para projetar os fluxos de caixa descontados; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos.** *Demonstrações do valor adicionado.* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC SP-015199/O; Pia Leocádia de Avellar Peralta - Contadora CRC RJ-101080/O.

CONCESSIONÁRIA DO VLT CARIOCA S.A.

CNPJ Nº 18.201.378/0001-19 - NIRE Nº 33.3.0030772-9

ATA DA 173ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 15 de março de 2024, às 14:00 horas, por meio de videoconferência, nos termos do parágrafo quarto do artigo 9º do Estatuto Social da Concessionária do VLT Carioca S.A. ("Concessionária" ou "Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO**: Convocação dispensada em função da presença da totalidade dos membros, nos termos do artigo 9º, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia. **3. PRESENÇA**: Reunião devidamente instalada, nos termos do artigo 9º, parágrafos terceiro e quarto do Estatuto Social, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **4. MESA**: Presidente: Ary Azevedo Franco Neto. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a eleição da Sra. Silvia da Silveira Bressan para ocupar o cargo de Diretora Presidente da Companhia, diante da renúncia do Sr. André Luis Pereira Costa. **6. DELIBERAÇÕES**: Examinada a matéria para deliberação constante da ordem do dia, os Conselheiros deliberaram aprovar, por unanimidade dos votos, nos termos do artigo 10, alínea "a", do Estatuto Social da Companhia, observada a orientação de voto estabelecida em Reunião Prévia de Acionistas realizada em 08 de março de 2024 às 14:30 horas, na forma das cláusulas 4.1.4, alínea "xxxiii" e 4.10.3 do Acordo de Acionistas, diante da renúncia apresentada pelo Sr. **André Luis Pereira Costa** ao cargo de Diretor Presidente da Companhia nesta data, a eleição de **Silvia da Silveira Bressan**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 12857261-7 – DETRAN/RJ e inscrita no CPF/MF sob o nº. 095.391.177-20, com endereço profissional na Rua da União, nº. 11 (parte), Santo Cristo, CEP: 20.220-505, Rio Janeiro/RJ, para ocupar o cargo de Diretora Presidente, com mandato até 22/02/2026, juntamente com o mandato da Diretoria Estatutária da Companhia, cuja verba de global de remuneração da administração foi fixada em Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28/04/2023 registrada sob o nº. 00005470398, nos termos do artigo 152 da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). A Diretora Presidente ora eleita tomou posse de seu cargo por meio da assinatura do respectivo Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento assinado e que será arquivado na sede da Companhia, arquivado na Companhia, tendo declarado ter conhecimento do artigo 147 da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"), e não se enquadrar em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no referido artigo que a obste de exercer as funções de administradora da Companhia. Diante da deliberação, a Diretoria Executiva da Companhia, a partir desta data, passa a ser composta pelos seguintes diretores: (1) **Diretor Presidente**: **Silvia da Silveira Bressan**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 12857261-7 – DETRAN/RJ e inscrita no CPF/MF sob o nº. 095.391.177-20, eleita na presente data; e (2) **Diretor de Planejamento**: **Francisco Pierrini**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 15.398.467/SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 079.221.388-22, eleito em 22/02/2024, ambos com mandato até 22/02/2026, devendo os mesmos permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **7. MANIFESTAÇÕES E REGISTROS:** As manifestações de voto foram registradas por meio do Portal Atlas Governance e ficarão arquivadas na sede da Companhia. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que após conferida e validada por todos, foi encaminhada aos membros do Conselho de Administração da Companhia presentes. Rio de Janeiro/RJ, 15 de março de 2024. **Mesa:** Ary Azevedo Franco Neto - Presidente, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária. [participação a distância] Ary Azevedo Franco Neto, [participação a distância] Roberto Penna Chaves Neto, [participação a distância] Pedro Paulo Archer Sutter, [participação a distância] Marcus Vinicius Figur da Rosa, [participação a distância] Marcio Magalhães Hannas, [participação a distância] Tiago Augusto Alves Souza Dias, [participação a distância] Waldo Edwin Pérez Leskovar, [participação a distância] Roberto Vollmer Labarthe. JUCERJA 00006156767 em 01/04/2024 e Protocolo: 2024/00282064-5 em 26/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ECO-IGUAÇU S/A

NIRE 333.0033203-1 / CNPJ 19.742.714/0001-01

Ata da 17ª AGE realizada em 04/03/2024

1. REALIZAÇÃO: Dia 04/03/2024, às 10h30. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇAS:** Dispensada, pela presença da sua única acionista. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA**: Presidente: Sr. Pablo Ricardo de Oliveira Mórbis; Secretária: Sra. Evelyn Veloso Trindade. **4. DELIBERAÇÕES:** Foi aprovado: **4.1.** a elevação do capital social da Companhia, mediante a emissão de 1.320.058 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$1,00 por ação, correspondendo a R$ 1.320.058,00; **4.1.a.** Este aumento é subscrito e totalmente integralizado pela única acionista, mediante depósito em conta corrente da Companhia, nesta data; **4.2.** O capital social da Companhia passará de R$ 24.090.604,72, dividido em 10.695.649 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, para R$ 25.410.662,72, dividido em 12.015.707 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; **4.2.a.** O *caput* do Artigo 5° do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: "***Artigo 5º.*** *O capital social é de R$ 25.410.662,72 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e dez mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos), dividido em 12.015.707 (doze milhões, quinze mil, setecentas e sete) de ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado.*"; **4.3.** Votar favoravelmente, na assembleia extraordinária de Paineiras, na qual esta deliberar o aumento de capital, mediante emissão de 2.750.121 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 por ação, correspondendo ao montante global de R$2.750.121,00, à conta de capital social, de cujas ações esta Companhia subscreverá 1.320.058 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, correspondendo o valor total de subscrição a R$ 1.320.058,00, a ser integralizado nesta data, mediante depósito em conta corrente da sociedade investida; **4.4.** Autorizar os Diretores desta Companhia a realizar os procedimentos necessários. Mesa de Assinaturas: Presidente - Pablo Ricardo de Oliveira Mórbis; Secretária - Evelyn Veloso Trindade. Extrato de ata registrada na JUCERJA em 26/03/2024, sob nº 00006150319.

GPC QUÍMICA S.A.

CNPJ/MF nº 90.195.892/0001-16

NIRE 33.3.0028844-9

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da GPC Química S.A. ("Companhia") realizada em 19 de março de 2024, ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, na sede da Companhia, na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar – parte, CEP 20021-290, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, às 12:00 horas do dia 26 de abril de 2024, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar e votar a proposta da verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2024; (ii) Deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para capitalização do saldo da reserva reflexa de incentivos fiscais, no montante total de R$ 34.461.763,92 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos), sem a emissão de novas ações; e (iii) Deliberar sobre a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a deliberação do item (ii) acima, com a consequente consolidação do seu Estatuto Social. Os documentos e informações referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 3 de abril de 2024. **Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares -** *Presidente do Conselho de Administração.*

Viação Salutaris e Turismo S/A.

CNPJ/MF 32.285.454/0001-42 NIRE: 33.3.0030070-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de Fevereiro de 2024

Data, hora e local: Em 22 de fevereiro de 2024, às 09:00 horas, na sede social, localizada à Rodovia Almirante Lúcio Meira, S/nº, Km 178, BR 393, Barão de Angra, Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25850-000. **Convocação**: Dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme disposto na legislação vigente. **Presenças:** A totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no livro de presenças de acionistas. **Composição da Mesa**: Renan Chieppe, Presidente e Paula Barcellos Tommasi Correa, Secretária. **Ordem do Dia**:**1)** Autorizar a contratação de operações financeiras já aprovadas e previstas em orçamento; **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** Os acionistas, por unanimidade, aprovaram a seguinte deliberação: **1)** Autorizar a contratação das seguintes operações financeiras: **a)** Cédula de Crédito Bancário BNDES FINAME nº, no valor de R$6.015.281,94 (seis milhões, quinze mil e duzentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos), para aquisição de 6 Carrocerias RSDD Marcopolo Modelo Paradiso 1800; **b)** Cédula de Crédito Bancário BNDES FINAME nº 14310323, no valor de R$4.848.000,00 (quatro milhões e oitocentos e quarenta e oito mil reais), para aquisição de 6 chassis O-500 RSDD 2745/30. Contratos celebrados junto ao Banco ABC Brasil S.A., sediado na Avenida Cidade Jardim, nº 803 - 2º andar - Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06. Os acionistas ainda ratificam todos os atos já praticados pelos Diretores para cumprimento das deliberações supra aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo para tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em livro próprio, que após lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Paraíba do Sul-RJ, 22 de fevereiro de 2024. Assinaturas: Renan Chieppe, presidente da mesa; Paula Barcellos Tommasi Correa, secretária. Presentes: Renan Chieppe e Paula Barcellos Tommasi Correa por Viação Águia Branca S/A, Renan Chieppe, acionistas. Confere com a original lavrada no livro de atas das assembleias gerais da sociedade. Paraíba do Sul-RJ, 22 de fevereiro de 2024. Documento assinado digitalmente por **Renan Chieppe,** como presidente da mesa e **Paula Barcellos Tommasi Correa**, como secretária da mesa. Documento assinado digitalmente por **Renan Chieppe** e **Paula Barcellos Tommasi Correa** em nome de **Viação Águia Branca S/A**., **e Renan Chieppe**. JUCERJA - Protocolo: 2024/00233198-9 Data do protocolo: 08/03/2024. Certifico o arquivamento em 11/03/2024 sob o número 00006124723 e demais constantes do termo de autenticação.

MX ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA.

CNPJ/MF n.º 42.812.561/0001-35

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS: Os Sócios reuniram-se em sua totalidade na sede da Sociedade, localizada na Rua Uruguaiana, nº 55, sala 501, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.050-094)., às 11 horas, no dia 02/03/2024, e deliberaram nos termos dos instrumentos próprios, que o Capital da Sociedade foi reduzido em R$ 18.856.240,00, passando-o de R$22.796.240,00 para R$3.940.000,00, com o consequente reembolso de capital às sócias e a correspondente alteração da cláusula quinta do contrato social por ser excessivo em relação ao objeto social nos termos do inciso II do art. 1.082 da Lei 10.406/02. A Administração. RJ, 02.03.2024.

AUTO ÔNIBUS ALCÂNTARA S/A

CNPJ 31.520.745/0001-05

Aviso aos Acionistas: Acham-se à disposição dos Srs. acionistas, na sede social da Companhia sito a Rua Francisco Neto, 166 - Alcantara - São Gonçalo, os documentos a que se referem o artigo 133 da Lei 6.604 de 15.12.1976, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023. SG, 27.03.2024. A Diretoria.

Por erro de paginação, este anúncio deixou de ser publicado na edição de 01/04/2024

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A

CNPJ nº 18.540.906/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da U&M Mineração e Construção S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **Mensagem aos Acionistas.** *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).* Apresentamos os resultados de 2023, comparativos à 2022, da U&M controladora, com quase 50 anos de história, atuando com foco em grandes movimentações de solo e rocha, terraplenagem em geral, operação e implantação de minas e locação de equipamentos pesados. Por sermos especializados, conseguimos oferecer aos nossos clientes uma proposta de valor com alta versatilidade de frota de equipamentos, flexibilidade e agilidade no atendimento às demandas, além de previsibilidade de custos e eficiência operacional. A Companhia está presente em 6 Estados brasileiros: Minas Gerais, Pará, Maranhão, Goiás, Amapá e Bahia, contribuindo para extração de minério de ferro, ouro, bauxita, fosfato e cobre em minas à céu aberto. As atividades desempenhadas durante 2023 foram para grandes mineradoras com base em contratos de prestação de serviços ou locação de equipamentos. O resultado operacional de 2023, é consequência da eficiência da performance operacional e de redução significativa de custos que gerou maior rentabilidade afetando positivamente o EBITDA operacional. A Companhia teve como um dos principais desafios a desalavancagem, por meio da geração de caixa operacional que nos permitiu reduzir consideravelmente o endividamento. A administração, com foco no crescimento orgânico da Companhia e na renovação de sua frota, cuja disponibilidade é um fator relevante para novos negócios, investiu R$401.374 (R$381.687 em 2022) em aquisição de novos equipamentos de grande porte e rodoviários, para suportar os contratos e permitir crescimento, mantendo assim um parque de ativos imobilizados robusto com mais de 800 equipamentos e excelentes taxas de disponibilidade física e utilização. Na U&M acreditamos que inovação e tecnologia constituem a base para sustentabilidade do negócio, e por isso continuamos focados em dois importantes projetos de inovação que tiveram avanços significativos que promovem ganhos de eficiência e valor agregado. Em futuros próximos estes projetos contribuirão significativamente com a redução do impacto ambiental em consonância com as crescentes demandas dos clientes relacionadas à redução de custos operacionais, aumento de eficiência nas operações das minas, e promoção da saúde e segurança das pessoas. A Controladora encerrou 2023 com 2.956 empregados (2022 eram 3.179), com taxa de frequência de acidentes em queda e backlog total de contratos firmados de R$2.432.752 (R$3.658.648 em 2022). Para 2024, a Companhia espera firmar novos contratos, a fim de garantir novas receitas e alocar os equipamentos adquiridos. A Administração considera importante garantir uma geração de caixa operacional que possibilite manter a alavancagem em níveis desejáveis.

Destaques do Ano

DESTAQUE DO ANO Em milhares de reais	4T2023	4T2022	Var. % 4T2023 x 4T2022
Número de Equipamentos Frota U&M	847	860	-1,5%
Receita Líquida	**1.298.071**	**1.293.068**	**0,4%**
Custos dos serviços prestados	**(1.015.495)**	**(1.100.831)**	**-7,8%**
Lucro Bruto	**282.576**	**192.237**	**47,0%**
% margem bruta	21,8%	14,9%	6,9p.p.
EBIT	311.702	120.053	159,6%
% Margem EBIT	24,0%	9,3%	14,7p.p.
EBITDA	**477.364**	**243.705**	**95,9%**
% margem EBITDA	36,8%	18,8%	17,9p.p.
Resultado Líquido	**148.950**	**10.344**	**1.340,0%**
% margem lucro líquido	11,5%	0,8%	10,7p.p
Capex	**401.374**	**381.687**	**5,2%**
Novas Captações	350.916	612.269	-42,2%
Dívida Bruta	859.680	983.948	-12,3%
Curto Prazo	544.807	455.127	19,4%
Longo Prazo	314.873	528.821	-39,7%
Caixa e aplicações financeiras	**97.329**	**226.844**	**-57,1%**
Dívida Líquida	**762.351**	**757.104**	**1,1%**
Dívida Líquida/ EBITDA	1,6x	3,1x	-150,4p.p.
Dívida Líquida/ EBITDA ajustado(*) (últimos 12 meses)	1,8x	2,3x	-56,7p.p.
EBITDA últimos 12 meses	477.364	243.705	95,9%
EBITDA ajustado (últimos 12 meses)(*)	430.170	322.807	33,3%
Backlog – Contratos Fechados	**2.432.752**	**3.658.648**	**-33,5%**

*Ebitda Ajustado: Os eventos não recorrentes listados, foram considerados como ajuste no Ebitda. – Ano 2023 Créditos de PIS e COFINS (NE 25) e – Ano 2022 Perda Esperada de Crédito (NE 5). **Receita Líquida:** No acumulado de 2023 a receita líquida foi de R$1.298.071, ligeiramente superior ao mesmo período em 2022. Esse aumento está relacionado ao volume de contratos de locação de equipamentos cuja carga tributária é menor. **Custo dos serviços prestados:** No acumulado de 2023 o custo dos serviços prestados foi de (R$1.015.495), inferior ao mesmo período de 2022 em (7,8%). Essa redução está relacionada principalmente a utilização da frota de equipamentos novos, cujas intervenções são menores nos primeiros anos de utilização. **EBITDA:** No acumulado de 2023 o EBITDA atingiu R$477.364, sustentavelmente maior (95,9%) quando comparado com o mesmo período em 2022, em grande parte devido a melhora da performance operacional e em 2022 ao reconhecimento de provisão para as possíveis perdas decorrentes da recuperação judicial da Mina do Tucano. **Resultado Líquido:** O Resultado Líquido acumulado de 2023 foi de R$148.950, melhor do que o Resultado Líquido de R$10.344 do mesmo período em 2022. **Endividamento e Investimento:** No acumulado de 2023 a U&M investiu R$401.374 em ativos entre equipamentos extrapesados, equipamentos de apoio e componentes. Além disso, a aquisição de novos ativos, que serão entregues no primeiro trimestre de 2024, já foi realizada, visto que em nosso negócio é necessário antecipar às demandas e realizar as aquisições previamente, para que os prazos de entrega, usualmente longos, não prejudiquem as operações. Adicionalmente, estamos sempre buscando oportunidades em todo mundo para aquisição de equipamentos extrapesados usados em boas condições operacionais. Encerramos 2023 com alavancagem de 1,6x ao valor do EBITDA e 1,8x ao valor do EBITDA ajustado, com uma dívida bruta de R$859.680 e uma dívida líquida de R$762.351, conforme descrito na nota explicativa 15, reduzindo a alavancagem em comparação ao mesmo período em 2022, quando tivemos alavancagem de 3,1x o valor do EBITDA e EBITDA ajustado 2,3x, com uma dívida bruta de R$983.948 e uma dúvida líquida de R$757.104. Deste montante em 2023, 39,55% são contratos em dólar, porém apenas 22,8% com exposição cambial, visto que 77,20% da dívida em dólar são cobertos por operações de derivativos conforme demonstrada a nota 9.3. **Backlog – Contratos Fechados:** Temos contratos fechados no valor de R$2.432.752, sendo para 2024 R$1.450.987, 2025 R$649.540 e 2026 R$332.215, sendo 89,17% prestação de serviços e 10,83% locação de equipamentos, sendo contratos de longo prazo cujo relacionamento se dá com os principais players do setor de mineração, tendo prazo médio de quatro anos e meio. Para 2024, 91% da receita projeta já foi contratada, onde 100% da frota necessária para execução do plano referente a este ano já foi adquirido, não sendo necessário aquisições adicionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (*Valores expressos em milhares de Reais*)

ATIVO		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Notas**	**31/12/23**	**31/12/22**	**31/12/23**	**31/12/22**
Caixa e equivalentes de caixa	4	97.329	226.844	97.329	226.844
Contas a receber de clientes	5	324.500	207.013	324.500	207.013
Estoques	6	235.430	322.324	235.430	322.324
Adiantamentos a fornecedores	7	13.157	11.809	13.157	11.809
Tributos a recuperar	8	29.260	7.550	29.260	7.550
Tributos sobre o lucro a recuperar	8	3.553	13.479	3.553	13.479
Instrumentos financeiros derivativos	9	159	1.081	159	1.081
Outros ativos		3.871	13.186	3.871	13.186
Total do ativo circulante		**707.259**	**803.286**	**707.259**	**803.286**
Não Circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	9	162	718	162	718
Contas a receber de clientes	5	19.720	20.196	19.720	20.196
Depósitos judiciais	20	6.033	5.507	6.033	5.507
Tributos a recuperar	8	34	–	34	–
Outros ativos		2.471	–	2.471	–
Total do realizável a longo prazo		**28.420**	**26.421**	**28.420**	**26.421**
Imobilizado	13	1.150.990	1.022.379	1.150.990	1.022.379
Intangível		618	686	618	686
		1.151.608	**1.023.065**	**1.151.608**	**1.023.065**
Total do ativo não circulante		**1.180.028**	**1.049.486**	**1.180.028**	**1.049.486**
Total do ativo		**1.887.287**	**1.852.772**	**1.887.287**	**1.852.772**

PASSIVO		Controladora		Consolidado	
Circulante	**Notas**	**31/12/23**	**31/12/22**	**31/12/23**	**31/12/22**
Empréstimos e financiamentos	15	544.807	455.127	544.807	455.127
Fornecedores	16	34.417	85.237	34.417	85.237
Tributos a recolher	17	31.216	29.811	31.216	29.811
Salários e encargos sociais	18	46.823	32.643	46.823	32.643
Adiantamento de Clientes	19	28.332	21.210	28.332	21.210
Operações de arrendamento mercantil	14	8.541	6.066	8.541	6.066
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	21	37.237	5.740	37.237	5.740
Instrumentos financeiros derivativos	9	24.293	20.235	24.293	20.235
Outras obrigações		2.756	1.201	2.756	1.201
Total do passivo circulante		**758.422**	**657.270**	**758.422**	**657.270**
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	314.873	528.821	314.873	528.821
Tributos a recolher	17	10.345	17.136	10.345	17.136
Provisões	20	5.372	7.018	5.372	7.018
Operações de arrendamento mercantil	14	20.620	22.016	20.620	22.016
Impostos diferidos	10	122.237	76.344	122.237	76.344
Instrumentos financeiros derivativos	9	930	10.039	930	10.039
Total do passivo não circulante		**474.377**	**661.374**	**474.377**	**661.374**
Patrimônio líquido	21				
Capital social		66.499	66.499	66.499	66.499
Reserva de capital		19.684	19.684	19.684	19.684
Reserva legal		13.300	13.300	13.300	13.300
Reserva para retenção de lucros		555.143	447.639	555.143	447.639
Ações em tesouraria		(138)	(138)	(138)	(138)
Outros resultados abrangentes		–	(12.856)	–	(12.856)
Total do patrimônio líquido		**654.488**	**534.128**	**654.488**	**534.128**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.887.287**	**1.852.772**	**1.887.287**	**1.852.772**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/23**	**31/12/22**	**31/12/23**	**31/12/22**
Receita líquida de serviços	22	1.298.071	1.293.068	1.298.071	1.293.068
Custos dos serviços prestados	23	(1.015.495)	(1.100.831)	(1.015.495)	(1.100.831)
Resultado bruto		**282.576**	**192.237**	**282.576**	**192.237**
Receitas/despesas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	24	(34.424)	(25.563)	(34.424)	(25.609)
Equivalência patrimonial	12	–	(40)	–	–
Perda esperada de crédito	5	–	(79.102)	–	(79.102)
Outras receitas operacionais	25	93.327	35.259	93.327	35.259
Outras despesas operacionais	25	(29.777)	(2.732)	(29.777)	(2.732)
Resultado antes dos resultados financeiros e dos tributos		**311.702**	**120.059**	**311.702**	**120.053**
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	26	(167.780)	(179.123)	(167.780)	(179.126)
Receitas financeiras	26	62.019	70.910	62.019	70.919
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre os lucros		**205.941**	**11.846**	**205.941**	**11.846**
Imposto de renda e contribuição social	10	(11.098)	(2.208)	(11.098)	(2.208)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	10	(45.893)	706	(45.893)	706
Resultado do exercício		**148.950**	**10.344**	**148.950**	**10.344**
Número de ações (lote mil)		59.058	59.058	59.058	59.058
Resultado do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores				148.950	10.344
				148.950	**10.344**
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	27			2,52	0,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (*Valores expressos em milhares de Reais*)

	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Em 1º de janeiro de 2022		**66.499**	**(138)**	**19.684**	**13.300**	**466.219**	**–**	**(12.676)**	**552.888**
Ajuste de conversão	12	–	–	–	–	–	–	(180)	(180)
Resultado do exercicio		–	–	–	–	–	10.344	–	10.344
Dividendos adicionais	21	–	–	–	–	(26.338)	–	–	(26.338)
Dividendos obrigatórios	21	–	–	–	–	–	(2.586)	–	(2.586)
Retenção de lucros		–	–	–	–	7.758	(7.758)	–	–
Em 31 de dezembro de 2022		**66.499**	**(138)**	**19.684**	**13.300**	**447.639**	**–**	**(12.856)**	**534.128**
Em 1º de janeiro de 2023		**66.499**	**(138)**	**19.684**	**13.300**	**447.639**	**–**	**(12.856)**	**534.128**
Ajuste de conversão		–	–	–	–	–	–	12.856	12.856
Resultado do exercicio		–	–	–	–	–	148.950	–	148.950
Dividendos adicionais	21	–	–	–	–	(1.000)	–	–	(1.000)
Dividendos obrigatórios	21	–	–	–	–	–	(4.394)	–	(4.394)
Reversão de dividendos obrigatórios	21	–	–	–	–	2.586	–	–	2.586
Juros sobre capital próprio	21	–	–	–	–	–	(38.638)	–	(38.638)
Retenção de lucros		–	–	–	–	105.918	(105.918)	–	–
Em 31 de dezembro de 2023		**66.499**	**(138)**	**19.684**	**13.300**	**555.143**	**–**	**–**	**654.488**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/23**	**31/12/22**	**31/12/23**	**31/12/22**
Resultado do exercício		148.950	10.344	148.950	10.344
Itens que são ou podem ser reclassificados posteriormente para resultado:					
Ajustes de conversão de investida no exterior	25	12.856	–	12.856	–
Operações no exterior - diferenças de conversão de moeda estrangeira	12	–	(180)	–	(180)
Resultado abrangente total do exercício		**161.806**	**10.164**	**161.806**	**10.164**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/23**	**31/12/22**	**31/12/23**	**31/12/22**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do exercício		**148.950**	**10.344**	**148.950**	**10.344**
Ajustado por:					
Provisão/Reversão para contingência	20.2	(800)	210	(800)	210
Resultado com Equivalência patrimonial	12	–	40	–	–
Depreciação e Amortização	23 / 24	165.662	123.652	165.662	123.652
Provisão para juros	14.2 / 15.2	105.881	70.432	105.881	70.432
(Ganho) Resultado na venda do imobilizado	25	532	(975)	532	(975)
Provisão de despesas de impostos de renda e contribuição social	10	56.991	1.502	56.991	1.502
Perda esperada de crédito	5	–	79.102	–	79.102
Variação cambial não realizada		(16.042)	(30.846)	(16.042)	(31.198)
Ajuste de inventário		2.644	6.450	2.644	6.450
Resultado com instrumento financeiro derivativo		42.232	34.332	42.232	34.332
Resultado na baixa de contratos e arrendamento	14.1 / 14.2	(288)	(101)	(288)	(101)
Baixa no investimento (CTA)	12 / 25	12.856	–	12.856	–
		518.618	**294.142**	**518.618**	**293.750**
Aumento (diminuição) de ativos:					
Contas a receber de clientes		(117.011)	(38.430)	(117.011)	(38.430)
Tributos a recuperar		(21.744)	10.872	(21.744)	10.892
Estoques		84.250	(5.451)	84.250	(5.451)
Depósitos judiciais		(526)	(1.005)	(526)	(1.005)
Adiantamento a fornecedores		(1.348)	(5.123)	(1.348)	(5.123)
Outros ativos		6.846	(1.829)	6.846	(1.829)
Aumento (diminuição) de passivos:					
Salários e encargos sociais		14.180	(7.219)	14.180	(7.219)
Tributos a recolher		(11.182)	(1.450)	(11.182)	(1.450)
Fornecedores		(51.027)	13.778	(51.027)	13.950
Outras obrigações		1.555	602	1.555	601
Adiantamento de clientes		7.122	14.470	7.122	14.470
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**429.733**	**273.357**	**429.733**	**273.156**
Valores pagos por riscos cíveis, trabalhistas e tributários	20.2	(846)	(338)	(846)	(338)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.172)	(22.789)	(1.172)	(22.789)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**427.715**	**250.230**	**427.715**	**250.029**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Pagamento na compra de imobilizado	13/14.2/ 29	(127.139)	(220.116)	(127.139)	(220.116)
Recebimento na venda imobilizado		24.290	–	24.290	–
Pagamento na compra de intangível		(188)	(347)	(188)	(347)
Caixa advindo de baixa da investida		–	2.380	–	–
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(103.037)**	**(218.083)**	**(103.037)**	**(220.463)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos	15/29	169.445	461.912	169.445	461.912
Amortização de principal	15	(445.481)	(281.086)	(445.481)	(281.086)
Amortização de juros e variação cambial	15	(115.528)	(52.357)	(115.528)	(52.357)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	21	(4.154)	(40.000)	(4.154)	(40.000)
Amortização de Passivo de Arrendamento	14.2	(8.645)	(8.925)	(8.645)	(8.925)
Amortização de juros de passivo de arrendamento	14.2	(4.025)	(3.153)	(4.025)	(3.153)
Pagamentos de instrumentos financeiros derivativos		(45.805)	(5.244)	(45.805)	(5.244)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(454.193)**	**71.147**	**(454.193)**	**71.147**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(129.515)**	**103.294**	**(129.515)**	**100.713**
No início do exercício	4	226.844	123.550	226.844	126.131
No final do exercício	4	97.329	226.844	97.329	226.844
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(129.515)**	**103.294**	**(129.515)**	**100.713**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (*Valores expressos em milhares de Reais*)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/23**	**31/12/22**	**31/12/23**	**31/12/22**
Receitas:		**1.571.306**	**1.447.769**	**1.571.306**	**1.447.769**
Prestação de Serviços	22	1.493.915	1.493.479	1.493.915	1.493.479
Outras receitas		77.391	33.392	77.391	33.392
Perda esperada de crédito	5	–	(79.102)	–	(79.102)
Insumos adquiridos de terceiros:		**(562.382)**	**(734.572)**	**(562.382)**	**(734.619)**
Custo dos serviços prestados		(455.128)	(602.929)	(455.128)	(602.929)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(35.074)	(33.227)	(35.074)	(33.256)
Outros custos e despesas		(72.180)	(98.416)	(72.180)	(98.434)
Valor adicionado bruto		**1.008.924**	**713.197**	**1.008.924**	**713.150**
Retenções:		**(165.662)**	**(123.652)**	**(165.662)**	**(123.652)**
Depreciação e amortização	23/24	(165.662)	(123.652)	(165.662)	(123.652)
Valor adicionado líquido		**843.262**	**589.545**	**843.262**	**589.498**
Valor adicionado recebido em transferência:		**63.168**	**71.938**	**63.168**	**71.987**
Resultado de equivalencia patrimonial	12	–	(40)	–	–
Receitas financeiras		63.129	71.943	63.129	71.952
Outras receitas recebidas em transferências		39	35	39	35
Valor adicionado total		**906.430**	**661.483**	**906.430**	**661.485**
Distribuição do valor adicionado:		**906.430**	**661.483**	**906.430**	**661.485**
Pessoal e encargos		307.823	275.864	307.823	275.864
Remuneração direta		220.745	191.199	220.745	191.199
Beneficios		69.602	66.230	69.602	66.230
F.G.T.S.		17.476	18.435	17.476	18.435
Impostos, taxas e contribuiçoes		**309.495**	**256.628**	**309.495**	**256.628**
Federais		250.918	193.514	250.918	193.514
Estaduais		890	593	890	593
Municipais		57.687	62.521	57.687	62.521
Remuneração de capitais de terceiros		**140.162**	**118.647**	**140.162**	**118.649**
Juros		114.723	91.134	114.723	91.136
Despesas com aluguéis		25.405	27.410	25.405	27.410
Outras		34	103	34	103
Remuneraçao de capitais próprios		**148.950**	**10.344**	**148.950**	**10.344**
Dividendos e juros sobre capital prórprio	21	4.394	2.586	4.394	2.586
Lucros retidos/ (prejuízos) do exercício		144.556	7.758	144.556	7.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2024

Sérgio Ribeiro Machado - Diretor-Presidente

Carolina Carvalho Zacharias - CFO

Daniela Curtinhas Fialho - Contadora CRC-MG090389/O-7SRJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **U&M Mineração e Construção S.A.** Rio de Janeiro – RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da U&M Mineração e Construção S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da U&M Mineração e Construção S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita – mensuração e registro das receitas de prestação de serviços e locação.** Veja as notas nº 3.4 e nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria.** A receita da Companhia oriunda de prestação de serviços e locação de equipamentos é reconhecida com base na medição dos serviços prestados e locação de equipamentos até uma data-corte (período de medição). As medições dos serviços prestados e equipamentos locados são realizadas para o período de 30 dias, sendo aprovadas e faturadas mensalmente, mas não cobrem o mês completo, abrangendo, em alguns casos, parte do mês corrente e parte do mês anterior. O montante de receita a ser reconhecido no mês para os serviços prestados e equipamentos locados, referente ao período de medição ainda não aprovado, é mensurado por estimativa. Consideramos que o reconhecimento da receita por meio de estimativa envolve risco no reconhecimento contábil. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: Obtivemos entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento de receita de prestação de serviço e locação de equipamento e realizamos testes de detalhe para a composição da receita da Companhia, avaliando sua existência por meio de análise da documentação-suporte, e inspecionando as faturas emitidas para os clientes e os documentos de medição de serviços aprovados, além dos recebimentos das vendas pelos clientes. Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita referente ao período de medição próximo da data de encerramento do exercício social, ainda não aprovado pelo cliente (teste de "corte" da receita). Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia. No decorrer da nossa auditoria identificamos uma deficiência de controle, dado que a administração não realiza uma análise de corte das receitas dos serviços prestados e dos equipamentos locados. Assim, com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado.** As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

continuação

U&M MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO S/A

CNPJ nº 18.540.906/0001-64

aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 22 de março de 2024
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG
Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

As demonstrações financeiras na íntegra estão sendo postadas no site do jornal: https://www.diariocomercial.com/publicidade-legal.

NOVA INFRAESTRUTURA URBANA S.A.

CNPJ: 28.465.091/0001-50

Balanço encerrado em: 31/12/2023

Balanço patrimonial - Em milhares de reais

Descrição	Saldo Atual	Descrição	Saldo Atual
ATIVO	4.677.483,86d	**PASSIVO**	4.677.483,86c
ATIVO CIRCULANTE	1.671.190,11d	PASSIVO CIRCULANTE	60.994,86c
DISPONIVEL	100,00d	OBRIGAÇOES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS	60.994,86c
CAIXA	100,00d	OBRIGAÇOES SOCIAIS	60.994,86c
Caixa	100,00d	Outras Obrigaçoes fiscais, trabalhistas e sociais	60.994,86c
OUTROS CREDITOS	1.671.090,11d	PATRIMONIO LIQUIDO	4.616.489,00c
OUTROS VALORES A RECEBER	1.671.090,11d	CAPITAL SOCIAL	4.616.889,00c
Recebiveis Contratos-Plano Rec. Judicial	1.671.090,11d	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	4.616.889,00c
ATIVO NAO CIRCULANTE	3.006.293,75d	Capital Social	4.616.889,00c
IMOBILIZADO	3.006.293,75d	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	400,00d
ATIVO IMOBILIZADO	3.006.293,75d	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	400,00d
Imobilizado-Intangivel	2.937.000,00d	(-)Prejuizos Acumulados	400,00d
Imobilizado-Outros Ativos	69.293,75d		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

RECEITA LÍQUIDA		0,00
LUCRO BRUTO		0,00
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(400,00)
DESPESAS ADM. GERAIS		
Desp. Serviços Contábeis	(400,00)	(400,00)
RESULTADO OPERACIONAL		(400,00)
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		(400,00)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(400,00)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ATIVIDADES OPERACIONAIS	
LUCRO/PREJUIZO DO PERIODO	(400,00)
(=) LUCRO/PREJUIZO AJUSTADO	(400,00)
(=) CAIXA UTILIZADO NA ATIV. OPERACIOANL	(400,00)
Redução nas Disponibilidades	(400,00)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	500,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	100,00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Lucros ou Prejuizos	Total
Saldo em 31/12/2022	4.616.889,00		**4.616.889,00**
Lucro ou Prejuizo do Periodo		-400,00	**-400,00**
	4.616.889,00	**-400,00**	**4.616.489,00**

LUIZ FELIPE OLIVERIA DA SILVA
PRESIDENTE - CPF: 136.991.877-13

CLAUDIO JOSE BRITO
CRC - SP 1SP256435/O-2 - CPF: 351.867.203-72

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
LUCROS/PREJUÍZOS	
Saldo Anterior de Lucros Acumulados	0,00
Ajuste Credores de Periodos Anterior	0,00
Reversao de Reservas	0,00
Outros Recursos	0,00
Lucro Liquido do Ano	0,00
(-) Saldo Anterior de Prej. Aumulados	0,00
(-) Prejuizo Liquido do Ano	(400,00)
Saldo Lucros Acumulados Final Exercicio	0,00
TOTAL	(400,00)
DESTINAÇÕES	
Transferencias para Reservas	0,00
Dividendos e Lucros Distribuidos	0,00
Reservas de Lucros	0,00
TOTAL	0,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(400,00)

CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS S.A.

CNPJ/MF 30.537.740/0001-22

Convocação: Empresa estabelecida na Av. Antônio Mario de Azevedo, 715 - Duas Pedras, Nova Friburgo - RJ, vem convocar seus acionistas a se reunirem em **AGO/AGE**, no dia 06/05/2024, às 17 h, em 1ª convocação com a presença de no mínimo 2/3 do capital, com direito a voto, ou 17:30h em 2ª convocação com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I - AGO**: a) Leitura do relatório da Administração; b) Leitura, discussão, votação e aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2023; c) Deliberação do resultado do exercício; d) assuntos gerais. **II - AGE:** a) Remuneração da administração. Aviso - Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **A Diretoria**.

NOVA INFRAESTRUTURA URBANA S.A.

CNPJ Nº 28.465.091/0001-50- NIRE Nº 33.3.0032434-8

ATA DE REUNIÃO ENTRE SÓCIOS DE SOCIEDADE ANONIMA

Ao dia primeiro do mês de abril de 2024, às nove horas, na sede da empresa **NOVA INFRAESTRUTURA URBANA S/A,** com sede na Rua Mapendi, n° 598 - Taquara – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.710-255, inscrita no CNPJ/MF nº 28.465.091/0001-50. **DA PRESENÇA:** Fizeram-se presentes os acionistas representando a totalidade do capital da sociedade, a saber: Luiz Felipe Oliveira da Silva e Maria de Fatima Oliveira da Paz. **DA COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente; Felipe Oliveira da Silva, Secretario; Claudio Jose Brito. **DA ORDEM DO DIA:** Esta reunião teve como ordem do dia; (i) deliberar o Balanço Patrimonial e o de resultado econômico desta sociedade limitada em 31 de dezembro de 2023, (ii) Outros assuntos de interesse geral. **DAS DELIBERAÇÕES:** Abertos os trabalhos, efeito a leitura da ordem do dia, foram efetivadas as discussões e os esclarecimentos pertinentes ao item (i) com aprovação dos documentos em tela, sem reserva ou restrições. Por unanimidade, ratificando todos os atos praticados pela administração. **DO ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA:** Por fim, quanto ao item (ii) da ordem do dia, "outros assuntos de interesse geral", foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como não houve manifestação de nenhum dos presentes, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia, determinando a lavratura da presente ata, que depois de redigida, foi lida e aprovada por todos os presentes. "A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio".Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024. Luiz Felipe Oliveira da Silva - Presidente; Maria de Fatima Oliveira da Paz - Diretora e Claudio Jose Brito - Secretario.

CONGREGAÇÃO DAS MISSIONÁRIAS DA CARIDADE

Convocação da Assembleia Geral Ordinária

São convocadas as religiosas associadas e se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 15 de abril de 2024 às 15:00 horas, em primeira convocação, com a presença de no mínimo dois terços das associadas, e, às 16:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número das associadas, nos termos do Art. 18º do Estatuto Social da Entidade, em sua Sede, localizada na Avenida Brasil, nº 4.947, Bonsucesso - Rio de Janeiro - RJ, CEP 21.040-360, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação das contas da Administração do ano calendário findo em 31/12/2023. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024.

Theresia Benedicta Sroka - Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PRESIDENTE DO **CONSELHO DELIBERATIVO DO BONSUCESSO FUTEBOL CLUBE**, CONVOCA OS MEMBROS DO CONSELHO PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 11/04/2024, NA SEDE DO CLUBE NO HORÁRIO DE 11 HS EM.PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, AS 11.30 PARA DELIBERAREM SOBRE O ARTIGO 5° DO ESTATUTO DO CLUBE.

03 DE ABRIL DE 2024
CLAUDIO FRANCISCO MENEZES FILHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA

CNPJ 29.138.328/0001-50

CONSÓRCIO SOLARIS RIO SPE LTDA. - **CNPJ: 46.561.887/0001-98, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias - SMMAPA a Licença de Instalação de nº 005/2024, emitida em 21 de fevereiro de 2024**. Esta licença é válida até 21 de fevereiro de 2026. Autoriza a empresa para a atividade de implementação de Usina Fotovoltaica com potência total igual a 2MWac, localizado na margem da Estrada Ponta Porã, no lote rural nº 497, bairro Amapá, Duque de Caxias - RJ, referente ao processo nº 019/000731/2023.

REX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS IV LTDA.

CNPJ nº 13.809.243/0001-17 - NIRE nº 33.2.0899.421-9

Edital de Convocação - Reunião de Sócios

REX Empreendimentos Imobiliários IV Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 401-A, Leblon, CEP 22.430-060, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 13.809.243/0001-17, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 33.2.0899.421-9 ("Sociedade"), vem pela presente, nos termos do Contrato Social da Sociedade e da legislação aplicável, convocar seus sócios para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, no dia 04 de maio de 2024, às 10:30 horas, na sede da Sociedade ("Reunião de Sócios"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Reunião de Sócios encontram-se à disposição dos sócios na sede social da Sociedade. Quaisquer correspondências, questionamentos e/ou solicitações à Sociedade deverão ser encaminhadas por escrito com antecedência à data da Reunião de Sócios para o endereço da sede social indicado acima. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. **Rodrigo Romualdo Moreira -** Diretor Sem Designação Específica. **Alexandra Catherine de Haan -** Diretora Sem Designação Específica.

NITRIFLEX S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ: 42.147.496/0001-70

AUDITORIA AMBIENTAL

NITRIFLEX S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 27/02/2024, Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do período de novembro de 2022 à novembro de 2023 referente às atividades de fabricação de resinas termoplásticas, borrachas nitrílicas e látices especiais e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Marumbi, 1300 – Jardim Balneário Ana Clara - Campos Elíseos no município de Duque de Caxias, nos períodos de 22/04/2024 a 23/04/2024 no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/204683/2002).

Viação Salutaris e Turismo S/A.

CNPJ/MF 32.285.454/0001-42 NIRE: 33.3.0030070-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de Março de 2024

Data, hora e local: Em 12 de março de 2024, às 09:00 horas, na sede social, localizada à Rodovia Almirante Lúcio Meira, S/nº, Km 178, BR 393, Barão de Angra, Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25850-000. **Convocação**: Dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme disposto na legislação vigente. **Presenças:** A totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no livro de presenças de acionistas. **Composição da Mesa**: Renan Chieppe, Presidente e Paula Barcellos Tommasi Correa, Secretária. **Ordem do Dia**:**1)** Autorizar a venda de bem imóvel. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** Os acionistas, por unanimidade, aprovaram a seguinte deliberação: **1)** Autorizar a venda do imóvel descrito e caracterizado na matrícula nº nº 81.273 do Cartório do 2º Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro/RJ. Os acionistas ratificam ainda todos os atos já praticados pelos Diretores para cumprimento das deliberações supra aprovadas. **Encerramento:** Nada mais havendo para tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em livro próprio, que após lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Paraíba do Sul-RJ, 12 de março de 2024. Assinaturas: Renan Chieppe, presidente da mesa; Paula Barcellos Tommasi Correa, secretária. Presentes: Renan Chieppe e Paula Barcellos Tommasi Correa por Viação Águia Branca S/A, Renan Chieppe, acionistas. Confere com a original lavrada no livro de atas das assembleias gerais da sociedade. Paraíba do Sul-RJ, 12 de março de 2024. Documento assinado digitalmente por **Renan Chieppe,** como presidente da mesa e **Paula Barcellos Tommasi Correa**, como secretária da mesa. Documento assinado digitalmente por **Renan Chieppe** e **Paula Barcellos Tommasi Correa** em nome de **Viação Águia Branca S/A**., **e Renan Chieppe**. JUCERJA - Protocolo: 2024/00269638-3 Data do protocolo: 21/03/2024. Certifico o arquivamento em 26/03/2024 sob o número 00006149701 e demais constantes do termo de autenticação.

GRUPO SALTA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ nº 17.765.891/0001-70 - NIRE 33.3.0030675-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024. Ficam convocados os acionistas do **Grupo Salta Educação S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei 6.404/76 e no artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, a comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, no dia 10 de abril de 2024, às 10:00, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo de Brito, nº 13, Botafogo, CEP 22.280-100, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** aprovar a emissão de novas ações da Companhia, no montante global de, no mínimo, R$ 145.073.574,40, e, no máximo, R$ 188.764.758,15, corrigidos pela variação do CDI desde 21 de março de 2024, permitida a homologação parcial, desde que subscrito o montante global mínimo, deliberando a assembleia geral sobre o preço de emissão e a fixação do prazo para exercício do direito de preferência; e **(ii)** fixar os montantes do valor subscrito que deverão ser destinados às contas de capital social e da reserva de capital. Para exercer seus direitos, os acionistas deverão comparecer à Assembleia Geral Extraordinária portando documento de identidade. Nos termos do art. 126 da Lei 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por procurador, desde que estes apresentem o respectivo instrumento de mandato, com firma reconhecida em cartório. A Administração da Companhia, adicionalmente, permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos e instruções adicionais que se façam necessários. Rio de Janeiro/RJ, 2 de abril de 2024. **Maria Eduarda de Arruda Falcão Vasconcellos -** Presidente do Conselho de Administração.

APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 33.017.088/0001-03
NIRE nº 33.3.0004299-7

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Nos termos da Reunião do Conselho de Administração da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Companhia") realizada em 19 de março de 2024, ficam os Senhores Acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada excepcionalmente fora da sede da Companhia no dia 26 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede da sua controladora Dexxos Participações S.A., na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, a fim de deliberar e votar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração da Companhia, suas contas e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar e votar a proposta da verba global anual da remuneração da administração para o exercício de 2024. Os documentos e informações referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 3 de abril de 2024. **Antonio Joaquim Peixoto de Castro Palhares -** *Presidente do Conselho de Administração.*

MLOG S.A.

CNPJ/MF Nº 13.444.994/0001-87 - NIRE 33.3.0029745-6 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. O Presidente do Conselho de Administração da **MLog S.A.** ("Companhia"), sociedade anônima com sede na Rua Lauro Muller 116, salas 2601 e 2608/parte, Botafogo, CEP 22.290-906, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na forma da Artigo 9º, parágrafo 1º do seu Estatuto Social, convoca todos os acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no **dia 30 de abril de 2024 às 15:00h** (horário de Brasília), de forma híbrida, na sede da Companhia e por meio de plataforma digital Microsoft Teams, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** Fixar a Remuneração global anual dos administradores da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGO ora convocada, inclusive a Proposta da Administração, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como na página da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e da Resolução CVM 81/22. Os acionistas deverão apresentar, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO, procuração, na hipótese de representação do acionista, bem como deverão informar se irão participar da assembleia por meio da plataforma digital, a fim de que recebam as instruções para credenciamento e participação. Os detentores de ações escriturais ou em custódia deverão depositar cópias do respectivo extrato de titularidade de ações emitido, pelo menos, 2 (dois) dias úteis antes da AGO. Os acionistas devem comparecer à AGO, presencialmente ou através da plataforma digital, munidos de documentos que comprovem sua identidade e, no caso de representação de acionista pessoa jurídica, os documentos comprobatórios dos respectivos poderes (inclusive poderes para outorga de procurações, se for o caso). Por fim, ressaltamos que nos termos do Artigo 3º da Resolução CVM 70/22, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), e deverá ser requerido no prazo de até 48 horas antes da realização da Assembleia, nos termos do art. 141, § 1º, da Lei das S.A. Mais detalhes e orientações para o credenciamento e a participação do acionista por meio da plataforma digital estão previstos no Manual da Administração, e podem ser consultados na página da Companhia (www.mlog.com.br) ou na da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. **Luiz Claudio de Souza Alves -** *Presidente do Conselho de Administração.*

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.

CNPJ/MF Nº. 01.612.234/0001-52 - NIRE Nº. 33.300.164.316
COMPANHIA FECHADA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 14 de março de 2024, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia Rj 124, nº. S/N, Km 22, bairro Latino Melo, CEP 28.800-000, Rio Bonito/RJ. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente: Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia ("DFs"), acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** examinar e opinar sobre: **(a)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023, a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO"); e **(b)** o orçamento de capital da Companhia, para o exercício social a se encerrar em 31/12/2024, com prazo de duração de 1 (um) ano; e **(iii)** convocar a AGO da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram: **(i)** manifestar-se favoravelmente ao relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as DFs da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** examinar e opinar sobre: **(ii.a)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2023, a ser submetida à AGO; e **(ii.b)** o orçamento de capital da Companhia, para o exercício social a se encerrar em 31/12/2024, com prazo de duração de 1 (um) ano; e **(iii)** convocar a AGO da Companhia; tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Rio Bonito/RJ, 14 de março de 2024. **Assinaturas**: Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. **Conselheiros**: **(1)** Eduardo Siqueira Moraes Camargo; **(2)** Pedro Paulo Archer Sutter; e **(3)** Roberto Penna Chaves Neto. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*. JUCERJA nº 00006152007 em 27/03/2024 e Protocolo: 2024/00275323-9 em 25/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA

CNPJ 29.138.328/0001-50

CONSÓRCIO SOLARIS RIO SPE LTDA. - **CNPJ: 46.561.887/0001-98, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias - SMMAPA a Licença de Instalação de nº 006/2024, emitida em 05 de março de 2024**. Esta licença é válida até 05 de março de 2026. Autoriza a empresa para a atividade de implementação de Usina Fotovoltaica com potência total igual a 3MWac, localizado em área total do imóvel, nos lotes 1 a 32 da quadra 120, lotes 1 a 32 da quadra 121, lotes 1 a 30 da quadra 122, lotes 1 a 27 da quadra 123 e lotes 1 a 24 da quadra 124, do Loteamento Jardim Anhangá, bairro Parque Morabi, Duque de Caxias - RJ, referente ao processo nº 019/000730/2023.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

VACINAÇÃO

Ministra Nísia Trindade afirma que escola é o lugar central para a saúde

Samuel Santos, 14 anos, é aluno do 6º ano da rede pública de Brasília e precisou ficar 21 dias internado recentemente após contrair dengue. O medo de contrair outra doença prevenível foi um incentivo a mais para que ele participasse na quarta-feira (13) do Movimento Nacional pela Vacinação na Comunidade Escolar. Ele foi imunizado contra o HPV e destacou a importância de manter as doses do calendário vacinal em dia. “Fiquei com medo, mas é bem de boa. A moça tem a mão leve”, brincou. “Acho muito importante. O recado é para todo mundo se vacinar”, acrescentou.

O estudante Gabriel Mota, 11 anos, também cursa o 6º ano na rede pública do Distrito Federal e, como Samuel, foi imunizado contra o HPV durante ação promovida pelo Ministério da Saúde.

“É bem importante vacinar contra o HPV para evitar doenças futuramente. O recado que eu dou é para os meus colegas se vacinarem porque é bem importante essa vacina”, disse. “Já tive gripe, fiquei com alguma coisa na barriga que doeu muito. Agora, estou bem tranquilo, graças a Deus. Mas o importante é vacinar”, garantiu.

Ana Gabriela Feitosa, 13 anos, aluna do 7º ano da rede pública da capital federal, foi a terceira estudante a ser imunizada contra o HPV na ação promovida pelo governo federal.

Após receber a dose, ela pediu aos colegas que participem do movimento pela vacinação nas escolas. “Se vacinem, por favor. Vacina ajuda a não contrair gripe e muitas outras coisas. É muito importante. Minha irmã e minha mãe ficaram gripadas. Minha mãe também pegou dengue. É importante se vacinar”, afirmou.

Para Pedro Pimentel, diretor do Centro de Ensino Fundamental da Asa Norte, em Brasília, onde a ação ocorreu, é preciso “reconstruir a confiança na escola, na ciência e, sobretudo, na vida”.

“É tempo de reconstruir a confiança na saúde, na educação e na vacina. Porque a vacina salva as nossas vidas”, disse, ao final, a ministra da Saúde, Nísia Trindade. “Esse esforço é de todos. Da saúde, da educação, da comunicação e é de todos aqueles que querem defender a vida e que sabem que a vacina é um dos instrumentos mais importantes para isso.”

“A escola sempre foi um lugar central para a saúde e assim continuará”, concluiu a ministra.

Promovido pelos Ministérios da Saúde e da Educação, o Movimento Nacional pela Vacinação na Comunidade Escolar tem como meta atualizar a caderneta de crianças e adolescentes menores de 15 anos com imunizantes ofertados na multivacinação infantil. Doses contra poliomielite, febre amarela, meningite e HPV, além da tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola), são alguns dos destaques para a faixa etária.

Dados do Ministério da Saúde mostram que, em 2023, quase 4 mil municípios brasileiros adotaram a estratégia. Ao longo de todo o ano passado, foram aplicadas, por exemplo, mais de 6,1 milhões de doses da vacina contra o HPV – o maior número desde 2018 e um aumento de 42% em relação a 2022.

O Programa Saúde na Escola foi criado em 2007 com a proposta de melhorar a saúde dos alunos, reduzir a evasão escolar e a intermitência de frequência por problemas de saúde, além de reforçar os compromissos e pactos estabelecidos pela saúde e pela educação no Brasil.

Agência Brasil

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, durante ação de lançamento de campanha de vacinação contra a dengue no DF.

CBG - Companhia Brasileira de Geradores

CNPJ/ME nº 38.350.215/0001-05

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais - Ativo	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	15	24	12.558	8.054
Títulos e valores mobiliários	5	–	–	551	2.478
Contas a receber	6	–	–	97.922	62.638
Estoques	7	–	–	10.865	10.535
Impostos a recuperar	8	–	–	2.939	13.277
Adiantamentos diversos	9	–	–	18.659	16.760
Despesas pagas antecipadamente	10	–	–	24.457	469
Dividendos a receber		20.200	20.200	958	–
Ativos mantidos para venda	13	–	–	24.081	11.393
Outros ativos		–	–	37	33
Total dos ativos circulantes		20.215	20.224	193.027	125.637
Não Circulante					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	5	–	–	2.621	–
Outras contas a receber		–	–	–	1.000
IR e CSl diferidos	25	–	–	21.910	22.285
Investimentos	11	94.960	100.363	–	–
Direito de Uso	12	–	–	5.447	6.068
Imobilizado	12	–	–	57.559	67.134
Intangível	14	–	–	9.189	9.287
Total dos ativos não circulantes		94.960	100.363	96.726	105.774
Total do Ativo		115.175	120.587	289.753	231.411

Balanços Patrimoniais - Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2.000	–	113.833	10.340
Fornecedores	16	6	6	18.743	15.350
Obrigações trabalhistas	17	–	–	10.528	6.944
Obrigações tributárias	18	–	1	7.560	5.402
Adiantamentos de clientes		–	–	2.350	1.995
Dividendos a pagar	21.b)	246	246	3.700	2.634
Passivo de arrendamento	19	–	–	2.829	2.919
Outras contas a pagar		–	–	4	–
Total dos passivos circulantes		2.252	253	159.547	45.584
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	43.291	43.336	72.841	117.413
Fornecedores	16	–	–	2.456	683
Obrigações tributárias	18	–	–	5.063	5.855
Passivo de arrendamento	19	–	–	2.978	3.381
Partes relacionadas	27.a)	26.197	20.849	–	–
IR e CS diferidos		–	–	–	51
Provisão para contingências	20	–	–	3.433	2.295
Total dos passivos não circulantes		69.488	64.185	86.771	129.678
Patrimônio Líquido	21				
Capital social	21.a)	10.650	10.650	10.650	10.650
Reserva de lucros	21.b)	40.004	50.282	40.004	50.282
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		50.654	60.932	50.654	60.932
Participação de não controladores		(7.219)	(4.783)	(7.219)	(4.783)
Total do patrimônio líquido		43.435	56.149	43.435	56.149
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		115.175	120.587	289.753	231.411

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Resultados acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	2.499	433	41.044	–	43.976	(2.455)	41.521
Aumento de capital	8.151	–	(8.151)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	17.119	17.119	–	17.119
Transações com acionistas	–	–	–	–	–		–
Distribuição de dividendos por controlada	–	–	–	–	–	(2.328)	(2.328)
Constituição de reserva legal	–	856	–	(856)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(163)	(163)	–	(163)
Retenção de resultados	–	–	16.100	(16.100)	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	10.650	1.289	48.993	–	60.932	(4.783)	56.149
Prejuízo do exercício	–	–	–	(10.278)	(10.278)	(2.436)	(12.714)
Absorção de prejuízos	–	–	(10.278)	10.278	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	10.650	1.289	38.715	–	50.654	(7.219)	43.435

Demonstrações do resultado	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita Líquida de Serviços	22	–	–	299.402	197.284
Custos dos Serviços Prestados	23	–	–	(226.270)	(129.500)
Lucro Bruto		–	–	73.132	67.784
Despesas Operacionais					
Com vendas e comerciais	23	–	–	(32.600)	(13.210)
Gerais e administrativas	23	(73)	(54)	(24.818)	(20.020)
Outras despesas operacionais, líquidas	23	–	–	(509)	(1.796)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(2.966)	25.280	–	–
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro		(3.039)	25.226	15.205	32.758
Receitas financeiras	24	2	1	2.210	2.138
Despesas financeiras	24	(7.241)	(8.108)	(27.369)	(24.453)
Lucro (prejuízo) operacional antes do IR e CS		(10.278)	17.119	(9.954)	10.443
IR e CS					
Correntes	25	–	–	–	(1.666)
Diferidos	25	–	–	(324)	8.342
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício		(10.278)	17.119	(10.278)	17.119

Demonstrações do resultado abrangente	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(10.278)	17.119	(10.278)	17.119
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado Abrangente total do Exercício	(10.278)	17.119	(10.278)	17.119

Demonstrações dos valores adicionados	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas (1)		–	–	326.014	218.344
Vendas de mercadorias, produtos e serviços prestados		–	–	329.560	216.920
Outras receitas		–	–	3.622	2.686
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		–	–	(7.168)	(1.262)
Insumos Adquiridos de Terceiros (2)		(73)	(54)	(80.587)	(57.656)
Custos de mercadorias, produtos e serviços prestados		–	–	(62.242)	(42.625)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(73)	(54)	(21.781)	(13.549)
Perda/recuperação de valores de ativos		–	–	7.509	(7.509)
Outras		–	–	(4.073)	6.027
Valor Adicionado Bruto (3) = (1) - (2)		(73)	(54)	245.427	160.688
Depreciações e amortizações (4)	12 e 14	–	–	(22.456)	(32.740)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia (5) = (3) - (4)		(73)	(54)	222.971	127.948
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.964)	25.281	1.705	2.203
Resultado de equivalência patrimonial		(2.966)	25.280	–	–
Receitas financeiras		2	1	1.705	2.203
Outras		–	–	–	–
Valor Adicionado Total a Distrbuir (7) = (5) + (6)		(3.037)	25.227	224.676	130.151
Distribuição do Valor Adicionado		(3.037)	25.227	224.676	130.151
Pessoal		–	–	51.223	35.609
Remuneração direta		–	–	40.573	28.236
Benefícios		–	–	8.716	6.255
FGTS		–	–	1.934	1.118
Impostos Taxas e Contribuições		–	–	37.804	17.545
Federais		–	–	36.923	17.037
Estaduais		–	–	779	508
Municipais		–	–	102	–
Remuneração de Capital de Terceiros		7.241	8.108	145.927	59.578
Juros		7.138	8.011	25.625	22.191
Aluguéis		–	–	119.183	35.126
Outras		103	97	1.119	2.261
Remuneração de Capitais Próprios		(10.278)	17.119	(10.278)	17.419
Dividendos e juros sobre capital próprio		–	–	–	958
Luros retidos		(10.278)	17.119	(10.278)	16.461
Participação de não controladores nos lucros retidos		–	–	–	–

Demonstrações dos fluxos de caixa	Nota Explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		(10.278)	17.119	(10.278)	17.119
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido Gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	2.966	(25.280)	–	–
IR e CS diferidos	25	–	–	324	(8.342)
Depreciações e amortizações	12 e 14	–	–	22.456	32.740
Custo residual dos bens do ativo imobilizado, mantidos para venda e itens do intangível baixados	12, 13 e 14	–	–	1.498	14.116
Provisão para perda em inventário de ativos	12	–	–	(7.461)	7.461
Constituição de provisão para contingências	20	–	–	1.138	(2.585)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	–	–	7.167	1.262
Rendimento de títulos e valores mobiliários		–	–	602	628
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	7.138	8.011	22.848	19.547
Juros sobre passivo de arrendamento	19	–	–	498	276
Remensuração de contratos de arrendamento		–	–	(271)	–
(Ganho) perda de instrumentos financeiros derivativos		–	–	–	1.643
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11				
Variação nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	–	–	(42.451)	(16.063)
Estoques	7	–	–	(330)	(359)
Impostos a recuperar	8	–	–	10.338	(9.595)
Adiantamentos diversos	9	–	–	(1.899)	(13.647)
Despesas pagas antecipadamente		–	–	(23.989)	261
Outros ativos		–	–	994	540
Variação nos passivos operacionais:				–	
Fornecedores	16	–	2	5.165	2.970
Obrigações trabalhistas	17	–	–	3.584	(1.220)
Obrigações tributárias	18	–	1	1.368	(370)
Adiantamentos de clientes		–	–	355	802
Outras contas a pagar		–	–	6	(90)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(174)	(147)	(8.338)	47.094
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Títulos e valores mobiliários	5	–	–	(1.296)	1.646
Investimentos em controladas	11	–	–	–	(1.000)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado, mantido para venda e intangível	12,13 e 14	–	–	(16.573)	(29.611)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		–	–	(17.869)	(28.965)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos bancários	15	–	–	59.777	22.099
Pagamentos de empréstimos e financiamentos bancários	15	–	–	(18.521)	(17.882)
Liquidação passivo de arrendamento	19	–	–	(3.033)	(2.034)
Pagamentos de debêntures		(5.183)	(17.207)	(5.183)	(17.207)
Dividendos pagos	21.c	–	–	(2.329)	(2.201)
Mútuos	27.a	5.348	17.349	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		165	142	30.711	(17.225)
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(9)	(5)	4.504	904
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24	29	8.054	7.150
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		15	24	12.558	8.054
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(9)	(5)	4.504	904

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1 Contexto operacional: A CBG - Companhia Brasileira de Geradores (“CBG” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, constituída em 2021, cujo objeto social é a participação societária em outras empresas, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. **1.1 Controladas:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia detém 100% (cem por cento) das ações ordinárias da Tecnogera Locação e Transformação de Energia S.A. (“Tecnogera”). A Tecnogera é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, especializada em soluções completas de energia temporária, incluindo locação de equipamentos, implantação e operação de plantas de energia, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Fundada em 2006, a Tecnogera está presente em todo território nacional e na América Latina, provendo locação de grupos geradores, equipamentos de resfriamento e bancos de carga, além de soluções de geração customizadas de acordo com a necessidade energética do projeto. Focada em fornecer soluções que agreguem “mais energia, com menos combustível”, a Tecnogera conta com uma frota de equipamentos bem moderna e sob constante atualização. Sua capacidade de atendimento abrange projetos de diversas complexidades, prestando os devidos atendimentos com o mesmo padrão de qualidade em qualquer local do país ou América Latina. A Tecnogera atua em diversos segmentos e tem como principais clientes empresas dos setores de óleo & gás, mineração, energia renovável, comércio & serviços, indústria, eventos e construção civil. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Tecnogera possui 100% (cem por cento) das cotas da Tecnotrading Comercializadora de Energia Ltda. (“Tecnotrading”), controlada indireta da Companhia, portanto. A Tecnotrading é uma sociedade empresarial limitada, constituída em 30 de outubro de 2019, e iniciou suas atividades em agosto de 2022. A Tecnotrading tem por objeto consultoria e assessoria em negócios relacionados à energia elétrica, e a comercialização de energia elétrica, organizada e regida nos termos do contrato social e das demais disposições aplicáveis. A Tecnotrading tem sede na cidade de São Bernardo do campo, Estado de São Paulo, na avenida Robert Kennedy, n°615 - Bl.1 Planalto. **1.2 Reestruturação societária:** No dia 12 de novembro de 2020, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações entre Energia Emergencial Móvel Participações S.A., (“Vendedora” e, até a data do evento, acionista da Companhia) e CBG - Companhia Brasileira de Geradores (“Compradora”), que detém 100% das ações da Tecnogera, instrumento no qual ficou estipulada a aquisição da totalidade das ações de emissão da Tecnogera que eram de titularidade da “Vendedora”. Até a data da celebração do contrato, a “Vendedora” em conjunto com o Pátria FIP III eram os titulares de 2.510.020 ações de emissão da Tecnogera, das quais 2.509.020 eram ações ordinárias, sem valor nominal, e 1.000 eram ações preferenciais classe B (“Ações da Vendedora”), equivalentes a 50,1% do capital social da Tecnogera; e os Controladores da “Compradora” eram os legítimos titulares, em conjunto com a RGS que representam os acionistas minoritários da Tecnogera, detentores de 0,0001% de ações preferenciais de Classe A, de 2.457.368 ações de emissão da Tecnogera, das quais 2.456.385 eram ações ordinárias, sem valor nominal, e 983 eram ações preferenciais classe A. Como atos desse fechamento, ocorreram diversos eventos para o devido ajuste societário, conforme relacionados a seguir: Pátria FIP III aportou ao capital social da “Vendedora” as 1.673.128 ações de emissão da Tecnogera que eram de sua titularidade, de forma que, na data que ocorreu o fechamento, a Vendedora era a única titular das ações da Vendedora; Os controladores da “Compradora”, em conjunto com a RGS, aportaram ao Capital Social da Compradora a totalidade das ações que detinham na Tecnogera, representados por 2.457.368 ações, das quais 2.456.385 são ações ordinárias, sem valor nominal, e 983 são ações preferenciais classe A. Em contraprestação pela aquisição das Ações, a Compradora emitiu debêntures privadas não conversíveis em ações, que foram subscritas e integralizadas pela Vendedora com o crédito detido contra a Compradora, na forma da escritura de debêntures da 1ª emissão privada de debêntures não conversíveis de emissão da Compradora, no valor total de R$ 44,961 (“Debênture A - CBG”); e Como parte da Operação, as Partes acordaram que a Vendedora subscrevesse e integralizasse, em moeda corrente nacional, debêntures privadas não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, de emissão da Tecnogera na forma da escritura de debêntures da 5ª emissão privada de debêntures não conversíveis de emissão da Tecnogera, no valor total de R$43.000 (“Debênture B - Tecnogera”). Em 16 de novembro de 2020 as Partes assinaram um Termo de Quitação dos saldos de mútuos, decorrente dos instrumentos de transação e confissão de dívida, nos quais a Tecnogera declara que devia a quantia de R$ 947 à EEM e que foram liquidadas até setembro/2020. Em 18 de dezembro de 2020, a Vendedora era titular de crédito contra a Tecnogera referente a mútuos e às Debêntures emitidas pela Tecnogera nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações” no montante total de R$ 10.465; e na data do fechamento, a Vendedora passou a ser titular também um novo crédito correspondente a um novo mútuo no montante de R$ 27.000; e ainda nesta mesma data os créditos totais da Vendedora foram capitalizados na Tecnogera, resultando em um aumento de Capital da Tecnogera no valor de R$ 37.465 por meio de emissão de 12.545.628 novas ações ordinárias, com preço unitário de emissão de R$ 2,98629502 por ação que foram subscritas e integralizadas pela Vendedora através da conversão de crédito detido pela Acionista, passando o Capital Social da Tecnogera de R$ 5.500 para R$ 42.965. Ocorreu a realização de assembleia geral extraordinária da Tecnogera, onde deliberaram e aprovaram: (i) o aumento de capital, mediante a emissão das Novas Ações que foram subscritas e integralizadas através da capitalização do Crédito da Vendedora contra a Tecnogera, (ii) renúncia dos administradores atuais na data e para a eleição dos Membros do Conselho de Administração, (iii) conversão de ações e reforma do estatuto social. Da quitação dos valores a pagar entre as partes. Os controladores da “Compradora” e a RGS, de um lado, e o Pátria FIP, de outro, conferem, reciprocamente, inclusive em relação à “Compradora” e à “Vendedora”, a mais ampla, geral e irrestrita quitação, em caráter irrevogável e irretratável, sem nada mais podendo exigir umas das outras a qualquer tempo em decorrência do Contrato de Subscrição e do Acordo de Acionistas da Tecnogera inclusive para fins da Conta Gráfica de Perdas e Ganhos, cujo o último pagamento foi realizado em 30 de setembro de 2020 e que fica automaticamente extinta, bem como em relação a atos praticados na qualidade de acionistas da Tecnogera. **1.3 Repactuação das Debêntures e do Contrato de Compra e Venda de Ações:** No dia 28 de dezembro de 2023, foi celebrado o Contrato de Repactuação de Obrigações e Outras Avenças (“Repactuação”), em que a Energia Emergencial Móvel Participações S.A., a Tecnogera Locação e Transformação de Energia S.A., a CBG - Companhia Brasileira de Geradores e seus acionistas, repactuam determinados termos e condições previstos nas Debêntures, incluindo as respectivas Garantias, e no Contrato de Compra e Venda, conforme resumido a seguir: Debêntures A - CBG: As Partes acordam em repactuar e reduzir o saldo total das Debêntures A devido para o valor total de R$ 23.000 (“Valor Repactuado das Debêntures A”). O pagamento do Valor Repactuado das Debêntures A será realizado da seguinte forma: R$2.000 com data de vencimento até a Data de Fechamento; R$10.000 em 1 de dezembro de 2027 e R$11.000 em 1 de dezembro de 2028. As Debêntures A não mais estarão sujeitas a Covenants, assim como o Valor Repactuado das Debêntures (A) não estará mais sujeito a qualquer ajuste de corrente de atualização monetária ou à incidência de quaisquer juros remuneratórios. Debêntures B - Tecnogera: A Tecnogera se obriga a utilizar os recursos decorrentes da Captação (abaixo descrito) e, no caso da Captação ser superior ao Valor Repactuado das Debêntures B antes de sua aplicação em qualquer outra finalidade, para realizar a quitação integral das obrigações previstas na Escritura de Emissão Debêntures (B), pelo valor total, certo e acordado de R$ 73.000 (“Valor Repactuado das Debêntures B”). O pagamento do Valor Repactuado das Debêntures B será realizado na Data de Fechamento. Em decorrência da Repactuação prevista, as Partes acordam que, após o cumprimento integral dos atos do Fechamento, o direito de recebimento do Earn-out e Bônus pela EEM, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações, será automaticamente extinto. __Captação e Condição Suspensiva:__ A obrigação das Partes de concluir as operações contempladas na Repactuação está sujeita, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à verificação e ao cumprimento das seguintes condições (“Condições Suspensivas”): i) a obtenção pela Tecnogera, e o efetivo desembolso em seu benefício, de financiamento em valor total não inferior a R$ 75.000 (“Captação”), até 31 de maio de 2024; e ii) ausência de qualquer Decisão proferida por qualquer Autoridade Governamental ou tribunal arbitral de jurisdição competente restringindo ou de qualquer outra forma proibindo a consumação das operações contempladas neste Contrato. __Waiver Condicionado:__ A EEM manifesta, em caráter irrevogável e irretratável, sua concordância e anuência para a realização da Captação pela Tecnogera, não sendo aplicável, portanto, (i) qualquer hipótese de vencimento antecipado em relação às Debêntures A e às Debêntures B, bem como (ii) quaisquer descumprimentos em curso e conhecidos nesta data pela EEM das disposições das referidas Debêntures, das Garantias e/ou de quaisquer outros contratos celebrados entre as Partes no âmbito do Contrato de Compra e Venda, incluindo a Escritura de Emissão das Debêntures (A) e a Escritura de Emissão das Debêntures (B) (“Waiver”). A concordância e anuência previstas se referem exclusivamente a operações de financiamento cujo uso dos recursos seja a quitação das Debêntures e cujo desembolso em benefício da Tecnogera ocorra necessariamente até 31 de maio de 2024. O Waiver previsto está condicionado e será válido apenas em caso de cumprimento integral pela Tecnogera, assim como por CBG e seus acionistas, das obrigações previstas na Repactuação, em particular do pagamento integral pela CBG da primeira parcela do Valor Repactuado das Debêntures A e do pagamento integral pela Tecnogera do Valor Repactuado das Debêntures B, ambos na Data de Fechamento. O descumprimento de qualquer obrigação permitirá à EEM declarar o vencimento antecipado das Debêntures A e das Debêntures B independentemente de qualquer notificação ou comunicação prévia às demais Partes. **Data de Fechamento:** A consumação das operações previstas na Repactuação, ocorrerá em até 3 (três) Dias Úteis contados da confirmação, pela Tecnogera, do cumprimento de todas as Condições Suspensivas. **1.4 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures:** No dia 6 de março de 2024, foi firmado o “Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Tecnogera - Locação e Transformação de Energia S.A.” (“Escritura de Emissão”). E Escritura de Emissão foi celebrada de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da CBG - Companhia Brasileira de Geradores, realizada em 6 de março de 2024, a qual aprovou: (i) a Emissão e seus termos e condições; (ii) a Oferta e seus termos e condições, nos termos da Lei nº 6.385/76, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160/2022 (“Resolução CVM 160”) e alterações e demais disposições aplicáveis; (iii) a autorização para outorga, pela Tecnogera Locação e Transformação de Energia S.A. (“Emissora”), de todas garantias vinculadas à Emissão, incluindo a Alienação Fiduciária de Equipamentos e a sessão Fiduciária de Recebíveis; (iv) a autorização aos diretores da Emissora para adotarem as medidas e celebrarem os documentos necessários à Emissão, à Oferta e a constituição das Garantias. Também na AGE da CBG - Companhia Brasileira de Geradores, realizada em 6 de março de 2024, foi deliberada a constituição de garantia fidejussória, na forma de fiança (“Fiança”). __**Características das Debêntures:**__ · Número da emissão: 6ª. • Número de séries: Série única. • Data de emissão: Para efeitos legais, a data de emissão será o dia 3 de abril de 2024. • Conversibilidade: As debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações. • Espécie: Com garantia real e garantia adicional fidejussória. • Prazo e data de vencimento: Prazo de vencimento de 5 anos. • Valor nominal: R$ 130.000. • Quantidade de debêntures emitidas: 130.000. • Remuneração: juros correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um spread de 4,5% ao ano • Eventos de inadimplemento: As obrigações decorrentes das Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Alguns dos principais eventos de inadimplemento são: • Redução do capital social da Emissora, exceto (i) pelas reduções de capital social para absorção de prejuízos acumulados, ou pela redução do capital social em até R$25.000 que tenha finalidade exclusiva o resgate antecipado das Debêntures A. • Celebração de contratos de mútuo om terreiros, fora do grupo econômico da Emissora e da CBG, pela Emissora e/ou Fiadores e/ou por suas respetivas controladas, em montante, individual ou agregado, igual ou superior a R$3.150, ou o seu equivalente em outras moedas, ou 5% do EBITDA da Emissora e/ou CBG, dos dois o maior. • Não manutenção do registro de companhia aberta “B” da Emissora perante a CVM, o qual deverá ser obtido em até 12 meses da Data de Emissão. • Protesto de títulos contra a Emissora, os Fiadores e/ou suas respetivas controladas, em valor individual ou agregado superior a R$3.150, ou o seu equivalente em outras moedas, ou 5% do EBITDA da Emissora e/ou CBG, dos dois o maior. • Resgate ou amortização de ações, distribuição e/ou pagamento, pela Emissora e/ou pela CBG, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer distribuições de lucros aos acionistas diretos ou indiretos, ou realização de qualquer outro tipo de pagamento a tais entidades, acima dos dividendos mínimos obrigatórios, aos (i) esteja inadimplente om as obrigações das debêntures, (ii) esteja em curso qualquer evento de inadimplemento; e/ou (iii) o Índice Financeiro) não esteja sendo cumprido; • Não observância, pela Emissora, em ada período de apuração anual, dos limites estabelecidos para razão entre Dívida Líquida e o EBITDA (“Índice Financeiro”) apurado om base nas demonstrações financeiras anuais, auditadas e consolidadas da Emissora e da CBG, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. O Índice Financeiro deverá ser igual ou inferior a (i) 3x no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e 2,5x a partir do exercício a findo em 31 de dezembro de 2025. **2 Base de elaboração das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia (“Consolidado”) foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). As demonstrações contábeis individuais da Companhia (“Controladora”) foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 01 de abril de 2024. **2.2 Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis são preparadas em reais e os saldos são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na seguinte nota explicativa: **Nota 6 -** Contas a receber. **Nota 12 -** Ativo imobilizado e direito de uso de contratos de arrendamento. **Nota 13 -** Ativos mantidos para venda. **Nota 19 -** Passivos de arrendamento. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **2.5 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Diretoria

Abraham Grace Curi - Diretor Presidente

Contador

Tiago Omomo Barão - CRC - SP 333108/O-0

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

comerc energia

Hélio Valgas Solar Participações S.A.

CNPJ nº 32.431.519/0001-10

Relatório da Administração

A administração da Hélio Valgas Solar Participações S.A. ("Companhia") submete à sua apreciação os Comentários de Desempenho e a Demonstração Financeira Individual e Consolidada, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

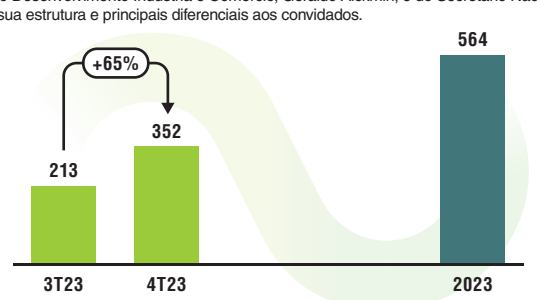
A COMPANHIA

A Companhia é uma sociedade de capital aberto, na categoria "B", que possui a Comerc Participações S.A. como controladora direta.
As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais:
• Geração de Energia: Estruturação, implementação, desenvolvimento, construção e operação de projetos de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica;
• Comercialização de Energia.

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

A Companhia é controladora de 5 Sociedade de Propósito Específico ("SPE's") em operação comercial ("Complexo"), localizadas na cidade de Várzea da Palma (MG), que somam capacidade instalada total de 662 MWp. A Companhia é a 5ª maior usina solar do país[1].
As usinas entraram em operação comercial em agosto de 2023 e firmou contrato de venda de energia no mercado livre pelo prazo de 20 anos.
Ainda em *ramp up* no 4T23, as usinas atingiram geração de 352 GWh, totalizando 564 GWh desde a entrada em operação.

Em novembro de 2023, a Companhia realizou o evento de inauguração no próprio Complexo, contando com a presença de executivos da Comerc e da Vibra, do Vice-Presidente da República e Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, e do Secretário Nacional de Energia, Gentil Nogueira, no qual a Companhia apresentou o parque solar, sua estrutura e principais diferenciais aos convidados.



[1] *Fonte: https://dadosabertos.aneel.gov.br/dataset/siga-sistema-de-informacoes-de-geracao-da-aneel*

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

R$ MM	4T23	4T22	Δ	Δ%	2023	2022	Δ	Δ%
Energia Gerada (GWh)	351,8	–	n.a.	n.a.	564,3	–	n.a.	n.a.
Receita Operacional Líquida	60,8	–	n.a.	n.a.	104,0	–	n.a.	n.a.
Lucro Bruto¹	**47,1**	**–**	n.a.	n.a.	**74,5**	**–**	n.a.	n.a.
Despesas¹	(2,8)	(0,1)	-2,7	<-1000%	(4,2)	(0,7)	-3,5	-496,9%
EBITDA	**44,3**	**(0,1)**	44,4	n.a.	**70,3**	**(0,7)**	71,0	n.a.
Depreciação	(25,2)	(0,2)	-25,0	<-1000%	(38,5)	(0,8)	-37,7	<-1000%
Resultado Financeiro	(56,3)	(127,5)	71,2	55,8%	36,2	(139,8)	176,1	n.a.
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(42,6)	–	n.a.	n.a.	(63,8)	–	n.a.	n.a.
MtM de Instrumentos financeiros derivativos	176,7	15,6	161,1	>1000%	425,7	(24,2)	449,9	n.a.
Derivativo Embutido	(191,8)	(141,8)	-50,1	-35,3%	(324,0)	(141,8)	-182,3	-128,6%
Outros	1,5	(1,3)	2,8	n.a.	(1,6)	26,1	-27,8	n.a.
Imposto de renda e contribuição social²	(44,0)	–	n.a.	n.a.	(98,8)	–	n.a.	n.a.
Correntes	(2,0)	–	n.a.	n.a.	(3,3)	–	n.a.	n.a.
Diferidos	(42,0)	–	n.a.	n.a.	(95,6)	–	n.a.	n.a.
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	(81,2)	(127,7)	46,5	36,4%	(30,8)	(141,3)	110,5	78,2%
Lucro Líquido (prejuízo) Ajustado	**(24,0)**	**(1,6)**	-22,4	<-1000%	**(36,9)**	**24,7**	-61,6	n.a.

¹ Exclui Depreciação.
² No 1T22 e 9M22, a marcação a mercado do instrumento derivativo tinha posição passiva devido à valorização da moeda norte americana. Por não apresentar saldos de diferidos passivos, a Companhia também não constituiu nenhum saldo de ativo fiscal diferido relacionado ao prejuízo fiscal e base negativa.

Ainda em *ramp-up* operacional, a **Receita Operacional Líquida** no 4T23 foi de R$ 60,8 MM e de R$ 104,0 MM no ano de 2023. Em 2022, não houve receita por ainda estar em fase pré-operacional.
Da mesma maneira, o **EBITDA** foi de R$ 44,3 MM no 4T23 e R$ 70,3 MM em 2023, versus um resultado praticamente nulo em 2022.
Em 2023, o **Resultado Financeiro** foi de R$ 36,2 MM devido principalmente à valorização do dólar americano frente ao real, resultando em aumento da posição do MtM de Instrumentos financeiros derivativos (SWAP da dívida) e diminuição da posição dos derivativos embutidos do contrato de energia². Vale ressaltar que os impactos da flutuação da marcação a mercado dos instrumentos derivativos não possuem efeito sobre o caixa no período
O **Prejuízo** foi de R$ 81,2 MM no 4T23 e de R$ 30,8 MM em 2023 influenciado pelo (i) Resultado financeiro, conforme descrito acima e (ii) imposto de renda e contribuição social diferidos.

² *A marcação a mercado deste derivativo é necessária, pois estre contrato é denominado em dólares, estando sujeito às flutuações cambiais.*

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA

R$ MM	4T23	4T22	Δ	Δ%	2023	2022	Δ	Δ%
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	(81,2)	(127,7)	46,5	36,4%	(30,8)	(141,3)	110,5	78,2%
(–) IR/CSLL	(44,0)	–	n.a.	n.a.	(98,8)	–	n.a.	n.a.
(–) Resultado Financeiro	(56,3)	(127,5)	71,2	55,8%	36,2	(139,8)	176,1	n.a.
(–) Depreciação/Amortização	(25,2)	(0,2)	-25,0	<-1000%	(38,5)	(0,8)	-37,7	<-1000%
EBITDA	44,3	(0,1)	44,4	n.a.	70,3	(0,7)	71,0	n.a.

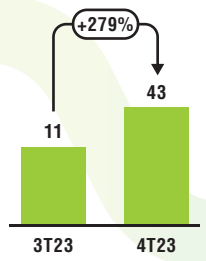
RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO

R$ MM	4T23	4T22	Δ	Δ%	2023	2022	Δ	Δ%
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	(81,2)	(127,7)	46,5	36,4%	(30,8)	(141,3)	110,5	78,2%
(+) MtM de Instrumentos financeiros derivativos	(176,7)	(15,6)	- 161,1	<-1000%	(425,7)	24,2	-449,9	n.a.
(+) Derivativo Embutido	191,8	141,8	50,1	35,3%	324,0	141,8	182,3	128,6%
(+) Efeito IR/CSLL s/ Ajustes	42,0	–	n.a.	n.a.	95,6	–	n.a.	n.a.
Lucro Líquido (prejuízo) Ajustado	(24,0)	(1,6)	-22,4	<-1000%	(36,9)	24,7	- 61,6	n.a.

CAIXA E ENDIVIDAMENTO

R$ MM	4T23	4T22	2023	2022
Resultado Líquido do Exercício	(81,2)	(127,7)	(30,8)	(141,3)
Ajustes de resultado às disponibilidades geradas	122,4	127,2	96,9	170,1
Capital de giro	2,2	(3,3)	(9,3)	(5,0)
Fluxo de Caixa Operacional	**43,4**	**(3,9)**	**56,8**	**23,7**
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(34,6)	(448,5)	(237,7)	(1.734,4)
Aplicação em Conta Reserva	(89,2)	157,0	(88,7)	(0,5)
Atividades de Investimento	**(123,8)**	**(291,5)**	**(326,4)**	**(1.734,9)**
Integralização de Capital Social	76,5	107,6	253,2	549,5
Arrendamentos por Direito de Uso	(3,7)	(3,5)	(3,7)	(3,6)
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures	–	–	(0,2)	1.188,4
Atividades de Financiamento	**72,8**	**104,1**	**249,3**	**1.734,4**
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**(7,6)**	**(191,3)**	**(20,3)**	**23,2**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	**13,4**	**217,4**	**26,1**	**2,9**
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	**5,9**	**26,1**	**5,9**	**26,1**
Saldo Final de Caixa e Equivalentes incluindo caixa restrito	**95,1**	**26,6**	**95,1**	**26,6**

No 4T23, as **atividades operacionais** da Companhia tiveram uma geração de caixa de R$ 43,4 MM versus R$ 11,4 MM no 3T23. No ano de 2023 houve uma geração de caixa de R$ 56,8 MM.
No trimestre, as atividades de investimento somaram R$ 123,8 MM e no ano de 2023 de R$ 326,4MM.



RECONCILIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA (CAIXA LÍQUIDO AJUSTADO)

R$ MM	4T23	4T22
Endividamento Bruto	(1.469,0)	(1.283,9)
Caixa e Equivalentes¹	95,1	26,6
Caixa Líquido (Dívida Líquida) Ajustado(a)	**(1.373,9)**	**(1.257,3)**

¹ *Considera Caixa e Aplicações Restritas*

ANEXOS

Anexo 1: Balanço Patrimonial

R$ MM	2023	2022
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5,9	26,1
Aplicações financeiras restritas	12,7	0,5
Contas a receber	21,1	–
Impostos e contribuições a recuperar	3,3	6,9
Instrumentos financeiros derivativos	46,2	–
Partes relacionadas	–	0,5
Outros ativos	5,9	0,1
Total do ativo circulante	**95,1**	**34,0**
Ativo não circulante	**–**	**–**
Aplicações financeiras restritas	76,5	–
Venda de participação acionária	68,0	–
Instrumentos financeiros derivativos	355,3	–
Direito de uso	26,1	25,8
Imobilizado	2.299,2	2.033,1
Intangível	0,5	0,5
Total do ativo não circulante	**2.825,5**	**2.059,4**
Total do ativo	**2.920,7**	**2.093,4**

R$ MM	2023	2022
Passivo		
Passivo circulante		
Fornecedores	11,9	61,8
Debêntures	60,9	–
Obrigações sociais e trabalhistas	0,7	0,5
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1,9	–
Outros tributos a pagar	1,2	1,6
Partes relacionadas	0,7	0,4
Instrumentos financeiros derivativos	22,3	3,6
Passivo de arrendamento	0,1	0,1
TUST a pagar	3,8	–
Outros passivos	1,0	–
Total do passivo circulante	**104,4**	**68,0**
Passivo não circulante	**–**	**–**
Debêntures	1.408,1	1.283,9
Impostos e contribuições diferidos	95,6	–
Passivo de arrendamento	25,2	24,3
Instrumentos financeiros derivativos	443,5	162,4
Opções de compras outorgadas	0,9	–
Total do passivo não circulante	**1.973,2**	**1.470,7**
Patrimônio líquido	**–**	**–**
Capital social subscrito e integralizado	1.049,6	697,9
(–) Capital social a integralizar	(128,9)	–
Reservas de capital	17,4	–
Prejuizos acumulados	(174,3)	(143,1)
Total do patrimônio líquido atribuído a controladores	**763,8**	**554,8**
Participação de não controladores	**79,2**	**–**
Total do patrimônio líquido	**843,0**	**554,8**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.920,7**	**2.093,4**

Anexo 2: Demonstração de Resultados

R$ MM	4T22	4T23	2022	2023
Receita operacional líquida	–	60,8	–	104,0
Custos	–	(39,1)	–	(67,6)
Resultado bruto	**–**	**21,7**	**–**	**36,5**
	–	–	–	–
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(0,3)	(2,6)	(1,5)	(4,7)
Outras receitas/(despesas) operacionais	–	0,1	–	0,1
Equivalência patrimonial	–	(0,0)	–	(0,0)
Receitas financeiras	(32,7)	178,1	35,3	429,2
Despesas financeiras	(94,8)	(234,4)	(175,2)	(393,0)
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	**(127,7)**	**(37,2)**	**(141,3)**	**68,1**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	–	(1,9)	–	(3,3)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	–	16,5	–	(95,6)
Lucro líquido (prejuízo) do período	**(127,7)**	**(81,2)**	**(141,3)**	**(30,8)**
Participação atribuída aos controladores	**(127,7)**	**(73,8)**	**(141,3)**	**(31,2)**
Participação atribuída a não controladores	**–**	**(7,4)**	**–**	**0,4**

Anexo 3: Fluxo de Caixa Operacional

R$ MM	4T22	4T23	2022	2023
Resultado líquido do período	**(127,7)**	**(81,2)**	**(141,3)**	**(30,8)**
Depreciação e amortização	–	25,0	–	37,6
Amortização de direito de uso	0,2	0,2	0,8	0,8
Juros sobre passivo de arrendamento	0,9	0,9	3,3	3,5
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	–	40,4	–	62,4
Marcação de mercado de instrumentos financeiros derivativos	126,1	15,2	166,0	(101,7)
Valor justo de opções de compra de ações	–	0,9	–	0,9
Tributos diferidos	–	42,1	–	95,6
Demais juros (incluindo juros sobre mútuos)	–	(2,1)	–	(2,1)
Decréscimo/(acréscimo) em ativos				
Contas a receber	–	2,1	–	(21,1)
Impostos e contribuições a recuperar	(2,5)	(0,6)	(6,9)	(0,6)
Outros ativos	0,3	1,4	(0,1)	0,4
Transações com partes relacionadas ativo	(0,1)	–	(0,1)	0,5
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais				
Fornecedores	(0,4)	(1,6)	(0,0)	0,6
Obrigações sociais e tributárias	(0,4)	2,1	2,0	7,2
TUST a pagar	–	3,8	–	3,8
Outros passivos	–	(3,1)	–	1,0
Transações com partes relacionadas	(0,2)	(0,7)	–	0,2
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(1,3)	–	(1,3)
Fluxo de caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	**(3,9)**	**43,4**	**23,7**	**56,8**
Aquisição de ativo imobilizado	(448,5)	(34,6)	(1.734,4)	(237,7)
Aplicação (resgate) em caixa restrito (incluindo depósitos judiciais)	157,0	(89,2)	(0,5)	(88,7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(291,5)**	**(123,8)**	**(1.734,9)**	**(326,4)**
Integralização de capital social	107,6	76,5	549,5	253,2
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	(3,5)	(3,7)	(3,6)	(3,7)
Pagamento de custos de empréstimos e debêntures (custos de transação)	–	–	(98,9)	(0,2)
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	–	1.287,2	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**104,1**	**72,8**	**1.734,4**	**249,3**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(191,3)**	**(7,6)**	**23,2**	**(20,3)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	217,4	13,4	2,9	26,1
No fim do exercício	26,1	5,9	26,1	5,9

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**1.622**	26.111	**5.857**	26.111
Aplicações financeiras restritas	3	**–**	510	**12.739**	510
Contas a receber	4	**–**	–	**21.064**	–
Impostos e contribuições a recuperar		**3.194**	6.900	**3.332**	6.900
Instrumentos financeiros derivativos	19	**46.213**	–	**46.213**	–
Partes relacionadas	9	**10.844**	452	**–**	452
Dividendos a receber	9	**1.943**	–	**–**	–
Outros ativos		**58**	53	**5.924**	53
Total do ativo circulante		**63.874**	34.026	**95.129**	34.026
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras restritas	3/10	**76.470**	–	**76.470**	–
Venda de participação acionária	1.1	**67.959**	–	**67.959**	–
Instrumentos financeiros derivativos	19	**355.273**	–	**355.273**	–
Investimentos	5	**1.767.263**	–	**–**	–
Direito de uso	6	**–**	25.809	**26.125**	25.809
Imobilizado	7	**–**	2.032.983	**2.299.224**	2.033.080
Intangível		**489**	489	**489**	489
Total do ativo não circulante		**2.267.454**	2.059.281	**2.825.540**	2.059.378
Total do ativo		**2.331.328**	2.093.307	**2.920.669**	2.093.404

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo circulante					
Fornecedores	8	**937**	61.803	**11.866**	61.803
Debêntures	10	**60.936**	–	**60.936**	–
Obrigações sociais e trabalhistas		**721**	541	**721**	541
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	**–**	–	**1.933**	–
Outros tributos a pagar		**422**	1.577	**1.236**	1.577
Partes relacionadas	9	**–**	340	**677**	437
Instrumentos financeiros derivativos	19	**–**	3.575	**22.268**	3.575
Passivo de arrendamento	6	**–**	53	**64**	53
TUST a pagar		**–**	–	**3.784**	–
Outros passivos		**4**	–	**952**	–
Total do passivo circulante		**63.020**	67.889	**104.437**	67.986
Passivo não circulante					
Debêntures	10	**1.408.068**	1.283.944	**1.408.068**	1.283.944
Impostos e contribuições diferidos	18	**95.554**	–	**95.554**	–
Passivo de arrendamento	6	**–**	24.317	**25.211**	24.317
Instrumentos financeiros derivativos	19	**–**	162.399	**443.495**	162.399
Opções de compras outorgadas	11	**856**	–	**856**	–
Total do passivo não circulante		**1.504.478**	1.470.660	**1.973.184**	1.470.660
Patrimônio líquido					
Capital social	13	**920.728**	697.900	**920.728**	697.900
Reservas de capital	13.2	**17.395**	–	**17.395**	–
Prejuízos acumulados		**(174.293)**	(143.142)	**(174.293)**	(143.142)
Total do patrimônio líquido atribuído a controladores		**763.830**	554.758	**763.830**	554.758
Participação de não controladores		**–**	–	**79.218**	–
Total do patrimônio líquido		**763.830**	554.758	**843.048**	554.758
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.331.328**	2.093.307	**2.920.669**	2.093.404

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social: Subscrito	Capital Social: A integralizar	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Subtotal Patrimônio líquido da controladora	Participação de não controladores	Total Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**400.000**	**(251.643)**	**–**	**(1.839)**	**146.518**	**–**	**146.518**
Subscrição de capital social		680.000	(680.000)	–	–	–	–	–
Integralização de capital		–	549.543	–	–	549.543	–	549.543
Prejuízo do exercício		–	–	–	(141.303)	(141.303)	–	(141.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.080.000**	**(382.100)**	**–**	**(143.142)**	**554.758**	**–**	**554.758**
Integralização de capital	13	–	253.234	–	–	253.234	–	253.234
Reorganização societária - cisão parcial	1.1	(30.406)	–	1.704	–	(28.702)	28.702	–
Reorganização societária - redução de participação em controladas	1.1/13.2	–	–	17.181	–	17.181	50.350	67.531
Perdas na participação de investimentos	13.2	–	–	(1.490)	–	(1.490)	1.490	–
Redução de capital de controladas		–	–	–	–	–	(1.714)	(1.714)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(31.151)	(31.151)	390	(30.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.049.594**	**(128.866)**	**17.395**	**(174.293)**	**763.830**	**79.218**	**843.048**

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional líquida	14	–	–	**104.006**	–
Custos de vendas de energia	15	–	–	**(67.554)**	–
Lucro bruto		**–**	–	**36.452**	–
Despesas administrativas, comerciais e gerais	16	**(3.716)**	(1.471)	**(4.719)**	(1.468)
Outras receitas/(despesas) operacionais		**–**	–	**97**	–
Resultado de equivalência patrimonial	5	**7.730**	–	**–**	–
Total das receitas/(despesas) operacionais		**4.014**	(1.471)	**(4.622)**	(1.468)
Despesas financeiras	17	**(368.711)**	(175.180)	**(392.973)**	(175.183)
Receitas financeiras	17	**429.100**	35.348	**429.223**	35.348
Resultado financeiro, líquido		**60.389**	(139.832)	**36.250**	(139.835)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**64.403**	(141.303)	**68.080**	(141.303)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	**–**	–	**(3.287)**	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	**(95.554)**	–	**(95.554)**	–
Prejuízo do exercício		**(31.151)**	(141.303)	**(30.761)**	(141.303)
Participação atribuída aos controladores		**(31.151)**	(141.303)	**(31.151)**	(141.303)
Participação atribuída a não controladores		**–**	–	**390**	–
Prejuízo atribuído aos controladores - por ação ON básico e diluído (R$ por ação)	13.5	**–**	–	**(0,0688)**	(0,4298)
Prejuízo atribuído aos controladores - por ação PN básico e diluído (R$ por ação)	13.5	**–**	–	**–**	(0,5158)

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Prejuízo do exercício	**(31.151)**	(141.303)	**(30.761)**	(141.303)
Total do resultado abrangente do exercício	**(31.151)**	(141.303)	**(30.761)**	(141.303)
Participação atribuída aos controladores	**(31.151)**	(141.303)	**(31.151)**	(141.303)
Participação atribuída a não controladores	**–**	–	**390**	–

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	**(31.151)**	(141.303)	**(30.761)**	(141.303)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**–**	–	**37.649**	–
Depreciação de direito de uso	**396**	760	**802**	760
Juros sobre passivo de arrendamento	**1.661**	3.319	**3.480**	3.319
Juros sobre debêntures	**62.365**	–	**62.365**	–
Resultado de equivalência patrimonial	**(7.730)**	–	**–**	–
Marcação de mercado de instrumentos financeiros derivativos	**(123.878)**	165.974	**(101.697)**	165.974
Valor justo de opções de compra de ações	**856**	–	**856**	–
Tributos diferidos	**95.554**	–	**95.554**	–
Cessão do contrato de arrendamento	**(582)**	–	**–**	–
Demais juros	**(2.142)**	–	**(2.146)**	–
Decréscimo/(acréscimo) em ativos				
Contas a receber	**–**	–	**(21.064)**	–
Impostos e contribuições a recuperar	**(303)**	(6.900)	**(577)**	(6.900)
Outros ativos	**(5)**	(53)	**398**	(53)
Transações com partes relacionadas ativo	**1.287**	(116)	**452**	(119)
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais				
Fornecedores	**276**	(3)	**588**	(3)
Obrigações sociais e tributárias	**3.034**	2.040	**7.247**	2.040
TUST a pagar	**–**	–	**3.784**	–
Outros passivos	**4**	–	**952**	–
Transações com partes relacionadas passiva	**(340)**	–	**240**	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	**–**	–	**(1.330)**	–
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais	**(698)**	23.718	**56.792**	23.715
Das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	**(226.697)**	(1.734.358)	**(237.683)**	(1.734.358)
Aportes de capital em controladas	**(2.443)**	(3)	**–**	–
Redução de capital em controladas	**28.320**	–	**–**	–
Aplicação em caixa restrito	**(75.960)**	(510)	**(88.695)**	(510)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(276.780)**	(1.734.871)	**(326.378)**	(1.734.868)
Das atividades de financiamento				
Ingresso de debêntures	**–**	1.287.240	**–**	1.287.240
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	**(36)**	(3.551)	**(3.693)**	(3.551)
Pagamento de custos de debêntures (custos de transação)	**(209)**	(98.873)	**(209)**	(98.873)
Integralização de capital social	**253.234**	549.543	**253.234**	549.543
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**252.989**	1.734.359	**249.332**	1.734.359
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(24.489)**	23.206	**(20.254)**	23.206
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**26.111**	2.905	**26.111**	2.905
No fim do exercício	**1.622**	26.111	**5.857**	26.111
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(24.489)**	23.206	**(20.254)**	23.206

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**–**	–	**106.254**	–
	–	–	**106.254**	–
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	**–**	–	**(26.740)**	–
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(3.320)**	(711)	**(4.315)**	(708)
	(3.320)	(711)	**(31.055)**	(708)
Valor adicionado bruto	**(3.320)**	(711)	**75.199**	(708)
Depreciação	**(396)**	(760)	**(38.451)**	(760)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(3.716)**	(1.471)	**36.748**	(1.468)
Valor adicionado recebido por transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**7.730**	–	**–**	–
Receitas financeiras	**429.266**	35.353	**429.389**	35.353
Outras	**–**	–	**97**	–
	436.996	35.353	**429.486**	35.353
Valor adicionado total a distribuir	**433.280**	33.882	**466.234**	33.885

Distribuição do valor adicionado	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Pessoal				
Remuneração direta	**–**	–	**2.224**	–
Benefícios	**–**	–	**104**	–
F.G.T.S	**–**	–	**95**	–
	–	–	**2.423**	–
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	**95.771**	547	**101.665**	547
	95.771	547	**101.665**	547
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	**368.660**	174.638	**392.907**	174.641
	368.660	174.638	**392.907**	174.641
Remuneração de Capitais Próprios				
Prejuízo do exercício	**(31.151)**	(141.303)	**(31.151)**	(141.303)
Participação dos não controladores	**–**	–	**390**	–
	(31.151)	(141.303)	**(30.761)**	(141.303)
	433.280	33.882	**466.234**	33.885

continua →★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hélio Valgas Solar Participações S.A. - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Hélio Valgas Solar Participações S.A. ("Companhia" ou "Grupo" quando em conjunto com suas controladas), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.431.519/0001-10 é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Caraíbas ou Olhos d'Água, s/n, Zona Rural, CEP 39.260-000. Em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a reorganização societária envolvendo a incorporação da Mercury Renew Participações S.A. pela Comerc Participações S.A. A partir dessa data, a Companhia passa a ser controlada diretamente pela Comerc Participações S.A.. A Companhia tem como objeto social a geração de energia por fonte solar fotovoltaica e participação societária exclusiva em sociedades também geradoras de energia fotovoltaica por fonte solar. O complexo Hélio Valgas é composto por 5 (cinco) SPE's (Sociedade de propósito específico ou controladas) localizadas no município de Várzea da Palma - MG, com grande incidência de raios solares, o que contribui diretamente para uma alta taxa de eficiência energética. As usinas possuem potência instalada total de 500MW. O parque solar entrou em operação em agosto de 2023, conforme tabela a seguir:

Companhia Investida	% Participação em 31/12/2023	% Participação em 31/12/2022	Capacidade instalada em MW	Localidade	Data de início de operação
Geradora Solar Hélio Valgas I S.A. ("Hélio Valgas I")	95,71%	100%	100	Várzea da Palma - MG	Ago/23
Geradora Solar Hélio Valgas II S.A. ("Hélio Valgas II")	95,71%	100%	100	Várzea da Palma - MG	Ago/23
Geradora Solar Hélio Valgas III S.A. ("Hélio Valgas III")	95,71%	100%	100	Várzea da Palma - MG	Ago/23
Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A. ("Hélio Valgas IV")	95,71%	100%	100	Várzea da Palma - MG	Ago/23
Geradora Solar Hélio Valgas V S.A. ("Hélio Valgas V")	95,71%	100%	100	Várzea da Palma - MG	Ago/23

A construção dos parques solares foi realizada pela Companhia até a reorganização societária, momento no qual os ativos relacionados à construção das usinas foram transferidos para cada controlada por meio de aporte de capital (vide nota explicativa nº 1.1). A partir de 03 de agosto de 2023, foi iniciada a entrada em operação comercial dos parques solares que ocorreu de forma gradual até o final de agosto de 2023. As controladas firmaram contratos de venda de energia pelo prazo de 20 anos, a contar da data de início de operação de cada planta. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 9.308 (R$ 33.960 em 31 de dezembro de 2022) em seu balanço patrimonial consolidado. Este fato decorre, principalmente pelo vencimento da primeira amortização e dos juros da emissão de debêntures (nota explicativa nº 10). A Administração entende que tal situação está sendo revertida no curto prazo, uma vez que as operações começaram a partir de agosto de 2023, quando as controladas da Companhia passaram a gerar caixa operacional. Contudo, caso seja necessário o reforço do seu capital de giro, a Companhia pode contar com aportes a serem realizados pela sua controladora. Vale ressaltar que a controladora já subscreveu R$ 920.728 de capital social e, em 31 de dezembro de 2023, o saldo a integralizar é de R$ 128.866. Com base nos fatos dispostos anteriormente, a Administração da Companhia avaliou a capacidade de continuidade das operações e entende que os recursos financeiros provenientes de geração de caixa operacional são suficientes para reverter o capital circulante negativo de 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. **1.1. Principais eventos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:** Em 30 de junho de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a reorganização societária da Companhia. Foi realizada a transferência dos ativos relativos às usinas fotovoltaicas no valor de R$ 2.288.892, detidos pela Companhia, para as SPEs, através de aumento de capital em cada uma das SPEs, subscrito e integralizado pela própria Companhia, mediante a transferência dos ativos de energia. Também foi realizada a transferência das respectivas outorgas de autorização para implantação das usinas fotovoltaicas perante a ANEEL da Companhia para as SPEs. Em decorrência do exposto anteriormente, com o intuito de preservar a estrutura de capital anteriormente negociada, na qual a Ligas de Alumínio S.A. - LIASA ("LIASA") detinha 4,29% de participação na Companhia, foi realizada uma cisão parcial no valor de R$ 30.406, através da qual as ações de titularidade da LIASA foram canceladas no nível da Companhia, e entregues pela própria Companhia (na forma de incorporação da parcela correspondente ao acervo cindido para cada SPE). Na mesma operação, também visando a preservação da estrutura de capital anteriormente adotada, foi realizada a compra e venda de determinada quantidade de ações de titularidade da Companhia em favor da LIASA no valor de R$ 67.531, passando esta última a deter, em cada SPE, exatamente a mesma proporção de ações de 4,29% que detinha sobre o capital social da Companhia, em momento imediatamente anterior à formalização da operação. Como não houve perda de controle, a transação foi classificada como de capital. A seguir é apresentado um resumo dos eventos da reorganização de 30 de junho de 2023:

	Controladora						Consolidado			
	Antes da reorganização	Aporte (a)	Cessão contrato de venda de energia (b)	Cisão parcial (c)	Venda de % adicional (d)	Após reorganização	Antes da reorganização	Cisão parcial (c)	Venda de % adicional (d)	Após reorganização
Ativo circulante	**12.152**	–	–	–	–	**12.152**	**11.096**	–	–	**11.096**
Ativo não circulante										
Venda de participação acionária	–	–	–	–	67.531	67.531	–	–	67.531	67.531
Investimentos	7.592	2.288.892	(443.582)	(28.702)	(50.350)	1.773.850	–	–	–	–
Imobilizado	2.289.019	(2.288.892)	–	–	–	127	2.299.239	–	–	2.299.239
Outros ativos não circulantes	291.880	–	–	–	–	291.880	317.612	–	–	317.612
Total do ativo não circulante	**2.588.491**	–	**(443.582)**	**(28.702)**	**17.181**	**2.133.388**	**2.616.851**	–	**67.531**	**2.684.382**
										–
Total do ativo	**2.600.643**	–	**(443.582)**	**(28.702)**	**17.181**	**2.145.540**	**2.627.947**	–	**67.531**	**2.695.478**
Passivo circulante										
Instrumentos financeiros derivativos	20.117	–	(20.117)	–	–	–	20.117	–	–	20.117
Outros passivos circulantes	100.158	–		–	–	100.158	101.205	–	–	101.205
Total do passivo circulante	**120.275**	–	**(20.117)**	–	–	**100.158**	**121.322**	–	–	**121.322**
Passivo não circulante										
Instrumentos financeiros derivativos	423.465	–	(423.465)	–	–	–	423.465	–	–	423.465
Outros passivos circulantes	1.437.033	–	–	–	–	1.437.033	1.463.290	–	–	1.463.290
Total do passivo não circulante	**1.860.498**	–	**(423.465)**	–	–	**1.437.033**	**1.886.755**	–	–	**1.886.755**
Patrimônio líquido										
Capital social	819.865	–	–	(30.406)	–	789.459	819.865	(30.406)	–	789.459
Reserva de capital	–	–	–	1.704	17.181	18.885	–	1.704	17.181	18.885
Prejuízo acumulado	(199.995)	–	–	–	–	(199.995)	(199.995)	–	–	(199.995)
Total do patrimônio líquido	**619.870**	–	–	**(28.702)**	**17.181**	**608.349**	**619.870**	**(28.702)**	**17.181**	**608.349**
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	28.702	50.350	79.052
Total do patrimônio líquido	**619.870**	–	–	**(28.702)**	**17.181**	**608.349**	**619.870**	–	**67.531**	**687.401**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.600.643**	–	**(443.582)**	**(28.702)**	**17.181**	**2.145.540**	**2.627.947**	–	**67.531**	**2.695.478**

(a) Aumento de capital em suas controladas pela conferência ao capital social dos bens descritos no laudo de avaliação preparado por empresa avaliadora especializada (bens do ativo imobilizado). Não há impacto no balanço consolidado da Companhia. (b) O contrato de venda de energia firmado anteriormente com a Companhia foi então cedido para cada controlada, visto que tanto os ativos quanto as outorgas foram transferidos para estas últimas. Dessa forma, o derivativo embutido presente no contrato de venda de energia com preço indexado ao dólar americano (vide nota explicativa nº 19) foi transferido para cada controlada. A assunção do passivo impactou diretamente o patrimônio líquido de cada controlada. (c) Cisão parcial da Companhia com versão do acervo cindido para as controladas e a consequente redução do capital social da Companhia e respectivo cancelamento da totalidade das ações ordinárias classe B, de titularidade da acionista LIASA. Dessa forma, as controladas deixam de ser subsidiárias integrais da Companhia e a LIASA passa a deter participação direta nelas. Com a cisão, a LIASA passa a deter 1,26% de cada SPE. As variações ocorridas entre a data do laudo de cisão e a data da efetivação da transação foram registradas como reserva de capital. (d) De forma a manter o mesmo percentual de participação que detinha na Companhia, a LIASA efetua uma compra de participação adicional de 3,03% pelo montante de R$ 67.531, através da formalização de um contrato de compra e venda de ações. A diferença entre o valor contábil dos investimentos (participação de 3,03%) e valor de venda foi registrado contra reserva de capital haja visto que não houve perda de controle. O montante firmado de venda será recebido no longo prazo. Ao final da reorganização societária mencionada anteriormente, a LIASA se torna acionista de cada SPE com 4,29% de participação econômica. O controle permanece da Companhia. Visto que a reorganização foi datada de 30 de junho de 2023, a demonstração de resultado consolidada do Grupo apresenta saldos de participação de acionistas não controladores somente a partir de 1º de julho de 2023. **2. Base de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, bem como com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos correspondentes à construção de algumas de suas controladas. A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades, não possuindo conhecimento de nenhuma incerteza material que pudesse gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 26 de março de 2024. **2.2. Base de preparação e mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Segmento: Todas as decisões tomadas pela Administração são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se a rede integrada de geração centralizada solar, sendo as operações gerenciadas em bases consolidadas. Dessa forma, a Administração da Companhia concluiu que possui apenas um segmento de geração centralizada de energia elétrica. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis. As principais estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são relacionadas à marcação à mercado do instrumento financeiro derivativo e derivativo embutido existente em contrato de venda de energia descritos na nota explicativa nº 19, opções de ações outorgadas (nota explicativa nº 11), bem como estimativas de provisão para recuperabilidade de ativos não circulantes (nota explicativa nº 2.5.8) e de estimativa de recuperabilidade de saldos de ativos fiscais diferidos (nota explicativa nº 18). **2.5 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis da Companhia e de suas controladas, descritas em detalhes a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.5.1. Instrumentos Financeiros: Ativos financeiros:** Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros estão descritos a seguir: *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias. De acordo com o modelo de negócios da Companhia e de suas controladas, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. *Contas a receber:* Incluem o fornecimento de energia elétrica através de contratos de venda de energia elétrica de longo e curto prazo (PPA - *Power Purchase Agreement*) e pela modalidade de autoprodução por equiparação, que se assemelha ao faturamento de um PPA convencional. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável. Pelo histórico de adimplência e por garantias prestadas pelos seus clientes, a Companhia não possui perda estimada reconhecida nos exercícios apresentados nas presentes demonstrações financeiras. **Passivos financeiros:** *Fornecedores:* Refere-se a saldos a pagar relativos à construção dos parques de geração de energia fotovoltaica, bem como às prestações de serviços e compra de materiais para operação e manutenção dos mesmos. É utilizado o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos. *Debêntures:* São reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva. Os custos de transação incorridos na captação compõem os saldos das debêntures e, também, são amortizados através do método de taxa de juros efetiva. *Instrumentos financeiros derivativos:* Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo, o qual está atrelado ao endividamento (*SWAP*), bem como *non-deliverable forwards* (NDFs) para proteção de seu ativo imobilizado. As NDFs foram totalmente liquidadas até 31 de dezembro de 2022. O instrumento financeiro atrelado às debêntures (*SWAP*) não se qualifica como *hedge accounting*. O instrumento foi contratado para contrapor as receitas futuras da Companhia que serão indexadas aos dólares americanos. Dessa forma, o instrumento financeiro derivativo troca reais mais variação do IPCA pela variação do dólar mais taxa fixa. Todo efeito de marcação a mercado desse instrumento está reconhecido na demonstração do resultado (maiores detalhes, vide nota explicativa nº 17). Conforme mencionado anteriormente, a receita do fornecimento de energia elétrica das controladas é indexada ao dólar americano estando sujeita a flutuações cambiais que podem impactar a rentabilidade do projeto. O derivativo embutido de moeda estrangeira é marcado a mercado com seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado (nota explicativa nº 17). As opções de ações outorgadas também são registradas a valor justo por meio do resultado, sendo utilizada a metodologia do Black and Scholes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve contratação de novos instrumentos financeiros derivativos. **2.5.2. Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. A Companhia possui 95,71% de participação econômica em suas controladas em 31 de dezembro de 2023 (após a reorganização societária mencionada na nota explicativa nº 1.1), possuindo o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados de cada investida. Quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, a Companhia reconhece sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação. **2.5.3. Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa de desconto utilizada pela Companhia e suas controladas é de 14,22% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 34 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento, por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento. A taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia. A taxa incremental de captação é aplicável aos terrenos arrendados. **2.5.4. Imobilizado:** Os ativos imobilizados em curso são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. A Companhia capitaliza os custos das debêntures ao ativo imobilizado em construção, bem como os efeitos das NDFs contratadas para proteção de seu ativo imobilizado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo com base nas taxas determinadas pela ANEEL, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso. A depreciação começou em 2023 junto com a entrada de operação da usina. São utilizadas as seguintes taxas de depreciação do MCPSE-Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. • Máquinas e equipamentos - 4,28%; • Edificações - 3,61%; • Outros ativos imobilizados - 6,25%. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou eventos que indicassem que os ativos não serão recuperados através de geração futura de caixa. A Companhia analisou os contratos de arrendamento e os mesmos permitem a renovação, sem necessidade da aceitação da contraparte, desta forma a Companhia entende que não há necessidade de provisionamento de gastos com desmobilização. **2.5.5. Intangíveis:** São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. **2.5.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras. **2.5.7. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social: *Correntes:* Ativos e passivos tributários correntes foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Real e as controladas optaram pelo regime de Lucro Presumido. Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliaram o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas. *Diferidos:* Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo de 10 anos. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Com a desvalorização da moeda norte-americana frente ao real em 2023, a posição da marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo *SWAP* (relacionado ao endividamento) mudou de posição passiva para ativa. Esse fato leva a uma constituição de um passivo fiscal diferido. Contudo, como está atrelado ao resultado das debêntures, quando ocorrer a realização do referido instrumento derivativo, a Companhia poderá utilizar-se dos encargos de dívida para fins de abatimento. Dessa forma, o Grupo concluiu que deve reconhecer um saldo de ativo fiscal diferido limitando a 30% do saldo do passivo fiscal diferido. **2.5.8. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de "*impairment*"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia e suas controladas não identificaram perdas *("impairment"*) a serem reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **2.6. Transações em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas. A Companhia possui exposição ao dólar americano no instrumento financeiro derivativo contratado para fins de proteção da dívida (*SWAP*) e no derivativo embutido do contrato de venda de energia.

2.7. Princípios de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas. (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas. (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. Estrutura societária envolvendo controladas:

	31/12/2023		31/12/2022	
Companhia Investida	% Participação	Tipo de participação	% Participação	Tipo de participação
Geradora Solar Hélio Valgas I S.A. ("Hélio Valgas I") (a)	95,71%	Controlada direta	100%	Controlada direta
Geradora Solar Hélio Valgas II S.A. ("Hélio Valgas II") (a)	95,71%	Controlada direta	100%	Controlada direta
Geradora Solar Hélio Valgas III S.A. ("Hélio Valgas III") (a)	95,71%	Controlada direta	100%	Controlada direta
Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A. ("Hélio Valgas IV") (a)	95,71%	Controlada direta	100%	Controlada direta
Geradora Solar Hélio Valgas V S.A. ("Hélio Valgas V") (a)	95,71%	Controlada direta	100%	Controlada direta

(a) Em 30 junho de 2023, a participação em cada controlada foi alterada devido à reorganização societária mencionada na nota explicativa nº 1.1. **2.8. Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões às normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras, sendo as principais: Alterações no IAS 8 (CPC 23), IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IAS 12 (CPC 32): As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Definição de estimativas contábeis; • Divulgação de políticas contábeis; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação; e • Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois. Definição de estimativas contábeis: As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. Divulgação de políticas contábeis: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação: As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois: As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatórios anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

3. Caixa e equivalentes de caixas e aplicações financeiras restritas:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	**1.040**	240	**5.260**	240
Aplicações financeiras	**582**	25.871	**597**	25.871
	1.622	26.111	**5.857**	26.111

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas está composto por saldo de depósitos bancários à vista, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), com garantias de compromisso de recompra do próprio emissor, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A taxa média de remuneração do caixa da Companhia e consolidado foi de 102,00% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (taxa média de 100,17% da variação do DI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Aplicações financeiras restritas (ativo circulante e não circulante): A Companhia e suas controladas possuem contas bancárias e/ou aplicações financeiras cujos saldos encontravam-se restritos em 31 de dezembro de 2023. Os recursos financeiros encontram-se restritos temporariamente e sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais, sendo mantidos retidos conforme definições em contrato de debêntures. Eventualmente, os valores podem ser remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), respeitando as definições contratuais. O saldo total restrito em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 12.739 no ativo circulante e R$ 76.470 no ativo não circulante (R$ 510 no ativo circulante em 31 de dezembro de 2022). Por não se encontrarem disponíveis para uso imediato, tais valores são registrados em rubricas específicas no balanço e não compõem o saldo de caixa e equivalentes de caixa conciliados na demonstração de fluxo de caixa do Grupo.

4. Contas a Receber:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes de energia - faturados	**423**	–
Contas a receber de clientes de energia - não faturados	**20.641**	–
	21.064	–

Os saldos apresentados encontram-se a vencer na referida data-base. Não há histórico de inadimplemento. O prazo de recebimento é de aproximadamente 10 dias úteis contados a partir do primeiro dia do mês subsequente, dependendo do contrato com cada cliente.

5. Investimentos: Movimentação e composição dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

						Reorganização societária							
Empresa	Saldo em 31/12/2022	Aporte de capital em espécie	Aporte de capital em bens adicional (c)	Encargos capitalizados (d)	Redução de capital	Aporte de capital em bens	Cisão parcial	Venda de participação adicional	Cessão de contrato de derivativo embutido (a)	Alteração de participação em controladas	Equivalência patrimonial (b)	Dividendos	Saldo em 31/12/2023
Hélio Valgas I	–	**1.213**	**6.639**	**6.753**	**(957)**	**608.116**	**(7.627)**	**(14.628)**	**(88.717)**	**(618)**	**(422)**	**–**	**509.752**
Hélio Valgas II	–	**177**	**124**	**4.665**	**(8.614)**	**420.194**	**(5.269)**	**(8.930)**	**(88.717)**	**(213)**	**1.592**	**(380)**	**314.629**
Hélio Valgas III	–	**239**	**124**	**4.665**	**(10.529)**	**420.194**	**(5.268)**	**(8.930)**	**(88.716)**	**(215)**	**2.970**	**(708)**	**313.826**
Hélio Valgas IV	–	**434**	**125**	**4.665**	**(8.614)**	**420.194**	**(5.269)**	**(8.932)**	**(88.716)**	**(223)**	**1.214**	**(289)**	**314.589**
Hélio Valgas V	–	**380**	**125**	**4.665**	**(9.571)**	**420.194**	**(5.269)**	**(8.930)**	**(88.716)**	**(221)**	**2.376**	**(566)**	**314.467**
Total investimento Controladora	–	**2.443**	**7.137**	**25.413**	**(38.285)**	**2.288.892**	**(28.702)**	**(50.350)**	**(443.582)**	**(1.490)**	**7.730**	**(1.943)**	**1.767.263**

(a) Em 30 de junho de 2023, foi aprovada a reorganização societária da Companhia, na qual se estabeleceu também a cessão dos contratos de venda de energia com componente de derivativo embutido. Uma vez que, na data da cessão, houve a transferência de direitos e obrigações a cumprir no contrato de compra e venda de energia elétrica com componente de derivativo embutido, ocorreu o desreconhecimento do passivo mensurado a valor justo do derivativo embutido na Companhia e reconhecimento do mesmo derivativo nas controladas através da redução do saldo de investimento em cada uma das cinco controladas (Hélio Valgas I a V). (b) O resultado positivo de equivalência patrimonial deve-se principalmente à entrada em operação das usinas, gerando receita operacional; (c) Em novembro de 2023, a Companhia integralizou valores adicionais relacionados a bens de ativo imobilizado ao capital da Companhia. O saldo era composto, em sua maioria, de bens adquiridos após a reorganização societária de junho de 2023. (d) Os encargos de dívida foram capitalizados mensalmente. Como a construção estava sendo realizada na Companhia, os encargos faziam parte do custo de construção. Contudo, com a reorganização societária, houve o aporte dos investimentos em cada controlada com saldos de 31 de maio de 2023 (data do laudo preparado por especialista). Dessa forma, os encargos foram capitalizados pela Companhia levando em consideração a construção em cada controlada. O montante de R$ 25.413 está sendo apresentado como investimento no balanço individual da Companhia e como imobilizado no balanço consolidado do Grupo. A Companhia aportou este montante no capital social de suas controladas. Movimentação e composição dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Empresa	Saldo em 31/12/2021	Aporte/(redução) de capital	Saldo em 31/12/2022
Hélio Valgas I	–	–	–
Hélio Valgas II	–	–	–
Hélio Valgas III	(1)	1	–
Hélio Valgas IV	(1)	1	–
Hélio Valgas V	(1)	1	–
Total investimento - Controladora	(3)	3	–

6. Direito de uso e passivo de arrendamento: Os valores relativos ao direito de uso registrados no ativo são oriundos, principalmente, das obrigações assumidas em nove contratos de arrendamento de terrenos, onde estão implantados os empreendimentos de geração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 34 anos, tendo sua vigência entre 2021 e 2055. A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseada em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento. A taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia. A taxa incremental de captação é aplicável aos terrenos arrendados (14,22% a.a.). Em 30 de junho de 2023, após a obtenção das autorizações da ANEEL, os ativos relacionados a usinas solares fotovoltaicas foram transferidos para as controladas (Hélio Valgas I a V), o que resultou, também, na transferência do direito de uso e passivo de arrendamento. Dessa forma, até 30 de junho de 2023, os saldos pertenciam à controladora.

				Controladora			
	Taxa média	Quantidade contrato	Prazo	Direito de uso		Arrendamento a pagar	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aluguel de terrenos	14,22%	8	jun/55	**–**	25.809	**–**	24.370
				–	25.809	**–**	24.370
Circulante						**–**	53
Não circulante						**–**	24.317
						–	24.370

				Consolidado			
	Taxa média	Quantidade contrato	Prazo	Direito de uso		Arrendamento a pagar	
				31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aluguel de terrenos	14,22%	8	jun/55	**26.125**	25.809	**25.275**	24.370
				26.125	25.809	**25.275**	24.370
Circulante						**64**	53
Não circulante						**25.211**	24.317
						25.275	24.370

Movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento:

	Controladora				Consolidado			
	Direito de uso		Arrendamento		Direito de uso		Arrendamento	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**25.809**	24.617	**24.370**	22.650	**25.809**	24.617	**24.370**	22.650
Efeito de cessão do contrato de arrendamento	**–**	–	**(582)**	–	**–**	–	**–**	–
Cessão do contrato de arrendamento	**(25.732)**	–	**(25.732)**	–	**–**	–	**–**	–
Depreciação	**(396)**	(760)	**–**	–	**(802)**	(760)	**–**	–
Juros			**1.661**	3.319			**3.480**	3.319
Pagamentos (*)	–	–	**(36)**	(3.551)	–	–	**(3.693)**	(3.551)
Remensuração	**319**	1.952	**319**	1.952	**1.118**	1.952	**1.118**	1.952
Saldo final	**–**	25.809	**–**	**24.370**	**26.125**	25.809	**25.275**	**24.370**

(*) Pagamentos anuais reajustados todo mês de dezembro pelo IPCA, incluindo o do próprio mês. Como o índice é divulgado posterior ao pagamento, a diferença do IPCA de dezembro é ajustada e paga no mês de divulgação do índice. Informações adicionais: Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	Principal	Ajuste a valor presente	Total
até 1 ano	3.657	(3.593)	64
até 2 anos	3.657	(3.586)	71
até 3 anos	3.657	(3.573)	84
até 4 anos	3.657	(3.563)	94
até 5 anos	3.657	(3.548)	109
Mais de 5 anos	93.269	(68.416)	24.853
Total	**111.554**	**(86.279)**	**25.275**

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos - IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar - Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento - Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação - Nota Explicativa. A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância com o que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia conforme divulgado anteriormente, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão, e (ii) as controladas não apresentam obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, visto que são tributadas pelo regime de lucro presumido. A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e está alinhada com as características de seus contratos. Impactos nos saldos considerando os efeitos inflacionários para fins de divulgação:

	Menos de um ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais 5 anos
Passivo de arrendamento				
Cenário atual	64	71	287	24.853
Cenário com inflação	66	73	297	25.723
Depreciação				
Cenário atual	832	1.664	1.664	21.965
Cenário com inflação	864	1.722	1.722	22.734
Taxa média de inflação (%)	**3,81**	**3,50**	**3,50**	**3,50**

7. Imobilizado: Composição do ativo imobilizado:

	Controladora				
				31/12/2023	31/12/2022
	Taxa anual %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imobilizado em andamento					
Terrenos	–	**–**	**–**	**–**	309
Imobilizado em andamento	–	**–**	**–**	**–**	2.032.674
		–	**–**	**–**	2.032.983

Conforme mencionado na nota explicativa n° 1.1, a construção dos parques estava sendo realizada pela Companhia até a reorganização societária, na qual todo o saldo de ativo imobilizado foi transferido para cada controlada.

	Consolidado				
				31/12/2023	31/12/2022
	Taxa anual %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imobilizado em serviço					
Móveis e utensílios	6,25%	**285**	**(6)**	**279**	–
Máquinas e equipamentos	4,28%	**2.258.238**	**(36.601)**	**2.221.637**	–
Edificações	3,61%	**78.350**	**(1.042)**	**77.308**	–
Imobilizado em andamento					
Terrenos	–	**–**	**–**	**–**	309
Imobilizado em andamento	–	**–**	**–**	**–**	2.032.771
		2.336.873	**(37.649)**	**2.299.224**	2.033.080

A partir do terceiro trimestre de 2023, o parque solar entrou em operação e os bens em construção foram transferidos para bens em serviços, passando a ter depreciação acumulada de seus ativos. O Grupo não identificou nenhum evento que requeresse testes de recuperabilidade dos saldos registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora				
	31/12/2022	Adições	Encargos de dívida capitalizados (a)	Reorganização societária	31/12/2023
Imobilizado em serviço					
Imobilizado em andamento					
Terrenos	309	–	–	(309)	–
Imobilizado em andamento	2.032.674	165.555	97.491	(2.295.720)	–
	2.032.983	165.555	97.491	(2.296.029)	–

	Consolidado				
	31/12/2022	Adições	Encargos de dívida capitalizados (a)	Transferência	31/12/2023
Imobilizado em serviço					
Móveis e utensílios	–	–	–	285	285
Máquinas e equipamentos	–	–	–	2.258.238	2.258.238
Edificações	–	–	–	78.350	78.350
(–) Depreciação	–	(37.649)	–	–	(37.649)
Imobilizado em andamento					
Terrenos	309	–	–	-309	–
Construção em andamento	2.032.771	180.889	122.904	(2.336.564)	–
	2.033.080	143.240	122.904	–	2.299.224

(a) O valor de R$ 122.904 refere-se aos juros, variação monetária e amortização dos custos das debêntures que foram capitalizados como parte do ativo em construção. Como a referida dívida está diretamente atribuída à planta em construção, todos os encargos foram capitalizados e registrados como parte do ativo em construção. Não houve capitalização do rendimento de aplicação financeira devido ao fato dos recursos das debêntures terem sido totalmente utilizados ao longo do exercício de 2022, não havendo mais receita financeira de caixa aplicado com recursos da emissão. A Companhia contou com aportes realizados pela controladora para conclusão das obras. O instrumento financeiro derivativo *SWAP* foi contratado para contrapor as receitas que são indexadas aos dólares americanos. O *hedge accounting* não foi aplicado e a variação desse instrumento derivativo não pode ser considerada como parte do custo das debêntures para fins de capitalização. Dessa forma, toda a variação do referido instrumento não faz parte do custo das debêntures capitalizado e está sendo reconhecida no resultado financeiro da Companhia. Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021	Adições	Encargos de dívida capitalizados (a)	31/12/2022	31/12/2021	Adições	Encargos de dívida capitalizados (a)	31/12/2022
Imobilizado em andamento								
Terrenos	–	309	–	309	–	309	–	309
Imobilizado em andamento	141.614	1.795.483	95.577	2.032.674	141.711	1.795.483	95.577	2.032.771
	141.614	1.795.792	95.577	2.032.983	141.711	1.795.792	95.577	2.033.080

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hélio Valgas Solar Participações S.A. - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

a) O valor de R$ 95.577 refere-se aos juros, variação monetária e amortização dos custos das debêntures que foram capitalizados como parte do ativo em construção. Como a referida dívida está diretamente atribuída à planta em construção, todos os encargos (líquidos dos respectivos rendimentos de aplicação financeira no montante de R$ 32.699) foram capitalizados e registrados como parte do ativo em construção. Devido ao fato de os rendimentos terem efeito caixa, os mesmos, estão sendo apresentados como adições, enquanto os encargos de dívida, sem efeito caixa, estão sendo demonstrados separadamente, em coluna específica. A Companhia oferece como forma de garantia das debêntures a alienação fiduciária de certos equipamentos, para maiores detalhes vide nota explicativa nº 10.

8. Fornecedores:

Descrição	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fornecedores	**937**	61.803	**11.866**	61.803
	937	61.803	**11.866**	61.803

Refere-se a saldos a pagar relativos à construção dos parques de geração de energia fotovoltaica, bem como às prestações de serviços e compra de materiais para operação e manutenção dos mesmos. Os saldos consolidados referem-se, principalmente, a desembolsos para construção dos projetos dos parques de geração de energia fotovoltaica e seguro de risco operacional, com previsão de liquidação no primeiro semestre de 2024.

9. Partes relacionadas:

Ativo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contas a receber				
Comerc Participações S.A. (c)	**–**	–	**1.873**	–
Comerc Power Trading Ltda. (c)	**–**	–	**170**	–
Total ativo contas a receber	**–**	–	**2.043**	–
Dividendos a receber				
Geradora Solar Hélio Valgas II S.A.	**380**	–	**–**	–
Geradora Solar Hélio Valgas III S.A.	**708**	–	**–**	–
Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A.	**289**	–	**–**	–
Geradora Solar Hélio Valgas V S.A.	**566**	–	**–**	–
Total ativo dividendos a receber	**1.943**	–	**–**	–

Ativo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Outras transações com partes relacionadas				
Mercury Renew Participações S.A. (a)	**–**	452	**–**	452
Geradora Solar Hélio Valgas I S.A. (a) (d)	**1.377**	–	**–**	–
Geradora Solar Hélio Valgas II S.A. (a) (d)	**1.953**	–	**–**	–
Geradora Solar Hélio Valgas III S.A. (a) (d)	**2.929**	–	**–**	–
Geradora Solar Hélio Valgas IV S.A. (a) (d)	**2.300**	–	**–**	–
Geradora Solar Hélio Valgas V S.A. (a) (d)	**2.285**	–	**–**	–
Total ativo partes relacionadas	**10.844**	452	**–**	452
Circulante	**10.844**	452	**–**	452

Passivo / Descrição	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Comerc Participações S.A. (a)	**–**	340	**677**	340
Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda. (b)	**–**	–	**–**	67
Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda. (b)	**–**	–	**–**	30
Total passivo partes relacionadas	**–**	340	**677**	437
Circulante	**–**	340	**677**	437

Resultado	Consolidado 31/12/2023 Receita operacional	Custo
Receitas de energia		
Comerc Participações S.A. (c)	12.638	(5.776)
Comerc Power Trading Ltda. (c)	733	–
Castilho Solar Participações S.A. (c)	561	–
Geradora Solar Castilho I S.A. (c)	1.506	–
Saldo em 31/12/2023	**15.438**	**(5.776)**

a) Reembolso referente a custo com pessoal; b) Despesas relacionadas aos gastos iniciais do projeto com antigos controladores; c) Transações de compra e venda de energia entre empresas do Grupo Comerc; d) Valor referente a redução de capital com previsão de desembolso em 2024 no montante de R$9.965. Remuneração da administração: Conforme definido na 4ª alteração do Estatuto Social da Companhia, datada de 31 de maio de 2021, os membros da diretoria renunciaram às respectivas remunerações pelo período de suas funções. A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os administradores são remunerados pela controladora Comerc Participações S.A.

10. Debêntures: Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2023:

	Vencimento	Taxa	Circulante Encargos	Circulante Principal	Circulante Custos a amortizar	Circulante Total	Não Circulante Encargos	Não Circulante Principal	Não Circulante Custos a amortizar	Não Circulante Total	Total circulante + não circulante 31/12/2023
Debêntures	jun/38	IPCA + 8,2561% a.a.	**4.563**	**60.590**	**(4.217)**	**60.936**	**–**	**1.496.553**	**(88.485)**	**1.408.068**	**1.469.004**
Total			**4.563**	**60.590**	**(4.217)**	**60.936**	**–**	**1.496.553**	**(88.485)**	**1.408.068**	**1.469.004**

(Controladora e consolidado)

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2022:

	Vencimento	Taxa	Controladora e Consolidado – Não circulante Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante 31/12/2022
Debêntures	jun/38	IPCA + 8,2561% a.a.	71.040	1.307.746	(94.842)	1.283.944	1.283.944
Total			71.040	1.307.746	(94.842)	1.283.944	1.283.944

Em 7 de março de 2022, através do Instrumento particular de escritura, a Companhia constituiu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, emitidas em 15 de abril de 2022 e desembolsadas em 02 de maio de 2022, com prazo de vencimento de 16 anos e reajustadas pela variação do IPCA + 8,2561% a.a. no montante de R$1.287.240. Os recursos captados pela Companhia foram utilizados exclusivamente para construção dos parques solares. Os encargos das referidas debêntures foram capitalizados até agosto de 2023, quando entrou em operação, compondo o custo de ativo imobilizado em construção. Os encargos da dívida serão pagos semestralmente a partir de junho de 2024. A receita do projeto Hélio Valgas é indexada ao dólar americano estando sujeita a flutuações cambiais que podem impactar a rentabilidade do projeto. A título de proteção, a Companhia celebrou o contrato de *SWAP* (contrato de derivativo) com instituição financeira, na mesma data e com igual vigência, trocando, em bases semestrais, o índice IPCA + *spread* da dívida para juros fixos de 6,91% a.a. em dólar. Os efeitos financeiros do referido *SWAP* da dívida afetam o resultado financeiro da Companhia (nota explicativa nº 17). Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Controladora e Consolidado	31/12/2022	Encargos	Encargos de dívida capitalizados	Diferimento custos de transação	Amortização de custos de transação	31/12/2023
Debêntures	1.283.944	**63.830**	**122.904**	**(209)**	**(1.465)**	**1.469.004**
Total	1.283.944	**63.830**	**122.904**	**(209)**	**(1.465)**	**1.469.004**

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Controladora e Consolidado	31/12/2021	Ingressos	Encargos de dívida capitalizados	Diferimento custos de transação	31/12/2022
Debêntures	–	1.287.240	95.577	(98.873)	1.283.944
Total	–	1.287.240	95.577	(98.873)	1.283.944

Resumo dos encargos capitalizados (parte do ativo em construção):

	Saldos em 31/12/2023	Saldos em 31/12/2022
Juros	**77.418**	71.040
Variação monetária	**44.732**	20.506
Amortização de custos de transação	**754**	4.031
	122.904	95.577

Vencimento futuro das parcelas do não circulante:

	Principal	Custo de transação	Total
2025	66.029	(5.008)	**61.021**
2026	72.258	(5.812)	**66.446**
2027	78.486	(6.605)	**71.881**
2028	88.454	(7.355)	**81.099**
2029 em diante	1.191.326	(63.705)	**1.127.621**
	1.496.553	**(88.485)**	**1.408.068**

O principal vence nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo seu percentual de amortização conforme definido na escritura. Restrições contratuais (*covenants*): O contrato de debêntures da Companhia possui cláusulas restritivas referente ao índice de alavancagem financeira da controladora Comerc Participações S.A. e que não poderá ultrapassar 5,25 (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos) durante os trimestres findos em março, junho, setembro e dezembro de 2025, ou ultrapassar a 4,75 (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos) contado a partir do mês de março de 2026 até a data de vencimento (a serem apurados trimestralmente). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em cumprimento dos termos de *covenants* aplicáveis. Garantias: As garantias vinculadas às debêntures são: Contrato de cessão fiduciária de recebíveis, alienação fiduciária de equipamentos e ações do projeto e cessão fiduciária - recursos de emissão. A Companhia deposita mensalmente em conta vinculada apresentada no curto prazo o equivalente a 1/6 do valor a ser pago semestralmente da dívida que é liberada exclusivamente para amortização das parcelas vincendas. O montante apresentado no longo prazo deve ser mantido em conta vinculada até a liquidação final do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de aplicações restritas no ativo circulante é de R$ 12.739 e no ativo não circulante é de R$ 76.470.

11. Opções de compra de ações outorgadas:

Descrição	Controladora e Consolidado 31/12/2023	31/12/2022	Controladora e Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Opção de recompra	**856**	–	**856**	–
	856	–	**856**	–
Passivo não circulante	**856**	–	**856**	–

A Companhia outorgou as opções de recompra de ações das SPEs que poderão ser exercidas quando verificadas certas condições precedentes. Considerando que o exercício de tais opções pela contraparte é provável, devido ao nível de rentabilidade dos projetos, a Companhia reconheceu em seu passivo, em contrapartida do resultado financeiro, as obrigações relacionadas às opções, pelo valor justo nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em conformidade com o pronunciamento CPC 48. A Companhia reavalia trimestralmente os valores das opções. **12. Provisões: 12.1 Prováveis:** A Companhia não possui provisões relacionadas a processos judiciais e administrativos a serem registradas. **12.2 Contingências:** A Companhia é autora na ação anulatória de ato administrativo com pedido de tutela provisória com o objetivo de suspender e anular os efeitos dos Despachos ANEEL nº 1.379/2022 e 1.631/2022, que indeferiram o pleito para postergação do cronograma de implantação das usinas e consequente postergação do início do pagamento dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST). Foi proferida liminar para que a ANEEL se abstenha de aplicar quaisquer penalidades, ônus ou cobrança em relação aos cronogramas e seus efeitos reflexos, incluindo as cobranças referentes aos EUST. No momento, aguarda-se julgamento do mérito da ação e do agravo de instrumento interposto pela ANEEL visando a suspensão dos efeitos da decisão liminar. Ademais, desde a entrada em operação em teste da usina, o EUST vem sendo pago, restringindo a abrangência da decisão judicial em questão ao período anterior a esse evento. O valor da causa atualizado para 31 de dezembro de 2023 é de R$ 28.364 (R$23.201 em 31 de dezembro de 2022) e o prognóstico é de perda possível. Por apresentar contingências classificadas como perda possível, nas quais a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável e maior que remota, os valores mencionados não foram contabilizados nas presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, sendo somente objeto de divulgação. **13. Patrimônio líquido: 13.1 Capital social:** Em 31 de outubro de 2022, até então controladora Mercury Renew alienou 486 milhões de ações ordinárias classe B da Companhia para a Ligas de Alumínio S.A., reduzindo a sua participação econômica na controlada para 95,71%. A nova participação considera o percentual da Mercury Renew na controlada uma vez que é detentora de 99,9998% das ações preferenciais que dão direito a dividendos em montante equivalente a 20 vezes os dividendos pagos a cada ação ordinária. Em fevereiro de 2023, a Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda. e a Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda., venderam e transferiram para a Mercury Renew a totalidade das 10.000 ações preferenciais. Em 30 de junho de 2023, através da cisão parcial da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, houve a redução de capital social subscrito no montante de R$ 30.406, mediante ao cancelamento de 486.000.000 de ações ordinárias Classe B e a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, resultando no novo capital social subscrito de R$1.049.594, dividido em 594.000.000 ações. Na mesma data, houve a extinção da classificação diferenciada para as ações ordinárias, anteriormente classificadas entre Classe A e Classe B, que passou a ser denominadas ações ordinárias, sem distinção entre si. Em decorrência da cisão parcial da Companhia, a participação do então acionista minoritário é vertida para cada controlada (Hélio Valgas I a V) e a Hélio Valgas Participações passou a ser subsidiária integral da Comerc Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a reorganização societária envolvendo a incorporação da Mercury Renew Participações S.A. na Comerc Participações S.A.. A partir dessa data, a Companhia passou ser controlada diretamente pela Comerc Participações S.A.. O valor do capital integralizado até 31 de dezembro de 2023 é de R$ 1.049.594 e o saldo de capital a integralizar é de R$ 128.866.

Acionista	31/12/2023 ON	Capital (em reais)	% ON	% Capital
Comerc Participações S.A.	**594.000.000**	**1.049.594.000**	**100**	**100**
Total	**594.000.000**	**1.049.594.000**	**100**	**100**

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia era de R$ 1.080.000, sendo 54.000.000 de ações ordinárias Classe A, nominativas, sem valor nominal, 486.000.000 de ações ordinárias Classe B, nominativas, sem valor nominal, e 540.000.000 de ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. O saldo a integralizar em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 382.100.

31/12/2022	ON	PN	Capital (em reais)	% ON	% PN	% Capital
Mercury Renew Participações S.A.	54.000.000	539.990.000	593.990.000	5,000000	49,999074	55,000000
Ligas de Alumínio S.A	486.000.000	–	486.000.000	45,000000	–	45,000000
Solatio Energy Proj.Solares Ltda.	–	5.000	5.000	–	0,000463	0.000463
Solatio Gestão Proj.Solares Ltda.	–	5.000	5.000	–	0,000463	0.000463
TOTAL	**540.000.000**	**540.000.000**	**1.080.000.000**	**50,000000**	**50,000000**	**100,000000**

13.2 Reserva de capital:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
	–	**–**
Redução de participação societária em controladas (a)	**17.181**	
Perdas na participação em investimentos (b)	**(1.490)**	–
Efeitos de reorganização societária (c)	**1.704**	–
	17.395	–

(a) O montante de R$ 17.181, em 31 de dezembro de 2023, é referente à: R$ 19.010 cessão dos contratos de venda de energia com componente de derivativo embutido da Companhia para cada uma das controladas (Hélio Valgas I a V). Uma vez que, na data da cessão (30 de junho de 2023), houve a transferência de direitos e obrigações a cumprir no contrato de compra e venda de energia elétrica com componente de derivativo embutido, ocorreu o desreconhecimento do passivo mensurado a valor justo do derivativo embutido na Companhia e reconhecimento do mesmo derivativo nas controladas através da redução do saldo de investimento em cada uma das cinco controladas. A diferença entre o valor reconhecido em cada controlada e o valor registrado anteriormente na Companhia foi registrado como reserva de capital (diferença gerada pelo % de participação ser inferior a 100%) e; (R$ 1.829) Na data da cisão foi realizada a venda de determinada quantidade de ações que a Companhia detinha em cada uma das controladas (Hélio Valgas I a V) em favor da LIASA no valor de R$67.531 sendo o custo do investimento alienado o valor de (R$ 69.360) gerando um impacto negativo de (R$1.829). A LIASA passa a deter, em cada SPE, a proporção de ações de 4,29%. Não houve perda de controle, sendo a transação classificada como de capital; (b) O montante negativo de R$ 1.490 do exercício de 2023, é decorrente de aportes realizados pela Companhia, sem acompanhamento por parte do acionista minoritário e sem a diluição deste último; (c) Efeitos da reorganização societária decorrentes das variações ocorridas entre a data do laudo de cisão e a data da efetivação das transações que foram registradas como reserva de capital. **13.3 Destinação do resultado:** Os acionistas têm o direito ao recebimento de dividendos, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo como dividendo obrigatório conforme definido no estatuto da Companhia. O lucro líquido, depois de deduzidos de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua destinação na distribuição de dividendos, constituição de reservas ou outros fins. Por ter apresentado prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a destinação do resultado foi para prejuízos acumulados no patrimônio líquido da Companhia. **13.4 Participação de não controladores:** Ao final da reorganização societária mencionada anteriormente na nota explicativa nº 1.1, a LIASA se torna acionista de cada SPE (Hélio Valgas de I a V) com 4,29% de participação econômica. O controle permanece da Companhia. Visto que a reorganização foi datada de 30 de junho de 2023, a demonstração de resultado consolidada do Grupo apresenta saldos de participação de acionistas não controladores somente a partir de 01 de julho de 2023. **13.5 Resultado por ação:** O cálculo do lucro ou prejuízo básico por ação, é realizado por meio da divisão do resultado da Companhia pela quantidade média ponderada de ações integralizadas durante o exercício, enquanto o cálculo do lucro ou prejuízo diluído por ação é realizado por meio da divisão do resultado da Companhia pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício, independente da integralização (considera os eventos de subscrição independente de quando as integralizações são efetuadas). A Companhia criou e extinguiu a espécie de ação preferencial em outubro de 2022 e junho de 2023, respectivamente. A extinção está em linha com a reorganização societária já mencionada ao longo dessas demonstrações financeiras. Por somente possuir ações ordinárias e não haver mais distinção de classes, a Companhia apresenta somente o resultado por ação ordinária no exercício de 31 de dezembro de 2023. Todo cálculo de distribuição futura levará em conta somente as referidas ações. A tabela a seguir apresenta o cálculo básico e diluído por ação ordinária para os exercícios:

	Básico e diluído 31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício atribuído aos controladores	**(31.151)**	(141.303)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em unidades):		
Ações ordinárias	**452.651.662**	134.731.527
Ações preferenciais	**–**	161.677.832
Média ponderada das ações (em unidades):	**452.651.662**	296.409.359
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores		
Ações ordinárias - em Reais	**(0,0688)**	(0,4298)
Ações preferencias - em Reais	**–**	(0,5158)

Por ter apresentado prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o prejuízo diluído por ação é igual ao básico visto que as ações a serem integralizadas não foram consideradas no cálculo do prejuízo diluído por ação por terem efeito antidiluidor.

14. Receita operacional líquida:

	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta com venda de energia	**106.254**	–
(–) Dedução da venda de energia - impostos incidentes	**(2.248)**	–
	104.006	–

A partir de 03 de agosto de 2023 foi iniciada a entrada em operação comercial dos parques solares que ocorreu de forma gradual até o final de agosto de 2023.

15. Custos de vendas de energia:

	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Compra de energia (a)	**(6.231)**	–
Custo serviços prestados	**(853)**	–
CUST - utilização do sistema de transmissão	**(16.178)**	–
Custo depreciação e amortização	**(38.055)**	–
Custo com pessoal	**(2.759)**	–
Custo com seguros	**(1.676)**	–
Outros custos	**(1.802)**	–
	(67.554)	–

a) Devido à entrada em operação comercial das controladas ter ocorrido durante o mês de agosto de 2023, foi necessária a compra de energia pelas controladas da Companhia para honrar seus compromissos.

16. Despesas administrativas, comerciais e gerais:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Serviços de terceiros	**(3.851)**	(615)	**(4.258)**	(612)
Depreciação e amortização	**(396)**	(760)	**(396)**	(760)
Despesas com seguros	**–**	(60)	**–**	(60)
Cessão do contrato de arrendamento	**582**	–	**–**	–
Outras despesas administrativas	**(51)**	(36)	**(65)**	(36)
	(3.716)	(1.471)	**(4.719)**	(1.468)

17. Resultado financeiro:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	**352**	101	**475**	101
Juros e atualizações monetárias	**3.204**	–	**3.204**	–
PIS e COFINS sobre receita financeira	**(166)**	(5)	**(166)**	(5)
Variação cambial	**–**	30.818	**–**	30.818
Marcação a mercado de derivativos - *SWAP* (a)	**425.705**	4.396	**425.705**	4.396
Outras receitas financeiras	**5**	38	**5**	38
Subtotal receitas financeiras	**429.100**	35.348	**429.223**	35.348
Despesas financeiras				
Fianças e garantias	**(46)**	(39)	**(122)**	(39)
Juros sobre passivo de arrendamento	**(1.661)**	(3.319)	**(3.480)**	(3.319)
Juros sobre debêntures	**(63.830)**	–	**(63.830)**	–
Amortização de custos de transação (d)	**1.465**	–	**1.465**	–
Opções de ações outorgadas (c)	**(856)**	–	**(856)**	–
Atualizações monetárias diversas	**(1.257)**	(119)	**(1.321)**	(119)
IOF	**(51)**	(542)	**(66)**	(542)
Derivativo embutido (b)	**(301.827)**	(141.755)	**(324.008)**	(141.755)
Variação cambial passiva - Swap (a)	**–**	(28.615)	**–**	(28.615)
Outras despesas financeiras	**(648)**	(791)	**(755)**	(794)
	(368.711)	(175.180)	**(392.973)**	(175.183)
Resultado financeiro, líquido	**60.389**	(139.832)	**36.250**	(139.835)

(a) Trata-se da marcação a mercado e variação cambial do contrato *swap* da Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 19 (i); (b) O aumento na despesa financeira de derivativo embutido decorre, principalmente, da desvalorização da moeda americana frente ao Real. O dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 4,84 (R$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022); (c) A Companhia outorgou as opções de recompra de ações das SPEs (Hélio Valgas I a V), conforme detalhado na nota explicativa nº 11; (d) Saldo credor no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 devido a revisão do critério de amortização dos custos de transação da Companhia. Por se tratar de mudança de estimativa os ajustes foram calculados prospectivamente. **18. Despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro (CSLL) correntes e diferidos:** A Companhia tributada pelo regime do lucro real, apurou prejuízo contábil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Com a desvalorização da moeda norte-americana frente ao real em 2023, a posição da marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo *SWAP* (relacionado ao endividamento) mudou de posição passiva para ativa. Esse fato leva a uma constituição de um passivo fiscal diferido no montante de R$ 136.505. Contudo, como está atrelado ao resultado das debêntures, quando ocorrer a realização do referido instrumento derivativo, a Companhia poderá utilizar-se da despesa proveniente dos encargos de dívida para fins de abatimento. Dessa forma, o Grupo concluiu que deve reconhecer um saldo de ativo fiscal diferido limitando o montante a 30% do saldo do passivo fiscal diferido visto que esses ativos são provenientes de prejuízos fiscais e bases negativas. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo constituído de ativo fiscal diferido é inferior ao montante de passivo fiscal diferido e foi reconhecido no montante de R$ 40.952. O saldo líquido de tributos diferidos (passivo menos ativo fiscal diferido) na referida data é de R$ 95.554. O saldo não registrado de ativo fiscal diferido devido à limitação de reconhecimento de 30% sobre o saldo do passivo fiscal diferido é de R$ 40.753 em 31 de dezembro de 2023. As controladas que estão no lucro presumido adotam as alíquotas de presunção para geração de energia elétrica são de 8% e 12% para o imposto de renda e contribuição social, respectivamente. As eventuais receitas financeiras não sofrem presunção e são alocadas em sua totalidade na base de cálculo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a marcação a mercado do instrumento derivativo tinha posição passiva devido à valorização da moeda norte americana. Por não apresentar saldos de diferidos passivos, a Companhia também não constituiu nenhum saldo de ativo fiscal diferido relacionado ao prejuízo fiscal e base negativa. As controladas optaram pelo regime de lucro presumido e apresentaram em 31 de dezembro de 2023 o saldo de IRPJ a recolher é R$1.242 e CSLL a recolher é R$691.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**64.403**	(141.303)	**68.080**	(141.303)
(–) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social - Empresas no "Lucro Presumido"	**–**	–	(11.407)	–
Alíquota vigente combinada de 34%	**(21.897)**	48.043	**(19.269)**	48.043
Equivalência patrimonial	**2.628**	–	**–**	–
Passivo fiscal diferido constituído sobre MTM SWAP	**(136.505)**	–	**(136.505)**	–
IRPJ/CSLL ativos diferidos não constituídos	**–**	(53.383)	**–**	(53.383)
IRPJ/CSLL ativos diferidos constituídos	**40.951**	–	**40.951**	–
Outros	**19.269**	5.340	**19.269**	5.340
	(95.554)	–	**(95.554)**	–
Imposto de renda e contribuição social Lucro Real - diferidos	**(95.554)**	–	**(95.554)**	–
Imposto de renda e contribuição social Lucro Presumido - correntes	**–**	–	**(3.287)**	–
Total	**(95.554)**	–	**(98.841)**	–

19. Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros por categoria de valor justo: O valor contábil dos principais instrumentos financeiros ao custo amortizado não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, com exceção das debêntures em 31 de dezembro de 2023, cujo valor justo para fins apenas de divulgação é de R$ 1.532.651 (R$ 1.236.247 em 31 de dezembro de 2022). O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desse passivo e taxa de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo são como segue:

	Hierarquia	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Mensurados a valor justo por meio do resultado (ativo)			
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	Nível 2	**401.486**	–
Mensurados a valor justo por meio do resultado (passivo)			
Opções de compras outorgadas	Nível 2	**856**	–
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	Nível 2	**465.763**	165.974
Custos amortizados (ativos financeiros)			
Caixa e equivalentes de caixa		**5.857**	26.111
Caixa e aplicações restritas		**89.209**	510
Contas a receber		**21.064**	–
Partes relacionadas		**–**	452
Custos amortizados (passivos financeiros)			
Fornecedores		**11.866**	61.803
Debêntures		**1.469.004**	1.283.944
Passivo de arrendamento		**25.275**	24.370
Partes relacionadas		**677**	437

Hierarquia: A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Abertura dos instrumentos financeiros derivativos (mensurados a valor justo por meio do resultado):

	31/12/2023	31/12/2022
SWAP - dívida (i)	**401.486**	(24.219)
Derivativo embutido - contratos venda de energia em moeda estrangeira (ii)	**(465.763)**	(141.755)
Total	**(64.277)**	(165.974)
Ativo Circulante	**46.213**	–
Ativo não circulante	**355.273**	–
Passivo Circulante	**(22.268)**	(3.575)
Passivo não circulante	**(443.495)**	(162.399)

i) *SWAP debênture:* Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia possui instrumentos financeiros *SWAP* com *nocional* de USD 255.000 para a debênture. O *accrual* é composto por juros e variação cambial conforme contratados.

	Nocional (USD)	Ponta ativa	Ponta passiva	Saldo inicial	Variação cambial - Accrual	Marcação a mercado	Saldo final
SWAP Debênture	255.000	BRL IPCA + 8,26% a.a.	USD + 6,91% a.a.	(24.219)	214.939	210.766	401.486

ii) *Derivativo embutido:* A receita do projeto Hélio Valgas é indexada ao dólar americano estando sujeita às flutuações cambiais que podem impactar a rentabilidade do projeto. A Companhia avaliou o contrato de venda de energia firmado pela Companhia, o qual terá prazo de suprimento de 20 anos, e concluiu que o mesmo possui um derivativo embutido relacionado à moeda estrangeira (dólares americanos), com necessidade de ser contabilizado separadamente. Essa conclusão é baseada no fato da moeda em questão não ser normalmente utilizada no ambiente econômico de compra e venda de energia, bem como as partes envolvidas também não possuírem dólares americanos como moeda funcional. O derivativo embutido de moeda estrangeira é contabilizado a valor justo e remensurado também a valor justo a cada data-base. O registro é feito contra o resultado financeiro da Companhia devido ao fato de ser um derivativo de moeda estrangeira (vide nota explicativa nº 17). O nocional envolvido no contrato de venda de energia em 31 de dezembro de 2023 é de USD 897.008 (USD 811.979 em 31 de dezembro de 2022). A alteração está relacionada principalmente ao aumento da tarifa, sendo parcialmente compensada pela realização através da efetivação da receita ao longo do exercício (entrega de energia).

	Exposição	Dólar inicial	Dólar data-base	Saldo inicial	MTM	Saldo final
Derivativo embutido	USD	5,4144	4,8413	(141.755)	(324.008)	(465.763)

19.1. Considerações sobre riscos: Gestão de riscos: A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: a) Risco de crédito: A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, sem concentração de investimentos em único grupo econômico. Para instrumentos financeiros derivativos, o Grupo também trabalha com instituições financeiras avaliadas como de primeira linha. b) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa nº 3 e as relacionadas às debêntures na nota explicativa nº 10. c) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contratou NDFs com o objetivo de proteção de importações de equipamentos cujos efeitos estão refletidos no ativo imobilizado em construção. Os montantes capitalizados foram de R$ 15.177. As NDFs foram totalmente liquidadas até 31 de dezembro de 2022. A Companhia contratou instrumento financeiro *SWAP* para converter sua dívida para dólares americanos visto que sua receita futura estará atrelada também à essa moeda. Os efeitos do referido *SWAP* estão registrados no resultado financeiro (nota explicativa nº 17). d) Risco de estrutura de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna. e) Risco de liquidez: O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras. Com a entrada em operação das plantas em agosto de 2023, a expectativa é que as plantas gerem caixa suficiente para honrar seus compromissos. Adicionalmente, o Grupo pode contar com o apoio do acionista controlador através de aportes. Gestão de riscos: A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia com previsão de serem liquidados em caixa. Para a rubrica de "debêntures" estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados. Por se tratar de projeção, estes valores diferem dos valores divulgados na nota explicativa nº 10. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros projetados até o término do passivo financeiro.

Posição em 31/12/2023	Fornecedores	Partes relacionadas	Debêntures	Passivo com arrendamento	Instrumentos financeiros (derivativos embutidos)	Total
até 3 meses	11.866	677	–	–	5.504	18.047
3 a seis meses	–	–	34.857	–	4.831	39.688
6 meses a 1 ano	–	–	30.295	64	11.933	42.292
1 a 3 anos	–	–	127.336	155	52.722	180.213
3 a 5 anos	–	–	160.911	203	52.077	213.191
mais 5 anos	–	–	1.993.934	24.853	338.696	2.357.483
Total	**11.866**	**677**	**2.347.333**	**25.275**	**465.763**	**2.850.914**

19.2. Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros: A Companhia efetuou a análise de sensibilidade, elaborada com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim dos períodos deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias: A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31 de dezembro de 2023 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores das expectativas de mercado para 2024 previstos no Relatório Focus do Bacen. Para os cenários I e II, foram consideradas deteriorações de 25% e 50%, respectivamente, no indicador de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável; nos cenários III e IV, foram consideradas elevações de 25% e 50%, respectivamente sobre a mesma base.

	Indexadores	Base em 31 de dezembro de 2023	Cenário I (50%)	Cenário II (25%)	Cenário Provável	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
	CDI/SELIC		4,50%	6,75%	9,00%	11,25%	13,50%
	IPCA		1,95%	2,93%	3,90%	4,88%	5,85%
	USD		2,50	3,75	5,00	6,25	7,50
Caixa e equivalentes de caixa em reais	CDI	5.857	264	395	527	659	791
Aplicações financeiras restritas	CDI	89.209	4.014	6.022	8.029	10.036	12.043
Debêntures	IPCA	(1.561.706)	(161.904)	(178.387)	(194.871)	(211.355)	(227.839)
SWAP dívida	IPCA vs Dólar	401.486	776.210	412.248	48.287	(315.674)	(679.636)
Derivativo embutido	USD	(465.763)	(2.368.558)	(1.352.672)	(336.786)	679.099	1.694.985
Efeito líquido estimado no resultado		**(1.530.917)**	**(1.749.974)**	**(1.112.394)**	**(474.814)**	**162.765**	**800.344**

Os efeitos mais significativos são relacionados à variação cambial do dólar americano devido a: instrumento financeiro derivativo - Swap para conversão da dívida em reais para dólares americanos (*nocional* de USD 255.000), conforme mencionado na nota explicativa nº 10; e derivativo embutido no contrato de venda de energia em dólares americanos com nocional de USD 897.008, conforme mencionado na nota explicativa nº 19 (ii). A Companhia apresenta um cenário adicional para demonstrar qual seria o dólar mínimo para que haja um zeramento entre a despesa do endividamento e a receita do instrumento financeiro SWAP. O dólar deveria ser no mínimo R$ 4,52. Qualquer cotação superior, geraria mais despesa de dívida, a qual seria parcialmente compensada com os efeitos positivos do instrumento financeiro derivativo.

	Indexadores	Base em 31 de dezembro de 2023	Cenário adicional
	IPCA		3,90%
	USD		4,52
Debêntures	IPCA	(1.561.706)	(194.871)
Efeito SWAP debêntures	IPCA vs Dólar	401.486	194.871
Efeito líquido estimado no resultado		**(1.160.220)**	**–**

Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos cotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa (restritos ou não). Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Debêntures	**1.469.004**	1.283.944
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**(5.857)**	(26.111)
(–) Aplicações financeiras restritas	**(89.209)**	(510)
Dívida Líquida	**1.373.938**	1.257.323
Total do patrimônio líquido	**843.048**	554.758
Dívida Líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)	**62%**	69%

20. Seguros: Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2023 estão assim compostos:

Tipo	Limite de Indenização	Valor do prêmio	Vigência Início	Vigência Fim
Risco operacional	502.303	7.477	03/08/2023	03/02/2025
Responsabilidade Civil	20.000	65	03/08/2023	03/02/2025
Total	**522.303**	**7.542**		

Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguro no consolidado são consideradas suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. **21. Outras informações relevantes para as demonstrações dos fluxos de caixa: 21.1 Transações não caixa:** As principais transações não caixa nos exercícios apresentados são como segue:

Transação	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fornecedores (adições não pagas - (capex)	7/8	**658**	61.800	**5.006**	61.800
Encargos de dívidas capitalizados	7/10	**122.904**	95.577	**122.904**	95.577
Adições/remensuração arrendamento	6	**319**	1.952	**1.118**	1.952
Provisão de fornecedores - seguros	8	**–**	–	**6.269**	–
Redução de capital a receber		**9.965**			
Dividendos a receber	9	**1.943**	–	**–**	–

21.2 Outras informações: Aplicação no exterior: A Companhia possuía conta bancária no exterior, a qual os depósitos feitos em dólares norte-americanos foram usados para pagamentos a fornecedores estrangeiros. Como a moeda norte-americana sofreu valorização no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve um incremento no caixa pela variação cambial positiva, no montante total de R$ 30.818 (registrado como receita financeira - nota explicativa nº 17). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresenta saldo na conta bancária no exterior, devido ao encerramento a mesma. **22. Compromissos:** A Companhia possui compromissos em infraestrutura firmados em 2023 e com previsão de pagamento em 2024 de R$ 5.937 referentes à conclusão da construção. **23. Eventos subsequentes:** Integralização de capital: Até a data de aprovação das presentes informações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controladora Comerc Participações S.A. integralizou o montante de R$ 2.900, consumindo parte do saldo de capital a integralizar.

A Diretoria

Contador - Renato Resende Paes - CRC 1SP308201/O-7

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

→★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hélio Valgas Solar Participações S.A.

Aos Administradores e Acionistas da **Hélio Valgas Solar Participações S.A.** Várzea da Palma - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hélio Valgas Solar Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. *Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:* Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. *Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:* Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Critérios de capitalização de gastos com o ativo imobilizado:** Conforme divulgado na nota 7, as controladas da Companhia possuem saldo de imobilizado, no montante de R$2.299.224 mil no consolidado. O negócio em que as suas controladas estão inseridas requer que elas efetuem investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. O reconhecimento e mensuração desses ativos envolvem julgamento relevante especialmente em relação aos critérios de definição do momento da capitalização e em relação à determinação da classificação contábil de tais gastos em função da natureza dos mesmos. Em função destes motivos e da relevância do saldo de imobilizado, consideramos a capitalização de gastos no ativo imobilizado como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu este assunto: Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: • Entendimento do processo e dos controles relacionados à avaliação dos critérios de capitalização dos bens que compõem o ativo imobilizado; • Teste documental, em bases amostrais, dos bens adquiridos durante o exercício de 2023 de forma a verificar, com base na documentação que suporta tais aquisições, as evidências do momento da capitalização e da natureza dos gastos adicionados ao imobilizado. • Avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota 7. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a capitalização de gastos no ativo imobilizado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, individual e consolidada, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Tecnogera Locação e Transformação de Energia S.A.

CNPJ nº 08.100.057/0001-74

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023 e 31/12/2022.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais	N.E.	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo/Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.325	6.720	12.543	8.030
Títulos e valores mobiliários	5	551	2.478	551	2.478
Contas a receber	6	97.922	61.711	97.922	62.638
Estoques	7	10.865	10.535	10.865	10.535
Impostos a recuperar	8	2.924	13.277	2.939	13.277
Adiantamentos diversos	9	18.659	16.760	18.659	16.760
Despesas pagas antecipadamente	10	24.457	469	24.457	469
Ativos mantidos para venda	13	24.081	11.393	24.081	11.393
Outros ativos		–	30	37	30
Total dos ativos circulantes		184.784	123.373	192.054	125.610
Não Circulante					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	5	2.621	–	2.621	–
Outras contas a receber		–	–	–	1.000
Partes relacionadas		27.902	20.849	26.197	20.849
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	21.910	22.285	21.910	22.285
Investimentos	11	821	2.257	–	–
Direito de Uso	12	5.447	6.068	5.447	6.068
Imobilizado	12	57.559	67.134	57.559	67.134
Intangível	14	236	334	236	334
Total dos ativos não circulantes		116.496	118.927	113.970	117.670
Total do Ativo		301.280	242.300	306.024	243.280

Balanços Patrimoniais	N.E.	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	110.059	10.340	111.833	10.340
Fornecedores	16	18.732	14.568	18.737	15.345
Obrigações trabalhistas	17	10.528	6.944	10.528	6.944
Obrigações tributárias	18	7.558	5.248	7.560	5.400
Adiantamentos de clientes		2.349	1.995	2.350	1.995
Dividendos a pagar	21.d)	3.754	22.587	3.754	22.587
Passivo de arrendamento	19	2.829	2.919	2.829	2.919
Outras contas a pagar		6	–	6	–
Total dos passivos circulantes		155.815	64.601	157.597	65.530
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	26.588	74.077	29.550	74.077
Fornecedores	16	2.456	683	2.456	683
Obrigações tributárias	18	5.063	5.855	5.063	5.855
Passivo de arrendamento	19	2.978	3.381	2.978	3.381
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	–	51
Dividendos a pagar	21.c)	18.941	–	18.941	–
Provisão para contingências	20	3.433	2.295	3.433	2.295
Total dos passivos não circulantes		59.459	86.291	62.421	86.342
Patrimônio Líquido	21				
Capital social	21.a)	42.965	42.965	42.965	42.965
Reserva de capital	21.b)	23.821	23.821	23.821	23.821
Reserva de lucros		19.220	24.622	19.220	24.622
Total do patrimônio líquido		86.006	91.408	86.006	91.408
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		301.280	242.300	306.024	243.280

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	N.E.	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros Retençãode lucros	(Prejuízos)/lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		42.965	124.668	–	(79.277)	88.356
Absorção de prejuízos acumulados	21.b)	–	(98.518)	–	98.518	–
Distribuição de dividendos complementares de 2022	21.c)	–	–	–	(18.941)	(18.941)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	25.280	25.280
Provisão dividendos fixo atribuído às ações preferenciais	21.d)	–	(2.329)	–	–	(2.329)
Complemento de provisão para dividendos mínimos obrigatórios	21.d)	–	–	–	(958)	(958)
Destinação à reserva de retenção de lucros		–	–	24.622	(24.622)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		42.965	23.821	24.622	–	91.408
Prejuízo líquido do exercício		–	–	–	(2.966)	(2.966)
Provisão dividendos fixo atribuído às ações preferenciais	21.e)	–	–	(2.436)	–	(2.436)
Absorção de prejuízos com reserva de lucros		–	–	(2.966)	2.966	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		42.965	23.821	19.220	–	86.006

Demonstrações do Resultado	N.E.	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita Líquida de Serviços	22	294.803	192.363	299.402	197.284
Custos dos Serviços Prestados	23	(221.907)	(124.989)	(226.270)	(129.500)
Lucro Bruto		72.896	67.374	73.132	67.784
Despesas Operacionais					
Com vendas e comerciais	23	(32.600)	(13.210)	(32.600)	(13.210)
Gerais e administrativas	23	(24.533)	(19.907)	(24.745)	(19.966)
Outras despesas operacionais, líquidas	23	491	(1.796)	(509)	(1.796)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.436)	257	–	–
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro		14.818	32.718	15.278	32.812
Receitas financeiras	24	2.075	2.121	2.208	2.137
Despesas financeiras	24	(19.484)	(16.344)	(20.128)	(16.345)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(2.591)	18.495	(2.642)	18.604
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	25	–	(1.608)	–	(1.666)
Diferidos	25	(375)	8.393	(324)	8.342
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício		(2.966)	25.280	(2.966)	25.280

Demonstrações do Resultado Abrangente	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício	(2.966)	25.280	(2.966)	25.280
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado Abrangente total do Exercício	(2.966)	25.280	(2.966)	25.280

Demonstrações dos Valores Adicionados	N.E.	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas (1)		320.444	212.501	326.014	218.344
Vendas de mercadorias, produtos e serviços prestados		323.990	211.077	329.560	216.920
Outras receitas		3.622	2.686	3.622	2.686
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		(7.168)	(1.262)	(7.168)	(1.262)
Insumos Adquiridos de Terceiros (2)		(74.416)	(52.649)	(80.514)	(57.602)
Custos de mercadorias, produtos e serviços prestados		(57.355)	(37.733)	(62.242)	(42.625)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(21.506)	(13.434)	(21.708)	(13.495)
Perda/recuperação de valores de ativos		7.509	(7.509)	7.509	(7.509)
Outras		(3.064)	6.027	(4.073)	6.027
Valor Adicionado Bruto (3) = (1) - (2)		246.028	159.852	245.500	160.742
Depreciações e amortizações (4)	12 e 14	(22.456)	(32.740)	(22.456)	(32.740)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia (5) = (3) - (4)		223.572	127.112	223.044	128.002
Valor Adicionado Recebido em Transferência (6)		127	2.443	1.703	2.202
Resultado de equivalência patrimonial		(1.436)	257	–	–
Receitas financeiras		1.563	2.186	1.703	2.202
Outras		–	–	–	–
Valor Adicionado Total a Distribuir (7) = (5) + (6)		223.699	129.555	224.747	130.204
Distribuição do Valor Adicionado		223.699	129.555	224.747	130.204
Pessoal		51.223	35.609	51.223	35.609
Remuneração direta		40.573	28.236	40.573	28.236
Benefícios		8.716	6.255	8.716	6.255
FGTS		1.934	1.118	1.934	1.118
Impostos, Taxas e Contribuições		37.400	16.896	37.804	17.545
Federais		36.928	16.901	36.923	17.037
Estaduais		371	(5)	779	508
Municipais		101	–	102	–
Remuneração de Capital de Terceiros		138.042	51.470	138.686	51.470
Juros		17.846	14.180	18.487	14.180
Aluguéis		119.183	35.126	119.183	35.126
Outras		1.013	2.164	1.016	2.164
Remuneração de Capitais Próprios		(2.966)	25.580	(2.966)	25.580
Dividendos e juros sobre capital próprio		–	958	–	958
Lucros retidos		(2.966)	24.622	(2.966)	24.622
Participação de não controladores nos lucros retidos		–	–	–	–

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	N.E.	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido do exercício		(2.966)	25.280	(2.966)	25.280
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido					
Gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	375	(8.393)	324	(8.342)
Depreciações e amortizações	12 e 14	22.456	32.740	22.456	32.740
Custo residual dos bens do ativo imobilizado, mantidos para venda e itens do intangível baixados	12, 13 e 14	1.498	14.116	1.498	14.116
Provisão para Impairment		–	–	–	–
Provisão para perda em inventário de ativos	12	(7.461)	7.461	(7.461)	7.461
Constituição de provisão para contingências	20	1.138	(2.585)	1.138	(2.585)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	7.167	1.262	7.167	1.262
Rendimento de títulos e valores mobiliários		602	628	602	628
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	15.710	11.536	15.710	11.536
Juros sobre passivo de arrendamento	19	498	276	498	276
Remensuração de contratos de arrendamento		(271)	–	(271)	–
(Ganho) perda de instrumentos financeiros derivativos		–	1.643	–	1.643
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.436	(257)	–	–
Ganho por compra vantajosa	11	–	(680)	–	–
Variação nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	(43.378)	(15.136)	(42.451)	(16.063)
Estoques	7	(330)	(359)	(330)	(359)
Impostos a recuperar	8	10.353	(9.595)	10.338	(9.595)
Adiantamentos diversos	9	(1.899)	(13.647)	(1.899)	(13.647)
Despesas pagas antecipadamente		(23.988)	261	(23.988)	261
Outros ativos		31	540	994	540
Direito de uso	12	–	–	–	–
Variação nos passivos operacionais:					
Fornecedores	16	5.937	2.192	5.165	2.969
Obrigações trabalhistas	17	3.584	(1.220)	3.584	(1.220)
Obrigações tributárias	18	1.518	(524)	1.368	(372)
Adiantamentos de clientes		354	802	355	802
Outras contas a pagar		5	(90)	5	(90)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(7.631)	46.251	(8.164)	47.241
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Títulos e valores mobiliários	5	(1.296)	1.646	(1.296)	1.646
Investimentos em controladas	11	–	(1.320)	–	(1.000)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado, mantido para venda e intangível	12,13 e 14	(16.573)	(29.611)	(16.573)	(29.611)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(17.869)	(29.285)	(17.869)	(28.965)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos bancários	15	55.041	22.099	59.777	22.099
Pagamentos de empréstimos e financiamentos bancários	15	(18.521)	(17.882)	(18.521)	(17.882)
Liquidação passivo de arrendamento	19	(3.033)	(2.034)	(3.033)	(2.034)
Dividendos pagos	21.d	(2.329)	(2.201)	(2.329)	(2.201)
Mútuos	27.a	(7.053)	(17.349)	(5.348)	(17.349)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		24.105	(17.367)	30.546	(17.367)
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.395)	(401)	4.513	909
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.720	7.121	8.030	7.121
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.325	6.720	12.543	8.030
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.395)	(401)	4.513	909

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Tecnogera Locação e Transformação de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital fechado, especializada em soluções completas de energia temporária, incluindo locação de equipamentos, implantação e operação de plantas de energia, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. Fundada em 2006, a Companhia está presente em todo território nacional e na América Latina, provendo locação de grupos geradores, equipamentos de resfriamento e bancos de carga, além de soluções de geração customizadas de acordo com a necessidade energética do projeto. Focada em fornecer soluções que agreguem “mais energia, com menos combustível”, a Tecnogera conta com uma frota de equipamentos bem moderna e sob constante atualização. Sua capacidade de atendimento abrange projetos de diversas complexidades, prestando os devidos atendimentos com o mesmo padrão de qualidade em qualquer local do país ou América Latina. A Companhia atua em diversos segmentos e tem como principais clientes empresas dos setores de óleo & gás, mineração, energia renovável, comércio & serviços, indústria, eventos e construção civil. **1.1 Controladas:** No dia 17 de dezembro de 2021, foi celebrado o Instrumento Particular de Transferência de Quotas entre os acionistas da então Stratus Comercializadora de Energia Ltda. (“adquirida”) e a Companhia, instrumento no qual ficou estipulada a cessão da totalidade de suas quotas, pelo montante de R$320 mil, a serem pagos em 2 (duas) parcelas de R$160 mil, tendo sido a última parcela quitada em 2 de março de 2022. Em 22 de dezembro de 2021 (registrada na JUCESP em 27 de janeiro de 2022) foi realizada a 1ª Alteração do Contrato Social da adquirida, formalizando i) a cessão das totalidades das quotas da adquirida à Companhia, e ii) a alterando a denominação da adquirida para Tecnotrading Comercializadora de Energia Ltda. (“Tecnotrading”). A Tecnotrading é uma sociedade empresarial limitada, constituída em 30 de outubro de 2019, e iniciou suas atividades em agosto de 2022. A Tecnotrading tem por objeto consultoria e assessoria em negócios relacionados à energia elétrica, e a comercialização de energia elétrica, organizada e regida nos termos do contrato social e das demais disposições aplicáveis. A Tecnotrading tem sede na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na avenida Robert Kennedy, nº 615 - Bl.1 Planalto. **1.2 Reestruturação societária:** No dia 12 de novembro de 2020, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações entre Energia Emergencial Móvel Participações S.A., (“Vendedora” e, até a data do evento, acionista da Companhia) e CBG - Companhia Brasileira de Geradores (“Compradora”), Sociedade que detém 100% das ações da Tecnogera, instrumento no qual ficou estipulada a aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia que eram de titularidade da “Vendedora”. Até a data da celebração do contrato, a “Vendedora” em conjunto com o Pátria FIP III eram os titulares de 2.510.020 ações de emissão da Companhia, das quais 2.509.020 eram ações ordinárias, sem valor nominal, e 1.000 eram ações preferenciais classe B (“Ações da Vendedora”), equivalentes a 50,1% do capital social da Companhia; e os Controladores da “Compradora” eram os legítimos titulares, em conjunto com a RGS que representam os acionistas minoritários da Companhia, detentores de 0,0001% de ações preferenciais de Classe A, de 2.457.368 ações de emissão da Companhia, das quais 2.456.385 eram ações ordinárias, sem valor nominal, e 983 eram ações preferenciais classe A. Como atos desse fechamento, ocorreram diversos eventos para o devido ajuste societário, conforme relacionados a seguir: Pátria FIP III aportou ao capital social da “Vendedora” as 1.673.128 ações de emissão da Companhia que eram de sua titularidade, de forma que, na data que ocorreu o fechamento, a Vendedora era a única titular das ações da Vendedora; Os controladores da “Compradora”, em conjunto com a RGS, aportaram ao Capital Social da Compradora a totalidade das ações que detinham na Companhia, representados por 2.457.368 ações, das quais 2.456.385 são ações ordinárias, sem valor nominal, e 983 são ações preferenciais classe A. Em contraprestação pela aquisição das Ações, a Compradora emitiu debêntures privadas não conversíveis em ações, que foram subscritas e integralizadas pela Vendedora com o crédito detido contra a Compradora, na forma da escritura de debêntures da 1ª emissão privada de debêntures não conversíveis de emissão da Compradora, no valor total de R$ 44,961 (“Debênture A - CBG”); e Como parte da Operação, as Partes acordaram que a Vendedora subscrevesse e integralizasse, em moeda corrente nacional, debêntures privadas não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, de emissão da Companhia na forma da escritura de debêntures da 5ª emissão privada de debêntures não conversíveis de emissão da Companhia, no valor total de R$43.000 (“Debênture B - Tecnogera”). Em 16 de novembro de 2020, as Partes assinaram um Termo de Quitação dos saldos de mútuos, decorrente dos instrumentos de transação e confissão de dívida, nos quais a Companhia declara que devia a quantia de R$ 947 à EEM e que foram liquidadas até setembro/2020. Em 18 de dezembro de 2020, a Vendedora era titular de crédito contra a Companhia referente a mútuos e às Debêntures emitidas pela Companhia nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações” no montante total de R$ 10.465; e na data do fechamento, a Vendedora passou a ser titular também um novo crédito correspondente a um novo mútuo no montante de R$ 27.000; e ainda nesta mesma data os créditos totais da Vendedora foram capitalizados na Companhia, resultando em um aumento de Capital da Companhia no valor de R$ 37.465 por meio de emissão de 12.545.628 novas ações ordinárias, com preço unitário de emissão de R$ 2,98629502 por ação que foram subscritas e integralizadas pela Vendedora através da conversão de crédito detido pela Acionista, passando o Capital social da Companhia de R$ 5.500 para R$ 42.965 Ocorreu a realização de assembleia geral extraordinária da Companhia, onde deliberaram e aprovaram: (i) o aumento de capital, mediante a emissão das Novas Ações que foram subscritas e integralizadas através da capitalização do Crédito da Vendedora contra a Companhia, (ii) renúncia dos administradores atuais na data e para a eleição dos Membros do Conselho de Administração, (iii) conversão de ações e reforma do estatuto social. Da quitação dos valores a pagar entre as partes. Os controladores da “Compradora” e a RGS, de um lado, e o Pátria FIP, de outro, conferem, reciprocamente, inclusive em relação à “Compradora” e à “Vendedora”, a mais ampla, geral e irrestrita quitação, em caráter irrevogável e irretratável, sem nada mais podendo exigir umas das outras a qualquer tempo em decorrência do Contrato de Subscrição e do Acordo de Acionistas da Companhia inclusive para fins da Conta Gráfica de Perdas e Ganhos, cujo o último pagamento foi realizado em 30 de setembro de 2020 e que fica automaticamente extinta, bem como em relação a atos praticados na qualidade de acionistas da Companhia. **1.3 Repactuação das Debêntures e do Contrato de Compra e Venda de Ações:** No dia 28 de dezembro de 2023, foi celebrado o Contrato de Repactuação de Obrigações e Outras Avenças (“Repactuação”), em que a Energia Emergencial Móvel Participações S.A., a Tecnogera Locação e Transformação de Energia S.A., a CBG - Companhia Brasileira de Geradores e seus acionistas, repactuam determinados termos e condições previstos nas Debêntures, incluindo as respectivas Garantias, e no Contrato de Compra e Venda, conforme resumido a seguir: Debêntures A - CBG: As Partes acordam em repactuar e reduzir o saldo total das Debêntures A devido para o valor total de R$ 23.000 (“Valor Repactuado das Debêntures A”). O pagamento do Valor Repactuado das Debêntures A será realizado da seguinte forma: R$2.000 com data de vencimento até a Data de Fechamento; R$10.000 em 1 de dezembro de 2027 e R$11.000 em 1 de dezembro de 2028. As Debêntures A não mais estarão sujeitas a Covenants, assim como o Valor Repactuado das Debêntures (A) não estará mais sujeito a qualquer ajuste de corrente de atualização monetária ou à incidência de quaisquer juros remuneratórios. Debêntures B - Tecnogera: A Tecnogera se obriga a utilizar os recursos decorrentes da Captação (abaixo descrito) e, no caso da Captação ser superior ao Valor Repactuado das Debêntures B antes de sua aplicação em qualquer outra finalidade, para realizar a quitação integral das obrigações previstas na Escritura de Emissão Debêntures (B), pelo valor total, certo e acordado de R$ 73.000 (“Valor Repactuado das Debêntures B”). O pagamento do Valor Repactuado das Debêntures B será realizado na Data de Fechamento. Em decorrência da Repactuação prevista, as Partes acordam que, após o cumprimento integral dos atos do Fechamento, o direito de recebimento do Earn-out e Bônus pela EEM, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações, será automaticamente extinto. **Captação e Condição Suspensiva:** A obrigação das Partes de concluir as operações contempladas na Repactuação está sujeita, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à verificação e ao cumprimento das seguintes condições (“Condições Suspensivas”): i) a obtenção pela Tecnogera, e o efetivo desembolso em seu benefício, de financiamento em valor total não inferior a R$ 75.000 (“Captação”), até 31 de maio de 2024; e ii) ausência de qualquer Decisão proferida por qualquer Autoridade Governamental ou tribunal arbitral de jurisdição competente restringindo ou de qualquer outra forma proibindo a consumação das operações contempladas neste Contrato. **Waiver Condicionado:** A EEM manifesta, em caráter irrevogável e irretratável, sua concordância e anuência para a realização da Captação pela Tecnogera, não sendo aplicável, portanto, (i) qualquer hipótese de vencimento antecipado em relação às Debêntures A e às Debêntures B, bem como (ii) quaisquer descumprimentos em curso e conhecidos nesta data pela EEM das disposições das referidas Debêntures, das Garantias e/ou de quaisquer outros contratos celebrados entre as Partes no âmbito do Contrato de Compra e Venda, incluindo a Escritura de Emissão das Debêntures (A) e a Escritura de Emissão das Debêntures (B) (“Waiver”). A concordância e anuência previstas se referem exclusivamente a operações de financiamento cujo uso dos recursos seja a quitação das Debêntures e cujo desembolso em benefício da Tecnogera ocorra necessariamente até 31 de maio de 2024. O Waiver previsto está condicionado e será válido apenas em caso de cumprimento integral pela Tecnogera, assim como por CBG e seus acionistas, das obrigações previstas na Repactuação, em particular do pagamento integral pela CBG da primeira parcela do Valor Repactuado das Debêntures A e do pagamento integral pela Tecnogera do Valor Repactuado das Debêntures B, ambos na Data de Fechamento. O descumprimento de qualquer obrigação permitirá à EEM declarar o vencimento antecipado das Debêntures A e das Debêntures B independentemente de qualquer notificação ou comunicação prévia às demais Partes. **Data de Fechamento:** A consumação das operações previstas na Repactuação, ocorrerá em até 3 (três) Dias Úteis contados da confirmação, pela Tecnogera, do cumprimento de todas as Condições Suspensivas. **1.4 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures:** No dia 6 de março de 2024, foi firmado o “Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Tecnogera - Locação e Transformação de Energia S.A.” (“Escritura de Emissão”). E Escritura de Emissão foi celebrada de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da CBG - Companhia Brasileira de Geradores, realizada em 6 de março de 2024, a qual aprovou: (i) a Emissão e seus termos e condições; (ii) a Oferta e seus termos e condições, nos termos da Lei nº 6.385/76, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160/2022 (“Resolução CVM 160”) e alterações e demais disposições aplicáveis; (iii) a autorização para outorga, pela Tecnogera Locação e Transformação de Energia S.A. (“Emissora”), de todas garantias vinculadas à Emissão, incluindo a Alienação Fiduciária de Equipamentos e a sessão Fiduciária de Recebíveis; (iv) a autorização aos diretores da Emissora para adotarem as medidas e celebrarem os documentos necessários à Emissão, à Oferta e a constituição das Garantias. Também na AGE da CBG - Companhia Brasileira de Geradores, realizada em 6 de março de 2024, foi deliberada a constituição de garantia fidejussória, na forma de fiança (“Fiança”). **Características das Debêntures:** • Número da emissão: 6ª. • Número de séries: Série única. • Data de emissão: Para efeitos legais, a data de emissão será o dia 3 de abril de 2024. • Conversibilidade: As debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações. • Espécie: Com garantia real e garantia adicional fidejussória. • Prazo e data de vencimento: Prazo de vencimento de 5 anos. • Valor nominal: R$ 130.000. • Quantidade de debêntures emitidas: 130.000. • Remuneração: juros correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um spread de 4,5% ao ano. • Eventos de inadimplemento: As obrigações decorrentes das Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento. Alguns dos principais eventos de inadimplemento são: • Redução do capital social da Emissora, exceto (i) pelas reduções de capital social para absorção de prejuízos acumulados, ou pela redução do capital social em até R$25.000 que tenha finalidade exclusiva o resgate antecipado das Debêntures A. • Celebração de contratos de mútuo om terreiros, fora do grupo econômico da Emissora e da CBG, pela Emissora e/ou Fiadores e/ou por suas respetivas controladas, em montante, individual ou agregado, igual ou superior a R$3.150, ou o seu equivalente em outras moedas, ou 5% do EBITDA da Emissora e/ou CBG, dos dois o maior. • Não manutenção do registro de companhia aberta “B” da Emissora perante a CVM, o qual deverá ser obtido em até 12 meses da Data de Emissão. • Protesto de títulos contra a Emissora, os Fiadores e/ou suas respetivas controladas, em valor individual ou agregado superior a R$3.150, ou o seu equivalente em outras moedas, ou 5% do EBITDA da Emissora e/ou CBG, dos dois o maior. • Resgate ou amortização de ações, distribuição e/ou pagamento, pela Emissora e/ou pela CBG, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer distribuições de lucros aos acionistas diretos ou indiretos, ou realização de qualquer outro tipo de pagamento a tais entidades, acima dos dividendos mínimos obrigatórios, aso (i) esteja inadimplente om as obrigações das debêntures, (ii) esteja em curso qualquer evento de inadimplemento; e/ou (iii) o Índice Financeiro) não esteja sendo cumprido; • Não observância, pela Emissora, em ada período de apuração anual, dos limites estabelecidos para razão entre Dívida Líquida e o EBITDA (“Índice Financeiro”) apurado om base nas demonstrações financeiras anuais, auditadas e consolidadas da Emissora e da CBG, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. O Índice Financeiro deverá ser igual ou inferior a (i) 3x no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e 2,5x a partir do exercício a findo em 31 de dezembro de 2025. **2. Base de elaboração das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia (“Consolidado”) foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). As demonstrações contábeis individuais da Companhia (“Controladora”) foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 01 de abril de 2024. **2.2 Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações contábeis são preparadas em reais e os saldos são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 6** - Contas a receber; **Nota 12** - Ativo imobilizado e direito de uso de contratos de arrendamento; **Nota 13** - Ativos mantidos para venda; **Nota 19** - Passivos de arrendamento. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. **2.5 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Diretoria

Arthur Eugenio Mammana Lavieri Junior - Diretor Presidente

Contador

Tiago Omomo Barão - CRC - SP 333108/O-0

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES
E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL,
FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

Biesterfeld Simko Distribuição S.A.

CNPJ/MF 21.904.938/0001-06

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em reais, exceto quando indicado em outra forma)

Balanços patrimoniais	2023	2022
Ativo/Ativo Circulante	104.035.083,36	112.045.765,79
Caixa e equivalentes de caixa	19.875.546,31	8.605.169,07
Contas a receber de clientes - terceiros	23.418.657,91	34.128.425,58
Partes relacionadas	–	437.720,03
Adiantamento a funcionários e fornecedores	2.838.722,63	3.058.526,77
Estoques	53.276.993,91	60.991.677,37
Impostos a recuperar	3.394.316,69	4.599.785,63
Despesas antecipadas	428.041,49	219.643,08
Outros créditos	802.804,42	4.818,26
Ativo Não Circulante	4.684.108,38	3.903.686,43
Depósitos judiciais e cauções	2.697.669,42	2.117.579,12
Imposto de renda e contribuição social diferidos	574.226,86	1.296.005,49
Direito de uso	106.406,50	49.197,16
Imobilizado	1.303.119,26	433.251,88
Intangível	2.686,34	7.652,78
Total do Ativo	**108.719.191,74**	**115.949.452,22**
Passivo/Passivo Circulante	41.866.375,51	47.770.515,59
Empréstimos bancários	3.887.824,26	4.274.531,30
Arrendamentos a pagar	48.671,75	38.648,69
Fornecedores	32.758.901,74	35.050.838,66
Partes relacionadas	25.572,09	869.849,44
Obrigações sociais e trabalhistas	1.317.019,38	1.112.178,60
Impostos a recolher	2.005.059,23	1.480.082,89
Adiantamento de clientes	620.961,47	531.666,83
Dividendos a pagar	–	4.000.000,00
Outras obrigações	1.202.365,59	412.719,18
Passivo Não Circulante	219.821,47	10.548,47
Empréstimos bancários	155.900,32	–
Arrendamentos a pagar	63.921,15	10.548,47
Patrimônio Líquido	66.632.994,76	68.168.388,16
Capital social	20.389.200,00	20.389.200,00
Reservas de capital	6.947.471,96	6.947.471,96
Reserva legal	3.593.493,15	3.055.299,39
Reserva de lucros	35.702.829,65	37.776.416,81
Total do Passivo	**108.719.191,74**	**115.949.452,22**

Demonstração do resultado	2023	2022
Receita operacional líquida	177.764.147,24	244.372.340,55
Custo do produtos vendidos	(153.451.662,57)	(192.924.198,58)
Lucro bruto	**24.312.484,67**	**51.448.141,97**
Receita (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(15.833.670,78)	(27.749.250,00)
Despesas comerciais	(2.213.750,16)	(1.919.451,22)
Outras receitas (despesas) operacionais	8.580.740,38	10.910.722,48
	14.845.804,11	**32.690.163,23**
Resultado financeiro líquido	1.960.764,11	(729.839,40)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	16.806.568,22	31.960.323,83
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.320.914,29)	(12.194.374,21)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(721.778,63)	1.005.990,30
	(6.042.692,92)	**(11.188.383,91)**
Lucro líquido do exercício	**10.763.875,30**	**20.771.939,92**
Quotas no final do exercício	**20.389.200,00**	**20.389.200,00**
Lucro Líquido (Prejuízo) por quotas no final do exercício	**0,5279**	**1,0188**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**20.389.200,00**	**6.947.471,96**	**2.016.702,39**	**30.043.073,89**	–	**59.396.448,24**
Integralização de capital	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	20.771.939,92	–	20.771.939,92
Dividendos distribuídos	–	–	–	(12.000.000,00)	–	(12.000.000,00)
Destinação dos lucros	–	–	1.038.597,00	(1.038.597,00)	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**20.389.200,00**	**6.947.471,96**	**3.055.299,38**	**37.776.416,82**	–	**68.168.388,16**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	10.763.875,30	10.763.875,30
Destinação dos lucros						
Constituição de reserva legal	–	–	538.193,77	–	(538.193,77)	–
Lucros retidos a serem destinados em assembleia	–	–	–	10.225.681,54	(10.225.681,54)	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	(12.299.268,70)	–	(12.299.268,70)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**20.389.200,00**	**6.947.471,96**	**3.593.492,15**	**35.702.829,65**	–	**66.632.994,76**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

	2023	2022
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	16.806.568	31.960.324
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pela operação		
Depreciação e amortização	181.195	107.920
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	–	–
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	–	(20.000)
Provisão (reversão) para perdas de estoques	(2.792.768)	2.931.578
Provisão para férias e encargos	56.943	133.275
Variações cambiais e juros em atividades operacionais, não realizadas		
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–
	14.251.938	**35.113.098**
Decréscimo/acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento) redução em contas a receber	10.709.768	(12.400.266)
(Aumento) redução em contas a receber partes relacionadas	437.720	(437.720)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores e funcionários	219.804	5.796.000
(Aumento) redução nos estoques	10.507.452	(13.060.507)
(Aumento) redução nos impostos a recuperar	1.205.469	(608.174)
(Aumento) redução nos despesas antecipadas	(208.398)	(74.230)
(Aumento) redução outros ativos	(855.196)	(5.000)
(Aumento) redução depósitos judiciais	(580.090)	(2.118.000)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(2.291.937)	1.506.554
Aumento (redução) salários e encargos a pagar	147.898	227.784
Aumento (redução) em contas a pagar a partes relacionadas	(844.277)	864.254
Aumento (redução) em impostos a recolher	(312.086)	(765.841)
Aumento (redução) em outras contas a pagar	942.337	258.313
IRPJ e CSLL pagos	(4.483.852)	(11.385.374)
	14.594.611	**(32.202.207)**
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	**28.846.548**	**2.910.891**
Das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(1.046.096)	(237.679)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos	**(1.046.096)**	**(237.679)**
Das atividades de empréstimos e financiamentos		
Aumento do capital social	–	–
Aumento por ágio na subscrição de ações	–	–
Dividendos pagos	(16.299.269)	(8.000.000)
Captações de empréstimos e financiamentos	3.975.190	5.992.115
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(4.205.996)	(4.790.000)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos	**(16.530.075)**	**(6.797.885)**
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	**11.270.377**	**(4.124.673)**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	19.875.546	8.605.169
No início do exercício	8.605.169	12.729.842
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	**11.270.377**	**(4.124.673)**

Diretoria

Wanks de Sousa — **Emílio Ricardo Colombo**

Contador

José Roberto de Sousa - CRC 1SP182434/O-5

Nota: As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas, assim como o Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos Srs. acionistas na sede da Companhia.

A Administração.

Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A.

CASA DE PEDRA SECURITIZADORA

CNPJ: 31.468.139/0001-98

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Casa de Pedra Securitizadora de Crédito S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de setembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. A Companhia obteve em 13 de fevereiro de 2019 o registro de Companhia Aberta Categoria "B" junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apurou um lucro de R$ 1.056 mil (lucro de R$ 336 mil em 31 de dezembro de 2022). O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 1.412 mil (R$ 696 mil em 31 de dezembro de 2022). São Paulo, 11 de março de 2024.

A Administração

Balanços Patrimoniais	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo/Circulante		1.658	1.339
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.229	696
Impostos recuperar	5	411	641
Outros créditos		18	2
Não circulante		632	224
Empréstimos a funcionários		589	161
Imobilizado		10	16
Intangível	8.1	33	47
Total do ativo		2.290	1.563

Balanços Patrimoniais	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		878	867
Obrigações trabalhistas	6	51	23
Obrigações tributárias		30	11
Recursos de terceiros	7	786	607
Dividendos a pagar		–	223
Contas a pagar		9	3
Outros credores		2	–
Patrimônio líquido	9	1.412	696
Capital social		20	20
Reserva legal		4	4
Reserva estatutária		1.388	672
Total do passivo e patrimônio líquido		2.290	1.563

Demonstração do Resultado	Notas	2023	2022
Receitas		**1.307**	**1.058**
Receita líquida com prestação de serviço	10	1.307	1.058
Receitas (despesas) operacionais		**(780)**	**(1.373)**
Despesas com pessoal	13	(370)	(841)
Despesas com serviços prestados	11	(197)	(275)
Despesas gerais e administrativas	12	(167)	(214)
Despesas tributárias		(29)	(50)
Depreciação e amortização		(19)	–
Outras receitas(despesas) operacionais		2	7
Resultado antes do resultado financeiro		**527**	**(315)**
Resultado financeiro líquido	14	1.037	788
Resultado antes dos impostos		**1.564**	**473**
Imposto de renda e contribuição social	15	(508)	(137)
Lucro líquido do exercício		**1.056**	**336**
Resultado por ação - R$		52,80	16,80
Quantidade de ações (em milhares)		20	20

Demonstração do Resultado Abrangente	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.056	336
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**1.056**	**336**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva estatutária	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31/12/2021	**20**	**4**	**420**	**–**	**444**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	336	336
Transação de Capital com sócios					
• Dividendos	–	–	–	(84)	(84)
Constituição de Reservas					
• Reserva de Lucro			252	(252)	–
Saldos em 31/12/2022	**20**	**4**	**672**	**–**	**696**
Saldos em 31/12/2022	**20**	**4**	**672**	**–**	**696**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.056	1.056
Transação de Capital com sócios					
Dividendos	–	–	–	(340)	(340)
Constituição de Reservas					
Reserva de Lucro	–	–	716	(716)	–
Saldo em 31/12/2023	**20**	**4**	**1.388**	**–**	**1.412**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 11 de março de 2024.

Rodrigo Geraldi Arruy - Diretor Presidente

Relacionamento com os Auditores Independentes

Informamos que a companhia não contraiu outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das informações financeiras que não sejam relativos a trabalhos de auditoria. Em cumprimento à instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes exercício findo em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 25 de março de 2024.

Rodrigo Geraldi Arruy - Diretor Presidente

Demonstração do Fluxo de Caixa	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	1.056	336
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciação do imobilizado	6	5
Amortização do intangível	13	–
Amortização do direito de uso	–	71
	1.075	**412**
Variação em ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	230	(163)
Outros créditos	(14)	(1)
Empréstimos à funcionários	(440)	(41)
Obrigações trabalhistas	34	(131)
Obrigações tributárias	13	7
Contas a pagar	6	(4)
Recursos de terceiros	178	350
Outros credores	2	(9)
	9	**8**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.084**	**420**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Contas a pagar - arrendamento	–	(63)
Juros pagos - arrendamento	–	5
Dividendos pagos	(563)	–
Recebimento de mútuo	12	–
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(551)**	**(58)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**533**	**362**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	696	334
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.229	696
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**533**	**362**

Demonstração do Valor Adicionado	2023	2022
Receitas		
Venda de serviços	1.447	1.173
Outras receitas	2	12
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(336)	(494)
Valor adicionado bruto	**1.113**	**691**
Depreciação	**(19)**	
Valor adicionado líquido produzido	1.094	
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.614	788
Valor total a distribuir	**5.708**	**1.479**
Pessoal	316	841
Impostos, taxas e contribuições	715	302
Remuneração de capital de terceiros	3.621	–
Remuneração de capitais próprios	1.056	336
Valor adicionado distribuído	**5.708**	**1.479**

A Diretoria

Contador: Paulo Sergio Marques Burato - CRC 1SP112455/O-0

"As demonstrações financeiras completas com as notas explicativas e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis no website www.cpsec.com.br e https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal"

VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

CNPJ nº 25.005.683/0001-09 - NIRE 35.300.492.307

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 49ª (QUADRAGÉSIMA NONA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA VERT COMPANHIA SECURITIZADORA

Ficam convocados os Srs. titulares dos certificados de recebíveis imobiliários em circulação da 1ª (primeira) série da 49ª (quadragésima nona) emissão da VERT Companhia Securitizadora ("**Titulares de CRI**", "**CRI**", "**Emissão**" e "**Emissora**", respectivamente) nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 23 de agosto de 2021, entre a Emissora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 7, Sala 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/ME sob nº 36.113.867/0001-91 ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditado ("**Termo de Securitização**"), a reunirem-se em Assembleia de Titulares de CRI ("**AGCRI**"), que **se realizará, em primeira convocação, no 24 de abril de 2024, às 11:00 horas** de forma exclusivamente digital, via vídeo conferência através da plataforma "*Zoom*", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("**Resolução CVM 60**"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia, observado que a matéria constante da Ordem do Dia abaixo serão aprovadas pelos Titulares de CRI que representem, no mínimo, maioria simples dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 12.16 do Termo de Securitização: (i) Aprovar, ou não, a decretação do Vencimento Antecipado da "*Cédula de Crédito Bancário nº 5716019*", emitida pela Devedora, em 23 de agosto de 2021 ("CCB"), conforme previsto na alínea "(b)" da Cláusula 7.1 desta, e da não realização do consequente Resgate Antecipado dos CRI, previsto na alínea "(iv)" da Cláusula 6.1 do Termo de Securitização, em razão do atraso na disponibilização, pela Devedora à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário, do balanço patrimonial, demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas de parecer do auditor independente, e as demais demonstrações contábeis exigidas em leis da A BSD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, 391, Salas 606 e 607, Leblon, CEP 22.440- 032, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.570.566/0001-38; ("Devedora") e da HASHDEX GESTORA DE RECURSOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.120, Loja A, Bairro Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22440-035, inscrita no CNPJ sob o nº 30.056.796/0001-65 ("Fiadora"), conforme prazo definido na Assembleia Especial de Investidores do CRI, realizada em 30 de setembro de 2023 ("AGT – 09/2023"); **(ii)** Aprovar, ou não, a decretação do Vencimento Antecipado da CCB, conforme previsto na alínea "(b)" da Cláusula 7.1 desta, e da realização do Resgate Antecipado dos CRI, previsto na alínea "(iv)" da Cláusula 6.1 do Termo de Securitização, e, neste sentido, a não declaração da Recompra Compulsória, nos termos das alínea "(a)" e "(m)", da Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão, em razão da não realização do endosso do Seguro pela Hashdex dentro do prazo estipulado na Cláusula 5.4 do Contrato de Cessão, conforme deliberado nas Assembleias Gerais Extraordinárias dos Titulares dos CRI de emissão da Securitizadora, realizadas em 27 de fevereiro de 2023 e 09 de abril de 2023 ("AGT – 02/2023" e "AGT – 04/2023"); **(iii)** Caso rejeitado o item (ii) acima, aprovar, ou não, a dispensa da multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) estipulada em caso descumprimento da realização do endosso do Seguro dentro do prazo estipulado na AGT – 04/2023, sob condição da entrega do balanço patrimonial, demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas de parecer do auditor independente, e as demais demonstrações contábeis exigidas em leis; e **(iv)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta assembleia. A AGCRI será realizada de forma exclusivamente digital, vídeo conferência através da plataforma "Zoom" e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@vert-capital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGCRI. Para os fins da AGCRI, considera-se "**Documentos de Representação**": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade dos Titulares de CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal dos Titulares de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na AGCRI e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares de CRI poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGCRI, de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos ri@vert-capital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br respectivamente, sua manifestação de voto, conforme modelo de instrução de voto anexo à proposta da administração ("**Instrução de Voto**"), disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website, na categoria "Assembleia" (https://ri.vert-capital.com/#/detalhes/211/353) e no website da CVM, bem como aos Titulares de CRI, através dos respectivos e-mails que encaminharam os Documentos de Representação. A manifestação de voto deverá: (i) possuir declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05; (ii) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (iii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iv) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Os votos recebidos até o início da AGCRI por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação.

São Paulo/SP, 03 de abril de 2024. **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**

EXPANSÃO

Hospital Sírio-Libanês anuncia nova unidade em SP

Na quarta-feira, 3, o Hospital Sírio-Libanês anunciou que terá uma nova unidade na cidade de São Paulo a partir de janeiro de 2025. Localizada na região do Morumbi, será a quarta unidade da instituição na capital paulista, que já conta com prédios na Bela Vista, nos Jardins e no Itaim Bibi.

Com um investimento de R$150 milhões, a nova unidade terá 10 mil metros quadrados e ocupará nove andares do novo edifício, localizado no complexo "O Parque", na Avenida Roque Petroni Júnior. O funcionamento vai contemplar o conceito "hospital dia", onde procedimentos e consultas serão agendados previamente

A nova unidade contará com centro cirúrgico, serviços de oncologia (como consultas e infusões), consultórios e núcleos de especialidades (saúde da mulher, cardiologia) e laboratório de análises clínicas e diagnóstico por imagem. Haverá também serviços de exames cardiológicos, como monitorização ambulatorial da pressão arterial (Mapa), ecocardiograma, eletrocardiograma, teste ergométrico e holter.

Segundo comunicado divulgado pelo hospital, essa expansão faz parte da estratégia do Sírio-Libanês de estabelecer um hospital de alta complexidade e unidades menores em seu entorno. "A inauguração da nova unidade Sírio-Libanês Morumbi representa um marco significativo em nossa estratégia de crescimento, onde visamos duplicar nossa capacidade até 2030", afirmou Paulo Nigro, CEO do sírio-libanês.

Estão previstos oito leitos para atendimento hospitalar diurno, quatro salas cirúrgicas, além de oito boxes para quimioterapia e consultórios. Assim como já ocorre nas unidades do Itaim e Jardins, a nova unidade atenderá diversas operadoras de saúde, com abordagens personalizadas que consideram a localização e as necessidades específicas de saúde e atendimento médico da região

"Identificamos uma demanda expressiva por serviços médico-hospitalares na região do Morumbi e vemos nesta oportunidade uma forma de levar os serviços e a excelência do Sírio-Libanês mais próximo de nossos pacientes e da comunidade local", explicou Fernando Ganem, diretor-geral do Sírio-Libanês, em comunicado.

VITTARE GESTÃO EM SAÚDE E IMAGEM LTDA

CNPJ: 29.165.137/0001-88 - NIRE: 41208694734

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador GUSTAVO VOLPATO MELO, os senhores sócios cotista da VITTARE GESTÃO EM SAUDE E IMAGEM LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 26/04/2024 às 08:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 08:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODBmMzY2NzUtYTJlZS00ZGU4LThlYjItNGQ1MDkwNjhjNzRl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

OCTAMED SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA

CNPJ: 46.911.130/0001-87 - NIRE: 35233615899

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador NICOLY VICENTE DE ARAUJO DIAS, os senhores sócios cotista da OCTAMED SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 26/04/2024 às 09:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 09:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZjVlYzdlMjMtMzU0NC00Y2I0LWIxZTYtMWFjZGZiYmIyYTA0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 - NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. Maurício Caviglia, Diretor Presidente da **Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.507.541/0001-71, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.574.095 ("Companhia"), nos termos do Artigo 124, da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), **convoca** todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, sala 402, Torre 2, Condomínio West Towers, Alphaville, CEP 06454-000, no próximo dia **11 de abril de 2024**, às **10:00**, em 1ª chamada, e às 11:00, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: **(i)** consignar a atualização da qualificação da Diretora Jurídica, **Kamila Aparecida Paiva de Menezes Whelehan,** em vista da mudança do seu estado civil e nome; **(ii)** alteração na forma de administração da Companhia; **(iii)** em se aprovando o item "ii" anterior, nomeação e eleição do Sr. **Fernando Luis Portela de Oliveira** ao cargo de Diretor Financeiro; **(iv)** em se aprovando o item "ii" e "iii" acima, alteração do Artigo 11 do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** aprovação e consolidação do Estatuto Social da Companhia. Barueri - SP, 03 de abril de 2024. **Maurício Caviglia -** Diretor Presidente.

Itatuba Participações Ltda.

CNPJ/ME: 02.295.473/0001-99 - NIRE: 35.223.309.523

Carta de Convocação para Reunião de Sócios

Os Administradores da **Itatuba Participações Ltda.** ("Sociedade"), vêm, por meio da presente, conforme preceitua o seu Contrato Social, convocar os sócios da Sociedade para a realização de uma Reunião de Sócios ("ARS"), a ser realizada em 18 de abril de 2024, às 10:00 horas, em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Morais, nº 240, Conjunto 81, Pinheiros, CEP 05420-000, a fim de tratar da seguinte ordem do dia: (i) tomar e aprovar as contas da administração e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com proposta apresentada pela administração da Sociedade; (iii) ratificar os valores pagos à conta da remuneração global atribuída aos administradores e fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024; (iv) apresentação de relatório sucinto sobre as atividades das sociedades investidas, Embu S.A. Engenharia e Comércio, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (v) apresentação perspectivas das atividades sociais da Sociedade para o exercício social de 2024; e (vi) outros assuntos de interesse da Sociedade que sejam pertinentes aos assuntos incluídos na ordem do dia. Ficam os Srs. Sócios informados, também, de que as demonstrações financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se anexas à presente convocação. Além disso, estão disponíveis na sede da Sociedade para consulta, mediante prévio agendamento.

São Paulo, 28 de março de 2024

Fabio Luna Camargo Barros e **Moacir Borges de Sousa**

Itatuba II Participações Ltda.

CNPJ/ME: 53.283.033/0001-52 - NIRE: 35.234.006.721

Carta de Convocação para Reunião de Sócios

Os Administradores da **Itatuba II Participações Ltda.** ("Sociedade"), vêm, por meio da presente, conforme preceitua o seu Contrato Social, convocar os sócios da Sociedade para a realização de uma Reunião de Sócios ("ARS"), a ser realizada em 18 de abril de 2024, às 11:00 horas, em São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Pedroso de Morais, nº 240, Conjunto 81, Pinheiros, CEP 05420-000, a fim de tratar da seguinte ordem do dia: (i) tomar e aprovar as contas da administração e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com proposta apresentada pela administração da Sociedade; (iii) fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024; (iv) apresentação de relatório sucinto sobre as atividades das sociedades investidas, Embu Empreendimentos S.A., no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (v) apresentação perspectivas das atividades sociais da Sociedade para o exercício social de 2024; e (vi) outros assuntos de interesse da Sociedade que sejam pertinentes aos assuntos incluídos na ordem do dia. Ficam os Srs. Sócios informados, também, de que as demonstrações financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se anexas à presente convocação. Além disso, estão disponíveis na sede da Sociedade para consulta, mediante prévio agendamento.

São Paulo, 28 de março de 2024

Fabio Luna Camargo Barros e **Moacir Borges de Sousa**

Louis Dreyfus Company Agrícola S.A.

LDC. Louis Dreyfus Company

CNPJ/MF nº 12.657.869/0001-92 - NIRE 35.3.0041439-0

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 16 de Fevereiro de 2024

Data, Hora e Local: Realizada em 16 de fevereiro de 2024, às 11h, na sede da Louis Dreyfus Company Agrícola S.A. ("**Companhia**"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 13º andar, Sala J, Jardim Paulistano, CEP 01452-919. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, 4° da Lei nº 6.404/76 ("**Lei das S.A.**"), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas e desta ata. **Mesa:** Presidente: Murilo Ribeiro de Castro Parada. Secretário: Leonardo Oliveira D'Elia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a aceitação da renúncia apresentada pelo Diretor Executivo da Companhia, Sr. Henrique Donati Snitcovski; **(ii)** a alteração do cargo ocupado pelo Diretor Murilo Ribeiro de Castro Parada; e **(iii)** a eleição do novo Diretor Presidente da Companhia, Sr. Paulo Hladchuk. **Deliberações:** Após exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia aprovou, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, o quanto segue: **(i)** A aceitação da renúncia apresentada pelo Sr. **Henrique Donati Snitcovski**, brasileiro, casado, administrador, portador do RG n° 20.184.275-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n° 266.765.308-48, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 1355, 13° andar, Pinheiros, CEP 01452-919, ao cargo de Diretor Executivo da Companhia, conforme carta de renúncia encaminhada à Companhia, levada a registro em conjunto com esta ata como Anexo I. agradecem acionista da Companhia agradece ao Sr. Henrique Donati Snitcovski pelos serviços prestados durante o exercício de seu cargo. **(ii)** A alteração do cargo ocupado pelo Sr. **Murilo Ribeiro de Castro Parada**, que deixa seu atual cargo de Diretor Presidente para passar a ocupar o cargo de Diretor Executivo da Companhia a partir dessa data, com a manutenção do prazo do mandato atualmente vigente. **(iii)** A eleição do Sr. **Paulo Hladchuk**, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, portador da Cédula de Identidade RG n° 4817643-7 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 836.532.879-87, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 1355, 14° andar, Pinheiros, CEP 01452-929, ao cargo de Diretor Presidente da Companhia. **(a)** O Diretor ora eleito integrará o atual mandato da Diretoria e será investido em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data. O termo de posse, do qual constará a declaração de desimpedimento, será lavrado em livro próprio e permanecerá arquivado na sede da Companhia para todos os fins e efeitos de direito, na forma do Artigo 149 da Lei das S.A. **(b)** Em razão das deliberações acima, a Diretoria da Companhia passa a ser composta pelos seguintes membros, com mandato unificado até 12 de maio de 2024: Srs. Paulo Hladchuk (Diretor Presidente), Leonardo Oliveira D'Elia (Diretor Financeiro), Jorge Alexandre Mangussi da Costa (Diretor de Operações), Murilo Ribeiro de Castro Parada (Diretor Executivo) e Michel Alexandre Roy (Diretor Executivo). **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi declarada encerrada a assembleia, da qual lavrou-se esta ata, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 16 de fevereiro de 2024. **Assinaturas:** Mesa: Murilo Ribeiro de Castro Parada - Presidente. Leonardo Oliveira D'Elia - Secretário. Acionista: Louis Dreyfus Company Sucos S.A. (Murilo Ribeiro de Castro Parada - Diretor Executivo. Leonardo Oliveira D'Elia - Diretor Financeiro). Esta certidão é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** Murilo Ribeiro de Castro Parada - Presidente; Leonardo Oliveira D'Elia - Secretário. **JUCESP** nº 88.903/24-2 em 29/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Banco Crédit Agricole Brasil S.A.

C.N.P.J. nº 75.647.891/0001-71 - N.I.R.E. 35.300.128.087

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária

11/12/2023, às 09h00, na sede social. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia pela imprensa. **Presença:** A totalidade. **Composição da Mesa:** Presidente: Jean-Christophe Philippe Gilbert; Secretária: Elise da Silva Romeu. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, os acionistas aprovaram, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **(i)** extinção da Reserva de Adequação do Patrimônio de Referência e consequente alteração da alínea "c", exclusão l da alínea "d" e exclusão do Parágrafo Único, do artigo 29 do Estatuto Social. Em razão desta alteração, os recursos desta Reserva deverão ter a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria. Em vista desta deliberação, o Artigo 29 do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: ***Artigo 29.*** *Do lucro líquido apurado em cada balanço após a compensação de prejuízos acumulados de exercícios anteriores se houverem, serão destinados: (a) 5% para a constituição do Fundo de Reserva Legal, até que este alcance 20% do capital social; (b) 10% no mínimo para dividendos e/ou remuneração sobre o capital aos acionistas calculados sobre as contas do patrimônio líquido, limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou 50% do lucro disponível, o que for menor, observadas as disposições legais aplicáveis; e (c) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes à matéria.* **(ii)** a consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar com a redação contida no Anexo I da presente ata. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo (SP), 11/12/2023. Jean-Christophe Philippe Gilbert - Presidente da Mesa; Elise da Silva Romeu - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 123.588/24-8 em 19/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Companhia Produtores de Armazéns Gerais

CNPJ nº 58.143.967/0001-02

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas da Cia. Produtores de Armazéns Gerais a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária no dia 17 de abril de 2024, às 10:00 horas, na av. Brig. Luiz Antônio, 2344 - 13º andar, nesta Capital,** a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em sede de Assembleia Geral Ordinária, sobre **1)** Tomada de Contas dos Administradores, Exame, Discussão e Votação das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31.12.2023; **2)** Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Consultivo com mandato até a A.G.O. de 2026; **3)** Fixação da Remuneração Anual dos Diretores e do Conselho Consultivo para o exercício de 2024; e **4)** Outros assuntos de interesse social.

Brasilwagen Comércio de Veículos S.A.

CNPJ nº 49.707.557/0001-56 - NIRE 35.300.093.917

Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Srs. Acionistas que se encontram à disposição na sede da Companhia, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua da Independência, nº 1001, Cambuci, CEP 01524-001, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2024

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

comerc energia

Mori Energia Holding S.A.

CNPJ nº 29.183.782/0001-23

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**5.267**	19.195	**35.110**	74.850
Contas a receber	4	**–**	–	**57.364**	22.960
Impostos e contribuições a recuperar		**504**	641	**4.040**	920
Partes relacionadas	12	**10.165**	7.899	**7.058**	7.908
Dividendos e JSCP a receber	5	**751**	5.455	**501**	–
Outros ativos		**461**	1.967	**2.589**	11.779
Total do ativo circulante		**17.148**	35.157	**106.662**	118.417
Ativo não circulante					
Outros ativos		**517**	603	**574**	628
Investimentos	5	**1.225.764**	1.231.380	**97.031**	105.626
Direito de uso	7	**666**	–	**24.393**	25.682
Imobilizado	6	**1.731**	801	**503.363**	523.575
Intangível	8	**3.127**	2.938	**577.810**	596.981
Total do ativo não circulante		**1.231.805**	1.235.722	**1.203.171**	1.252.492
Total do ativo		**1.248.953**	1.270.879	**1.309.833**	1.370.909

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo circulante					
Fornecedores	9	**4.502**	554	**5.569**	1.163
Debêntures	11	**58.674**	54.253	**58.674**	54.253
Obrigações sociais e trabalhistas		**5.705**	5.627	**5.705**	5.627
Outros tributos a pagar		**734**	313	**2.859**	2.210
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	**–**	–	**8.333**	7.658
Partes relacionadas	12	**384**	3.076	**704**	3.144
Passivo de arrendamento	7	**242**	–	**1.026**	265
Dividendos e JSCP a Pagar		**–**	5.348	**–**	5.348
Outros passivos		**91**	815	**2.225**	1.779
Total do passivo circulante		**70.332**	69.986	**85.095**	81.447
Passivo não circulante					
Debêntures	11	**313.365**	357.456	**313.365**	357.456
Impostos e contribuições diferidos	20	**180.433**	187.015	**180.433**	187.015
Passivo de arrendamento	7	**472**	–	**26.007**	27.347
Obrigações sociais e trabalhistas		**2.941**	–	**2.941**	–
Provisão para demandas judiciais e administrativas	13	**1.440**	874	**1.520**	874
Provisão para desmobilização	14	**–**	–	**20.502**	11.941
Outros passivos		**–**	785	**–**	785
Total do passivo não circulante		**498.651**	546.130	**544.768**	585.418
Patrimônio líquido					
Capital social	15	**702.560**	683.572	**702.560**	683.572
Adiantamento para futuro aumento capital	15	**500**	–	**500**	–
Reserva de capital	15	**(27.996)**	(45.977)	**(27.996)**	(45.977)
Reservas de lucros	15	**4.906**	17.168	**4.906**	17.168
Total do patrimônio líquido atribuído a controladores		**679.970**	654.763	**679.970**	654.763
Participação de não controladores	1.1.1 (a)	**–**	–	**–**	49.281
Total do patrimônio líquido		**679.970**	654.763	**679.970**	704.044
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.248.953**	1.270.879	**1.309.833**	1.370.909

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional líquida	16	**–**	–	**125.405**	132.465
Custos com geração distribuída	17	**–**	–	**(45.059)**	(28.775)
Lucro bruto		**–**	–	**80.346**	103.690
Despesas administrativas, comerciais e gerais	18	**(44.864)**	(38.180)	**(45.565)**	(37.202)
Resultado de equivalência patrimonial	5	**73.833**	95.581	**13.362**	17.624
Total das receitas/(despesas) operacionais		**28.969**	57.401	**(32.203)**	(19.578)
Despesas financeiras	19	**(48.871)**	(45.944)	**(53.375)**	(51.960)
Receitas financeiras	19	**1.058**	3.142	**6.570**	5.491
Resultado financeiro, líquido		**(47.813)**	(42.802)	**(46.805)**	(46.469)
Resultado antes dos tributos		**(18.844)**	14.599	**1.338**	37.643
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	**–**	–	**(16.148)**	(15.403)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	**6.582**	5.485	**6.582**	5.485
Lucro/(prejuízo) das operações em continuidade		**(12.262)**	20.084	**(8.228)**	27.725
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		**(12.262)**	20.084	**(8.228)**	27.725
Participação atribuída a controladores				**(12.262)**	20.084
Participação atribuída a não controladores		**–**	–	**4.034**	7.641

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	**(12.262)**	20.084	**(8.228)**	27.725
Total do resultado abrangente do exercício	**(12.262)**	20.084	**(8.228)**	27.725
Participação atribuída aos controladores			**(12.262)**	20.084
Participação atribuída a não controladores	**–**	–	**4.034**	7.641

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Das atividades operacionais				
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**(12.262)**	20.084	**(8.228)**	27.725
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**19.863**	16.584	**48.934**	38.741
Amortização de direito de uso	**257**	–	**3.821**	–
Juros sobre passivo de arrendamento	**128**	–	**976**	3.348
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	**46.103**	44.608	**46.103**	44.608
Resultado de equivalência patrimonial	**(73.833)**	(95.581)	**(13.362)**	(17.624)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**–**	–	**–**	(2.109)
Tributos diferidos	**(6.582)**	(5.485)	**(6.582)**	(5.485)
Baixa de ativo imobilizado e intangível para resultado	**–**	9	**–**	–
Demais juros (incluindo juros sobre mútuos)	**27**	–	**1.828**	622
Provisão para demandas judiciais e administrativas	**969**	874	**1.076**	874
Decréscimo/(acréscimo) em ativos				
Contas a receber	**–**	–	**(34.404)**	(6.334)
Impostos e contribuições a recuperar	**137**	(347)	**(3.402)**	(607)
Outros ativos	**1.592**	419	**8.193**	(10.573)
Dividendos recebidos no exercício	**104.892**	36.900	**11.948**	16.803
Transações com partes relacionadas ativo	**(2.257)**	7.885	**802**	(2.213)
Acréscimo (decréscimo) em passivos operacionais				
Fornecedores	**505**	(4.040)	**963**	(5.537)
Obrigações sociais e tributárias	**3.440**	3.283	**22.158**	20.090
Outros passivos	**(1.509)**	344	**710**	818
Transações com partes relacionadas passiva	**(2.692)**	2.549	**(2.440)**	2.635
Imposto de renda e contribuição social pagos	**–**	–	**(17.776)**	(11.584)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	**(26.360)**	(28.768)	**(26.360)**	(28.768)
Pagamento de provisão para demandas judiciais e administrativas	**(439)**	–	**(466)**	–
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado) das (nas) atividades operacionais	**51.979**	(682)	**34.492**	65.430
Das atividades de investimento				
Adiantamentos para futuro aumento de capital	**–**	(14.747)	**–**	(14.534)
Aquisição de ativo imobilizado	**(1.150)**	(131)	**(2.019)**	(601)
Aquisição de ativo intangível	**(472)**	(848)	**(472)**	(848)
Aquisição de investimentos	**(30.781)**	–	**(30.781)**	–
Aportes em controladas, coligadas e controladas em conjunto	**(2.885)**	–	**(2.040)**	–
Participação de não controladores	**–**	–	**–**	(4.606)
Resgate de caixa restrito (incluindo depósitos judiciais)	**–**	41.244	**–**	40.838
Redução de capital de controladas e controladas em conjunto	**–**	23.600	**–**	7.402
Caixa líquido aplicado provenientes nas (das) atividades de investimento	**(35.288)**	49.118	**(35.312)**	27.651
Das atividades de financiamento				
Pagamentos de arrendamentos por direito de uso	**(337)**	–	**(4.087)**	(2.464)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (principal)	**(55.970)**	(53.583)	**(55.970)**	(53.583)
Integralização de capital social	**30.536**	13.260	**30.536**	13.260
Adiantamento para futuro aumento de capital	**500**	–	**500**	–
Dividendos pagos no exercício	**(5.348)**	–	**(9.899)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(30.619)**	(40.323)	**(38.920)**	(42.787)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(13.928)**	8.113	**(39.740)**	50.294
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	**19.195**	11.082	**74.850**	24.556
No fim do exercício	**5.267**	19.195	**35.110**	74.850
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(13.928)**	8.113	**(39.740)**	**50.294**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital: Ágio nas transações de capital	Reservas de capital: Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros a realizar	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		670.312	–	–	(45.977)	–	122	–	1.732	–	626.189	46.246	672.435
Aumento de capital		15.300	(2.040)	–	–	–	–	–	–	–	13.260	–	13.260
Redução de capital em controladas		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.903)	(1.903)
Outras movimentações		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(34)	(34)
Distribuição de lucros		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.669)	(2.669)
Destinação do resultado													
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	20.084	20.084	7.641	27.725
Reserva legal		–	–	–	–	–	1.004	–	–	(1.004)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		–	–	–	–	–	–	–	–	(4.770)	(4.770)	–	(4.770)
Constituição da reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	–	–	–	14.310	(14.310)	–	–	–
		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		685.612	(2.040)	–	(45.977)	–	1.126	–	16.042	–	654.763	49.281	704.044
Redução de capital	1.1.2	(11.548)	–	–	–	–	–	–	–	–	(11.548)	–	(11.548)
Aumento de capital	15	28.496	2.040	–	–	–	–	–	–	–	30.536	–	30.536
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	–	500	–	–	–	–	–	–	500	–	500
Distribuição de lucros		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(4.553)	(4.553)
Compra de participação societária	1.1.1 (a) (i)	–	–	–	–	17.981	–	–	–	–	17.981	(48.762)	(30.781)
Destinação do resultado													
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	(12.262)	(12.262)	4.034	(8.228)
Absorção do prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	–	–	(12.262)	12.262	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**702.560**	**–**	**500**	**(45.977)**	**17.981**	**1.126**	**–**	**3.780**	**–**	**679.970**	**–**	**679.970**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Mori Energia Holding S.A. ("Mori Energia" ou "Companhia", e em conjunto com suas controladas e suas controladas em conjunto "Grupo") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 30 de novembro de 2017. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho 1765, 3º andar, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04547-901. A Mori Energia é uma Companhia que detém participação por meio de suas controladas e controladas em conjunto de ativos de micro e minigeração distribuída de energia com foco em energia limpa e renovável de matriz exclusivamente fotovoltaica, como foco a adesão de consumidores de baixa e média tensão ao sistema de compensação de energia elétrica. A Companhia, por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, desenvolve projetos de implantação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs) no estado de Minas Gerais; onde cada UFV é uma controlada ou controlada em conjunto da Mori Energia. Uma vez construída e estabelecida cada UFV, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto atuam na estruturação de Consórcios (união de CNPJs) ou Cooperativas (união de CPFs) de consumidores de energia, que por sua vez remuneram a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto com a receita de geração distribuída proveniente dos ativos implantados das UFVs. Os consórcios ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV visando se beneficiarem da geração energética correspondente. Desta forma, a receita das UFVs é proveniente da receita de geração distribuída paga pelos consórcios ou cooperativas. Apurado o resultado de cada UFV, estas transferem os recursos recebidos à Mori Energia e suas sócias (quando existentes), na forma de dividendos. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo detém 34 empreendimentos sendo que todos estão em operação com as seguintes características e capacidades de geração:

Controladas em conjunto (parceria Cemig - SIM) - operacionais	Quantidade de usinas	Geração em (MW)
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	2,5
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	5,0
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	5,0
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	5,0
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	5,0
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	5,0
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	5,0
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	2,5
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	5,0
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	2,5
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	2,5

Controladas diretas - operacionais	Quantidade de usinas	Geração em (MW)
Mori Minas Newco I Energia Solar S.A.	6	32,0
Mori Minas Newco II Energia Solar S.A.	5	17,5
Mori Minas Newco III Energia Solar S.A.	6	25,0
UFV Carmo do Parnaíba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	2,0
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	5,0
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	5,0
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	2,0
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	2,5
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	1	2,5

1.1. Principais eventos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023: 1.1.1. Compra de participação adicional de controladas: a) Transação com a Solatio: Em 24 de outubro de 2023, a Companhia de um lado e a Solatio Desenvolvimento e Gestão de Projetos Solares Ltda., a Solatio Energy Gestão de Projetos Solares Ltda., e a Solatio GD Energia Solar Ltda. de outro lado, assinaram contrato de compra e venda de ações e outras avenças, que teve por objetivo a implementação das transações descritas a seguir. As Solatios venderam ao preço de R$ 30.781 para a Mori Energia o correspondente a 11% de suas participações das controladas indiretas Newco I, Newco II e Newco III. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023 a Mori passou a deter 100% das ações das referidas companhias e o saldo referente a participação dos não controladores em 31 de dezembro de 2022 (R$ 49.281) deixou de existir.

	Impacto
Valor da compra	30.781
Valor do investimento adquirido	48.762
Impacto na reserva de capital	17.981

1.1.2. Outras transações relevantes: A Comerc Participações S.A. reduziu o capital da Companhia e da sua controlada Doc 88 Desenvolvimento e Serviços Ltda. ("Doc 88") a fim de transferir para si, as quotas do investimento na DMC Consultoria e Gestão de Projetos de Energia Ltda. (segmento de geração distribuída). Dessa forma, a partir de 01 de junho de 2023, a DMC passa a ser controlada direta pela Comerc Participações S.A. O objetivo dessa transferência é a de facilitar a gestão do investimento. O montante total de capital reduzido e que correspondia ao valor do investimento na DMC foi de R$ 11.548 (vide demonstração das mutações do patrimônio líquido bem como nota explicativa nº 5). **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidados foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades, não possuindo conhecimento de nenhuma incerteza material que pudesse gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 28 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis. As principais estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras são: perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para demandas judiciais e administrativas, valor justo de instrumentos financeiros derivativos; e provisão para desmobilização de ativos. **2.5. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis da Companhia e de suas controladas, descritas em detalhes a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **2.5.1 Instrumentos financeiros: Ativos financeiros:** Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo Financeiro. Os principais ativos financeiros estão descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As aplicações financeiras possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. De acordo com o modelo de negócios da Companhia e de suas controladas, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. ***Contas a receber:*** São considerados os valores a receber relativos à geração distribuída. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável. **Passivos financeiros: *Fornecedores:*** Incluem os saldos a pagar relativos às prestações de serviços e compra de materiais. É utilizado o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos. ***Debêntures:*** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva. **2.5.2. Investimentos: *Investimentos em controladas direta ou indiretamente:*** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. As mais-valias e os ágios são incluídos no valor contábil do investimento nas demonstrações individuais. O ágio não é amortizado, sendo testado anualmente para fins de redução no valor recuperável dos ativos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ágios e mais-valias de controladas são reclassificados para a conta de intangível. As mais-valias são representadas, principalmente, por direitos e contratos adquiridos em combinações de negócios. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados de cada investida. Quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, a Companhia reconhece sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação. A soma da participação da Companhia nos resultados é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. ***Investimentos em controladas em conjunto:*** As controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia e um ou mais investidores mantêm o controle compartilhado das atividades operacionais e financeiras da entidade. Podem ser classificados como operações em conjunto ou empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e das obrigações contratuais dos investidores. Os ágios relativos aos investimentos em coligadas e controladas em conjunto permanecem como investimento nas demonstrações consolidadas. Os investimentos em empreendimento controlado em conjunto e em controladas são inicialmente contabilizados pelo valor de custo e posteriormente reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, sendo reconhecidos na linha de "equivalência patrimonial" na demonstração do resultado individual e consolidada. **2.5.3. Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. ***O Grupo como arrendatário:*** A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Essas alterações são classificadas como remensurações. ***Ativos de direito de uso:*** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. ***Passivos de arrendamento:*** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato, utilizando taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas. **2.5.4. Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. A necessidade de provisão para desmantelamento de ativos foi identificada para os investimentos da Companhia. A provisão refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, de retirada de serviço dos seus ativos. A obrigação é descontada a valor presente e, posteriormente, ajustada através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do contrato. As premissas e cálculo são atualizados em bases anuais. Eventual variação é registrada em contrapartida no passivo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A Companhia acompanha e revisa pelo menos uma vez ao ano o valor residual e vida útil dos ativos. A depreciação das controladas da Companhia é calculada com base na média adota pelo mercado. No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. **2.5.5. Ativos intangíveis:** São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os ativos intangíveis provenientes de aquisição de negócios são registrados como intangíveis nas demonstrações consolidadas. Os prazos de amortização estão descritos na nota explicativa nº 8. **2.5.6. Provisões:** São reconhecidas quando existe uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais. **2.5.7. Resultado do exercício: *Reconhecimento de receitas:*** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. ***Reconhecimento de receitas:*** As receitas de geração distribuída de suas controladas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho é atendida e advém da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consórcios ou cooperativas de consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos. ***Receita de juros:*** A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.5.8. Impostos: a) *Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia é tributada pela sistemática do Lucro Real e as controladas optaram pelo regime de Lucro Presumido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **b) *Imposto corrente:*** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. A Companhia e suas controladas contabilizam os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as referidas entidades possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado. **c) *Imposto de renda e contribuição social diferidos:*** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo de 10 anos. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração. Não existem tributos diferidos ativos constituídos por não haver previsão de resultados tributáveis futuros. **2.5.9. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *"impairment"*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ágios registrados são testados anualmente para fins de recuperabilidade. Em 31 de dezembro de 2023, não foram apuradas perdas por *impairment* de ágios registrados. **2.5.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.6. Princípios de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia, suas controladas e controladas indiretas. O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas. (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas. (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2023 e 2022, apresentadas abaixo:

Controladas e Controladas em conjunto	% Participação 31/12/2023 Direta	31/12/2023 Total	31/12/2022 Direta	31/12/2022 Indireta	31/12/2022 Total
Controladas em conjunto					
DMC Consultoria e gestão de projetos de energia Ltda. (*)	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**51,00%**	**51,00%**	51,00%	–	51,00%
Controladas					
BD Participações e Administração Ltda.	**100,00%**	**100,00%**	100,00%	–	100,00%
Energia Solar Mendes e Souto Ltda.	**100,00%**	**100,00%**	100,00%	–	100,00%
Engenharia Solar Ltda.	**100,00%**	**100,00%**	100,00%	–	100,00%
Minasol Servs. Des. Técnicos	**100,00%**	**100,00%**	100,00%	–	100,00%
Mori Minas Holding Importadora S/A	**100,00%**	**100,00%**	100,00%	–	100,00%
Mori Minas Newco I Energia Solar S/A	**100,00%**	**100,00%**	89,00%	–	89,00%
Mori Minas Newco II Energia Solar S/A	**100,00%**	**100,00%**	89,00%	–	89,00%
Mori Minas Newco III Energia Solar S/A	**100,00%**	**100,00%**	89,00%	–	89,00%
UFV Carmo do Paranaíba Geração Energia Eletr. Distrib. S/A	**100,00%**	**100,00%**	100,00%	–	100,00%
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**100,00%**	**100,00%**	100,00%	–	100,00%
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**100,00%**	**100,00%**	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**100,00%**	**100,00%**	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**100,00%**	**100,00%**	99,99%	0,01%	100,00%
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S/A	**100,00%**	**100,00%**	99,99%	0,01%	100,00%

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1.2 como contrapartida da redução do capital da Companhia as ações detidas por essa na DMC foram transferidas para a Comerc Participações S.A. **2.7 Pronunciamentos novos ou alterados, vigentes e não vigentes:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes. As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras, sendo as principais: Alterações no IAS 8 (CPC 23), IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IAS 12 (CPC 32). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Definição de estimativas contábeis; • Divulgação de políticas contábeis; • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação; e • Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois. **Definição de estimativas contábeis:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. **Divulgação de políticas contábeis:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS *Practice Statement* 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. **Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação:** As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. **Reforma tributária internacional - Regras do modelo do pilar dois:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. **2.8. Apresentação de informações por segmento:** O Grupo possui operações de arrendamento de plantas de micro e minigeração de energia limpa e renovável fotovoltaica para consumidores de baixa e média tensão através de sistema de compensação de energia elétrica. Desta forma, todas as informações das demonstrações financeiras foram divulgadas com a premissa de segmento único (segmento de geração distribuída). **3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem a seguinte composição:

Descrição	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa e bancos	**117**	6.677	**7.559**	12.131
Aplicações financeiras	**5.150**	12.518	**27.551**	62.719
	5.267	19.195	**35.110**	74.850

Os saldos de caixa e bancos compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente. As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), fundos de investimento de renda fixa e fundo de investimento exclusivo, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização com taxa média de 75,00% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI para a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e média de 95,28% do CDI no consolidado (média de 102,75% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na controladora e média de 96,45% no consolidado).

continua

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mori Energia Holding S.A. - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - exceto quando de outra forma indicado)

4. Contas a receber: Compostas basicamente por valores a receber de geração distribuída. O prazo médio de recebimento dos valores relativos à geração distribuída é de até 90 dias.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	**57.673**	23.269
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	**(309)**	(309)
	57.364	22.960

Movimentação das perdas esperadas das contas a receber:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	**(309)**	(2.418)
(+) Reversões	**–**	2.109
Saldos finais	**(309)**	(309)

O reconhecimento das perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa é feito com base na avaliação do risco associado às operações. **5. Investimentos:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022. a Companhia apresentou, no individual e consolidado, a seguinte posição de investimento em controladas e controladas em conjunto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Participação em controladas e coligadas	**653.031**	639.287	**97.031**	105.626
Ágio na aquisição de participação	**572.733**	592.093	**–**	–
	1.225.764	1.231.380	**97.031**	105.626

A movimentação dos investimentos da Companhia nos exercícios de 2023 e 2022 são assim demonstradas:

Controlada/Controlada em conjunto	Controladora Saldo em 31/12/2022	Compra de participação	Equivalência Patrimonial	Aporte / (redução) de capital	Amortização mais-valia	Reorganização societária (*)	Dividendos distribuídos	Ganhos sobre transação de capital	Saldo em 31/12/2023
BD Participações e Administração Ltda.	2.774	–	(20)	–	–	–	–	–	**2.754**
Energia Solar Mendes e Souto Ltda.	1	–	(14)	13	–	–	–	–	**–**
Engenharia Solar Ltda.	(736)	–	22	715	–	–	–	–	**1**
Minasol Servs. Des. Técnicos	2	–	(6)	4	–	–	–	–	**–**
Mori Minas Holding Importadora S.A.	54.552	–	(39)	113	–	(54.628)	–	–	**(2)**
Mori Minas Newco I Energia Solar S.A.	154.205	11.874	20.228	–	–	–	(31.722)	6.864	**161.449**
Mori Minas Newco II Energia Solar S.A.	115.753	9.148	15.107	–	–	–	(17.024)	5.330	**128.314**
Mori Minas Newco III Energia Solar S.A.	128.770	9.759	14.673	–	–	–	(22.921)	5.787	**136.068**
UFV Carmo do Paranaíba Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.725	–	(41)	–	–	19.701	(673)	–	**30.712**
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	30.160	–	3.033	–	–	923	(6.501)	–	**27.615**
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	6.513	–	3.244	–	–	20.785	(3.133)	–	**27.409**
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	6.295	–	1.456	–	–	1.008	(2.289)	–	**6.470**
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	7.224	–	970	–	–	11.283	(1.770)	–	**17.707**
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	16.423	–	1.858	–	–	928	(1.706)	–	**17.503**
Subtotal - controladas	533.661	30.781	60.471	845	–	–	(87.739)	17.981	**556.000**

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reduziu o capital da controlada Mori Minas a fim de transferir a participação que esta última detinha em algumas controladas da Companhia para si. Dessa forma, a Companhia passa a deter 100% das ações das companhias envolvidas nessa reorganização. Não há impacto no consolidado do Grupo.

Controlada/Controlada em conjunto	Controladora Saldo em 31/12/2022	Compra de participação	Equivalência Patrimonial	Aporte/ (redução) de capital	Amortização mais-valia	Reorganização societária	Dividendos distribuídos	Ganhos sobre transação de capital	Saldo em 31/12/2023
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	6.719	–	417	–	–	–	(529)	–	**6.607**
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	13.261	–	2.146	–	–	–	(1.734)	–	**13.673**
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	8.784	–	1.442	–	–	–	(1.015)	–	**9.211**
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	3.540	–	1.684	–	–	–	(601)	–	**4.623**
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	12.708	–	2.298	–	–	–	(1.827)	–	**13.179**
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	14.858	–	2.544	–	–	–	(2.207)	–	**15.195**
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	10.806	–	1.732	–	–	–	(1.263)	–	**11.275**
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	5.804	–	1.142	–	–	–	(1.065)	–	**5.881**
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	4.938	–	537	–	–	–	(630)	–	**4.845**
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	5.779	–	1.021	–	–	–	(731)	–	**6.069**
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	6.327	–	993	–	–	–	(847)	–	**6.473**
DMC Consultoria e Gestão de Projetos de Energia Ltda.	12.102	–	(2.594)	2.040	–	(11.548)	–	–	**–**
Subtotal - controlada em conjunto - Consolidado	105.626	–	13.362	2.040	–	(11.548)	(12.449)	–	**97.031**
Subtotal investimento - Controladora	639.287	30.781	73.833	2.885	–	(11.548)	(100.188)	17.981	**653.031**
Ágio proveniente de reorganização societária	592.093	–	–	–	(19.360)	–	–	–	572.733
Total investimento - Controladora	**1.231.380**	**30.781**	**73.833**	**2.885**	**(19.360)**	**(11.548)**	**(100.188)**	**17.981**	**1.225.764**

Controlada/Controlada em conjunto	Controladora Saldo em 31/12/2021	Redistribuição de AFAC 2021	Equivalência Patrimonial	Aporte/ (redução) de capital	AFAC's	Mais-valia	Amortização mais-valia	Transferência	Dividendos distribuídos	Saldo em 31/12/2022
BD Participações e Administração Ltda.	586	2.481	(607)	–	314	–	–	–	–	2.774
Energia Solar Mendes e Souto Ltda.	368	49	(15)	–	15	–	–	(416)	–	1
Engenharia Solar Ltda.	420	225	(47)	–	–	–	–	(1.334)	–	(736)
Minasol Servs. Des. Técnicos	689	19	(23)	–	16	–	–	(699)	–	2
Mori Minas Holding Importadora S.A.	38.204	8.033	(506)	–	418	–	–	8.403	–	54.552
Mori Minas Newco I Energia Solar S.A.	147.082	3.985	29.438	(8.900)	(3.824)	–	–	(587)	(12.989)	154.205
Mori Minas Newco II Energia Solar S.A.	108.410	2.998	12.775	(2.848)	(2.847)	–	–	1	(2.736)	115.753
Mori Minas Newco III Energia Solar S.A.	117.002	5.245	19.629	(4.450)	(3.030)	–	–	246	(5.872)	128.770
UFV Carmo do Paranaíba Geração de Energia Elétrica Distribuída	146	6.450	1.475	–	2.856	–	–	1.022	(224)	11.725
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	26.543	–	4.943	–	923	–	–	(655)	(1.594)	30.160
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	3.383	3.572	4.176	–	2.671	–	–	(6.242)	(1.047)	6.513
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	187	3.778	2.902	–	1.037	–	–	(1.010)	(599)	6.295
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	226	4.955	2.466	–	1.588	–	–	(1.653)	(358)	7.224
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	14.164	41	1.351	–	76	–	–	924	(133)	16.423
Subtotal - controladas	457.410	41.831	77.957	(16.198)	213	–	–	(2.000)	(25.552)	533.661
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	6.746	–	1.306	(714)	–	–	–	–	(619)	6.719
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	13.579	–	2.938	(959)	–	–	–	–	(2.297)	13.261
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	9.634	–	2.017	(1.070)	–	–	–	–	(1.797)	8.784
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	2.808	–	1.562	653	–	–	–	–	(1.483)	3.540
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	13.387	–	2.883	(1.261)	–	–	–	–	(2.301)	12.708
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	14.994	–	3.894	(1.275)	–	–	–	–	(2.755)	14.858
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	11.298	–	2.664	(986)	–	–	–	–	(2.170)	10.806
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	5.783	–	1.353	(425)	–	–	–	–	(907)	5.804
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	4.821	–	1.085	(370)	–	–	–	–	(598)	4.938
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	6.424	–	1.166	(841)	–	–	–	–	(970)	5.779
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	6.070	–	1.317	(154)	–	–	–	–	(906)	6.327
DMC Consultoria e Gestão de Projetos de Energia Ltda.	2.129	–	(4.561)	–	14.534	–	–	–	–	12.102
Subtotal - controlada em conjunto - Consolidado	97.673	–	17.624	(7.402)	14.534	–	–	–	(16.803)	105.626
Subtotal investimento - Controladora	555.083	41.831	95.581	(23.600)	14.747	–	–	(2.000)	(42.355)	639.287
Adiantamento para futuro aumento de capital	41.831	(41.831)	–	–	–	–	–	–	–	–
Ágio proveniente de reorganização societária	–	–	–	–	–	608.225	(16.132)	–	–	592.093
Total investimento - Controladora	596.914	–	95.581	(23.600)	14.747	608.225	(16.132)	(2.000)	(42.355)	1.231.380

As controladas e controladas em conjunto apresentam a seguinte posição em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Controlada e controlada em conjunto	Total dos ativos	Total do patrimônio líquido	Resultado do exercício	Nº total ações/ quotas	Ações/ quotas controladora	Participação societária Direta	Total	Participação no PL 31/12/2023	31/12/2022
DMC Consultoria e Gestão de Projetos de Energia Ltda.	–	–	–	16.000.000	–	–	0,00%	**–**	12.102
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	14.086	12.955	1.531	13.197.187	6.730.565	51,00%	51,00%	**6.607**	6.719
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	32.014	26.810	4.208	21.515.464	10.972.887	51,00%	51,00%	**13.673**	13.261
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	19.796	18.061	2.827	18.000.000	9.180.000	51,00%	51,00%	**9.211**	8.784
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	22.156	9.066	3.304	18.509.900	9.440.049	51,00%	51,00%	**4.623**	3.540
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	28.163	25.841	4.505	25.471.844	12.990.640	51,00%	51,00%	**13.179**	12.708
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	32.093	29.794	4.987	29.010.219	14.795.212	51,00%	51,00%	**15.195**	14.858
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	24.323	22.108	3.397	21.235.933	10.830.326	51,00%	51,00%	**11.275**	10.806
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	12.521	11.531	2.239	11.030.391	5.625.499	51,00%	51,00%	**5.881**	5.804
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	10.328	9.502	1.053	9.320.875	4.753.646	51,00%	51,00%	**4.845**	4.938
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	13.919	11.898	2.001	12.348.392	6.297.680	51,00%	51,00%	**6.069**	5.779
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	13.773	12.691	1.947	11.702.733	5.968.394	51,00%	51,00%	**6.473**	6.327
Total da participação em controladas em conjunto								**97.031**	105.626

Controlada e controlada em conjunto	Total dos ativos	Total do patrimônio líquido	Resultado do exercício	Nº total ações/ quotas	Ações/ quotas controladora	Participação societária Direta	Total	Participação no PL 31/12/2023	31/12/2022
BD Participações e Administração Ltda.	3.361	2.754	(20)	7.708.931	7.708.931	100,00%	100,00%	**2.754**	2.774
Energia Solar Mendes e Souto Ltda.	–	–	(14)	321.299	321.299	100,00%	100,00%	**–**	1
Engenharia Solar Ltda.	2	1	22	1.492.445	1.492.445	100,00%	100,00%	**1**	(736)
Minasol Servs. Des. Técnicos	–	–	(6)	81.930	81.930	100,00%	100,00%	**–**	2
Mori Minas Holding Importadora S.A.	–	(3)	(39)	2.350.065	2.350.065	100,00%	100,00%	**(2)**	54.552
Mori Minas Newco I Energia Solar S.A.	179.582	161.450	21.971	91.004	91.004	100,00%	100,00%	**161.449**	154.205
Mori Minas Newco II Energia Solar S.A.	146.072	128.315	16.208	181.818	181.818	100,00%	100,00%	**128.314**	115.753
Mori Minas Newco III Energia Solar S.A.	150.209	136.067	15.864	181.818	181.818	100,00%	100,00%	**136.068**	128.770
UFV Carmo do Paranaíba Geração de Energia Elétrica Distribuída	32.921	30.713	(41)	30.706.587	30.706.586	100,00%	100,00%	**30.712**	11.725
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	31.406	27.615	3.033	26.053.750	26.053.750	100,00%	100,00%	**27.615**	30.160
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	30.023	27.408	3.244	23.947.223	23.947.223	100,00%	100,00%	**27.409**	6.513
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	7.476	6.471	1.456	5.381.381	5.381.381	100,00%	100,00%	**6.470**	6.295
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	20.871	17.706	970	17.355.612	17.355.612	100,00%	100,00%	**17.707**	7.224
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	19.189	17.502	1.858	11.329.857	11.329.857	100,00%	100,00%	**17.503**	16.423
Total da participação em controladas								**556.000**	533.661
Relacionamento com clientes e direitos de autorização								572.733	592.093
Total investimento - Controladora								**1.225.764**	1.231.380

Dividendos a receber:

Controladas	Controladora 31/12/2023	31/12/2022
UFV Januária I Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	**250**	1.047
UFV Januária II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	**–**	599
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	**–**	1.594
UFV Carmo do Paranaíba Geração de Energia Elétrica Distribuída	**–**	224
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	**–**	133
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	**–**	358
Mori Minas Newco I Energia Solar S.A.	**–**	1.500
UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	**501**	–
	751	5.455

6. Imobilizado: A composição do ativo imobilizado está demonstrada na tabela abaixo:

Descrição	Controladora Taxa anual %	Custo	Depreciação	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Móveis e utensílios	10%	**205**	**(64)**	**141**	161
Equipamentos de informática	20%	**905**	**(360)**	**545**	484
Máquinas e equipamentos	16,26%	**187**	**(67)**	**120**	156
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25%	**942**	**(20)**	**922**	–
Imobilizado em andamento	–	**3**	**–**	**3**	–
		2.242	**(511)**	**1.731**	801

Descrição	Consolidado Taxa anual %	Custo	Depreciação	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Móveis e utensílios	10%	**204**	**(64)**	**140**	158
Equipamentos de informática	20%	**905**	**(360)**	**545**	389
Máquinas e equipamentos	16,26%	**564.605**	**(65.576)**	**499.029**	520.304
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25%	**942**	**(20)**	**922**	–
Terrenos	–	**2.724**	**–**	**2.724**	2.724
Imobilizado em andamento	–	**3**	**–**	**3**	–
		569.383	**(66.020)**	**503.363**	523.575

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora 31/12/2022	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2023
Móveis e utensílios	161	–	–	(20)	**141**
Equipamentos de informática	484	–	205	(144)	**545**
Máquinas e equipamentos	156	–	–	(36)	**120**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	–	7	935	(20)	**922**
Imobilizado em andamento	–	1.143	(1.140)	–	**3**
	801	1.150	–	(220)	**1.731**

Descrição	Controladora 31/12/2021	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2022
Móveis e utensílios	163	–	–	(2)	161
Equipamentos de informática	379	146	31	(72)	484
Máquinas e equipamentos	128	78	(31)	(19)	156
	670	224	–	(93)	801

Descrição	Consolidado 31/12/2022	Adições	Transferência	Depreciação	31/12/2023
Móveis e utensílios	158	–	–	(18)	140
Equipamentos de informática	389	–	295	(139)	545
Máquinas e equipamentos	520.304	7.929	(90)	(29.114)	499.029
Benfeitorias em imóveis de terceiros	–	7	935	(20)	922
Terrenos	2.724	–	–	–	2.724
Imobilizado em andamento	–	1.143	(1.140)	–	3
	523.575	9.079	–	(29.291)	503.363

Descrição	Consolidado 31/12/2021	Adições	Transferência	Depreciação	31/12/2022
Móveis e utensílios	162	–	–	(4)	158
Equipamentos de informática	378	84	–	(73)	389
Máquinas e equipamentos	429.609	17.034	94.540	(20.879)	520.304
Terrenos	2.793	–	(69)	–	2.724
Imobilizado em andamento	94.471	–	(94.471)	–	–
	527.413	17.118	–	(20.956)	523.575

Os bens relativos ao imobilizado encontram-se livres de quaisquer ônus ou garantias em obrigações assumidas pelo Grupo. O Grupo não identificou qualquer indicativo de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2023 razão pela qual nenhuma provisão para perda foi reconhecida. **7. Direito de uso e passivo de arrendamento:** A Companhia possui contrato de arrendamento de imóveis, enquanto suas controladas possuem arrendamentos com naturezas de locação de terrenos. A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseada em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento. A taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia. A taxa incremental de captação é aplicável à carteira de ativos arrendados.

Direito de uso	Taxa de desconto	Prazo mínimo	Prazo máximo	Quantidade de contratos	Controladora Direito de uso 31/12/2023	31/12/2022	Passivo de arrendamento 31/12/2023	31/12/2022
Mori Energia Holding S.A.	16,53%	–	jul-26	1	**666**	–	**714**	–
					666	**–**	**714**	**–**
Circulante							242	–
Não circulante							472	–
							714	**–**

Direito de uso	Taxa de desconto	Prazo mínimo	Prazo máximo	Quantidade de contratos	Consolidado Direito de uso 31/12/2023	31/12/2022	Passivo de arrendamento 31/12/2023	31/12/2022
Mori Energia Holding S.A.	16,53%	–	jul-26	1	**666**	–	**714**	–
Engenharia Solar Ltda.	0,00%	–	–	–	**–**	11	**–**	–
UFV Francisco Sá Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	8,62%	–	mar-44	1	**963**	961	**1.209**	1.182
Mori Minas Newco I Energia Solar S.A.	8,62%	dez-49	jul-54	6	**7.635**	8.479	**8.195**	8.852
Mori Minas Newco II Energia Solar S.A.	8,62%	jul-49	jul-54	8	**7.407**	10.326	**7.989**	10.576
Mori Minas Newco III Energia Solar S.A.	8,62%	jul-49	jul-54	5	**4.645**	2.923	**5.218**	3.511
UFV Carmo do Paranaíba Geração de Energia Elétrica Distribuída	8,62%	–	set-44	1	**930**	834	**1.161**	999
UFV Paracatu Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	8,62%	–	fev-45	1	**497**	497	**564**	552
UFV Nanuque Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	8,62%	–	jun-44	1	**1.650**	1.651	**1.983**	1.940
					24.393	**25.682**	**27.033**	**27.612**
Circulante							1.026	265
Não circulante							26.007	27.347
							27.033	27.612

A movimentação do direito de uso dos ativos, apresentam a seguinte composição:

	Controladora Direito de uso 31/12/2023	31/12/2022	Passivo de arrendamento 31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**–**	–	**–**	–
Adições	**923**	–	**923**	–
Amortização	**(257)**	–	**–**	–
Juros	**–**	–	**128**	–
Pagamentos	**–**	–	**(337)**	–
Saldo final	**666**	**–**	**714**	**–**

	Consolidado Direito de uso 31/12/2023	31/12/2022	Passivo de arrendamento 31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**25.682**	25.699	**27.612**	23.501
Adições	**923**	920	**923**	920
Amortização	**(3.821)**	(1.294)	**–**	–
Juros	**–**	–	**976**	3.348
Pagamentos	**–**	–	**(4.087)**	(2.464)
Baixa	**–**	(379)	**–**	(379)
Remensuração	**1.609**	2.686	**1.609**	2.686
Reclassificação para intangível servidão	**–**	(1.950)	**–**	–
Saldo final	**24.393**	**25.682**	**27.033**	**27.612**

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

	Controladora Principal	Ajuste a valor presente	Total
até 1 ano	337	(95)	242
até 2 anos	337	(51)	286
até 3 anos	196	(10)	186
Total	**870**	**(156)**	**714**

	Consolidado Principal	Ajuste a valor presente	Total
até 1 ano	2.737	(1.711)	1.026
até 2 anos	2.710	(2.235)	475
até 3 anos	2.569	(2.175)	394
até 4 anos	2.372	(2.147)	225
até 5 anos	2.374	(2.128)	246
Mais de 5 anos	56.204	(31.537)	24.667
Total	**68.966**	**(41.933)**	**27.033**

8. Intangível:

Descrição	Controladora 31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023
Intangível em operação				
Softwares e licenças	849	–	472	1.321
Mais-valia - pareceres de acesso	2.448	–	–	2.448
(–) Amortização acumulada	(359)	(283)	–	(642)
Subtotal em operação	**2.938**	**(283)**	**472**	**3.127**
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	–	472	(472)	–
Subtotal em andamento	**–**	**472**	**(472)**	**–**
Total intangível	**2.938**	**189**	**–**	**3.127**

Descrição	Controladora 31/12/2021	Adição	Baixa	31/12/2022
Intangível em operação				
Softwares e licenças	9	848	(8)	**849**
(–) Amortização acumulada	–	(359)	–	**(359)**
Subtotal em operação	**9**	**489**	**(8)**	**490**
Intangível em andamento				
Mais-valia - projetos em desenvolvimento	5.906	–	(5.906)	**–**
Mais-valia - pareceres de acesso	2.448	–	–	**2.448**
Subtotal em andamento	**2.448**	**–**	**–**	**2.448**
Total intangível	2.457	489	(8)	2.938

Descrição	Vida útil estimada em anos	Consolidado 31/12/2022	Adições	Transferência	31/12/2023
Intangível em operação					
Softwares e licenças	5	848	–	472	1.320
Mais-valia - relacionamento com clientes e direito de autorização	25	522.018	–	–	522.018
Ágio na aquisição investimentos	Indefinida	102.339	–	–	102.339
Servidão	Indefinida	1.950	–	–	1.950
(–) Amortização acumulada		(32.623)	(19.643)	–	(52.266)
Subtotal em operação		**594.532**	**(19.643)**	**472**	**575.361**
Intangível em andamento					
Mais-valia - projetos em desenvolvimento	Indefinida	–	472	(472)	–
Mais-valia - pareceres de acesso	Indefinida	2.449	–	–	2.449
Subtotal em andamento		**2.449**	**472**	**(472)**	**2.449**
Total intangível		**596.981**	**(19.171)**	**–**	**577.810**

Descrição	Vida útil estimada em anos	Consolidado 31/12/2021	Adições	Transferência	Reorganização societária	31/12/2022
Intangível em operação						
Softwares e licenças	5	–	848	–	–	848
Mais-valia - relacionamento com clientes e direito de autorização	25	–	–	–	522.018	522.018
Ágio na aquisição investimentos	Indefinida	–	–	–	102.339	102.339
Servidão	Indefinida	–	–	1.950	–	1.950
Mais-valia - pareceres de acesso	Indefinida	–	–	2.449	–	2.449
(–) Amortização acumulada		–	(16.491)	–	(16.132)	(32.623)
Subtotal em operação		**–**	**(15.643)**	**4.399**	**608.225**	**596.981**
Projetos em desenvolvimento		7.043	(7.043)	–	–	–
Mais-valia - pareceres de acesso		2.449	–	(2.449)	–	–
Subtotal em andamento		**9.492**	**(7.043)**	**(2.449)**	**–**	**–**
Total intangível		**9.492**	**(22.686)**	**1.950**	**608.225**	**596.981**

Devido à cisão da antiga controladora Ares 2 e versão do acervo cindido para a Companhia, a mais-valia e o ágio referentes aos investimentos foram incorporados ao saldo do ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na demonstração financeira individual da Companhia os referidos saldos compõem o investimento, sendo reclassificados para intangível no consolidado. **9. Fornecedores:**

Descrição	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores administrativos	**4.502**	554	**4.502**	554
Fornecedores de O&M	**–**	–	**1.067**	609
	4.502	554	**5.569**	1.163

Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fornecedores administrativos refere-se basicamente a provisão do w*aiver fee* (R$ 3.443) decorrente da concessão de renúncia prévia dos debenturistas em relação ao evento de vencimento não automático das debêntures. **10. Imposto de renda e contribuição social a pagar:**

Descrição	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda a pagar	**6.124**	5.699
Contribuição social a pagar	**2.209**	1.959
	8.333	7.658

11. Debêntures: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos das debêntures não conversíveis apresentam a seguinte composição:

Debêntures não conversíveis	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado Circulante Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Não circulante Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante
Debêntures 1ª emissão	junho-30	IPCA + 6,4% a.a.	845	60.106	(2.277)	58.674	32.134	288.898	(7.667)	313.365	372.039

Debêntures não conversíveis	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado Circulante Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Não circulante Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante
Debêntures 1ª emissão	junho-30	IPCA + 6,4% a.a.	1.133	53.861	(741)	54.253	–	364.094	(6.638)	357.456	411.709

A movimentação da obrigação com debêntures não conversíveis é assim apresentada:

	Controladora e Consolidado 31/12/2022	Juros incorridos	Diferimento de custos de transação	Apropriação de custos de transação	Amortização de principal	Pagamento de juros	31/12/2023
Debêntures 1ª emissão	411.709	45.225	(3.443)	878	(55.970)	(26.360)	**372.039**
	411.709	45.225	(3.443)	878	(55.970)	(26.360)	**372.039**

	Controladora e Consolidado 31/12/2021	Incorporação de saldos - reorganização societária	Juros incorridos	Apropriação de custos de transação	Amortização de principal	Pagamento de juros	31/12/2022
Debêntures 1ª emissão (a)	–	449.452	43.432	1.176	(53.583)	(28.768)	411.709
	–	449.452	43.432	1.176	(53.583)	(28.768)	411.709

(a) As debêntures foram incorporadas na Companhia através da cisão de sua antiga controladora - Ares 2 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O vencimento futuro das parcelas do não circulante estão demonstrados na tabela a seguir:

	Debêntures
2025	54.925
2026	55.732
2027	57.636
2028	57.208
2029 em diante	87.864
	313.365

Garantias: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui carta fiança contratada como garantia das debêntures. **Restrições contratuais (*covenants*):** A manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida em 1,3 vezes, durante o período de amortização, sendo a primeira apuração com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (calculado anualmente). Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 28 de dezembro de 2023 foi deliberada concessão de renúncia prévia (*waiver*), exclusivamente para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, para dispensar a Companhia do atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") mínimo de 1,30, conforme descrito anteriormente, mediante o pagamento de um *waiver fee*, vide nota explicativa nº 9.

12. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de reembolso de despesas, de acordo com as condições específicas estipuladas entre as partes e estão assim resumidos:

Ativo	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
UFV Bonfinópolis II	**–**	–	**–**	9
UFV Lontra	**–**	–	**–**	138
UFV Mirabela	**–**	–	**–**	29
UFV Porteirinha	**–**	–	**–**	391
UFV Porteirinha II	**–**	–	**–**	198
UFV Brasilândia	**2.886**	2.770	**2.886**	2.770
Subtotal - Mútuos	**2.886**	**2.770**	**2.886**	**3.535**

continua→★

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mori Energia Holding S.A. - 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
UFV Bonfinópolis II	**50**	–	**50**	–
UFV Corinto	**77**	–	**77**	–
UFV Janaúba	**76**	–	**76**	–
UFV Lagoa Grande	**107**	–	**107**	–
UFV Lontra	**93**	138	**93**	–
UFV Manga	**92**	–	**92**	–
UFV Mato Verde	**47**	–	**47**	–
UFV Mirabela	**38**	29	**38**	–
UFV Porteirinha	**47**	391	**47**	–
UFV Porteirinha II	**50**	198	**50**	–
Estrela do norte SPE II	**–**	27	**–**	27
Estrela do norte GD	**241**	187	**241**	188
Coromandel - GC	**–**	–	**627**	–
Mori Geração II	**646**	339	**646**	339
Mori Minas Newco IV	**797**	420	**797**	420
Mori Minas Newco V	**539**	274	**539**	274
Mori Minas Newco I	**1.139**	–	**–**	–
Mori Minas Newco II	**856**	–	**–**	–
Mori Minas Newco III	**953**	–	**–**	–
UFV Carmo do Paranaiba	**86**	–	**–**	–
UFV Francisco Sá	**203**	–	**–**	–
UFV Januária I	**207**	–	**–**	–
UFV Januária II	**87**	–	**–**	–
UFV Nanuque	**108**	–	**–**	–
UFV Paracatu	**95**	–	**–**	–
Ares 2	**–**	2.696	**–**	2.695
UFV Rajada	**149**	–	**149**	–
Energea Patrocínio	**105**	77	**105**	77
Energea Pedrinópolis	**39**	24	**39**	24
Mori Salinas	**188**	82	**188**	82
Energea Três Pontas	**110**	67	**110**	67
DMC	**15**	–	**15**	–
Comerc Participações	**39**	180	**39**	180
Subtotal - Outros ativos (a)	**7.279**	5.129	**4.172**	4.373
Total circulante	**10.165**	**7.899**	**7.058**	**7.908**

(a) Referem-se aos valores a serem ressarcidos pelas controladas, controladas em conjunto e demais empresas ligadas em função do rateio das despesas operacionais da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Comerc Participações (b)	**140**	319	**140**	319
UFV Lagoa Grande	**–**	71	**–**	72
UFV Bonfinópolis	**–**	–	**–**	358
UFV Mirabela	**–**	–	**–**	332
Ares 2	**–**	1.350	**–**	1.350
Vibra Comercializadora	**–**	42	**–**	42
UFV Francisco Sá	**–**	1.294	**–**	–
Mori Geração II (c)	**–**	–	**564**	671
Newco III (d)	**244**	–	**–**	–
Total partes relacionadas passivo	**384**	3.076	**704**	3.144
Total circulante	384	3.076	704	3.144

(b) Reembolso a pagar decorrente do rateio das despesas administrativas. (c) Refere ao saldo a pagar da controlada BD Participações a título de encargos de responsabilidade da distribuidora - ERD. (d) Refere ao saldo a pagar a título de encargos de responsabilidade da distribuidora - ERD que são provenientes da transação com a Solatio.

	Controladora		Consolidado	
Resultado	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
UFV Brasilândia (d)	**9**	–	**9**	–
Total resultado partes relacionadas	**9**	–	**9**	–

(d) Juros sobre contrato de mútuo celebrado em 28 de dezembro de 2023. A Companhia considera que todas as transações entre partes relacionadas refletem condições de mercado. Remuneração da Administração:

	Controladora	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Remuneração fixa anual (incluindo bônus de curto prazo)	**1.195**	3.042
Incentivo de longo prazo (ILP)	**2.739**	–

Informação adicional sobre remuneração de longo prazo (ILP): Em reunião de Conselho de Administração realizada em 18 de novembro de 2021, foi aprovada política de incentivo de longo prazo da Comerc Participações S.A. e suas controladas, com liquidação em caixa, composto por um programa de retenção e por um programa de performance de longo prazo. Foram feitas duas outorgas: uma para o período de 2022 a 2024, com respectivo pagamento em 2025 e outra para o período de 2023 a 2025, com o respectivo pagamento em 2026. O prêmio somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: vínculo empregatício durante o período e atingimento de determinadas métricas de desempenho pela Companhia, conforme pesos e valores estabelecidos nos contratos de outorga. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as despesas com ILP passaram a ser registradas de forma retrospectiva onde estão alocados os executivos e não somente na Comerc Participações S.A., por esse motivo a Companhia passou a apresentar nas suas demonstrações financeiras as referidas despesas. **13. Provisão para demandas judiciais e administrativas: 13.1. Prováveis:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas revisam, suas estimativas e premissas continuamente. Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação dos saldos das provisões para demandas judiciais e administrativas é conforme segue:

	Controladora				
	31/12/2022	**Ingressos**	**Pagamentos**	**Atualizações**	**31/12/2023**
Trabalhistas (a)	**874**	962	(439)	36	**1.433**
Cíveis (b)	**–**	7	–	–	**7**
	874	969	(439)	36	**1.440**
Circulante					–
Não circulante					1.440

	Controladora				
	31/12/2021	**Ingressos**	**Pagamentos**	**Atualizações**	**31/12/2022**
Trabalhistas	**–**	**874**	–	–	**874**
	–	874	–	–	**874**
Circulante					–
Não circulante					874

	Consolidado				
	31/12/2022	**Ingressos**	**Pagamentos**	**Atualizações**	**31/12/2023**
Trabalhistas (a)	**874**	1.069	(466)	36	**1.513**
Cíveis (b)	**–**	7	–	–	**7**
	874	1.076	(466)	36	**1.520**
Circulante					–
Não circulante					1.520

	Consolidado				
	31/12/2021	**Ingressos**	**Pagamentos**	**Atualizações**	**31/12/2022**
Trabalhistas	**–**	**874**	–	–	**874**
	–	874	–	–	**874**
Circulante					–
Não circulante					874

(a) As adições das ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos estão relacionados aos ex-colaboradores das prestadoras de serviço terceirizadas, (b) Refere-se principalmente à ação de cobrança referente a prestação de serviços. **13.2. Possíveis:**

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Trabalhista (a)	**7**	121
Tributária	**–**	62
Cível (b)	**1**	–
	8	183

a) Trabalhistas: As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados aos ex-colaboradores das prestadoras de serviço terceirizadas. b) Cível: Ação cível requerendo cumprimento de acordo verbal que tinha como escopo o fornecimento de insumos para a obra de implementação da UFV Mirabela. **14. Provisão para desmobilização:** Para as controladas de geração distribuída que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do contrato. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo atualizado é de R$ 20.502 (R$ 11.941 em 31 de dezembro de 2022).

	Mori	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Saldos iniciais	**11.941**	5.321
Adição	**–**	438
Remensuração	**7.060**	5.560
Atualização	**1.501**	622
Saldos finais	**20.502**	11.941

15. Patrimônio líquido: a) Capital social subscrito: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da companhia é de R$ 702.560 (R$ 685.612 em 31 de dezembro de 2022), divido em 411.293.016 ações ordinárias (394.344.058 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022) nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

	31/12/2023		31/12/2022	
Acionista	**Número de ações ordinárias**	**% do Capital da Companhia**	**Número de ações ordinárias**	**% do Capital da Companhia**
Comerc Participações S.A.	**411.293.016**	**100,00%**	394.344.058	100,00%
	411.293.016	**100,00%**	394.344.058	100,00%

Movimentações do exercício findo em 31 de dezembro de 2023: Em 31 de maio de 2023 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária na qual foi aprovado a redução de capital de R$ 11.548. Dessa forma, o capital social subscrito da Companhia passou a ser de R$ 674.064. Em 23 de outubro de 2023, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado aumento de capital de R$ 28.496. Dessa forma, o capital social subscrito da Companhia passou a ser de R$ 702.560. Em 21 de dezembro de 2023, a controladora Comerc Participações S.A. efetuou o aporte de R$ 500 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Movimentações do exercício findo em 31 de dezembro de 2022: Em 14 de outubro de 2022 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária na qual foi aprovado aumento de capital de R$ 10.000, os quais foram integralizados durante o exercício de 2022. Em 22 de dezembro de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado aumento de capital da Companhia para 685.612 dividido em 394.344.508 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a integralizar é de R$ 2.040. b) Reserva de capital: Compra de participação societária: A reserva de capital é decorrente das reorganizações societárias ocorridas no Grupo, bem como transações com acionistas minoritários, sem perda de controle. As movimentações do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são decorrentes, principalmente, da aquisição da participação nas controladas Newco I, II e III conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1.1, que resultou além do término da participação minoritária em um crédito na conta de reserva de capital no montante de R$ 17.981. As movimentações da reserva de capital também estão sendo apresentadas na nota explicativa nº 5. c) Reserva de lucros - legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não constituiu a reserva, uma vez que obteve prejuízo no presente exercício. d) Destinação do resultado: Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, pronunciamento técnico CPC 24 - Evento Subsequente e interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

Destinação do resultado	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(12.262)	20.084
Absorção de prejuízos acumulados		
Subtotal	(12.262)	20.084
Reserva legal - 5%	–	(1.004)
	(12.262)	19.080
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	–	(4.770)
Reserva de lucros	–	(14.310)
Absorção do prejuízo do exercício pela reserva de lucros	12.262	–
	–	–

16. Receita operacional líquida:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Receita geração distribuída	**130.369**	137.527
(–) Dedução da prestação de serviços - impostos incidentes	**(4.964)**	(5.062)
	125.405	132.465

Os tributos incidentes sobre as vendas são: PIS e COFINS no regime cumulativo com alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente.

17. Custos com geração distribuída:

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Custo serviços prestados	**(9.012)**	(7.202)
Custo com pessoal	**(2.114)**	–
CUSD - utilização do sistema de distribuição	**(4)**	–
Custo depreciação e amortização	**(32.635)**	(20.863)
Seguros	**(1.272)**	(710)
Outros custos	**(22)**	–
	(45.059)	**(28.775)**

18. Despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Despesas com pessoal	**(14.464)**	(9.526)	**(14.410)**	(9.526)
Serviços de terceiros	**(7.631)**	(7.235)	**(8.080)**	(5.978)
Viagens e estadias	**(1.201)**	(1.693)	**(1.159)**	(1.693)
Depreciação	**(220)**	(288)	**(220)**	(1.387)
Ganho (perda) de capital (Reversão/provisão para crédito de liquidação duvidosa	**–**	–	**–**	2.109
Arrendamento e aluguéis	**(577)**	–	**(589)**	–
Amortização	**(19.900)**	(16.296)	**(19.900)**	(16.491)
Despesas com informática	**–**	(504)	**–**	(504)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	**(969)**	(874)	**(1.076)**	(874)
Outras receitas/(despesas) administrativas	**98**	(1.764)	**(131)**	(2.858)
	(44.864)	(38.180)	**(45.565)**	(37.202)

19. Resultado financeiro: O resultado financeiro, para a controladora e consolidado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	**897**	2.565	**5.439**	3.196
Juros e atualizações monetárias	**103**	705	**536**	2.086
PIS e COFINS sobre receita financeira	**(52)**	(128)	**(52)**	(134)
Juros mútuo parte relacionada	**9**	–	**9**	–
Outras receitas financeiras	**101**	–	**638**	343
Subtotal receitas financeiras	**1.058**	**3.142**	**6.570**	5.491
Despesas financeiras				
Juros sobre passivo de arrendamento	**(128)**	–	**(976)**	(3.348)
Juros sobre debêntures	**(45.225)**	(43.432)	**(45.225)**	(43.432)
Amortização de custos de transação	**(878)**	(1.176)	**(878)**	(1.176)
Atualizações monetárias diversas	**(204)**	–	**(290)**	–
IOF	**(48)**	(3)	**(53)**	(37)
Atualização da provisão para demandas judiciais e administrativas	**(36)**	–	**(36)**	–
Despesas bancárias	**(18)**	(5)	**(37)**	(24)
Atualização de provisão para desmobilização	**–**	–	**(1.501)**	–
Outras despesas financeiras	**(2.334)**	(1.328)	**(4.379)**	(3.943)
Subtotal despesas financeiras	**(48.871)**	(45.944)	**(53.375)**	(51.960)
Resultado financeiro, líquido	**(47.813)**	(42.802)	**(46.805)**	(46.469)

20. Imposto de renda e contribuição social: 20.1. Imposto de renda e contribuição social corrente: A seguir é apresentada uma reconciliação da despesa com os referidos tributos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**(18.844)**	14.599	**1.338**	37.643
(–) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social - Empresas no "Lucro Presumido"	–	–	(80.674)	(101.610)
Alíquota vigente combinada de 34%	**6.407**	(4.964)	**26.974**	21.749
Equivalência patrimonial	**25.103**	32.498	**4.543**	5.992
Outras adições/exclusões não dedutíveis para fins fiscais	**(27.060)**	(5.529)	**(27.060)**	(5.529)
IRPJ/CSLL diferidos não constituídos, líquidos	**2.132**	(16.520)	**2.125**	(16.727)
	6.582	5.485	**6.582**	5.485
Imposto de renda e contribuição social Lucro Real - diferidos	**6.582**	**5.485**	**6.582**	**5.485**
Imposto de renda e contribuição social Lucro Presumido - correntes	**–**	–	**(16.148)**	**(15.403)**
Total	**6.582**	**5.485**	**(9.566)**	**(9.918)**

Para os exercícios de 2023 e 2022, as empresas optantes pelo regime tributário do lucro real não obtiveram lucro e, portanto, somente as empresas do lucro presumido tiveram o imposto de renda e a contribuição social conforme mostra a tabela acima. Contudo, no caso da Companhia, houve a amortização da mais-valia proveniente do acervo cindido da Ares 2, a qual foi registrada contra resultado de tributos diferidos no montante de R$ 6.582 (R$ 5.485 em 31 de dezembro de 2022). **20.2. Impostos diferidos:**

	Controladora		Consolidado	
Movimentação passivo fiscal diferido	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Saldos iniciais	187.015	–	187.015	–
Impostos diferidos provenientes da mais-valia do acervo cindido da Ares 2	–	192.500	–	192.500
Impostos diferidos sobre amortização da mais-valia	(6.582)	(5.485)	(6.582)	(5.485)
Saldo finais	**180.433**	**187.015**	**180.433**	**187.015**

21. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos: O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. O Grupo aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: a. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; b. Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); c. Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	Consolidado	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Custos amortizados (ativos financeiros)		
Caixa e equivalente de caixa	**35.110**	74.850
Contas a receber	**57.364**	22.960
Partes relacionadas	**7.058**	7.908
Custos amortizados (ativos financeiros)		
Fornecedores	**5.569**	1.163
Debêntures	**372.039**	411.709
Passivo de arrendamento	**27.033**	27.612
Partes relacionadas	**704**	3.144

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As metodologias utilizadas pelo Grupo para a divulgação do valor justo foram as seguintes: • Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e • Debêntures e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar): O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desse passivo e taxa de mercado vigente, respeitando as particularidades do instrumento na data do balanço. Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros: ***Análise de sensibilidade das aplicações financeiras e debêntures:*** A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31 de dezembro de 2023 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen. Para os cenários I e II, foram consideradas deteriorações de 25% e 50%, respectivamente, no indicador de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável; nos cenários III e IV, foram consideradas elevações de 25% e 50%, respectivamente sobre a mesma base.

	Indexadores	**Base em 31 de dezembro de 2023**	**Cenário I (50%)**	**Cenário II (25%)**	**Cenário Provável**	**Cenário III 25%**	**Cenário IV 50%**
	CDI/SELIC		4,50%	6,75%	9,00%	11,25%	13,50%
	IPCA		1,95%	2,93%	3,90%	4,88%	5,85%
Caixa e equivalente de caixa	CDI	35.110	1.580	2.370	3.160	3.950	4.740
Debêntures	IPCA	(381.983)	(7.925)	(11.888)	(15.851)	(19.813)	(23.776)
Efeito líquido estimado no resultado		**(346.873)**	**(6.345)**	**(9.518)**	**(12.691)**	**(15.863)**	**(19.036)**

Gestão de Riscos: i) *Risco de mercado:* O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O Grupo está exposto ao: risco de taxa de juros, risco de câmbio, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos e equivalentes de caixa. ii) *Risco de câmbio:* O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. O Grupo não possui exposição para o câmbio no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 visto que as plantas já se encontram em operação. Esse risco normalmente é identificado durante a construção dos parques devido à importação de certos equipamentos. iii) *Risco de taxa de juros:* É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada a participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. iv) *Risco Regulatório:* O Grupo está sujeito a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva do Grupo. v) *Riscos operacionais:* O risco operacional está relacionado com a interrupção parcial ou total da geração de energia elétrica prevista para o parque de geração fotovoltaica (UFVs). vi) *Riscos de crédito:* O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos. vii) *Riscos de liquidez:* O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia com previsão de serem liquidados em caixa. Para as rubricas de "empréstimos e financiamentos" estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros, quando aplicável.

Posição em 31/12/2023	**Fornecedores**	**Partes relacionadas**	**Debêntures**	**Passivo com arrendamento**	**Total**
até 3 meses	5.569	704	–	79	6.352
3 a seis meses	–	–	41.130	82	41.212
6 meses a 1 ano	–	–	44.614	865	45.479
1 a 3 anos	–	–	154.931	869	155.800
3 a 5 anos	–	–	158.081	471	158.552
mais 5 anos	–	–	122.655	24.667	147.322
Total	**5.569**	**704**	**521.411**	**27.033**	**554.717**

22. Cobertura de Seguros: O Grupo adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura está assim demonstrada:

		Vigência	
Tipo	**Valor do principal**	**Início**	**Fim**
Risco operacional	**150.000**	28/08/2023	28/08/2024
Risco de responsabilidade civil	**10.000**	28/08/2023	28/08/2024
Risco empresarial	**210**	15/09/2023	15/09/2024
Risco empresarial	**800**	28/02/2023	28/02/2024
Total	**161.010**		

23. Transações não caixa:

		Controladora		Consolidado	
Transação	**Notas explicativas**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Fornecedores		3.443	–	3.443	3.187
Dividendos declarados de controladas	5	751	5.455	–	–
Transferência de cotas do investimento DMC	1.1.2	–	–	11.548	–
Adições/remensuração arrendamento	7	923	–	2.532	3.606
Provisão para desmobilização	14	–	–	7.060	5.998

A Diretoria

Contador: Renato Resende Paes - CRC SP-308201/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas, **Mori Energia Holding S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mori Energia Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Avaliação de perda do valor recuperável de ativos com vida útil indefinida:** Conforme divulgado na nota 8, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém em suas demonstrações financeiras ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, no montante de R$ 102.339 mil. Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão apresentados na rubrica de investimentos, sendo reclassificados para o intangível no consolidado. Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável (teste de impairment) desses ativos, conforme requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O processo de avaliação do valor recuperável desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de desconto, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Devido a estes aspectos e pelo fato de as variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu este assunto:* Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: • Revisão do plano de negócios, orçamentos, e análises de valor recuperável disponibilizados pela Companhia; • Envolvimento de nossos profissionais especialistas para revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável, a metodologia e as premissas mais significativas utilizadas pela Companhia, incluindo taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e a margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; • Avaliamos as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pela diretoria, as quais se encontram nas notas 8 e 5. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas acima mencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

Centro Educacional e Cultural Civitatis S/S Ltda.

CNPJ nº 43.903.210/0001-00 - 2º RTDPJ/SP nº 11.864

Edital de Convocação para Reunião de Sócios Quotistas

Ficam os senhores sócios do **Centro Educacional e Cultural Civitatis S/S Ltda. ("Sociedade"),** com sede na Rua Falchi Gianini, nº 842, Vila Prudente, São Paulo, SP, CEP 03136-040, nos termos do Artigo 14 do Contrato Social e dos artigos 1.074 e 1.152, §3º do Código Civil, convocados para a reunião de sócios quotistas a ser realizada dia 11 de abril de 2024, cujo início dar-se-á em 1ª convocação às 15h00 com a presença dos sócios que representem ¾ do capital social, ou em 2ª convocação às 15h30 com qualquer número, a fim de apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. 2. Destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, se existente. São Paulo, 1º de abril de 2024. **Zeneide Thereza Lucchini Graça -** Sócia Administradora.

RPN Partners Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 08.279.177/0001-80 - NIRE n º 35.220.898.358

Edital de Convocação de Reunião de Sócios

Atendendo ao pedido da Sra. **Maria Cândida de Campos Vergani Bulhões**, administradora da **RPN Partners Participações Ltda. (Sociedade),** inscrita no CNPJ/MF nº 08.279.177/0001-80, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 17º andar, conjunto 1701, Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-000, nos termos do artigo 1150, § 3º do Código Civil, convocamos os sócios da **RPN Partners Participações Ltda.,** a comparecerem na Reunião Extraordinária de Sócios a se realizar em 12/04/2024, às 9h00 em primeira chamada, e às 9h30 em segunda chamada, na sede da Sociedade para deliberação quanto à ratificação da antecipação de lucros e dividendos realizada ao longo do ano de 2023.

São Paulo, 25 de março de 2024

Maria Cândida de Campos Vergani Bulhões - Administradora da Sociedade

HELPMED SAÚDE LTDA

CNPJ: 04.770.650/0006-81 - NIRE: 35233993303

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da HELPMED SAÚDE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 26/04/2024 às 10:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 10:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MWM0NjA4NTgtYjZjNi00MjhiLTlkYzMtOTU4MzI0MTZiMjgx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

SILVERMED SERVICOS MÉDICOS LTDA

CNPJ: 28.277.623/0001-25 - NIRE: 35233616526

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador NICOLY VICENTE DE ARAUJO DIAS, os senhores sócios cotista da SILVERMED SERVICOS MÉDICOS LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 26/04/2024 às 11:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 11:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZmU1OGI5NWMtYTQ1Yy00ZTRhLWFkMTItMzU3MmJkMjI2NDMy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

BAURU GESTÃO E SAÚDE SPE LTDA

CNPJ: 47.455.201/0001-47 - NIRE: 35239671162

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da BAURU GESTÃO E SAÚDE SPE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 26/04/2024 às 07:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 07:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZjZlNGRlM2YtYzhhOC00YTRjLWJiNzQtNjg2NjI1Y2E2OWNl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

HELPMED GESTÃO QUATORZE SPE LTDA

CNPJ: 50.962.015/0001-09 - NIRE: 35261506918

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da HELPMED GESTÃO QUATORZE SPE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 25/04/2024 às 17:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 17:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MWYyMDI5YjQtYzhkNS00ZGViLWEwYWMtNTk2MGQ3NTI1ZmM5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

Comunicado

A Rede D'Or São Luiz - Unidade Villa Lobos, Endereço situado na R. Lituânia, 260 - Alto da Mooca, São Paulo - SP, 03184-020. Informa a configuração de abandono de emprego da funcionária **Izabelle Oliveira Pinto,** por motivo: Faltas - abandono de emprego.

Comunicado

A Rede D'Or São Luiz - Unidade Villa Lobos, Endereço situado na R. Lituânia, 260 - Alto da Mooca, São Paulo - SP, 03184-020. Informa a configuração de abandono de emprego do funcionário **Bruno da Silva Salgado,** por motivo: Faltas - abandono de emprego.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

NETWORKING

Governo de SP levará até 20 empresas para festival de cinema e publicidade

O governo de São Paulo levará até 20 empresas paulistas para dois dos maiores eventos do mundo do setor audiovisual: os festivais de cinema e publicidade de Cannes, na França. As empresas interessadas devem consultar o regulamento e se inscrever pelo site da InvestSP até 16 de abril e 16 de maio, respectivamente, para cada festival.

As missões empresariais serão realizadas pelo CreativeSP, programa da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas e da InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Além de incentivar a troca de conhecimentos, a iniciativa busca promover novos negócios, atrair investimento estrangeiro e potencializar a geração de emprego e renda na indústria cultural.

Esta será a primeira missão do CreativeSP para o Festival de Publicidade Cannes Lions, que acontece entre 17 e 21 de junho e é considerado o maior evento de criatividade, comunicação e marketing do mundo. Por outro lado, o programa esteve presente nas duas últimas edições do tradicional Festival de Cinema de Cannes, que, em 2024, acontecerá entre 14 e 25 de maio. A projeção de negócios gerados pelas empresas participantes do CreativeSP em 2022 e 2023 passa de R$ 225 milhões.

"O Governo de São Paulo está apoiando até 20 empresas paulistas em sua jornada para os grandes eventos internacionais de audiovisual. Juntos, estamos construindo um futuro brilhante para a indústria cultural de São Paulo e fortalecendo nossa presença no cenário global. Vamos celebrar a criatividade, a comunicação e o marketing, e mostrar ao mundo o talento e a visão únicos das empresas paulistas", declarou a secretária de Cultura, Marília Marton.

As companhias selecionadas terão a oportunidade de participar do Marché duFilm (Mercado do Filme), espaço no qual produtores, distribuidores, investidores e representantes de festivais do mundo todo se encontram para fazer negócios. Ele reúne cerca de 14 mil profissionais de pelo menos 140 países, além de aproximadamente 4 mil filmes e projetos.

O CreativeSP oferece um reembolso máximo de US$ 3 mil em despesas elegíveis para custear até 50% dos gastos das empresas selecionadas com a viagem. O programa ainda promove eventos de networking durante as missões e oferece ações de consultoria, monitoramento de resultados e acompanhamento pós-evento.

Em 2023, o CreativeSP levou 80 empresas da indústria cultural para nove dos maiores eventos de economia criativa do mundo: SXSW (EUA), GDC (EUA), Festival de Cinema de Cannes (França), Gamescom (Alemanha), Feira do Livro de Frankfurt (Alemanha), Festival de Cinema de San Sebastián (Espanha), Womex (Espanha), Web Summit Lisboa (Portugal) e Ventana Sur (Argentina).

A projeção de novos negócios gerados pelas empresas participantes é de R$ 404 milhões, alta de 13% na comparação com 2022, com a criação de 7,8 mil vagas de trabalho, um avanço de 18%. Os bons resultados levaram o Governo de SP a prorrogar o CreativeSP até 2028. A expectativa é que, até lá, o programa injete cerca de R$ 2,5 bilhões na indústria cultural paulista.

Em 2024, já foram realizadas três missões: Festival de Cinema de Berlim (Berlinale), na Alemanha, South by Southwest (SXSW) e Games DevelopersConference (GDC), ambos nos Estados Unidos.

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores acionistas da **Positivo Tecnologia S.A.** ("Positivo Tecnologia" ou "Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada no **dia 30 de abril de 2024, às 15h00, de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico *Ten Meetings*, cujo acesso se dará através do link** https://assembleia.ten.com.br/816287891 a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros; **(iv)** Fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano; **(v)** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** Fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024; e **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Examinar, discutir e votar a proposta de Incentivo de Longo Prazo: Plano de Opção de Compra de Ações. **Informações Gerais:** a) Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM nº 81/22, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) *website* de relações com investidores da Companhia (https://ri.positivotecnologia.com.br/); (ii) *website* da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm) por meio do sistema IPE; e (iv) *website* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). b) A AGOE será realizada exclusivamente por meio eletrônico, nos termos da Resolução CVM n° 81/22. Os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio de: (i) boletins de voto a distância, sendo um para a Assembleia Geral Ordinária e um para a Assembleia Geral Extraordinária, com envio de instrução de voto previamente à realização da AGOE ("Boletim"); ou, (ii) participação via sistema eletrônico pela plataforma *Ten Meetings* no momento da realização da AGOE. c) Os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que pretenderem participar da Assembleia, nos termos do artigo 5º, §3º, Resolução CVM nº 81/22, deverão realizar o seu cadastro, por meio do link https://assembleia.ten.com.br/816287891, impreterivelmente até o dia **28 de abril de 2024 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da Assembleia por meio da plataforma digital. O login e senha utilizados pelo Acionista quando de seu cadastro, serão utilizados para acessar a plataforma no dia da Assembleia. d) Para participação do acionista na Assembleia, independentemente do meio escolhido, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, emitido nos últimos 5 (cinco) dias.	X	X	X
Documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validades.)	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista (para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de votos.)	–	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado do fundo.	–	–	X

e) A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/22. Para tanto, o Acionista poderá exercer o seu direito de voto por meio de envio, **até 7 (sete) dias** de antecedência da realização da Assembleia (**23 de abril de 2024, inclusive**), de Boletim de Voto a Distância: (i) diretamente à Companhia, inclusive por meio de sistema eletrônico Ten Meetings - BVD Digital; conforme as orientações constantes no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração; (ii) ao seu respectivo agente de custódia; ou (iii) instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia. f) Em atendimento ao artigo 4º da Resolução CVM nº 81/22 e de acordo com a Resolução CVM nº 70/22, informamos que é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da Lei 6.404/1976. Adicionalmente, a Companhia destaca a importância de que os pedidos de voto múltiplo sejam realizados com o máximo de antecedência possível, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas. g) O detalhamento das deliberações propostas, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, bem como instruções gerais para preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância) encontram-se no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração divulgado nesta data pela Companhia.

Curitiba, 28 de março de 2024. **Alexandre Dias -** Presidente do Conselho de Administração

HELPMED GESTÃO QUINZE SPE LTDA

CNPJ: 51.890.193/0001-34 - NIRE: 35262031093

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da HELPMED GESTÃO QUINZE SPE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 25/04/2024 às 17:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 17:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YWYxN2UwMWMtY2RmMC00NDExLWIwYTItNmU0Zjc4MDQ2MDdj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

HELPMED GESTÃO DOZE SPE LTDA

CNPJ: 50.888.612/0001-30 - NIRE: 3526146854

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da HELPMED GESTÃO DOZE SPE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 25/04/2024 às 15:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 15:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YzY0Nzg2MDYtOTRjYy00ZmVmLWE1YmEtNjY1OTljNjk2ZDc3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

HELPMED GESTÃO NOVE SPE LTDA.

CNPJ: 49.177.315/0001-06 - NIRE: 35260543305

São convocados pelo administrador **LUAN CESAR BALBINO DIAS**, os senhores sócios cotista da **HELPMED GESTÃO NOVE SPE LTDA.**, para participarem da **Assembleia de Sócios** a se realizar no dia 25/04/2024 às 11:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 11:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Y2JiOTg5OWMtZTRlYy00MDVjLTljMjgtOGNjMTEyOGUyMDY1%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

HELPMED GESTÃO TREZE SPE LTDA

CNPJ: 49.996.117/0001-66 - NIRE: 35260957428

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da HELPMED GESTÃO TREZE SPE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 25/04/2024 às 16:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 16:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YzY0Nzg2MDYtOTRjYy00ZmVmLWE1YmEtNjY1OTljNjk2ZDc3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

SANTO ANDRE GESTÃO EM SAÚDE SPE LTDA

CNPJ: 48.065.158/0001-76 - NIRE: 35233550550

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da SANTO ANDRE GESTAO EM SAUDE SPE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 26/04/2024 às 14:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 14:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OGYwN2JkZjItMWNINC00MjEzLTg0NzMtMjFiZDhkYjQyNTQ0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

Torquato Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ/MF: 09.358.597/0001-15 - NIRE: 35.233.380.131

Ata de Reunião de Sócios Quotistas Realizada em 28 de Março de 2024

1. Data, Horário e Local: Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 09:00 horas, na sede social da **Torquato Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.**, localizada na Avenida Nicolas Boer, nº 399, 5º andar, unidade 502S, CEP 01140-060. ("Sociedade"). **2. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade das sócias quotistas, conforme disposto no §2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"). **3. Presença:** Sócias representando a totalidade do capital social. **4. Mesa:** Presidente - Sr. Rony Magid; Secretário - Sr. Anderson Luis Hiraoka. **5. Ordem do Dia:** As sócias da Sociedade reuniram-se para deliberar sobre: *(i)* examinar e discutir os balanços patrimoniais e de resultado econômico, bem como as demonstrações financeiras e contas dos administradores referentes aos exercícios findos em 31.12.2015, 31.12.2016; 31.12.2017; 31.12.2018; 31.12.2019; 31.12.2020; 31.12.2021 e 31.12.2022; (ii) a redução do capital social da Sociedade, com base no artigo 1.082, II, do Código Civil, vez que excessivo em relação ao seu objeto social; *(iii)* a destinação e reembolso às Sócias em decorrência da redução de capital social; *(iv)* a consequente alteração da Cláusula Quinta do Contrato Social; e *(v)* autorização para a administração da Sociedade a fim de realizar todo o necessário à implementação do ora deliberado. **6. Deliberações:** Iniciada a reunião, depois de discutidas as matérias constantes da ordem do dia, as sócias aprovam, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) aprovação dos balanços patrimoniais e de resultado econômico, bem como das demonstrações financeiras e contas dos administradores referentes aos exercícios findos em 31.12.2015, 31.12.2016; 31.12.2017; 31.12.2018; 31.12.2019; 31.12.2020; 31.12.2021 e 31.12.2022. (ii) A redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, com fulcro no artigo 1.082, II, da Lei 10.406/02, Código Civil, que **passará de R$ 8.409.537,00 (oito milhões, quatrocentos e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais), para R$ 5.306.826,00 (cinco milhões, trezentos e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais),** com uma redução, feita com base no valor contábil das quotas, portanto, de R$ 3.102.711,00 (três milhões, cento e dois mil, setecentos e onde reais), mediante o cancelamento de 3.102.711 (três milhões, cento e duas mil, setecentas e onze) de quotas, sendo que, destas, 65% (sessenta e cinco por cento), correspondentes a 2.016.762 (duas milhões, dezesseis mil, setecentas e sessenta e duas) são detidas pela TECNISA, e 1.085.949 (um milhão, oitenta e cinco mil, novecentas e quarenta e nove) são detidas pela BRCORP. (iii) A TECNISA e a BR CORP, declaram que os valores a que fazem jus em razão da redução do capital social, ou seja, respectivamente, R$ 2.016.762,00 (dois milhões, dezesseis mil, setecentos e sessenta e dois reais), correspondente a 65% (sessenta e cinco por cento) do capital social, e R$ 1.085.949,00 (um milhão, oitenta e cinco mil, novecentos e quarenta e nove reais) correspondentes a 35% (trinta e cinco por cento) do capital social, foram integralmente pagos a elas em data pretérita, de forma que nada será distribuído nesta data em razão da redução do capital acima deliberada. (iv) Em razão, do mesmo modo, das deliberações aprovadas por unanimidade nos itens acima, fica modificada a Cláusula Quinta do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"Cláusula Quinta - Capital Social: 5.1. O capital social da Sociedade é de R$ 5.306.826,00 (cinco milhões, trezentos e seis mil, oitocentos e vinte e seis reais, dividido em 5.306.826 (cinco milhões, trezentas e seis mil, oitocentas e vinte e seis) quotas iguais, com valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizada e assim distribuídas entre as sócias: (a) a sócia TECNISA S.A. possui 3.449.437 (três milhões, quatrocentas e quarenta e nove mil, quatrocentas e trinta e sete) quotas, no valor total de R$ 3.449.437,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais); e (b) a sócia BR CORP EMPREENDIMENTOS LTDA. possui 1.857.389 (um milhão, oitocentas e cinquenta e sete mil, trezentas e oitenta e nove) quotas, no valor total de R$ 1.857.389,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e oitenta e nove reais); 5.2. A participação de cada sócia no capital social fica distribuída nas seguintes proporções: **Quotista - Quotas - Valor - %:** TECNISA - 3.449.437 - R$ 3.449.437,00 - 65%; BR CORP - 1.857.389 - R$ 1.857.389,00 - 35%; **Total - 5.306.826 - R$ 5.306.826,00 - 100.** 5.3. A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas respectivas quotas, mas todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social. 5.4. As quotas da Sociedade são indivisíveis em relação à Sociedade." **(v)*** Autorização para a administração da Sociedade a fim de realizar todo o necessário à implementação do ora deliberado. **7. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme e aprovada por unanimidade, foi por todos assinada. São Paulo, 28 de março de 2024. **Mesa: Rony Magid -** Presidente; **Anderson Luis Hiraoka -** Secretário. **Sócias: TECNISA S.A. -** Renato Meyer Nigri, Anderson Luis Hiraoka; **BR CORP Empreendimentos Ltda. -** Dina Irene Mittelmann Zaitz.

HELPMED GESTÃO ONZE SPE LTDA

CNPJ: 50.641.686/0001-78 - NIRE: 35261304614

ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS - CONVOCAÇÃO

São convocados pelo administrador LUAN CESAR BALBINO DIAS, os senhores sócios cotista da HELPMED GESTÃO ONZE SPE LTDA, para participarem da Assembleia de Sócios a se realizar no dia 25/04/2024 às 14:00 horas em 1ª convocação com a presença de titular de no mínimo ¾ do capital social, e às 14:30 horas em 2ª convocação com qualquer número de presentes. A assembleia será on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Abertura e fechamento de filiais; 4. Aprovação de resultado contábil e financeiro referente ao ano de 2023; 5. Assuntos gerais de interesse social. Link da Assembleia de Sócios: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDczM2JkMTItMWZjYi00NjA3LWE2MzYtZTRkZDBhZTJjM2Jm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%224fe812ff-e1cf-4b44-b580-c6da96bd9cac%22%2c%22Oid%22%3a%2247b8008d-8547-43cb-97f7-ea720e1e073e%22%7d

Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/ME nº 61.206.397/0001-67 - NIRE 35.300.042.174

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Richard Saigh Indústria e Comércio S.A.** ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada de modo exclusivamente digital, no dia 15 de abril de 2024, às 10h, por meio do sistema eletrônico indicado no item 4 abaixo, a qual será integralmente gravada e permitirá a participação e a votação a distância, mediante atuação remota,** nos termos da Instrução Normativa n° 81/2020 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, e alterações posteriores ("IN DREI n° 81/2020"), **a qual será considerada como realizada, para todos os efeitos, na sede da Companhia, na cidade de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, na Rua Heloísa Pamplona, nº 842, Bairro Fundação, CEP 09520-310,** para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os membros da Diretoria com prazo de mandato de 03 (três) anos, conforme previsto no artigo 13 do Estatuto Social; e (iv) eleger os membros do Conselho Fiscal. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia; (ii) deliberar acerca da Proposta de Aumento de Capital; e (iii) caso seja aprovado o item (ii) da Ordem do Dia da AGE, aprovar a alteração do art. 5º e a consolidação do Estatuto Social. **Instruções Gerais: 1. Os documentos a que se referem os incisos I a V do artigo 133 e o artigo 135, §3°, ambos da Lei 6.404/76 ("LSA"), foram disponibilizados e entregues aos acionistas em 14.03.2024. 2.** Os documentos a que se refere o artigo 135, §3° da LSA se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. **3.** Nos termos do artigo 126 da LSA e da IN DREI n° 81/2020, para participar da Assembleia o acionista deverá apresentar à Companhia documento de identificação e/ou o documento societário respectivo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação na Assembleia deverá cumprir os requisitos do artigo 126 da LSA. **4.** Nos termos da IN DREI n° 81/2020, a Assembleia será realizada de **modo exclusivamente digital**, por meio do sistema eletrônico *Microsoft Teams*. **5. Credenciamento**: Os acionistas que desejarem participar da assembleia deverão solicitar o link e demais dados de acesso ao sistema eletrônico, **preferencialmente, até as 10h do dia 13.04.2024 e, obrigatoriamente, até 30 (trinta) minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia,** mediante envio de e-mail ao endereço **moinhosc@moinhosantaclara.com.br,** para o qual também serão encaminhados os documentos de identificação e representação, conforme mencionado no item 3 deste Edital de Convocação. O e-mail enviado com a solicitação e os respectivos documentos será considerado e-mail de credenciamento, sendo permitido somente um credenciamento por acionista. A Companhia alerta que os acionistas que não enviarem e-mail com a solicitação do link de acesso e anexando os documentos de participação necessários, no prazo máximo aqui estipulado, não estarão aptos à participação na Assembleia. Os acionistas que se credenciarem e participarem via *Microsoft Teams* serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, os quais poderão ser firmados somente pelo Presidente e Secretário da mesa. **Acesso:** Após o envio do e-mail pelo acionista, com o seu documento anexado e/ou de seu procurador, a Companhia enviará um convite individual com o link de acesso e um manual com instruções detalhadas sobre o registro no sistema eletrônico. Os convites individuais para acesso virtual serão enviados aos endereços de e-mail que foram validados no credenciamento, sendo remetido apenas um convite individual para cada acionista credenciado. **Participação e voto a Distância:** Qualquer acionista poderá se manifestar de forma remota durante a Assembleia, bem como proferir os seus respectivos votos de forma remota. As manifestações de voto e/ou outras manifestações, por escrito, dos acionistas, se aplicável, serão entregues pelos acionistas na respectiva ordem, durante a realização da Assembleia. Cada manifestação escrita poderá ser enviada, durante a assembleia, para o e-mail **moinhosc@moinhosantaclara.com.br** ou, ainda, ser anexada no sistema eletrônico, sendo que o envio de cada manifestação por qualquer das formas acima descritas será considerado como recebido pela mesa. O sistema eletrônico, nos termos da IN DREI n° 81/2020, assegurará os requisitos lá determinados. Os acionistas, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia para registro da possibilidade de manifestação e visualização do registro da presença e dos votos proferidos pelos acionistas, em qualquer esfera. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de mensagem eletrônica para **moinhosc@moinhosantaclara.com.br. Christian Mattar Saigh - Diretor Presidente.**

Terra dos Vales S.A.

("Companhia") CNPJ/MF nº 07.697.895/0001-04 - NIRE 35300333918

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Dezembro de 2023

1. Data, Hora e Local: Em 29/12/2023, às 17H, realizada de forma virtual por meio da plataforma *Microsoft Teams*, de acordo com a Seção VIII, Capítulo II, Anexo V da Instrução Normativa nº 81, de 10/06/2020. **2. Convocação e Publicações:** A convocação foi realizada por meio de envio do edital de convocação aos endereços eletrônicos de todos os acionistas da Companhia, bem como pelas publicações do edital de convocação no Jornal Diário Comercial, nos dias 20, 21 e 22/12/2023, com no mínimo 8 dias de antecedência, conforme previsto no artigo 124 e parágrafos seguintes da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Presença:** Assembleia instalada com a presença dos acionistas André Machado Mastrobuono e Stafford Timberland V Investment Nominee Limited, representando 81,02% do capital social votante da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: André Machado Mastrobuono; e Secretária: Sofia Fernandes de Oliveira. **5. Ordem do Dia e Deliberações:** As seguintes deliberações foram aprovadas pelos acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) Aprovação dos termos e condições do Protocolo e Justificativa de Cisão Parcial da Companhia, celebrado em 29/12/2023 ("Anexo I - Protocolo de Cisão Parcial"), entre as administrações da Companhia e da sociedade empresária limitada Vales da Terra Participações Ltda., *sociedade em fase de* constituição cuja sede será na Cidade de Ribeirão Preto/SP, na Avenida Maurílio Biagi, 1870, 1º andar, sala 1, Santa Cruz do José Jacques, CEP 14020-750 ("Nova Sociedade"), que incorporará o acervo líquido cindido da Companhia, conforme Instrumento Particular de Constituição aprovado ("Anexo II - Instrumento Particular de Constituição da Vales da Terra Participações Ltda."); (ii) Ratificação da nomeação e contratação da **Valorup Auditores Independentes**, sociedade simples pura, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.976.330/0001-69 e no CRC/SP sob o nº 2SP028585/O-0, localizada na Avenida Maurílio Biagi, nº 1.870, térreo, sala 1, Santa Cruz do José Jacques, na Cidade de Ribeirão Preto/SP, CEP 14020-750, representada por seu administrador André Luiz Corrêa, inscrito no CRC sob nº 1SP198337/O-2, com endereço comercial supracitado ("Empresa Avaliadora"), para proceder à avaliação, a valores contábeis, do patrimônio líquido e do acervo líquido da Companhia a ser cindido e incorporado ao patrimônio líquido da Nova Sociedade ("Cisão Parcial"); (iii) Aprovação do Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora (Anexo III - "Laudo de Avaliação"), que procedeu à avaliação do patrimônio líquido da Companhia e do acervo líquido a ser cindido e incorporado ao patrimônio líquido da Nova Sociedade, com base no balanço patrimonial específico levantado pela Companhia na data-base de 31/08/2023, avaliado em R$ 9.583.210,00, desprezando-se os centavos; (iv) Aprovação da Cisão Parcial da Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Protocolo de Cisão Parcial. Nos termos do art. 224, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base (31/08/2023) e a data da Cisão Parcial (29/12/2023) serão registradas no patrimônio líquido da Nova Sociedade; (v) Aprovação da redução do capital social da Companhia no montante de R$ 9.583.210,00, com a consequente alteração do seu Estatuto Social ("Anexo IV - Estatuto Social Consolidado") tendo em vista que, após a Cisão Parcial, o capital social da Companhia passará de R$ 35.836.610,30, para R$ 26.253.400,30. Dessa forma, o Artigo 5 da Companhia passará a vigorar com a seguinte e nova redação: ***Artigo 5 -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 26.253.400,30, dividido em 42.639.669 ações nominativas ordinárias, escriturais e sem valor nominal.* (vi) Autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação da Cisão Parcial, inclusive no que diz respeito ao arquivamento e publicação dos atos societários, e para providenciar as devidas escriturações dos livros societários correspondentes. Nada mais. Ribeirão Preto, 29/12/2023. Mesa: **André Machado Mastrobuono** - Presidente; **Sofia Fernandes de Oliveira** - Secretária. Acionistas: **André Machado Mastrobuono**; **Stafford Timberland V Investment Nominee Limited -** p.p. Yughues Val Stadler Bonfim. **JUCESP** nº 125.695/24-0 em 22/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Parque 10 Empreendimento Imobiliário SPE - S.A.

CNPJ/MF nº 09.244.440/0001-69 - NIRE 35.300.604.644

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 28 de Março de 2024

1. Data. Hora e Local. Realizada aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2024, às 09:00 horas, na sede social da **Parque 10 Empreendimento Imobiliário SPE - S.A.,** localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Nicolas Boer, nº 399, 5º andar, unidade 502S, CEP 01140-060 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença.** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa.** Presidida pelo Sr. **Rony Magid** e secretariada pelo Sr. **Anderson Luis Hiraoka. 4. Ordem do Dia.** Deliberar, em Assembleia Geral Ordinária: **(a)** aprovação dos balanços patrimoniais e de resultado econômico, bem como das demonstrações financeiras e contas dos administradores referentes ao exercício findo em 31.12.2022; e em Assembleia Geral Extraordinária: **(b)** aprovar a redução do capital social da Companhia; **(c)** a destinação e reembolso das Sócias em decorrência da redução do capital social; **(d)** a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(d)** distribuição de reserva de lucros acumulados e sua destinação; **(e)** autorização à Diretoria da Companhia para a prática de todos os atos necessários para implementação do ora deliberado. **5. Deliberações.** Instalada a Assembleia e colocados os documentos à disposição dos acionistas e demais presentes, após a discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: 5.1 Em Assembleia Geral Ordinária, a aprovação dos balanços patrimoniais e de resultado econômico, bem como das demonstrações financeiras e contas dos administradores referentes ao exercício findo em 31.12.2022, e a destinação na forma prevista no Estatuto Social. 5.2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) aprovar a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, com fulcro no artigo 173, da Lei 6.404/76, que **passará de R$ R$703.334,00 (setecentos e três mil, trezentos e trinta e quatro reais), para R$10.000,00 (dez mil reais),** com uma redução, portanto, de R$ 693.334,00 (seiscentos e noventa e três mil, trezentos e trinta e quatro reais), mediante o cancelamento de 693.334 (seiscentas e noventa e três mil, trezentas e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com base no valor contábil das ações, sendo que, destas, 85% (oitenta e cinco por cento), correspondentes a 589.334 (quinhentas e oitenta e nove mil, trezentas e trinta e quatro) são detidas pela TECNISA e 15% (quinze por cento), correspondentes a 104.000, são detidas pela BRCORP. (ii) A TECNISA e a BR CORP, declaram que os valores a que fazem jus em razão da redução do capital social, ou seja, respectivamente, R$ 589.334,00 (quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais), correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social, e R$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais) correspondentes a 15% (quinze por cento) do capital social, foram integralmente pagos a elas em data pretérita, de forma que nada será distribuído nesta data em razão da redução do capital social acima deliberada. (iii) Em razão das deliberações aprovadas acima, fica modificado o Artigo 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte e nova redação: ***"Artigo 5º -** O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R$10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único -** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais."* (iv) A distribuição da reserva de lucros acumulados, no valor de R$ 1.920.727,78 (um milhão, novecentos e vinte mil, setecentos e vinte e sete reais e setenta e oito centavos) apurado em 31/07/23, às sócias na proporção detida por cada uma delas no capital social da Sociedade. (v) A TECNISA e a BR CORP, declaram que os valores a que fazem jus em razão da distribuição da reserva de lucros acumulados, ou seja, respectivamente, R$ 1.632.618,61 (um milhão, seiscentos trinta e dois mil, seiscentos e dezoito reais e sessenta e um centavos), correspondente a 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social, e R$ 288.109,17 (duzentos e oitenta e oito mil, cento e nove reais e dezessete centavos) correspondentes a 15% (quinze por cento) do capital social, foram integralmente pagos a elas em data pretérita, de forma que nada será distribuído à título de lucros nesta data. (vi) Conferir autorização aos Diretores para praticarem todos os atos necessários à implementação do ora deliberado. **6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata.** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos presentes. São Paulo, 28 de março de 2024. **Mesa: Rony Magid -** Presidente; **Anderson Luis Hiraoka -** Secretário. **Acionistas Presentes: TECNISA S.A. -** Renato Meyer Nigri; Anderson Luis Hiraoka; **BR CORP Empreendimentos Ltda. -** Dina Irene Mittelmann Zaitz.

Bluebell Index S/A

CNPJ: 45.526.888/0001-39

Demonstrações Financeiras - Exercício 2023 - Valores expressos em Reais (R$)

Balanços Patrimoniais

Ativo	6.105.861,09	**Passivo**	6.105.861,09
Circulante	6.038.559,38	**Circulante**	218.262,22
Disponível	5.693.196,02	Fornecedores	171.116,18
Depósitos Bancários à Vista	10,00	Fornecedores Nacionais	171.116,18
Aplicações de Liquidez Imediata	5.693.186,02	Obrigações Tributárias	5.480,31
Clientes	49.898,00	Impostos e Contribuições a Recolher	1.997,09
Duplicatas a Receber	49.898,00	Tributos Retidos a Recolher	3.483,22
Outros Créditos	295.465,36	Obrigações Trabalhistas e	37.815,25
Adiantamentos a Terceiros	274.500,00	Obrigações com o Pessoal	12.371,48
Adiantamentos a Funcionários	983,63	Obrigações Previdenciárias	6.472,35
Tributos a Recuperar	19.981,73	Provisões	18.971,42
Não Circulante	67.301,71	Outras Obrigações	3.850,48
Imobilizado	35.657,91	Contas a Pagar	3.850,48
Bens Em Operação	38.226,58	Patrimônio Líquido	5.887.598,87
(–) Depreciação/Amortização/Acumulada	(2.568,67)	Capital Social	11.112,00
Intangível	31.643,80	Capital Subscrito	111.112,00
Custo	31.643,80	(–) Capital a Integralizar	(100.000,00)
		Reservas de Capital	9.165.254,89
		Reservas de Capital	9.165.254,89
		Lucros e Prejuízos Acumulados	(3.288.768,02)
		Lucros e Prejuízos Acumulados	(3.288.768,02)

Phelipe de Carvalho e Mello Spielmann
Sócio - CPF: 126.570.388-40

Marcos Tadeu Ribeiro dos Santos
CRC: 1-SP-150246/O-5 - Contador - CPF: 082.610.528-93

DC

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE

MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A.

CNPJ: 00.003.228/0001-35

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os Srs. Acionistas de **Moto Agrícola Slaviero S.A.** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no próximo dia 25 de abril de 2024, às 09h00. na sede social da empresa, localizada no SIA Trecho 01, Lotes 100/160, em Brasília (DF), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em assembleia geral ordinária: **I –** Apreciação e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhado do Relatório de Auditores Independentes. **II –** Deliberação sobre a Proposta da Diretoria acerca da destinação do resultado do exercício e a distribuição, ou não, de dividendos; **III –** Eleição da Diretoria para o exercício 2024/2025; **V –** Fixação, ou não, dos honorários da Diretoria; **VI –** Remuneração dos acionistas para o exercício 2024/2025, pelas seguintes alternativas: na forma de juros sobre capital e/ou dividendos mensais, trimestrais, semestrais, ou ainda, conforme o resultado mensal da empresa e/ou disponibilidade de caixa; Brasília, 1 de abril de 2024. **SÉRGIO SLAVIERO –** Diretor.

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.

Fale conosco.

- Atas
- Comunicados
- Avisos
- Editais
- Balanços
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F555-E0CA-8554-8538.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F555-E0CA-8554-8538 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F555-E0CA-8554-8538

Hash do Documento

7CE6CCA03FE8E97EAF9814A6250121C6AFEA96BA7522603BD77374C03C77F6F2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 03/04/2024 23:59 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03